SUMÁRIO

EDUCAÇÃO DO CAMPO: a importância da escola e dos educadores Hamanda Mendonça Ribeiro	**02**
A IMPORTANCIA DA LITERATURA NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO Sandra Pinheiro de Matos & Aline Moura da Silva	**11**
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ARTE NO ENSINO FUNTAMENTAL Lucrécia Ferreira Vaz & Andreia Magalhães da Silva & Halimi Alves de Lima Elustra	**18**
A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIAS NA PERSPECTIVA DA TEORIA DIALÓGICA DE PAULO FREIRE. Jonatas Marcos da Silva Santos	**28**
ABSENTEÍSMO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR Douglas Vinícius de Oliveira	**39**
AFRICANIDADES E IDENTIDADE CULTURAL NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: DESCONSTRUINDO O PRECONCEITO Fabiane Alves da Silva & Leônia Souza de Paula	**50**
DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM NA ESCOLA COMO PERSPECTIVA DE INCLUSÃO. Rosimeri de Jesus da Silva Campos	**63**
ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL Ralime Abdo & Marinez Bezerra da Silva & Teina Nascimento Lopes	**68**
INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA DEFICIÊNCIA DA VISÃO Rosimeri De Jesus Da Silva Campos	**87**
O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA CONCEPÇÃO DA INCLUSÃO Benedita Neire Almeida De Magalhães	**93**
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 Manoel Martins de Jesus. & Gustavo L. M. dos Santos	**105**

CONTROLADORIA – EFICÁCIA DA CONTROLADORIA NAS OPERAÇÕES DE REGISTROS FISCAIS. Geovani Freitas Freire & Jailson Conceição Teixeira & JamileViana, Calazans Salim & Amauri Gonçalves de Oliveira & Evaldo Rezende Duarte & Zique de Souza Dib.	**121**
CONTROLE DE ESTOQUE X FLUXO DE CAIXA: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA JOANITA BIJUTERIAS FINAS NA CIDADE DE JACIARA – MT Taiane AlvesTizzo & Jailson Conceição Teixeira & Jamile Viana Calazans Salim & Amauri Gonçalves de Oliviera & Evaldo Rezende Duarte &Zique de Souza Dib	**135**
INTRODUÇAO AO IMAGÉTICO FEMININO NO LIVRO DIDÁTICO Antonio Francisco Gomes da Silva & Dayane Aparecida do Nascimento Terezinha Félix Silva Cruz de Deus &Regina Suzi Soares	**150**
A DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM JUSCIMEIRA MT Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos & Antonio Francisco Gomes da Silva & Dayane Aparecida do Nascimento & Terezinha Félix Silva Cruz de Deus	**166**
A CUIABÁ DO SÉCULO XIX E ENSINO DE HISTÓRIA II Bruno do Padro Alexandre & Antuterpio Dias Pereira & Terezinha Félix Silva Cruz de Deus & Marcelino Felício Marques & Dayane Aparecida do Nascimento Cardoso & Elaine Simões Guerra Lopes	**180**
VALORIZAR O "CHÃO DE SALA": uma proposta para o departamento de formação de Jaciara/MT Anyellen Mendanha Leite & Ideylson da Silva Vieira dos Anjos & Antonio Francisco Gomes da Silva & Bruno do Padro Alexandre	**194**
A POSTURA COMO FATOR DETERMINANTE PARA O SUCESSO EM ACADEMIAS DA TERCEIRA IDADE **Antonio Francisco Gomes da Silva & Terezinha Félix Silva Cruz de Deus & Aline Spanevello Alvares**	**201**

EDUCAÇÃO DO CAMPO: a importância da escola e dos educadores

Hamanda Mendonça Ribeiro[1]

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer um apanhado histórico sobre como a temática da educação do campo foi ganhando notoriedade ao longo dos anos, desde as primeiras leis até o momento atual, bem como destacando como eram pensadas as políticas que permeiam as práticas pedagógicas do/no campo. Ao contrário da educação rural, a educação do campo é proveniente de diversos movimentos sociais ligados ao campo, por isso, quando se fala em educação do campo é inevitável não pensar em lutas sociais, tendo os trabalhadores rurais como personagens principais das ações pedagógicas. Desse modo, o campo não é somente o contrário de urbano, mas um lugar de inúmeras possibilidades. Esse trabalho consiste em pesquisa bibliográfica, trazendo como referência os pensamentos de alguns autores comprometidos com a educação do campo, como Miguel Arroyo (2011), Caldart (2010) e Molina (2012), refletindo a educação do campo e suas dificuldades ao longos dos anos.

Palavras chave: Escola do Campo; Escola no Campo; Docente.

ABSTRACT

The objective of this article is to make a historical survey about how the field education theme has gained recognition over the years, from the first laws to the present moment, as well as highlighting how the policies that permeate the pedagogical practices of the field. Unlike rural education, rural education comes from a variety of social movements linked to the countryside, so when talking about rural education, it is inevitable not to think about social struggles, with rural workers as the main characters of pedagogical actions. In this way, the field is not only the opposite of urban, but a place of innumerable possibilities. This work consists of bibliographical research, bringing as a reference the thoughts of some authors committed to the education of the field, such as Miguel Arroyo (2011), Caldart (2010), and Molina (2012), reflecting the education of the field and its difficulties in the long years.

Keywords: School of the Field; School in the Field; Teacher.

[1] Pós graduanda em Gestão e Didática do Ensino Superior.

1. ESCOLA DO CAMPO X ESCOLA RURAL

A concepção de escola do campo surge e desenvolve-se a partir do movimento da educação do campo, com as experiências de formação humana desenvolvida pelos trabalhadores nas lutas por terra e educação. Portanto, essa escola nasce das lutas sociais e das práticas de educação dos povos do campo. É uma perspectiva na contramão das concepções de escola e de projeto de educação proposta pelo sistema capitalista. (MOLINA; SÁ, 2012).

> Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito (CALDART, 2011, p.110).

A pedagogia da escola do campo deve inserir, no seu cotidiano escolar e no processo de ensino e aprendizagem, a educação popular, valorizando, assim, os sujeitos que a ela pertencem. Os currículos escolares precisam adequar-se ao movimento da realidade que os cerca. Por isso, a princípio, deve-se retirar o conceito de que a escola é mera transmissora de conhecimentos teóricos, já que é um espaço, por excelência, de formação humana. (ROSA, 2008)

Nesse mesmo contexto, Fernandes, Cerioli e Caldart (2005, p. 27) dizem que “não basta ter escolas no campo; queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”.

Com o passar do tempo, notou-se uma necessidade em mudar o termo educação rural, passando assim a ser chamada de Educação do campo.

2. EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITOS

Com a realização da I Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, no ano de 1998 pela CNBB, sob a iniciativa de diversos segmentos sociais, a expressão campo passa a substituir o termo rural, reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, valorizando suas lutas, seus saberes e sua cultura. pois, a partir desse novo conceito, a diferença entre Escola Rural e Escola do Campo torna-se visível e necessária, pois até esse momento o modelo educacional vigente não as diferia: a educação rural era predominantemente vista como algo que atendia a uma classe da população que vivia num atraso tecnológico, subordinado, a serviço da população dos centros urbanos. (ROSA, CAETANO, 2008).

> A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2012, p.15).

A escola do Campo está ligada aos movimentos sociais, e a educação pensada por esses movimentos e não para eles. Desse modo, pensar essa educação separada das práticas e das lutas desses movimentos é cair num grande equívoco. A Educação do Campo tem sido uma ferramenta de luta para a classe trabalhadora do campo, não como pura e simplesmente uma modalidade de ensino, mas como um fenômeno capaz de devolver aos sujeitos do campo a sua integração com seu lugar. (SILVA FILHO, 2014)

Segundo Ribeiro (2010), apesar de ter seu reconhecimento no final do Segundo Império, a Educação Rural tem seu desenvolvimento na primeira metade do século XX. Os primeiros incentivos a esse modelo de educação no Brasil se deram durante o Estado Novo, na década de 1930. Nesse momento, essa educação se dava em boa parte por campanhas de alfabetização. Tais campanhas estavam diretamente vinculados aos interesses da industrialização que chegará ao nosso País e aos interessados, uma vez que o voto estava condicionado à alfabetização. Ainda segundo a autora, a Educação Rural estava baseada numa concepção evolucionista, que considerava os costumes e a vida do homem do campo como atraso necessário de ser evoluído.

A Educação do Campo, no confronto com a Educação Rural, identifica uma luta pelo direito de todos à educação, mas a partir de um traço de identidade das políticas públicas que garanta o direito à educação que seja no e do campo conforme cita a LDBEN 9394/96. No campo, porque o camponês tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do campo, porque o camponês tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004).

Para Arroyo, Caldart e Molina (2005, p. 15,):

> Esta visão do campo como espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de sua existência social, confere à Educação do Campo o papel de fomentar reflexões sobre um novo projeto de desenvolvimento e o papel do campo neste projeto. Também o papel de fortalecer a identidade e a autonomia das populações do campo e ajudar o povo brasileiro a compreender que não há uma hierarquia, mas uma complementaridade: cidade não vive sem campo que não vive sem cidade. (ARROYO,2005).

Como já afirmamos, na Educação Rural há uma distância muito significativa entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e a realidade dos educandos, isso é, intensificado ainda mais pelo livro didático e pela formação do professor, que em sua maioria não mora no campo, muitas vezes não tem afinidade com aquela realidade e acaba reforçando rótulos e preconceitos que envolve o campo. Como consequência desse distanciamento há um processo de urbanização das escolas do campo, ou seja, uma imposição da metodologia da escola urbana para a escola rural ou como é comum, o deslocamento dos próprios sujeitos do campo, para as escolas da cidade, fazendo com que o aluno não se nota no ambiente escolar, pois a realidade mostrada na escola não coincide com a que ele vivencia. (ARAUJO, SILVA, 2011).

> [...] enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas. (FERNANDES; MOLINA, 2004).

Uma das principais diferenças entre Educação Rural e Educação do Campo está na utilização e no propósito dessas duas formas de educar. A Educação do Campo tem como objetivo a formação para o trabalho e para a vida, pensa o sujeito em sua amplitude, sua autonomia e sua capacidade de decidir. Pensa modelos de desenvolvimento para a agricultura que não resida no agronegócio e na economia de exportação tão somente, mas uma economia solidária e a pequena propriedade como forma de sustentabilidade ambiental e social para populações tradicionais (SILVA FILHO, 2014).

.

> [...]. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO, 2004, p.23).

A educação do campo ao longo de sua história vem se caracterizando como um espaço de precariedade e descasos especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações locais. Na grande maioria das escolas do campo, ocorre um distanciamento entre as dinâmicas produzidas e a realidade do sujeito que vive no campo, esse desencontro ocorre principalmente pela histórica valorização das atividades do meio urbano, marginalizando o sujeito do campo

3 EDUCAÇÃO NO CAMPO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA

Sabe-se que os desafios ainda são muitos. A educação das comunidades rurais tem alcançado avanços, entretanto ainda há muito que avançar. A educação do campo é uma utopia necessária, que nas palavras de Freire (1992), apud Gadotti, (1996, p732.) “é a dialética entre o ato de denúncia do mundo que se desumaniza e o anuncio do mundo que se humaniza”.

> Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
> I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
> II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, Art. 28). (BRASIL, 1996).

O artigo 28 da LDB 9394/96 representa uma grande conquista para o movimento da educação do campo. Pois, orienta a construção de um plano pedagógico que seja condizente adequado com a vida das pessoas que vivem no campo, porém, não aborda questões relacionadas às práticas pedagógicas, não deixa claro as questões referentes aos sujeitos que fazem parte da escola do campo, à participação da comunidade no processo escolar, e à ação didática pedagógica (LEITE, 1999).

Pensar uma Educação do Campo significa ouvir e entender a cultura, a dinâmica social e educativa dos diferentes grupos que formam o povo campesino. Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2011), ela desafia-nos a construir condições educacionais que possam garantir o desenvolvimento de um modo de vida em que a família, a terra, o alimento, a escola, o movimento e o trabalho estejam acima de qualquer mercadoria. Nesse contexto, o papel da escola é fundamental e, em decorrência, o protagonismo dos professores que fazem parte do processo educativo. (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2011).

Arroyo (2011), ainda chama a atenção para o fato de que as políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos, e as políticas para o campo ainda mais. Para o autor, a escola do meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional e, consequentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços obtidos nas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica.

4 PERFIL DOS DOCENTES QUE ATUAM EM ESCOLAS NO/DO CAMPO NO BRASIL

Molina e Fernandes (2004), dizem que há quem coloca o campo como um lugar de utopia e de pureza, em cujo espaço a escola deveria resolver os problemas concretos ali existentes; há quem defina o campo como o lugar de atraso e ignorância, cabendo à escola instruir e modernizar; e, ainda, quem reconhece o campo como espaço de vida e resistência, “onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um modus vivendi que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, o trabalho, a cultura e suas relações sociais” (MOLINA; FERNANDES, 2004, p. 37).

Para Caldart (2002), construir a educação do campo significa formar educadores para atuação em diferentes espaços educativos. Há uma nova identidade de educador a ser cultivada, ao mesmo tempo em que há uma tradição pedagógica e um acúmulo de conhecimentos sobre a arte de educar que precisam ser recuperados e trabalhados desde este propósito educativo da educação do campo.

Com relação aos profissionais da educação, segundo Andrade e Di Pierro (s/d), verifica-se uma elevada rotatividade dos professores. Segundo afirmam: É raro que os professores habilitados, a maioria dos quais vivem nos centros urbanos, tenham as escolas rurais como primeira opção de trabalho, o que faz com que a docência nas escolas do campo seja atribuída a professores em início de carreira que, à primeira oportunidade, solicitam transferência para escolas urbanas. A distância das escolas e a sobrecarga de trabalho nas escolas rurais (às quais falta pessoal de apoio e onde predominam as classes multisseriadas) torna ainda menos atraentes os baixos salários pagos aos professores.

A formação de professores nos cursos de licenciatura em especial o curso de Pedagogia em suas matrizes curriculares não contemplam a Educação do/no Campo enquanto uma modalidade a ser pensada e projetada nos espaços inseridos, os futuros profissionais não recebem formação adequada para compreender a dinâmica dos espaços e tão pouco a especificidade do/no campo. Recebendo uma formação genérica sobre a educação básica.

Em decorrência, os professores que atuam em escolas no campo permanecem por pouco tempo nas comunidades, o que faz com que boa parte deles não compreenda a identidade dos estudantes com os quais trabalham.

> A formação do profissional é um desafio que tem a ver com o futuro da educação básica do campo. (...) Não temos perspectivas de que essa formação se realize de qualidade e relevância, se não for revestido o rumo das políticas educacionais para campo, no sentido da mudança da forma de organização das escolas e trato com o conhecimento e do resgate das condições do trabalho do professor. Assim também nesta proposta a formação assume contornos de natureza político-social,

> dando aos educadores e educandos perspectiva de autonomia didático-científica para a construção coletiva de um projeto político pedagógico do campo. (SANTOS, 2009).

As carências de programas de formação de professores, a escassez e a rotatividade de professores atuando nas escolas do campo e a não-vinculação desses docentes à vida e à realidade do campo, além das interrupções e descontinuidade de frequência e rotatividade, também, dos educandos e, ainda, considerando-se um ensino fragmentado e descontextualizado, tudo isso pode explicar grande parte das dificuldades educacionais dos educandos egressos das escolas do campo.

A formação dos professores para o campo não tem registros na história da educação brasileira. Ela teve, como modelo, o parâmetro, experiências e currículos urbanos, além de condições precárias de trabalho, baixo salário, conforme salienta o documento do Ministério da Educação:

> [...] as condições de trabalho dos profissionais do magistério permanecem precárias. No caso específico da área rural, além da baixa qualificação e dos salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outros problemas, sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldade de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para a locomoção (BRASIL, 2007, p.33).

Ser professor do campo exige rever posições sobre a educação, a escola, o aluno(a), o currículo e a sua própria formação. Implica não ser, um docente apenas transmissor, doador e repassador de conteúdos. Mas isso exige outro pensar e fazer da formação do professor do campo. É um processo que se “parta de onde os professores estão da linguagem do seu cotidiano, do seu saber, na sua formação, que dizem respeito ao contexto em que vivem, ao meio ambiente, ao desenvolvimento de suas comunidades” (FURTADO, 2006, p. 52).

A Educação do Campo, no confronto com a Educação Rural, identifica uma luta pelo direito de todos à educação, mas a partir de um traço de identidade das políticas públicas que garanta o direito à educação que seja no e do campo. No campo, porque o camponês tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do campo, porque o camponês tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo precisa aprofundar a reflexão sobre como a escola pode ajudar a cultivar utopias, respeitando a cultura camponesa e a própria fase da vida em que se encontram os diferentes educandos. É preciso refletir permanentemente sobre a

intencionalidade educativa da escola nesta perspectiva e olhar para os detalhes do seu ambiente educativo e trabalhar com diferentes saberes à qual cabe uma aproximação crítica, nem tanto para tentar trazer estes saberes para o seu interior, o que nem sempre é possível sem trair sua natureza, mas para provocar a inserção dos educandos em processos sociais capazes de produzi-los.

A necessidade de formar professores para o campo tornou-se um grande desafio, pois, conforme vimos, as formações de professores iniciais, continuadas ou em serviços não estão preparadas para o atendimento às especificidades e a diversidade do campo: fazer a integração entre os conteúdos escolares e o conteúdo advindo da vida, do cotidiano, das histórias, memórias e cultura dos educandos, da comunidade, do local, do campo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, ANDRADE; DI PIERRO, s/d, p. 7-8) ANDRADE, M. R., DI PIERRO, M. C. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: dados básicos para uma avaliação. (s/d)

ARAUJO, Ismael Xavier; SILVA, Severino Bezerra da. Educação do campo e a formação sociopolítica do educador. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2011.

ARROYO Miguel Gonzalez; CALDART Roseli Salete; MOLINA Mônica Castagna (Orgs.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARROYO. M.G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2011.)

ARROYO. Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In.: BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: BRASIL.MEC. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Cadernos de subsídios. SECAD 2. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. INEP/MEC. BRASÍLIA – DF, 2007.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. Porto Alegre: 2000.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas. Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: Por uma educação do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Luziânia, Goiás, 2012.

CALDART. R.S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In M. Arroyo; R. S. Caldart &; M. Molina (org.). Por Uma Educação do Campo: Vozes, 2004.

Daniela Souza da Rosa, Maria Raquel Caetano. Da educação rural à educação do campo: uma trajetória. Seus desafios e suas perspectivas. COLÓQUIO – Revista Científica da Faccat – Vol. 6, No (1-2), (jan/dez 2008)

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2005.

FERNANDES, N. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência
FREIRE, Paulo Reglus Neves. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir, Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 28 de junho de 2018.
LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MOLINA, M. C.; FERNANDES, B. M. (Orgs.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).

MOLINA, Mônica Castagma; SÁ, Laís Mourão. Educação do campo. In: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete; FRIGOTTO, Gaudêncio; PEREIRA, Isabel Brasil. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Ou (CALDART, 2000)

Nacional “Por uma Educação básica do Campo”. (Texto introdutório). In: M. G. Arroyo; R. S. Caldart e M. C. Molina (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RIBEIRO, Marlene. Movimento camponês, trabalho, educação: liberdade autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 1 ed.- São Paulo, Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Clarice Aparecida. Educação do campo e políticas públicas no Brasil: A instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito à educação. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Educação/UnB. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/3939> Acesso em 21/08/12.

SILVA FILHO, Luiz Gomes da. Educação do campo e pedagogia Paulo Freire na atualidade: um olhar sobre o currículo do curso de Pedagogia da Terra da UFRN. João Pessoa, 2014

A IMPORTANCIA DA LITERATURA NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO

Sandra Pinheiro de Matos
Aline Moura da Silva

RESUMO

Através desta produção será feita uma analise e reflexão sobre a literatura na disciplina de português no ensino médio, com intuito de coletar dados que reflete a evolução da leitura, aonde é uma forma ativa de lazer e conhecimentos. Seria, pois, muito importante que a escola procurasse desenvolver no aluno, formas ativas de lazer e aquelas que tornam o estudante um indivíduo crítico, criativo, sonhador, mais consciente e produtivo. Por meio das leituras dos livros clássicos universais, o leitor satisfaz suas necessidades, sendo-lhe permitido assumir uma atitude crítica em relação ao mundo que o rodeia, advinda das diferentes mensagens e indagações que a literatura oferece. Nesse sentido, este trabalho apresenta e discutem alguns desafios mais importantes e freqüentes no contexto brasileiro do ensino de literatura, relativos à formação docente, a importância de estuda da literatura na disciplina da língua portuguesa, a prática pedagógica, e metodologia do professor para mediar a literatura em sala de aula e a importância da literatura..com o escopo de apontar possíveis caminhos para um ensino de literatura que alcance seus objetivos de maneira mais profícua.

PALAVRA-CHAVE: Leitura; Ensino Médio; Literatura; Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Esta produção tem por objetivo abordar a temática do o ensino de literatura no Brasil tem enfrentado dificuldades para ocorrer de forma mais eficiente, com vistas não só a alcançar os objetivos do currículo escolar, mas principalmente para formar leitores e difundir o gosto pela leitura. E o campo do ensino médio é a preparação do aluno para uma formação superior, nessa nova fase o estudante passa a conhecer outras matérias que serão importantes para sua formação, entre essas matérias está à literatura.

Pois a literatura é de suma importância para o ensino de língua portuguesa. Quanto mais o aluno ler bons livros, mais ele aprende sobre os mecanismos de funcionamento da língua, tanto escrita quanto falada.

Contudo a literatura do ensino médio aborda vários temas importantes da história literária, pois a literatura vai muito mais além do que períodos, autores e poesias, ela nos abre um leque de conhecimento, por isso é importante que o aluno persista em aprender essa disciplina que é fundamental para o entendimento cultural e pessoal do ser humano.

Haja vista que este trabalho aborda, inicialmente, a crise do ensino de literatura, enfocando algumas de suas principais defasagens e suas conseqüências. Em seguida, é discutida a formação dos professores e o quanto isso impacta no ensino de literatura e considerados alguns equívocos da prática pedagógica no que se refere ao ensino de literatura.

Assim para nortear esta produção será feitos estudos e reflexão e pesquisas bibliográficas que possibilite a interação sobre a literatura na disciplina de português no ensino médio, com intuito de coletar dados que reflete a evolução da leitura, aonde é uma forma ativa de lazer e conhecimentos.

A IMPORTANCIA DE ESTUDA DA LITERATURA NA DISCIPLINA DA LINGUA PORTUGUESA

Nos dias de hoje o gosto pela leitura não está relacionado apenas aos modelos teóricos que são preestabelecidos pelas instituições de ensino. Muitos alunos lêem os títulos indicados pela escola apenas por mera exigência do professor.

Mais ainda há alunos que, fora dessa esfera, muitos fazem leituras literárias de forma mais livre e por indicação de amigos, familiares e até mesmo por influência da mídia, embora não se possa negar a função das instituições de ensino como agenciadoras da formação de leitores proficientes.

> Refiro-me a que a leitura de mundo se trata de leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura de mundo, mas que por certa forma de ‘descrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente (FREIRE, 1984 a, p.22).

E o campo mais amplo do desenvolvimento da habilidade de leitura é a disciplina de Língua Portuguesa que se expandem no ensino do nível médio, nessa fase os objetivos de aprendizagem direcionadas as turmas foca muito a habilidade de leitura e interpretação.

Na perspectiva do autor Cândido (1995) a Literatura desenvolve em nós a sensibilidade, tornando-nos mais compreensivos, reflexivos, críticos e abertos para novos olhares e possibilidades diante da nossa condição humana. A leitura literária permite-nos refletir sobre o mundo em nossa volta, abrindo nossos horizontes, ampliando os conhecimentos, possibilitando novas perspectivas.

A leitura de textos literários contribui para o desenvolvimento das pessoas em diferentes aspectos que começam no artístico e cultural e se estendem pelo social, político, cognitivo e sensorial. Nesse sentido, é preciso, pois, compreendermos sobre o que de fato significa e a que se propõe o trabalho com a leitura literária na escola. Foi nesse sentido que realizamos um estudo exploratório e de cunho qualitativo que refletisse sobre as contribuições do ensino da Literatura para a formação do leitor no universo do Ensino Médio.

Já Solé (1998) orienta que podemos considerara leitura literária como um dos meios mais importantes na escola para a apropriação de novas aprendizagens. Ratifica a autora que o perigo maior que envolve o ensino da Literatura não se encontra no fato dos professores não trabalharem com o texto em sala de aula, mas como esse texto está sendo trabalhado.

Assim, ensinar a Literatura não é apenas elencar uma série de textos ou autores e classificá-los num determinado período literário, mas sim revelar ao aluno o caráter atemporal, bem como a função simbólica e social da obra literária. Para ler de forma proficiente esse tipo de texto muito presente no Ensino Médio, o leitor precisa conhecer o repertório cultural e lingüístico que constituem as narrativas e os poemas bem como os outros gêneros discursivos que tratam da Literatura a exemplos de resenha, sinopses, artigos científicos entre outros.

> Caso o professor resolva fugir a esse programa restrito e ensinar leitura literária, ele tende a recusar os textos canônicos por considerá-los pouco atraente, seja pelo hermetismo do vocabulário e da sintaxe, seja pela temática antiga que pouco interessaria aos alunos de hoje (COSSON, 2007, p.22).

Portanto essa prática da leitura em sala de aula só terá um bom desenvolvimento se o professor tiver o hábito de ler. É preciso que antes de levar um texto para seus alunos, primeiro que ele tenha conhecimento, ou seja, prepare antes suas aulas de leitura, pois só assim ele será mais tolerante tanto para avaliar quanto para selecionar os textos a serem lidos.

Lembrando que o professor de qualquer disciplina, desde Educação Física a Matemática é, antes de tudo, um professor de leitura, pois essa não é uma tarefa exclusiva do professor de Português. Ou seja o professor de matemática, por exemplo, ao passar problemas para os alunos responderem, estes tem que fazer uma interpretação de leitura para resolverem tais exercícios. Com isso, para ter uma ótima interpretação é preciso antes de tudo fazer uma boa leitura.

A PRÁTICA PEDAGOGICA E METODOLOGIA DO PROFESSOR PARA MEDIAR A LITERATURA EM SALA DE AULA

Atualmente e mediante as mudanças curriculares é notável perceber a função primordial da escola, ensinar a ler. É função essencial da escola, ampliar o domínio dos níveis de leitura e escrita e orientar a escolha dos materiais de leitura. Cabe formalmente à escola desenvolver as relações entre leitura e indivíduo, em todas as suas interfaces.

Pois o reconhecimento da dificuldade em realizar a leitura literária na escola distante das práticas utilitárias e mecânicas que fazem das obras pretexto para análises lingüísticas e contextualização estético-histórica não deve arrefecer a vontade e o trabalho do professor no sentido de, junto com seus alunos, explorarem a literatura com o coração e olhar críticos.

Segundo Pinheiro (2012), a prática de ensino da literatura no ensino médio apresenta diversos questionamentos que necessitam ser solucionados:

> [...] os conteúdos tradicionalmente escolhidos para serem levados à sala de aula, [...] voltados para o ensino da história da literatura; os procedimentos metodológicos escolhidos para o trabalho com o texto literário e a grande dependência que os profissionais têm em relação aos livros didáticos; [...] a necessidade de discussão sobre o lugar da teoria da literatura como suporte da prática de ensino da literatura e a formulação de objetivos menos pragmáticos para o ensino de literatura; [...] o problema dos acervos disponíveis ou não nas escolas e o número significativo de professores de língua e literatura que não são propriamente leitores (PINHEIRO,2012, p. 85-86).

Aonde o professor deve ser um intermediador/estimulador na construção do conhecimento, onde a leitura é parte essencial, do empenho, da perseverança, da dedicação, para que o aluno com seu desenvolvimento cognitivo da aprendizagem. Deve acontecer uma relação horizontal entre o professor e o aluno para maior construção de conhecimentos.

Pois a leitura do texto literário permite o envolvimento de sentimentos como a emoção, o prazer e o deleite, revelados pela maneira que o texto literário se organiza: Fugindo ao padrão hegemônico dos textos em circulação,exigindo habilidades e conhecimentos específicos dos leitores para desvendar o repertório desestabilizado pelo auto

O PCN’s da Língua Portuguesa, afirmam que:

> A leitura na escola tem sido, fundamentalmente, um objeto de ensino. Para que possa constituir também objeto de aprendizagem é, necessário que faça sentido para o aluno, isto é, a atividade de leitura deve responder do seu ponto de vista, aos objetivos de realização imediata. Como se trata de uma prática social complexa de aprendizagem deve preservar sua natureza a sua complexidade, de combinação entre eles (BRASIL, 1997, p. 54).

No entanto é contraditório e descontextualizado quando o professor exige que seu aluno leia se ele muitas vezes não ler e até pior, não gosta de ler. O professor passa a ser o modelo, porque já é membro do grupo sócio/profissional que pratica a leitura como ele gostaria que o aluno lesse, para desenvolver as competências no uso da linguagem.

Mesmo aquela escola que não tem uma biblioteca adequada para a leitura, é possível que o aluno leia em sala de aula, com o auxílio e motivação do professor, visto que, toda escola tem pelo menos um lugar onde os livros são depositados, isto é, um lugar que por muitos são chamados de biblioteca e que é esquecido pelo corpo docente. Cabe ao professor selecionar tais livros e levar para suas aulas, ou levar textos que condizem com a realidade e faixa etária da turma incentivando-a a leitura.

Desse modo, na utilização do texto literário em sala de aula não se observa um ensino de literatura como exploração das potencialidades da linguagem, nem da literatura-prazer que conduzirá o aluno a compreensão da realidade, pois tais exercícios podem desvelar "[...] a arbitrariedade das regras impostas pelos discursos padronizados da sociedade letrada[...]" (COSSON, 2014, p. 16) e,assim, provocar uma ruptura da ideologia reinante e um atrito com o mercado editorial.

Por fim o modelo de leitor oferecido pelo professor e as atividades propostas para o ensino e aprendizagem da leitura não são um luxo, mas uma necessidade. (SOLE, 1998. p. 172). Assim, percebe-se que o professor precisa ser um bom leitor para que desperte em seus alunos o gosto pela atividade da leitura. Precisará fazê-los achar que ela é algo interessante e desafiador, algo que, uma vez conquistada lhe dará autonomia e independência.

A IMPORTANCIA DA LEITURA

Um ato de grande importância para a aprendizagem do ser humano, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita. Proporcionando assim o hábito da leitura a funcionar como um exercício de fixação, pois boa parte dos assuntos estudados na escola é ensinada apenas na teoria.

A leitura não expõe o aluno apenas a novas palavras, aumentando o seu vocabulário. Ela também permite que ele tenha contato com novas informações, experiências, culturas e realidades. Além disso, ajuda no processo de desconstrução de conceitos pré-julgados dos estudantes e possibilita o conhecimento de uma diversidade de assuntos.

Observa-se na fala Freire (2008) mostra que ao ler é preciso pensar certo, ou seja, saber argumentar e ter sua própria opinião. Ele diz: "Quando aprendemos a ler e a escrever, o importante é aprender também a pensar certo. [...] Devemos pensar sobre a nossa vida diária. [...] Aprender a ler e escrever não é decorar bocados de palavras para depois repeti-los." (FREIRE, 2008 p. 56).

A leitura possui múltiplos significados e valores na nossa cultura. Ler pode significar desde atribuir sentido, numa acepção mais ampla, até a simples decodificação

Para Brandão e Micheletti (2002, p. 9):

> O ato de Ler é um processo abrangente e complexo de compreensão, de intelecção de mundo que envolve uma característica essencial e singular ao homem: a sua capacidade simbólica e de interação com outro pela mediação da palavra.

No entanto ainda o problema do ensino da leitura ocorre, na escola, em vários aspectos como a ausência de um trabalho interdisciplinar sobre a mesma,a dificuldade de conceitualização do que é leitura, divergências na concepção, encaminhamento metodológico e avaliação da leitura em relação ao Projeto Político Pedagógico e a prática que se efetiva na escola.

Paulo Freire afirma que "a leitura do mundo precede sempre à leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele" (FREIRE, 2003, p. 40).

Sabe-se, conforme Freire (2008), que é praticando a leitura que se aprende ser um bom leitor,já que

> Se é praticando que se aprende a nadar,
> Se é praticando que se aprende a trabalhar,
> É praticando também que se aprende a ler e a escrever.
> Vamos praticar para entender
> E aprender para praticar melhor.
> (FREIRE, 2008 p.47

Pois a leitura promove a reflexão e favorece um raciocínio claro. Dessa forma, o aluno adquire uma posição ativa em seu processo de aprendizagem, pois percebe que é capaz de se posicionar diante do conhecimento, de questionar e formular argumentos bem fundamentados. O senso crítico é aguçado e novas competências podem ser desenvolvidas, despertando, assim, a consciência para que se torne um cidadão ativo perante a sociedade.

Segundo Rangel (1990), ler é uma pratica básica, essencial para aprender. Nada substitui a leitura, mesmo numa época de proliferação dos recursos audiovisuais e da Informática. A leitura é parte essencial do trabalho, do empenho, de perseverança, da dedicação em aprender. O hábito de ler é decorrente do exercício e nem sempre constitui-se um ato prazeroso, porém, sempre necessário. Por este motivo, deve-se recorrer a estímulos para introduzir o hábito de leitura em nossos alunos.

CONCLUSÃO

Este trabalho permitiu analisar e refletir que ao dominar a leitura abrimos a possibilidade de adquirir conhecimentos, desenvolver raciocínios, alargar a visão de mundo, do outro e de si mesmo, participar ativamente da vida social.

E através da disciplina da Língua Portuguesa o professor se torna mediador para despertar nos alunos esse interesse pela leitura, pois ler não é só decodificar um texto, um enunciado vai mais além.

Ou seja, é possível perceber que há uma necessidade dentro do universo escolar em saber que o educador tem o papel de preparar e transformar o educando em um leitor consciente.

Portanto, a leitura só desperta interesse quando interage com o leitor, quando faz sentido e traz opiniões que se articulam com as informações que já se têm, ou seja, o leitor tem que ter conhecimento do mundo. Muitas vezes na leitura sentimos a presença da interação do leitor/autor via texto, onde o autor fornece pistas para uma melhor compreensão das idéias contidas no mesmo

REFERENCIAS

CANDIDO, Antônio. **Vários escritos** – edição revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário teoria** e prática. 2 edição. 3 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

FREIRE, Paulo, **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

PIMENTA, Selma. G. ; LIMA, Maria Socorro L.Estágio e docência. 7º. ed. São Paulo:Cortez, 2012.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura;** trad. Claúdia Schilling – 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ARTE NO ENSINO FUNTAMENTAL

Lucrécia Ferreira Vaz[2]
Andreia Magalhães da Silva[3]
Halimi Alves de Lima Elustra[4]

RESUMO

Este trabalho objetiva realizar uma reflexão sobre a importância do ensino da arte no Ensino Fundamental, tornando como recorte uma pesquisa realizada em uma escola publica da rede estadual do Distrito de santa Elvira, Município de Juscimeira – MT. Tal pesquisa revela os desafios encontrados pelos professores, na qual possa compreender as relações entre aluno, professores e o ensino da arte. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados os questionários para professores da escola observada. Os resultados e discussão possibilitaram uma reflexão sobre o espaço geralmente ocupado pela disciplina de Arte no contesto escolar da escola pesquisada. Constatou-se também que apesar daobrigatoriedade conferida por lei, e que ainda não possui a devida importância como as demais disciplinas. As reflexões aqui realizadas indicam que o ensino da arte na escola ainda precisa de um trabalho mais efetivo e valorizado, envolvendo maior qualificação dos professores que trabalham nesta área da escola. Constatou-se que não e somente a obrigatoriedade, mas sim avançar nas mudanças que devem começar pelo professor, sendo um dos principais responsáveis pelo ensino.

Palavras – chave: Ensino da arte – Dificuldades – Qualificação - Professor

1- INTRODUÇÃO

1.1 - Histórico sobre o Ensino da Arte no Brasil

O ensino da arte surgiu no Brasil com a chegada dos jesuítas, com objetivo de catequizar os índios e ensinar a religião católica e educar os indígenas, sedo o primeiro sistema de ensino do País.

O ensino da arte só tornou oficial no Brasil, no ano de 1816, com criação da Acadêmica Imperial de Belas Artes, vindo da França, com a finalidade de preparar pessoas para o trabalho com desenhos e copias de modelos, que com passar dos tempos tornou-se mais significativos e importante para educação até se tornar obrigatório.

[2] É aluna do Claretiano - Centro Universitário
[3] É aluna do Claretiano - Centro Universitário
[4] É orientador no Claretiano - Centro Universitário

No século XX, a preocupação com o ensino das artes não passava de ensinar desenhos através de cópias que era transmitido para toda turma. Já em 1930, o ensino de Artes começa a ganhar espaço nas escolas ensinando para crianças e adolescentes.

Em 1940, surgem as “Escolinhas de Arte”, cuja proposta era baseada na livre expressão, usando materiais como: lápis, pincel, tinta, argila entre outros, na qual cada um poderia expressar sua arte.

A partir da Lei nº 4024/1961 – LDB, que as discussões e os estudos sobre currículos desenvolvam com maior eficiência.

Em 1970, foi criado a lei 5692/71, ano que foi inserido no currículo do Ensino Fundamental, com nomenclatura de “ Educação artística” considerada apenas como uma atitude educativa e não disciplina. Sendo que esta Lei propicia ao professor o ensino de conteúdos de Musica, Teatro, Dança e Artes plásticas nos cursos de 1º e 2º grau. Assim, os professores deveriam dominar as expressões artísticas, que utilizavam técnicas e habilidades. Artigo 60 da Lei 5692/7, será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde nos currículos plenos de 1° e 2° graus...” (NISKIER, 1988, p.82).

Apesar do Ensino das Artes ser obrigatório, mas os professores não tinham formação nessa área. Como também nessa época não tinham cursos de especialização, tendo que buscar uma formação nas “ Escolinhas da Arte”.

Sabendo que as aulas de Educação artística abriram novos espaços no Ensino da Arte, na qual muito professor tiveram dificuldades elaborar os conteúdos e metodologia para desenvolver o ensino e aprendizagem nesta nova área do conhecimento. Tiveram como base os “ Guias Curriculares”, com objetivo de orientar o trabalho em sala de aula.

Com implantação da nova lei nº 9394/1996 a Lei de Diretrizes Básica da Educação Nacional (LDB), que inclui o ensino da Arte no contexto escolar, considerada como disciplina e obrigatória, surge a partir dai uma nova concepção do processo educacional, sendo confirmada e foi reconhecida como disciplina, tendo seu ensino se tornado obrigatório na educação básica, conforme dispõe o parágrafo 2º do artigo 26: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

Em 1980, devido as mudanças no ensino das artes, foi criada pela pesquisadora Ana Mãe Barbosa uma nova proposta no ensino da Arte, denominada “Abordagem Triangular” sendo três pilares: contextualização, apreciação e produção artística, mas como os mesmo propósitos.

Desde 1996, por intermédio da lei nº9.394, a Arte é entendida como disciplina e passa a ser tratada como tal, com conjuntos específicos de conhecimento, os conteúdos curriculares.¨” O ensino da arte constitui componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1998ª,p.26,&2º

Em 1998, e Ensino da arte avançou nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) referencial que reconhece a importância da Arte para formação e desenvolvimento de crianças e

jovens, e colocando a proposta da educadora Ana Mãe Barbosa, como um componente obrigatório na educação. A maneira de:

> O estudo, a análise e a apreciação da arte podem contribuir tanto para o processo pessoal de criação dos alunos como também para sua experiência estética e conhecimento significado que ela desempenha nas culturas humanas. (PCNs, 5ª a 8ª série, p. 49)....

Esse referencial tece como intuito de proporcionar os professores orientação melhor para propostas e objetivos exigidos para todo currículo.

Dessa forma, conclui que muito há de fazer para fortalecer o espaço ocupado pelo ensino de artes nas escolas. Sabendo que os professores precisam se capacitar para garantir aos alunos o acesso aos seus conhecimentos fundamentais da arte. Assim, o crescimento profissional de um docente inclui sem duvida, uma formação continuada em sua área de atuação, para melhor desenvolvimento com os alunos. Para Ivone Mendes Richter (2003, p. 51)

> O grande desafio do ensino da arte, atualmente é contribuir para a construção da realidade através da liberdade pessoal. Precisamos de um ensino de arte por meio do quais as diferenças culturais sejam vistas como recursos que permitam ao indivíduo desenvolver seu próprio potencial humano e criativo, diminuindo o distanciamento existente entre a arte e a vida.

Conhecimento teórico e pratico em Artes é fundamental para formação do alunos, desenvolvendo a sensibilidade, senso critico e a socialização com bens culturais produzidos pela humanidade ao longo de sua historia. Para Celdon Fritzen (2008, p. 34)

Embora já se passassem muito tempo desde a aprovação dessa lei, ainda é recorrente em muitas escolas dos pais e entendimento de Arte como atividade recreativa, em que são produzidos trabalhos motivados por datas comemorativas, como Dia das Mães, pela livre expressão do aluno, sem orientação ou pela reprodução de modelos estereotipados.

Dessa forma a Base Nacional Curricular (BNCC) recomenda um trabalho em seis dimensões do conhecimento – a criação, a critica, a estesia, a expressão, fruição e reflexão. Em artes Visuais, Dança, Música e Teatro, bem como Artes Integradas que exploram " as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilidades pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação" (BRASIL, 2017, p.155).

De acordo com BNCC

> Criação refere-se ao fazer artístico, quando os sujeitos criam, produzem e constroem. Trata-se de uma atitude intencional e investigativa que confere

> materialidade estética a sentimentos, ideias, desejos e representações em processo, acontecimentos e produções artísticas individuais ou coletivas. Essa dimensão trata do aprender o que está em jogo durante o fazer artístico, processo permeado por tomadas de decisão, entraves, desafios, conflitos, negociações e inquietações.

A educação constitui a base de toda a formação e organização humana. Os instrumentos usados durante todo este processo são de extrema importância para construção e reprodução de visão de mundo, para formação de cidadãos efetivamente participativos e estimulados.

Durante os anos de Educação formal, o ensino de arte está, conforme as tendências atuais para o componente curricular, concentrado na produção, na reflexão sobre o contexto histórico dos objetos de estudo e na fruição de obras, ou seja, no desfrute ou na apreciação delas por meio da sensibilidade estética, da percepção ou da imaginação. Esse é um procedimento consolidado para a formação do conjunto básico de conhecimentos próprios que envolvem as diversas linguagens artísticas.

A Lei n. 2732 (Brasil, 2008) dispõe acerca do ensino de música na educação básica inserido alterações na Lei n. 9394 (Brasil,1996) que informa no 6º e 7º parágrafo a obrigatoriedades do ensino de música e a necessidade de ser efetivado".{...} por professores com formação especifico na área"

A arte é uma forma de comunicação humana permeada de valores culturais e estéticos, constituído linguagens em que estão presentes diversos signos, entre os quais os visuais, os sonoros e os corporais. Tradicionalmente, divide-se a arte em quatro linguagens: Música, Teatro, Dança e Artes Visuais, essa ultima inclui, por sua vez, outras modalidades, como a fotografia, o cinema e a arquitetura.

A presente pesquisa trata do tema sobre a importância do Ensino da Arte no Ensino Fundamental em sala de aula, em especial na rede pública.

O interesse pelo tema surgiu a partir da minha experiência como professora em uma Escola Estadual Distrito de Santa Elvira, localizada na Cidade de Juscimeira, o que me oportunizou observar as dificuldades de alguns professores em ensinar os conteúdos do Ensino das Artes em sala de aula. Pois, a maioria das vezes essa aulas colocadas a disposição para Professores licenciados em Letras, ou para aqueles que ficaram com poucas aulas e acabam completando com aulas de Ensino da Arte.

Ao perceber a dificuldade de determinados professores interessei-me em investigar o tema em questão, com a intenção de pesquisar e analisar como os professores enfrentam as dificuldades relacionadas em administrar o conteúdo, ficando a deseja para os alunos, pois se tornam apenas uma aula sem objetivos, sabendo que é uma área de conhecimento que contribui para formação do aluno, ajuda a entender de forma critica a sociedade que rodeia a cultura. Muito se tem debatidos sobre a importância do ensino das atividades artísticas em sala de aula, com intuito de incentivar não somente o desenvolvimento criativo do aluno, mas também valorizando a diversidade cultural nos ambientes na qual estão inseridos os alunos.

Sabemos que a realidade demonstra casos em que o ensino da arte na escola, principalmente no ensino fundamental, é praticado através de uma abordagem equivocada e limitada a atividades que não envolvem o aprendizado de sua origem e de seus objetivos para formação do cidadão.

Observam – se que muitas escolas procuram desenvolver atividades prontas, xerocadas, sem elaborar conteúdos que possa estimular a criatividade do aluno, deixando a perspectiva que o ensino contribui para a formação do aluno facilitando as relações sociais mantidas principalmente no ambiente educacional.

Portanto e preciso ressaltar que a função social da escola é oferecer oportunidade de conhecimento significativo para o desenvolvimento intelectual e cognitivo do aluno.

Sabe-se que muitos educadores têm uma visão ingênua sobre o Ensino da Artes em sala de aula e esperam encontrar uma “fórmula mágica” para lidar com este desafio. Sendo assim, surge o seguinte questionamento: De que forma os professores identificam e buscam soluções para enfrentar a inserção do aluno ao mundo das artes, nas escolas públicas?

O objetivo geral proposto foi destacar a importância da Arte no Ensino Fundamental dentro do contexto escolar diante dos desafios encontrados pelos professores, na qual possa compreender as relações entre professor, aluno e o ensino da arte. Sendo que os objetivos específicos se desdobraram em identificar os conceitos escolares sobre a dificuldade em trabalhar conteúdos relacionados ao ensino da arte em sala de aula; identificar a falta de formação do professor que conduz a aulas que não despertam o interesse do aluno; verificar a percepção dos professores em administrar o conteúdo da disciplina com o de outras áreas de conhecimento (perspectiva interdisciplinar) e sua repercussão pedagógica; averiguar a capacitação e aceitação dos professores em relação a diferentes maneira de trabalhar os conteúdos abordados e como esta disciplina tem um impacto positivo no desenvolvimento dos alunos em sala de aula;

Para entender melhor esses fatores que contribuem para a intervenção em sala de aula, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a construção deste trabalho. Em seguida serão descritos o levantamento de dados e a análise dos resultados da pesquisa de campo realizada através de questionários efetuados com alguns professores.

Dessa maneira, a metodologia deste estudo será realizada através de pesquisa exploratória que buscam proporcionar uma abordagem do problema pelo levantamento de informações ou a constituição de hipóteses, envolvendo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas com pessoas, análise de exemplos e outros de carater bibliografico voltado para coleta de referências consistentes do ensino da Arte no Brasil. Marconi e Lakatos (2003) afirmam que a pesquisa exploratória bibliográfica contribui com o aprofundamnto do conhecimento do pesquisador.

Já o instrumento de pesquisa será utilizado questionários, livros, artigos, periodicos e sites na internet que garantem os assuntos abordados no trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

De início foi aplicado um questionário (em anexo) a cinco professores que atuam no Ensino Fundamental e médio. A estruturação deste questionário foi feita com oito perguntas abertas, de modo a preservar a identidade dos professores que participaram desta pesquisa, estas serão identificadas por letras do alfabeto, X, Y, U, Z e W.

As questões abaixo que chamaram a atenção com relação às respostas dos questionários realizados com as professores, nos quais elas refletem um pouco sobre a Importância do Ensino das Artes na vivência escolar dos alunos da rede pública.

QUESTÃO 01

ESCOLARIDADE:
MAGISTÉRIO ( )
SUPERIOR COMPLETO ( )
PÓS-GRADUAÇÃO ( )
MESTRADO ( )
DOUTORADO ( )

A primeira questão refere-se à formação do docente. Os professores X, e Y, são Licenciados em Letras e Artes, e U, Z e W, Licenciatura em Pedagogia, e todos com Pós-graduação. Isso quer dizer que os pesquisados são profissionais que de uma forma ou de outra buscam a formação continuada em sua trajetória acadêmica, pois todos têm embasamento teórico para refletir a respeito do assunto apresentado.

QUESTÃO 02

Trabalha com a disciplina Ensino das Artes? Se trabalha com esta disciplina, possui materiais e o espaço adequado para o desenvolvimento das aulas?

Os professores X e Y por serem capacitados com Licenciatura em Letras e Artes, disse que não possui materiais necessários, devido à falta de recursos, dessa forma para preencher a aula utiliza desenhos, pinturas, confecção de cartazes e até mesmo teatro, na qual se expressam suas percepções usando a imaginação com grande potencial criativo podendo contribuir para aprendizagem. Já os espaços abordaram que se tem o pátio, que onde todos colocam seus trabalhos realizados em sala de aula, e quando se tem uma data comemorativa apresentam teatro, de uma forma simples, com a participação da comunidade na confecção de roupas. Os professores U, Z e W relataram que tem muitas dificuldades em ministrar essa disciplina, ficando a desejar sem materiais necessários, e que a maioria das vezes somente desenho para passar o tempo.

QUESTÃO 3

Por que se permite nas escolas que profissionais não qualificados ministrem aulas de artes?

Os professores X,Y, afirmaram que é devido a atribuição de aulas que é feita no início do ano, como são pouco os capacitados, ficando muitas aulas a disposição para completar a carga horária dos professores. Os professores U,Z e W, disseram que não tem muitas opção ficando apenas essas disciplinas disponíveis para completar a carga horária.

QUESTÃO 04

Será que os professores qualificados ou não, estão assumindo a responsabilidade com compromisso em se ensinar artes?

Todos afirmaram que não tem tanto comprometimento com a disciplina igual às outras disciplinas, devido à carga horária serem diferenciada, e sabem que existem falhas no ensino, que na verdade estão mais interessados em completar a carga horária.

QUESTÃO 05

Será necessário ter um professor de Arte especifico ou os outros professores regentes estão preparados em ministrar essa disciplina?

Todos afirmam que é de grande importância um professor capacitado, pois reconhecem as falhas existentes, mas que deveria ter material adequado e espaço suficiente para ministrar aula mais dinâmica e eficaz que possam estimular os alunos, apesar de ser uma disciplina com carga horária menor que as outras, os alunos sentem vontade de expressar seus sentimentos, através de desenho, pinturas, teatro, etc... Mas que não verdade falta conscientização dos profissionais e falta de investimentos.

QUESTÃO 06

De acordo com os avanços percebidos na oficialização da disciplina no currículo, como tem sido a inserção destes profissionais na escola?

Todos os pesquisadores responderam que sim, precisa ter uma formação especifica na área, pelo fato de ter faculdades relacionadas ao Ensino da Arte, e quando há um profissional formado se tem grande diferença em ministrar os conteúdos, por terem muito conhecimentos.

QUESTÃO 07

Você considera importante o ensino da arte no ensino fundamental?

Todos disseram que sim, por ser uma disciplina que pode trabalhar de forma interdisciplinar com as outras disciplinas, pois ajudam muito principalmente nas aulas e historia e literatura, na qual os conteúdos podem ser interdisciplinar, o que falta é planejamento nas aulas.

QUESTÃO 08

Você considera que a disciplina de Ensino da Artes e tão importante como as outras na grade curricular?

Todos responderam que sim, pois tem o mesmo peso igual às outras, pois contribui diretamente para o desenvolvimento integral dos alunos, e os principais benefícios são em incluir a música, o teatro, a dança e as artes visuais no cotidiano do aluno. De forma podem transformar o aluno por meio da magia, da fantasia, da descoberta e da aventura, possibilitando o desenvolvimento da sensibilidade e da criatividade desde os primeiros anos de vida da criança.

De acordo com a pesquisa foram aplicados questionários para os professores e análise após coleta de dados. Para Barros e Lehfeld (2000), o questionário é o instrumento mais usado para o levantamento de informações. Não está restrito a uma determinada quantidade de questões, porém aconselha-se que não seja muito exaustivo, desanimando o pesquisado. O questionário pode possuir perguntas fechadas ou abertas e ainda a combinação dos dois tipos.

Após coleta de dados foi efetuada a análise dos resultados para verificar as respostas dos professores em relação ao tema a Importância do Ensino das Artes no Ensino Fundamental.

Através da pesquisa os dados demonstraram como os professores em que foi aplicado o questionário pensam e agem diante da importância do Ensino das Artes no Ensino Fundamental. Foram 02 (duas) professoras com duas Licenciaturas uma em Letras e outra em Ensino das Artes, mas que na verdade exercem somente a Licenciatura de Letras, e 03 (três) professores são formados em Pedagogia.

Os questionários foram entregues a cinco professores sem qualquer identificação, sendo possível realizar alguns levantamentos essenciais para fundamentar esta pesquisa.

De acordo com a aplicação dos questionários aos professores percebeu-se que a maioria não tem materiais necessários e nem espaço adequados para realizarem as aulas, por falta de investimentos.

Relataram que consideram uma área de grande importância para os alunos, sendo uma oportunidade na qual os alunos expressam suas percepções, podem ser sensibilizados para a condições de uso da imaginação e potencial criativo, o que certamente contribui para estimular sua aprendizagem em todos os sentidos.

Fica claro que se tem muitas falhas principalmente no quesito nas distribuições das aulas, deixando transparecer uma forma para completar sua carga horária e sem compromisso.

Afirmaram que consideram o ensino de Arte tão importante quanto as outras disciplinas da grade curricular, e que os professores regentes do ensino fundamental tenham algum tipo de capacitação nesta área em sua formação acadêmica. Destacaram que o conceito de Arte é muito amplo e que uma formação adequada, pode proporcionar aos professores que não são especializados trabalharem com aulas mais eficazes e de boa qualidade, de forma a estimular o interesse dos alunos por elas.

Apesar de esta pesquisa ser realizada com um universo de apenas cinco professores, de acordo com as entrevistas feitas pode-se perceber que os educadores participantes desse estudo demonstraram compreender sobre a importância desse ensino e que veem nele uma forma de estimular a aprendizagem em todos os sentidos.

Através dos dados obtidos da pesquisa foi possível traçar uma amostragem do perfil do professor presente hoje nas escolas, não podendo generalizar. Sendo necessário saber elaborar,

escolher o momento propício para aplicar a aula, pois é uma disciplina de grande importância que exige interesse, criatividade e tempo. Porém, os resultados são satisfatórios, pois promove uma harmonia no ambiente escolar, e significativo no processo de aprendizagem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos desafios veem sendo encontrado em trabalhar o ensino da arte nas escolas, devido ao preconceito sobre a falta de preparação de muitos professores. Sabe-se que o educador em Artes ainda tem muito obstáculo a enfrentar sobre sua formação, pois a licenciatura ela tem como base todas as disciplinas exigidas pela legislação vigente, mas mesmo assim, o professor precisa demonstrar todos seus conhecimentos pedagógicos a fim em todas as outras disciplinas.

Alguns educadores são acomodados e de forma a se pretender daquele ensino que tiveram na infância, talvez uma forma de deixar o trabalho fácil de se fazer, sem a preocupação de levar informações cultural da arte, esquecendo que sua conexão com as outras disciplina abordando conceito e conteúdo que ultrapassam os limites do conhecimento de uma forma transversal.

A pesquisa realizada teve como finalidade estudar a Importância do Ensino da Arte no Ensino fundamental, o que me levou a fazer um estudo mais abrangente sobre o tema em questão. De acordo com as respostas obtidas através dos questionários, fica evidente que precisa conscientizar nas escolas a importância do ensino da arte no cotidiano do aluno, como divulgação dos conteúdos e sua contribuição para o desenvolvimento criativo, levado o aluno apreciar a arte e contextualizar. O professor precisa ter esse conhecimento para que possa inserir em seu planejamento todos os tipos de saberes e conteúdo, contemplando todas as possibilidades.

No entanto o educador tem que estar sempre conectado com o mundo globalizado, que oferece em ensinar arte, precisa estar constantemente conectado em todas disciplinas como Historia, Geografia, Literatura, Sociologia, enfim, estão todas ligadas entre si. Subentende-se que as disciplinas dependem da arte para ilustrar e explicar diversos acontecimentos, na qual precisa de apoio de todas as áreas de conhecimento para adequar seu conteúdos, de uma forma a beneficiar todos os alunos na escola, ficando evidente a grande importância do ensino da arte nos tempos atuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais Brasília, DF:

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais** – 5ª a 8ª séries. Arte, MEC, 1998. _____Parâmetros curriculares do ensino médio – MEC, 1999.

CELDON FRITZEN, Janine Moreira (orgs). **Educação e arte**. Campinas SP: Papirus, 2008.

GIL, A. C. (2002). **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** (6 ed.). São Paulo: Atlas S.A.

GIL, A. C. (2008). **Métodos e Técnicas de Projeto Social** (5 ed.). São Paulo: Atlas S.A.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas. 2010.

MARCONI, M. A., & LAKATOS, E. M. (2003). **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas S.A.

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIAS NA PERSPECTIVA DA TEORIA DIALÓGICA DE PAULO FREIRE.

Jonatas Marcos da Silva Santos[5]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre escola e famílias com fundamentos na perspectiva dialógica de Paulo Freire. Toma como parâmetro alguns dados produzidos na pesquisa "Desafios e possibilidades: a compreensão do diálogo que se constrói entre escola e famílias", que buscou entender como gestores, professores e famílias de alunos do ensino fundamental, da rede municipal de ensino de Jaciara no Estado do Mato Grosso, estabelecem vias de diálogo e quais desafios ainda permanecem na relação entre a instituição escolar e familiar. Teve como base teórico-metodológica autores que abordam a realidade educacional numa perspectiva crítico-dialética, tais como: Freire, Guareschi, Carvalho, Gadotti, Streck e Garske. Os gestores, professores e famílias de alunos do nono ano do ensino fundamental foram os sujeitos da pesquisa. Os instrumentos empregados na coleta de dados foram o caderno de campo nos momentos de observação e entrevistas gravadas em áudio. A análise dos dados mostrou que o diálogo entre escola e famílias acontece em momentos pontuais da vida intraescolar, destituído de uma perspectiva transformadora da realidade educacional. Poucas iniciativas de diálogo são criadas pela escola e quase sempre chegam de fora, na forma de programas de governo ou documentos normativos editados pelas secretarias: estadual e/ou municipal de ensino. A questão dialógica da relação entre escola e famílias mostrou o grande desafio que é construir as bases de um processo que congregue estas instituições na construção da palavra autêntica que é a interação entre reflexão e ação numa dimensão macrossocial. Ficou evidenciado a desconexão entre o projeto político pedagógico escolar e as iniciativas de aproximação das famílias do ambiente escolar, enquanto responsáveis pela educação das novas gerações de estudantes. Além da distância, foi possível perceber que políticas públicas voltadas para fomentar o diálogo não atingem os objetivos esperados, permanecendo a desarticulação entre o que se diz e o que realmente acontece em termos de relação entre a escola e as famílias dos alunos.

Palavras-chave: Diálogo. Paulo Freire. Escola. Famílias. Possibilidades.

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between school and families based on Paulo Freire's dialogic perspective. It takes as a parameter some data produced in the research "Challenges and possibilities: the understanding of the dialogue that is built between school and families", which sought to understand how managers, teachers and families of elementary school students from the Jaciara municipal school system in the state do Mato Grosso, establish ways of dialogue and which challenges still remain in the relationship between the school and family institution. Teve como base teórico-metodológica autores que abordam a realidade educacional numa perspectiva crítico-dialética, tais como: Freire, Guareschi, Carvalho, Gadotti, Streck e Garske. The managers, teachers and families of ninth grade students were the subjects of the research. The instruments used in data collection were the field notebook in the moments of observation and interviews recorded in audio. The analysis of the data showed that the dialogue between school and families happens in specific moments of the intra school life, devoid of a transformative perspective of the educational reality. Few dialogue initiatives are created by the school and almost always come from outside in the form of government programs or normative documents edited by the state and / or municipal education

[5] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMT/Rondonópolis.

departments. The dialogical question of the relationship between school and families showed the challenge to build the foundations of a process that brings these institutions together in the construction of the authentic word, which is the interaction between reflection and action in a macrosocial dimension. It was possible to notice the disconnect between the school pedagogical political project and the initiatives to bring families closer to the school environment, while responsible for the education of the new generations of students. Beyond the distance, it was possible to realize that public policies aimed at fostering dialogue do not achieve the expected objectives, remaining the disarticulation between what is said and what really happens in terms of the relationship between the school and the students' families.

Keywords: Dialogue. Paulo Freire. School. Families. Possibilities.

1 INTRODUÇÃO

Com a finalidade de refletir sobre os desafios e possibilidades de construção do diálogo entre escola e famílias de estudantes da escola da rede pública municipal, tendo como base a teoria da ação dialógica de Paulo Freire e a perspectiva dialética de abordagem da realidade social, este texto tem como escopo reportar e discutir a compreensão do diálogo expressa pelas palavras de gestores, professores e famílias.

Desta forma, toma como fundamento alguns dados produzidos na pesquisa "Desafios e possibilidades: a compreensão do diálogo que se constrói entre escola e famílias", que investigou como acontece o diálogo entre a escola e as famílias dos alunos do nono ano do ensino fundamental na rede municipal de ensino na cidade de Jaciara no estado do Mato Grosso.

Diversos autores têm apontado para a importância de abordar a realidade da educação escolar numa perspectiva dialética transformadora, com o objetivo de construir uma nova sociedade, onde as pessoas estejam comprometidas com a participação cidadã (STRECK, 2003, 2007; GUARESCHI, 1996, 2013; GADOTTI, 1997, 1998, 2012). Outros têm mostrado a importância da família no processo de aprendizagem escolar dos alunos (CAETANO e YAEGASHI, 2014; GALLO, 2009; ROMANELLI, NOGUEIRA e ZAGO, 2013). Já Paulo Freire tratou a questão da educação em um viés pedagógico-dialógico pela conscientização transformadora (FREIRE, 2011, 2008, 2009, 2013, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b).

Acerca da abordagem dialética Freire mostrou que a construção de um novo conhecimento, se dá com a correta compreensão da relação que se estabelece entre sujeito-objeto e sujeito-sujeito. Neste sentido, faz-se necessário trabalhar a consciência do sujeito em ralação às dicotomias que podem aparecer entres os polos. Trata-se de entender a pesquisa qualitativa considerando objetividade e subjetividade em um movimento dialético, como afirmou Freire (2011, p. 51) "nem objetivismo, nem subjetivismo ou psicologismo, mas subjetividade e objetividade em permanente dialeticidade."

No desenvolvimento do processo de investigação, foram consideradas as "dificuldades reais dos professores no exercício da profissão, os contextos institucionais e sociais nos quais esse

trabalho se realiza e muitos outros valores intrínsecos à atividade docente." (NASCIMENTO; REIS, 2017, p. 51). Foi ponderado também a compreensão freiriana de educação como prática dialógica, identificando as características que compõe o fenômeno do diálogo, com o intuito de buscar um novo olhar sobre a questão da relação entre escola e famílias.

Os gestores e professores que atuavam em diversas áreas do conhecimento participaram do estudo. Foram entrevistados: o diretor e duas secretárias. Quanto aos docentes foram entrevistadas: a coordenadora pedagógica e as professoras de ciências naturais, educação religiosa e arte, história e geografia e a professora de educação física.

Foi considerado também o diálogo realizado entre a escola e famílias, expresso nas vozes dos pais e mães de cinco famílias dos estudantes do nono ano do ensino fundamental. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro de questões que "*suleou*" (FREIRE, 2014a) os encontros dialógicos, elaborado em conjunto com o professor Doutor Ademar de Lima Carvalho.[6] Três entrevistas foram realizadas nas casas das famílias e outras duas na unidade escolar.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi delineado um quadro sistêmico da rede municipal de ensino de Jaciara, quantificando o número de escolas e estudantes matriculados nas unidades de ensino. Depois deste passo, foi definido a escolha da escola, considerando a localização na zona periférica e pobre da cidade. As ruas que a ladeavam eram sem asfalto, criando poeira intensa na época de estiagem e muita lama em época de chuvas. Tinha também um lixão próximo da escola e estava em andamento a construção de cerca de trezentas e cinquenta novas casas populares em seu entorno.

O presente artigo apresenta um recorte das análises realizadas com alguns dados produzidos durante as entrevistas. Sua finalidade é discutir como acontece o diálogo entre escola e famílias na percepção de gestores, docentes e pais dos alunos do nono ano. Para tanto, situa-se a relação entre escola e famílias sobre a base da teoria dialógica de Paulo Freire, para em seguida apresentar quais são as dificuldades e possibilidades na construção do diálogo, apresentadas nas vozes dos sujeitos participantes da investigação.

2 A TEORIA DIALÓGICA DE PAULO FREIRE

De acordo com Freire (2011) não pode existir diálogo sem esperança. No ato de comunicar, os seres humanos buscam superar seu inacabamento, por isso, de acordo com Santos (2019, p. 57), "a esperança é elemento constitutivo da relação transformadora dialógica," pois "a esperança está na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca." (FREIRE, 2011, p. 114)

[6] CARVALHO, A. L. **Os Caminhos Perversos da Educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula.** Cuiabá: EdUFMT, 2005.

Para Santos (2019, p. 58) "esperança e humanidade se interpenetram inseparavelmente na proposta progressista de construir o ensinar-aprender dialógico entre seres humanos." Ressalta Freire (2015b, p. 71),

> a esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do seu inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança.

A construção da educação enquanto ato dialógico-esperançoso dá-se na história, "sabendo-se que a transformação da realidade presente não exaure a possibilidade de transformação no futuro." (SANTOS, 2019, p. 58). Na teoria dialógica de Paulo Freire "a esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado e não pré-dado." (FREIRE, 2015, p. 71)

De acordo com Santos (2019, p. 58)

> Ser consciente do inacabamento implica aceitar a complementariedade relacional que os seres humanos se proporcionam na relação dialogal. Ao mesmo tempo é encontrar-se no mundo como pessoa capaz de doar-se e acolher tudo o que os sujeitos são e produzem na sua existência. Se a aceitação das propostas e de ideias do outro contribuem para a elaboração de uma esperança histórica concreta, é importante lembrar, todavia, que não é a única maneira, se isolada, capaz de gerar as mudanças esperadas.

Na realidade social a esperança é base da construção do respeito à dignidade humana, através de um projeto histórico, partindo-se da consciência de que "a esperança é fundamento imprescindível para o respeito e a convivência ética e solidária dos seres humanos." (SANTOS, 2019, p. 58). Sabendo que a sociedade se transforma constantemente, ainda que existam "grupos que se organizam para manter o povo na 'eterna' desesperança e isso pode ser mudado." (SANTOS, 2019, p. 59).

Neste sentido,

> é preciso que os sujeitos dialoguem sobre o que estão buscando pela existência que vai se constituindo no próprio diálogo e no desenrolar da história social e individual. O campo educativo precisa proporcionar aos pais, professores, estudantes e gestores, essa atmosfera dialogal. (SANTOS, 2019, p. 59)

Os seres humanos buscam entender o mundo e estabelecem relações significativas entre si, por isso, o diálogo "não se faz no isolamento, mas na comunicação entre os homens – o que é impraticável numa situação de opressão." (FREIRE, 2011, p. 114). O ato agressivo é contrário à educação enquanto diálogo esperançoso. "No caso específico da educação formal que exige uma

relação de proximidade de diálogo é peculiar a violência simbólica. Uma vez praticada, a agressão leva ao desespero, à desunião e ao desamor." (SANTOS, 2019, p. 59).

Para Santos (2019) somos seres inacabados com possibilidades de doação e acolhimento entre si, mas o ato opressor contraria a possibilidade de "sermos mais". Sem a esperança consciente, o agressor e o agredido são relegados à situação do ser menos, impedindo qualquer possiblidade de diálogo e de libertação de ambos. Para Santos (2019, p. 59) "o diálogo esperançoso é contraposição ao desespero." E segundo Freire (2011, p. 114) "o desespero é uma espécie de silêncio, de recusa do mundo, de fuga." Torna-se necessário o diálogo para transformar os ambientes educativos e sociais, quebrando o silêncio imposto ao cidadão por visões avessas à autonomia e à esperança.

Para Freire "a desumanização que resulta da 'ordem' injusta não deveria ser razão da perda da esperança, mas, ao contrário uma razão de desejar ainda mais e de procurar sem descanso, restaurar a humanidade esmagada pela injustiça." (FREIRE, 2011, p. 114). Se existe um sistema injusto construído para beneficiar alguns poucos "proprietários da palavra", a educação é o campo de composição das situações dialogais dos homens e mulheres da terra, enquanto esperança que "ilumina a razão para união coletiva entre sujeitos pelo desejo de restaurar os princípios fundamentais da existência humana." (SANTOS, 2019, p. 60).

Os oprimidos sem a construção do diálogo na educação

> são esmagados pelas injustiças e excluídos da sociedade, mas são também, se organizados, os protagonistas, dentro e fora dos ambientes politicamente educativos – escolas, universidades – para se construírem responsavelmente e de consequência efetivar a concretização de outro mundo possível. Conceber a educação como campo próprio para que isso seja realizado é reconhecer a importância do profissional de ensino neste processo histórico dialético.

Por isso "não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero." (FREIRE, 2011, p. 114). Neste movimento de diálogo como esperança na relação entre escola e famílias, torna-se importante contextualizar as vozes dos sujeitos entrevistados a partir dos processos educativos vitais que se desenvolvem dentro e fora do ambiente escolar, identificando desafios e possiblidades para sua construção. Neste sentido, serão apresentados e discutidos os dados produzidos no processo de investigação.

3 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIAS

Alguns estudos têm indicado a importância da relação entre as instituições: escola e família. Autores como Santos, 2019; Gallo, 2009; Caetano e Yaegashi, 2014; Romanelli, Nogueira e Zago, 2013; Stoer e Silva, 2005 de uma forma ou de outra, têm destacado novas perspectivas importantes para compreender e superar os obstáculos às parcerias que podem ser estabelecidas em benefício dos alunos.

Posto que existem fundamentos para construção do diálogo entre escola e famílias, indaga Santos (2019, p. 125) como "esta relação da escola e comunidade vem sendo construída? Respeita o contexto local das famílias e professores? Possibilita o diálogo a respeito dos verdadeiros problemas da comunidade? Visa a autonomia de decisões e planejamento pedagógico e político?" São questionamentos pertinentes diante da proposta de fundamentar a transformação da educação.

Diante destas e outras questões, traz-se a seguir os dados de acordo com roteiro cronológico de realização das entrevistas, observações e diálogos com gestores, professores e pais, respeitando-se o roteiro das perguntas realizadas nas entrevistas. Nas vozes expressas destacam-se as possibilidades de aproximação entre escola a as famílias, apontando para as propostas de melhorias da qualidade da educação.

Neste sentido, de acordo com Santos (2019, p. 125), na visão dos gestores, na escola:

> existem iniciativas para superar as dificuldades de diálogo. A escola ela se preocupa muito com essa participação dos pais. Ela tenta mostrar essa importância da articulação entre família e escola, tanto é, que desenvolve eventos: que é o dia da família na escola, com essa intenção de estar chamando, mostrando para família o que a escola tem trabalhado.

Uma das possibilidades de aproximação entre escola e famílias, para os gestores, é o fato de abrir os portões da escola em horários alternativos aos momentos de aula. Acerca do acolhimento das famílias da comunidade do entorno da escola, "para o gestor crítico: sempre há alguma possibilidade (...), mas isso depende muito da direção, se o diretor é aberto isso pode acontecer." (SANTOS, 2019, p. 126).

Torna-se necessário, no entanto, transformar essas iniciativas em possibilidades de diálogo para não serem vistas apenas "como o adentrar de pessoas na escola, sem a mínima atenção teórica e reflexiva dos verdadeiros problemas políticos pedagógicos que estão na raiz da manutenção do sistema opressivo." (SANTOS, 2019, p. 127).

Entre os desafios destacados encontram-se: "primeiro a disponibilidade do pai de aparecer na escola. É muito complicada a presença dos pais. Segundo: é compreender, assim, essa necessidade desse apoio dos pais." (SANTOS, 2019, p. 136). De fato, se o sujeito não comparece na escola, torna-se impossível a realização do diálogo. Esta é uma dificuldade a ser superada, isso pressupõe um ambiente pensado para "criar novas relações, igualitárias e dialogais." (GUARESCHI, 1996, p. 83). De acordo com Santos (2019, p. 137) "existe um problema nas famílias, pois 'falta interesse dos pais que não participam (...) da escola'."

Na visão dos docentes poucas são as iniciativas de aproximação entre escola e famílias. Muitos esforços de diálogo são pontuais e pautados na crítica aos alunos indisciplinados. Não existe uma concepção de educação participativa dialógica que direciona as práticas docentes. Para compreender o diálogo entre escola e famílias é preciso considerar tentativas, tais como: "reuniões individualizadas, eles (os pais) gostaram dessa ideia das reuniões assim, por turma." (SANTOS,

2019, p. 146). Poderia existir também "um projeto para poder conscientizar os pais de como é importante a participação deles na educação dos filhos(as)." (SANTOS, 2019, p. 150).

Isso sem deixar de estar consciente dos desafios postos ao diálogo entre escola e famílias, pois

> a escola liga, manda convite, mas o pai não vai na escola. A coordenadora pedagógica, o diretor, vai na casa, conversa, mas é difícil, porque são muitos alunos: como que a coordenadora ou o diretor vai na casa de um por um? E, às vezes, vai, chega na casa e está fechado, não encontra ninguém, às vezes, liga para o pai e para a mãe e não atendem o celular. (SANTOS, 2019, p. 151).

É importante ressaltar que a maioria dos entrevistados percebem que uma das formas mais evidentes do diálogo entre escola e famílias acontece no "dia da família na escola. É uma vez por ano (...) que é muito pouco, porque uma vez por ano só, não dá pra fazer nada. Nessa data, assim, os pais são bem presentes." (SANTOS, 2019, pp. 151-152). O dia da família na escola é apenas uma das modalidades possíveis de estabelecer a relação entre as instituições, porém, não deve ser nem a principal e nem a única.

Neste sentido cabe ressaltar que entre as iniciativas para criar possibilidades de diálogo entre escola e famílias "destaca-se o trabalho da coordenação pedagógica" (SANTOS, 2019, p. 152), da orientação educacional, da direção da escola e outros profissionais que nela atuam. Formar uma equipe na escola para que, nas reuniões administrativas que são realizadas internamente, seja desenvolvido o planejamento, visando o envolvimento dos profissionais do magistério e das famílias em um processo contínuo de transformação da realidade escolar.

Em relação às dificuldades de diálogo entre escola e famílias visando a melhoria do desempenho escolar dos filhos, constata-se que, de acordo com Santos (2019, p. 153), os pais "não se preocupam muito, eles não vão à procura, os pais não procuram a escola." Neste sentido as reuniões de pais ou iniciativas que tentam reuni-los, não encontram efetiva adesão das famílias. De fato, ir ao encontro não é obra simples e fácil, mas precisa ser realizado com amorosidade. De acordo com Fernandes (2008, p. 37) "a amorosidade freiriana que percorre toda sua obra e sua vida se materializa no afeto com o compromisso com o outro, que se faz engravidado da solidariedade e da humildade."

Acertadas são as palavras de Santos (2019, p. 154) quando afirma que "a família é uma fonte rica de vida dialogada, não precisa ser olhada somente a partir de uma perspectiva preconceitualizada como uma instituição em crise no mundo contemporâneo." Torna-se necessário valorizar ambas as instituições pois nesses contextos a vida dos alunos se desenvolve. Não basta constatar as ausências na participação do projeto amplo de formação educacional dos estudantes, faz-se necessário o empenho na criação de novas possibilidades de transformação.

De acordo com Santos (2019, p. 155), "A educação é um exercício humilde de diálogo entre pessoas que se valorizam mediatizados pelo mundo que esperam transformar politicamente." Pelo

exercício do diálogo é possível construir um processo de superação das dificuldades para transformar a realidade. Não basta constatar situações de afastamento, de fato, de acordo com Santos (2019, p. 155)

> a maior dificuldade mesmo, é que os pais não participam da escola, os pais não participam, se você marca reunião os pais nunca aparecem e isso dificulta até mesmo o trabalho do professor dentro da sala de aula, porque se os pais não têm compromisso com a escola, se os pais não apoiam a escola, por exemplo, se um professor chama atenção de um filho que não tem disciplina, ele fala: 'ah minha mãe nem vai vir na escola mesmo, não adianta a professora chamar minha mãe na escola, que ela não vai vir.' Então, eles mesmos, falam isso. Então essa pouca participação se reflete depois no comportamento dos alunos em sala de aula; porque os pais, dos alunos, presentes dentro da escola têm outro comportamento.

Essa realidade de isolamento e afastamento entre família e escola é que precisa ser tocada pela construção efetiva do diálogo. Algo interessante de se perceber é que todos são unânimes em reconhecer a importância desta aproximação, porém, quase todas as tentativas acabam sendo um conjunto de frustações recíprocas e mútuas acusações. A melhoria da educação passa também pela consciência de que as famílias têm papel fundamental nesse processo.

Diante disso foi possível constatar um dos principais empecilhos à transformação da educação, ou seja, de acordo com Santos (2019) a contribuição efetiva dos pais fica restrita ao ambiente doméstico,

> identificada nas correções a nível pessoal dos(as) filhos(as), no incentivo às atividades de cunho doméstico geralmente executados sob as ordens da mãe, pelas orientações de cunho moral ou disciplinar provindas geralmente dos pais, mas que não extrapolam em ações que vão além do ambiente familiar, ou seja, não há um diálogo no desenvolvimento da educação, coerentemente pautado pela liberdade das famílias, nas decisões e no planejamento da política pedagógica da escola. (SANTOS, 2019, p. 168).

Sem o envolvimento das famílias na construção do projeto político pedagógico da escola, a ideia que vem largamente sendo difundida é que os pais precisam participar somente de momentos pontuais da vida escolar dos alunos, sem entender o processo numa visão mais ampla e permanente. Santos (2019, p. 168) chegou a afirmar que os encontros em que as famílias vão até a escola "se resumem na entrega de relatórios e comunicações a respeito da indisciplina dos alunos(as), mas não propiciam o envolvimento dos pais nas questões decisórias e no planejamento político pedagógico."

Não basta a abertura de uma instituição à outra, isso é só começo. Torna-se urgente, tomando como fundamento possibilidades e a vontade de superar os desafios, construir o diálogo como ação crítico-transformadora da realidade socio-educacional. Não é suficiente o diálogo como construção individual, é preciso assumir a perspectiva de uma construção de conjunto e tocar nas questões cruciais para melhorar o ambiente social e escolar, refletindo em benefícios também ao ambiente familiar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação de aproximação entre escola e famílias pode apoiar-se sobre o diálogo numa perspectiva freiriana. As transformações de fato acontecem se houver comprometimento dos envolvidos no processo na construção de uma relação dialógica entre escola e famílias que ultrapasse as velhas abordagens. Neste sentido torna-se necessário discutir reciprocamente o projeto político pedagógico no contexto onde a escola e as famílias estão situadas.

Foi possível perceber com gestores, professores, educandos e famílias, que a união faz criticamente a transformação. É preciso acreditar em novos pilares e fortalecê-los. Isso tudo passa pela superação da maneira "bancária" com que tratamos as práticas pedagógicas e nos relacionamos com as outras pessoas. Os modelos que tolhem a voz da grande maioria de alunos, gestores, professores e famílias, só pode ser superado pelo diálogo transformador dos sujeitos mediatizados pelo mundo que buscam ser mais com esperança.

Se é fundamental falar acerca do comportamento dos alunos na escola, diante de quadros de desordem e violência, é importante também juntar esforços e compactar um contexto vital que enfrente os desafios postos por mecanismos de exclusão e opressão do povo. Muitos se frustram porque enxergam inúmeras vezes a escola como uma máquina pronta a podar sonhos e padronizar condutas. É preciso ir além e construir um novo modelo de escola e de sociedade, mais comprometidas com a relação dialógica, dispostas a discutir projetos, programas, currículos e conteúdos que são ofertados às novas gerações.

O diálogo autenticamente verdadeiro conscientiza os sujeitos acerca dos reais problemas históricos do mundo a ser transformado. O diálogo é a pedra fundamental para a construção do comprometimento com a história, respeitando-se os contextos específicos onde as relações humanas se desenvolvem. O diálogo enquanto esperança não se furta ao debate sobre os problemas que afligem sejam profissionais da educação sejam os membros das famílias dos alunos.

A mudança da forma com que a escola percebe as famílias, passa necessariamente em saber-se localizada em processos mais amplos e complexos que exigem contribuição recíproca. A questão não é a imputação de culpas por falhas no processo de ensino e aprendizagem, mas da maneira com novas possibilidades assentam as melhorias que todos esperam na educação. Quando a relação dialógica é ampliada, todos se tornam mais criativos, conscientizados e politizados. Isso proporciona novos rumos também para a transformação da própria maneira como que o diálogo é construído.

Em conclusão, pode-se dizer que o diálogo, como fundamento da relação entre escolas e famílias de alunos que naquelas estudam, não pode ser realizado apenas como troca articulada de palavras entre os polos humanos de uma relação, mas precisa ser considerado como o próprio

fundamento da ação e reflexão das pessoas envolvidas na educação das novas gerações, respaldando o comprometimento na transformação das realidades culturais, políticas, socio-educacionais.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAETANO, M. C.; YAEGASHI, S. F. R. (Orgs.). **Relação Escola e Família: diálogos interdicisplinares para a formação da criança.** São Paulo: Paulinas, 2014.

CARVALHO, A. L. **Os Caminhos Perversos da Educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula.** Cuiabá: EdUFMT, 2005.

FERNANDES. C. Amorosidade. In: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. Educação como Prática da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 21. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 51. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

_____. **Política e Educação.** FREIRE, A. M. A. (Org.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

_____. **Educação e Mudança**. 31. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O Caminho se Faz Caminhando**. Conversas sobre educação e mudança social. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Pedagogia da práxis**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Escola Cidadã. 4. Ed. Rio de Janeiro: Cortez, 1997.

GALLO, M. **A Parceria Presente: a relação Família-Escola numa escola da periferia de São Paulo.** São Paulo: LCTE, 2009.

GARSKE, L. M. N.; SILVA, I. R. Gestão democrática como projeto coletivo: limites e possibilidades. In: Adelmo C. da Silva; Ademar de L. Carvalho; Concionila J. Cardoso. (Org.). **Formação docente e práticas educativas na escola.** 1ªed.Cuiabá: EDuFMT, 2015, v. 01, p. 147-164.

GARSKE, L. M. N. Reflexões sobre processos formativos e relações de poder no interior das instituições educativas. In: Ana Cristina Lobo Souza; Flávio Lilas-Bôas Trovão; Thais Leão Vieira. (Org.). **Diálogos e relações de poder.** 1ªed.São Paulo: Editora Verona, 2015, p. 01-239.

GUARESCHI, P. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança.** 38. Ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1996.

_____. **O Direito Humano à Comunicação: pela democratização da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2013.

NASCIMENTO, M. G. C. A.; REIS, R. F. **Formação docente: percepções de professores ingressantes na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 49-64, jan./mar. 2017.

ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. (Orgs**.). Família & Escola: novas perspectivas de análise.** Petrópolis: Vozes, 2013.

SANTOS, J. M. S. **Pedagogia do diálogo: a relação entre escola e famílias.** Curitiba: CRV, 2019.

STOER, S. R.; SILVA, P. (Orgs.). **Escola-Família: uma relação em processo de reconfiguração.** Porto: Porto Editora, 2005.

STRECK, D. R. **Educação Para um Novo Contrato Social.** Petrópolis: Vozes, 2003.

ABSENTEÍSMO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Douglas Vinícius de Oliveira

RESUMO

A categoria do trabalho docente caracteriza-se atualmente como uma das que mais sofre devido à exposição a agentes estressores e ambientes conflituosos, além de alta exigência de trabalho. Essa realidade traz consequências na saúde física e mental, além de interferir no desempenho profissional dos professores (CARLOTTO, 2011). De acordo com Ferreira (2000), o absenteísmo denomina-se como o ato de estar frequentemente ausente de um local, ou seja, falta de assiduidade. O termo serve para designar as faltas ou ausência dos empregados ao trabalho. Frente a esta situação, este estudo centra-se nas faltas dos docentes no ensino superior, tenho como objetivo geral conhecer o absenteísmo docente nas instituições de ensino superior, com vistas à identificação dos fatores que ocasionam este acontecimento, por meio de estudos bibliográficos. Para isso usaremos os objetivos específicos que aborda a identificação de fatores que contribuem para o absenteísmo docente no ensino superior e também apontar as consequências desenvolvidas pelo absenteísmo na instituição de ensino.

Palavras-chave: Docente; Trabalho; Absenteísmo; Ensino Superior.

Abstract

The category of teaching work is currently characterized as one of the most suffering due to exposure to stressors and conflicting environments, in addition to high work requirements. This reality has consequences on physical and mental health, as well as interfering with the professional performance of teachers (CARLOTTO, 2011). According to Ferreira (2000), absenteeism is called the act of being frequently absent from a place, that is, lack of attendance. The term is used to denote employees' absences or absence from work. Faced with this situation, this study focuses on the lack of teachers in higher education, whose general objective is to know teacher absenteeism in higher education institutions, with a view to identifying the factors that cause this event, through bibliographic studies. For this purpose we will use the specific objectives that addresses the identification of factors that contribute to teacher absenteeism in higher education and also point out the consequences of absenteeism in the teaching institution.

Keywords: Teacher; Job; Absenteeism; Higher education

1 INTRODUÇÃO

As mudanças culturais, históricas, sociais e tecnológicas ocorridas nos últimos anos em função da globalização exigem mudanças na forma de organização das relações de trabalho de modo geral e, consequentemente, estas sofrem transformações. Esta realidade tem resultado na redução da força de trabalho, no aumento do desemprego e da competitividade, ocasionando o absenteísmo, coforme observado por Domingos, et al (2005).

Segundo Ferreira (2000), absenteísmo denomina-se como o ato de estar ausente de um local, sendo este trabalho ou estudo. O fato de não comparecer no local, ou seja, abster-se. Para Chiavenato (1994), o absenteísmo é como a ausência do trabalhador nas atividades laborais por falta de motivação, doença prolongada ou licença legal.

Para Coutinho *et al.* (2011), nas últimas décadas, grandes foram as mudanças no âmbito da organização do trabalho, inclusive na esfera que acomete a classe de professores, trazendo consequências que intensificam e ampliam as exigências do trabalho.

A categoria do trabalho docente caracteriza-se atualmente como uma das que mais sofre devido à exposição a agentes estressores e ambientes conflituosos, além de alta exigência de trabalho. Essa realidade traz consequências na saúde física e mental, além de interferir no desempenho profissional dos professores (CARLOTTO, 2011).

Frente a esta situação, este estudo centra-se nas faltas dos docentes no ensino superior, tenho como objetivo geral conhecer o absenteísmo docente nas instituições de ensino superior, com vistas à identificação dos fatores que ocasionam este acontecimento, por meio de estudos bibliográficos. Para isso usaremos os objetivos específicos que aborda a identificação de fatores que contribuem para o absenteísmo docente no ensino superior e também apontar as consequências desenvolvidas pelo absenteísmo na instituição de ensino.

A necessidade do surgimento do tema emerge com o aumento do índice de faltas pelos docentes e reclamações dos mesmos durante a execução das atividades laborais, além do surgimento de patologias que decorreram da atividade realizada pelos professores, as quais podem afetar a saúde dos mesmos no ensino superior e a qualidade de serviço educacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As marcas do Trabalho na vida Docente

Nas últimas duas décadas, estudos estão sendo realizados no campo das ciências sociais, humanas e nas ciências da saúde em relação aos processos de saúde e doença do trabalhador brasileiro. O crescente interesse que se observa nos últimos anos, não só no Brasil como no mundo, as consequências à saúde provocadas pelas condições de trabalho, são originárias de diversas compreensões científicas, em várias categorias profissionais (CRUZ e LEMOS, 2005).

Pizzio e Klein (2015) afirmam em sua pesquisa que a busca da qualidade de vida no trabalho está associada aos fatores determinantes e condicionantes que são proporcionados por este ambiente, sendo assim contribuem que a melhora desta qualidade é bem lenta e progressiva.

Conforme Ferreira (2013), por meio do trabalho se aplica as forças e faculdades do homem com intenção de alcançar um objetivo, permitindo a ele certo domínio sobre a natureza; atividade coordenada, de caráter físico e ou intelectual importante para a realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento.

O trabalho é de fundamental importância para a vida do ser humano, conforme apontam pesquisas. Segundo Dejours (2003, p. 43), “O trabalho é a atividade coordenada desenvolvida por homens e mulheres para enfrentar aquilo que, em uma tarefa utilitária, não pode ser obtido estrita da organização prescrita”.

A atividade laboral para o indivíduo é fundamental para que este se desenvolva de forma intelectual e financeira, pois através desta atividade o trabalhador estará envolvido em afazeres, contribuindo assim para a economia e crescimento institucional.

No âmbito educacional, o papel do professor, em uma visão globalizada, envolve simplesmente a base de toda a humanidade relacionada à construção de conhecimento, certamente que existe uma parcela associada ao indivíduo, porém, em sua maioria a forma de atuação docente está completamente voltada a sua estratégia de trabalho.

A história da educação revela que, por muitos anos, o papel docente consistiu em ser o educador detentor do conhecimento, que deveria realizar a transferência do mesmo aos alunos. Durante esta trajetória, percebeu-se grandes dificuldades existentes para que houvesse melhorias qualitativas no sistema de ensino. Desse modo, as transformações foram acontecendo e as mudanças foram evidenciadas, assim o docente foi crescendo no mercado de trabalho, principalmente no âmbito do ensino superior.

Freire (1979) aponta que o docente contribui para a construção de uma sociedade pensante, sendo este a base de uma boa formação escolar. Mas para que isso

aconteça o mesmo precisa incorporar o verdadeiro papel no caminho de aprender a ensinar. Certamente, ensinar é uma atividade que precisa ser lapidada e desenvolvida. O educador deve inovar a cada dia para atender seus alunos de forma que a aprendizagem de fato ocorra, ou seja, precisa dinamizar sua atuação pedagógica de modo que os processos de ensino e aprendizagem se efetivem de modo significativo.

A atividade do professor é bastante rica para os processos de ensino e aprendizagem do aluno que realmente faz a diferença na vida deste no decorrer do seu trilhar profissional. Porém, para realizar toda essa paramentação objetivando repassar o conhecimento, existem fatores, por exemplo, a qualidade do ambiente, melhores salários que ajudam a contribuir com a qualidade de vida dos serviços prestados.

O trabalho docente vem sofrendo modificações ao longo da história, sendo que é necessário estar se readequando de acordo com as necessidades que o processo evolutivo do ser humano apresenta. O Processo de homeostase não existiu durante toda a trajetória, pois a cada momento que se passa as condições de trabalho ficam mais precárias prejudicando o exercício profissional (SILVA e Carvalho apud CONTIJO ET AL, 2013).

O modelo capitalista formatou um novo método de trabalho ao professor, baseado na valia e competitividade. Sendo assim, começou a desvalorizar os seus salários, aumento das jornadas de trabalho até mesmo superiores às permitidas em lei, piora na eficácia dos resultados e muitas outras responsabilidades que submetem aos docentes de hoje (SILVA, 2014).

> Na atualidade, o papel do professor extrapolou a mediação do processo de conhecimento do aluno, o que era comumente esperado. Ampliou-se a missão do profissional para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. O professor, além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, a qual se estende às famílias e à comunidade (SILVA apud GASPARINE ET AL, 2005, p.191).

Uma gama de fatores mudou a rotina do professor ao longo do tempo, em alguns momentos até surgiram de forma positiva, porém em sua maioria, a negativa aparece com maior destaque. Pesquisas e estudos afirmam que a qualidade de vida do professor está apresentando grandes problemas de saúde, para isso o docente necessita se ausentar de suas atividades laborais, abstendo-se das aulas, fazendo com que os índices de absenteísmo aumentem a cada dia.

A realidade do professor, em relação ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, está associada não só à preparação de aulas para sua exposição, porque nos esquecemos de que cada profissional tem uma vida pessoal para gerir. Dentro

desse contexto a vida do docente torna-se mais comprometida desenvolvendo a ausência em algum momento na sua vida profissional ou pessoal.

De acordo com Ferreira (2000), o absenteísmo denomina-se como o ato de estar frequentemente ausente de um local, ou seja, falta de assiduidade. Parra e Mello (2004) dizem que o termo absenteísmo significa ausência ao trabalho no momento em que se espera que o trabalhador esteja presente. O termo serve para designar as faltas ou ausência dos empregados ao trabalho.

Para Quick e Lapertose (apud MARTINS, 2005) o absenteísmo é dividido em categorias, com características diferentes:

1. Absenteísmo voluntário: é a ausência voluntária do trabalho por causas particulares, não existem justificativas por doença e amparo legal.

2. Absenteísmo compulsório: é dado por suspensão imposta pelo patrão, prisão ou impedimento eu não lhe permita chegar ao trabalho.

3. Absenteísmo legal: caracteriza as faltas ao serviço amparado por lei, como licença maternidade, nojo, gala, doação de sangue, serviço militar entre outras. Denominadas as faltas justificadas.

4. Absenteísmo por patologia profissional: Compreende a ausência resultante das doenças profissionais (LER/DORT) ou por acidentes de trabalho (infortúnios profissionais).

5. Absenteísmo por doença: inclui todas as ausências por doença ou procedimento médico.

Para Coutinho *et al.* (2011), nas últimas décadas, grandes foram as mudanças no âmbito da organização do trabalho, inclusive na esfera que acomete a classe de professores, trazendo consequências que intensificam e ampliam as exigências do trabalho.

A péssima qualidade de vida associada ao excesso de trabalho na vida destes profissionais tem aumentado à probabilidade de adoecimento na categoria docente (COSTA, 2014). De acordo com Trojan (2008), um importante fator considerado é a necessidade de atualização e busca de melhorias constantes dos docentes, para desenvolverem o trabalho diário e galgarem melhores salários.

Ainda de acordo com estes autores, existe uma gama de agentes que colaboram para o aumento do índice absenteísta, assim a qualidade dos serviços prestados começa apresentar fatores negativos. A necessidade de melhorar a vida financeira e a quantidade de co-responsabilidades que surgem obrigam ainda mais a disposição do professor a estar engajado em prestação dos serviços institucionais.

Conforme Altoé (2010), os motivos que mais influenciam o pedido de exoneração por parte dos professores são a baixa de salários, precariedade na estrutura

das instituições e falta de reconhecimento profissional, resulta-se então em escolhas prioritárias entre o pessoal e profissional do docente para não ter consequências futuras decorrentes da má qualidade de vida no trabalho.

Com isso o intuito de melhorias na vida profissional dos professores em instituições de ensino superior é evidente, para tal utilizaremos bases metodológicas que atinjam os objetivos específicos desta pesquisa e assim contribua para a vida do docente no ensino superior.

2 METODOLOGIA

Para atingirmos os objetivos propostos optamos pela pesquisa bibliográfica onde é elaborada com base em materiais já publicados, por exemplo, livros, revistas, periódicos, teses, dissertações, etc.. Uma vantagem apresentada deste tipo de pesquisa elencada pelo autor é o fato de permitir uma gama de fenômenos mais ampla do que a que poderia pesquisar diretamente, essa vantagem é importante quando o pesquisador requer dados que estão dispersos no espaço (GIL, 2010).

A pesquisa bibliográfica foi realizada através da busca de artigos que correspondem ao tema proposto, onde foram utilizados como critérios de inclusão os artigos que foram publicados entre os anos de 2005 a 2017 e que versam sobre o absenteísmo no ensino superior. Para tanto foram realizadas as buscas em sites científicos como SCIELO e outros.

Posteriormente, realizou-se a leitura para confirmar a abordagem do tema proposto e exclusão dos artigos que não atendem ao objetivo metodológico. Por fim, foi analisado cada artigo buscando identificar os fatores que contribuem para o absenteísmo e apontar as consequências para as instituições de ensino superior. Em seguida, será realizada a análise e discussão dos dados, à luz de conhecimento de autores que relevam a incidência temática.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados obtidos dos registros de artigos referem que em sua maioria o absenteísmo é um fator negativo para o andamento da continuidade do ensino nas instituições que apresentam essa incidência de faltas dos docentes. Alguns fatores são

relacionados ao absenteísmo, dentre eles começaremos citando a desvalorização do profissional no mercado de trabalho.

Em sua grande maioria os professores de ensino superior recebem salários abaixo das funções que executa, possui mais de um vínculo empregatício para garantir a manutenção dos afazeres pessoais e muitas das vezes não possui o feedback positivo por parte da coordenação de curso ou da própria instituição de ensino para estimular seu trabalho, encorajando-a estar mais empenhado.

Nota-se que além da atividade de ministrar aulas, os docentes desempenham diversas outras atividades que compõem o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. O envolvimento com essas atividades ultrapassam as horas semanais em que o professor ocupa toda a jornada de trabalho. Sendo assim essa característica no trabalho faz que com 93% dos participantes da pesquisa trabalhem em seu tempo livre, levando a baixa qualidade prestada da atividade do docente, que excede os limites da jornada de trabalho e ultrapassa o tempo que deveria ser utilizado como o lazer e/ou a formação continuada (PIZZIO e KLEIN, 2015).

Os motivos apontados para a exoneração por Altoé (2010) foram a baixa remuneração, condições de trabalho ruins, e baixa ou nenhuma perspectiva de crescimento profissional. O problema visualizado pelos autores conta que para tornar-se professor e desvincular da profissão resulta no processo de se estabelecer relações pessoais e institucionais. Por isso a necessidade de ser organizado o processo de trabalho e a qualidade de relacionamento no interior das instituições, para existir correspondência ao comprometimento docente e assim evitar o esmorecimento do mesmo.

Mesmo diante das frustrações que o professor passa, ele ainda continua trabalhando, de uma forma isso ocorre com o receio de enfrentar novos desafios, e por outra de não encontrar propostas de trabalho que condizem com sua qualificação e expectativa. Por isso ao contrário de desistir completamente utiliza as ausências temporárias através de faltas e licenças, que gera acomodação para si, porém insatisfação para com os parceiros de profissão, alunos e instituição, podendo levar o docente ao abandono efetivo da atividade laboral mais tarde (ALTOÉ, 2010).

Outro fator de fundamental importância que consta nos artigos pesquisados é o desencadeamento de doenças mentais desenvolvidas pelos professores devidos fatores estressores durante a execução das atividades em sala de aula, dentre esses que auxiliam no desenvolvimento dessas patologias psíquicas vemos que as condições precárias das salas, o aumento expressivo de alunos em sala e desrespeito dos mesmos implicam diretamente nessas consequências.

Em pesquisas os resultados apresentam elevado nível de estresse associado ao trabalho entre os professores de 1º e 2º graus. Por outro lado, algumas pesquisas apontam elevado índice de estresse entre professores de graduação. As pesquisas envolvendo o estresse docente e o quadro exarcebado de doenças psíquicas está ficando mais cuidadosas e focais (LIMA a LIMA FILHO, 2017).

Segundo Tavares e colaboradores (2007), no Brasil as pesquisas mostram que as fontes estressoras nos docentes, é a grande necessidade de trabalho para realizar, as turmas difíceis, barulho elevado, estudantes desmotivados, salário ruim, mau comportamento dos alunos, falta de cursos atualizadores, condições ruins de trabalho e bastante pressão com relação ao tempo das atividades.

> "Ser professor é uma das profissões mais estressantes na atualidade. Geralmente as jornadas de trabalho dos professores são longas, com raras pausas de descanso e/ou refeições breves e em lugares desconfortáveis. O ritmo intenso e variável, com início muito cedo pela manhã, podendo ser estendido até à noite em função de dupla ou tripla jornada de trabalho. No corre-corre os horários são desrespeitados, perdem-se horas de sono alimenta-se mal, e não há tempo para o lazer. São exigidos níveis de atenção e concentração para a realização das tarefas. Quando o trabalho é desprovido de significação, não é reconhecido ou é uma fonte de ameaças à integridade física e/ou psíquica acaba por determinar sofrimento ao professor." (LIMA E LIMA FILHO APUD TAVARES E COLABORADORES, 2017; p.19).

Devido a essa somatória de fatores que ocasionam o absenteísmo encontra-se também em pauta as consequências que essa ausência causa por parte dos docentes nas instituições e também no público alvo a ser atingido. Vimos durante a busca e análise dos artigos que a falta desses professores nas instituições ocasionam em uma desestruturação relacionada ao organograma e fluxograma da instituição, além disso, os alunos ficam a mercê de não terem aulas na data em que há a ausência do docente, com isso surgem descontentamentos de ambas as partes atingidas.

Gesqui (2008), afirma em sua pesquisa que a ausência do professor afeta de uma forma indireta o rendimento dos alunos, o que influencia no desenvolvimento desses para aquisição de novos conhecimentos e evolução de novos conteúdos. A necessidade de estar assiduamente nas salas de aulas administrando estratégias de ensinagem com um padrão bom, faz com que os alunos consigam adquirir novos conteúdos e a progressão científica torna-se adequada para o enfrentamento de exames e/ou atividades que poderão ser cobradas futuramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo abordado envolveu o absenteísmo dos professores no âmbito do ensino superior, destacando os principais fatores que desencadeiam a incidências dessas faltas e as consequências que podem ser desenvolvidas com essa prática. No decorrer da pesquisa conseguimos identificar de forma criteriosa todos esses objetivos que esperávamos atingir.

Dentre os fatores relevantes gostaria de salientar a falta do empenho ao profissional por parte institucional, sendo que podem ser realizadas atividades motivacionais que diminuam os índices absenteístas, automaticamente a qualidade do trabalho docente será melhor e a produtividade e obtenção dos conhecimentos pelos alunos serão positivas.

Vimos que existe uma parcela dos alunos que contribuem para a incidência das faltas, o mau comportamento é o mais citado pelos autores, com isso se tornando necessário buscar em novas pesquisas estratégias que trabalhem esse foco e minimizem tais atitudes discentes.

O fator psíquico é bastante preocupante, e procuro dar mais ênfase nesse quesito por estar tornando um problema de grande preocupação por parte da saúde pública, isso tudo se dá pela somatória dos fatores estressores. Precisamos nos atentar para a realização de programas intrainstitucionais que viabilizem as atividades redutoras desses fatores agravantes para o problema. Não podemos esquecer que o absenteísmo causa alguns contratempos por parte de substituições de outros professores e reorganização do fluxograma das aulas pela instituição e rendimentos dos alunos de forma indireta.

O trabalho do professor é rico e de grande valia para a formação de cidadãos e profissionais que possam fazer a diferença quando estiverem no mercado de trabalho, porém como nos refere os resultados da pesquisa existem algumas intempéries que dificultam esses resultados e/ou apresentam um bloqueio completo de atingir os objetivos propostos.

Portanto, esperamos que cada dia mais as instituições e alunos vejam os professores com olhos diferenciados e consigam abraçar a qualidade prevista que este profissional necessita consequentemente os resultados institucionais apresentarão docentes dispostos a empenharem um serviço de qualidade, concomitante a isso os discentes apresentarão bons resultados e os índices de absenteísmo serão reduzidos.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Adailton. Políticas Institucionais e seus desdobramentos sobre o trabalho docente: absenteísmo e presenteísmo. Belo Horizonte, 2010. Dissertação (Mestrado – PUC Minas). Disponível em: http://dominiopublico.qprocura.com.br/dp/114980/politicas-institucionais-e-seus-desdobramentos-sobre-o-trabalhodocente-absenteismo-e-presenteismo.html. Acesso em 03 fev. 2011.

CARLOTTO, M. S. **Síndrome de Burnout em professores:** Prevalência e fatores associados. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2011.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

COUTINHO, M.C. MAGRO, Márcia Luiza Pit Dal; BUDDE, Cristiane. **Entre o prazer e o sofrimento:** um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. Psicologia: Teoria e Prática. 2011.

Costa R. Professor, profissão perigo - aumentam os casos de agressão física e psicológica a docentes brasileiros nas escolas particulares e nas universidades. **Revista Isto é**. n. 2214 2014.

CRUZ, R. M.; LEMOS, J. C. Condições e cargas de trabalho da atividade docente. **Revista Plural**, n. 14, ano 11, jun., 2005.

DEJOURS, Christophe. **O Fator Humano**. 4ª edª. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DOMINGOS, N. A.; FARIA. A. C.; BARBOSA, D. B. Absenteísmo por transtornos mentais na enfermagem no período de 1995 a 2004. **Revista Arquivos de Ciência da Saúde**, v. 1, n. 12, p. 14-20, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini dicionário da língua Portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa**. v.31, Nº. 2, p.189-199. São Paulo, maio/ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022005000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng =pt. Acesso em: 25 mar. 2018.

GESQUI, Carlos Luis. **Oganização da Escola, Absenteísmo Docente, discente e rendimento Escolar.** São Paulo, 2008. Dissertação mestrado (Pontifícia Universidade Católica – PUC – SP). Disponível em: https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/10643/1/Luiz%20Carlos%20Gesqui.pdf Acesso em 28 out 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Maria de Fátima Evangelhista Mendonça, LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. **Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a.** V. 14, Nº. 3, p. 062-082. Campo Grande/MS, mar/ago. 2009. Disponível em: http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v14_3/m253.pdf . Acesso em: 14 mar. 2018.

MARTINS, Ronald Jefferson et al. Absenteísmo por motivos odontológico e médico nos serviços público e privado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.30 nº 111, 09-15, 2005.

PARRA, Maria Tristão, MELLO Márcia Regina Antonietto da Costa. Ações Administrativas do Enfermeiro Frente ao Absenteísmo. **Revista de Enfermagem Anna Nery**. Vol. 8 n° 1, 29-38, 2004.

PIZZIO, Alex; KLEIN, Karla. **Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do Ensino Superior**. Educação & Sociedade, Campinas – SP, vol. 36, núm. 131, abril-jun, 2015.

SILVA, Rosiete Pereira da. **Absenteísmo docente: um estudo exploratório** Dissertação (Mestrado) – Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SILVA, Thais Rodrigues da; CARVALHO, Eliane Alecrim de. **Depressão em Professores Universitários: Uma Revisão de Literatura Brasileira.** Ver. Uningá. Vol.28,n.1,pp.113-117 (Out – Dez 2016).

TAVARES, E.D.; ALVES, F.A.; GARBIN, L.S.; SILVESTRE, M.L.C. e PACHECO, R.D. (2007). **Projeto de qualidade de vida: combate ao estresse do professor**.
Disponível em: http://www.unicamp.br/fef/espec/hotsite/gqve/TCC_GustavoElmaLuciaCimadon.pdf.
Acesso em: 28 Out 2018.

TROJAN, R. M. Teoria e prática na formação docente: estudo das políticas educacionais brasileiras e cubanas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 3 , n. 1 , p. 29 - 42, jan.-jun. 2008.

AFRICANIDADES E IDENTIDADE CULTURAL NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: DESCONSTRUINDO O PRECONCEITO

Fabiane Alves da Silva[7]

Leônia Souza de Paula[8]

Resumo

Este artigo é resultado de um projeto de intervenção do tipo pesquisa-ação, que objetiva discutir o tema africanidades e identidade cultural na literatura infanto-juvenil, no intuito de despertar o interesse dos alunos pelo o respeito à diversidade racial, combatendo o preconceito e ampliando o conhecimento sobre a história e cultura afro- brasileira. Buscar-se-á através de uma proposta de trabalho abordar as relações étnicos- raciais no espaço escolar, tomando como referência os problemas vivenciados por crianças negras nesse ambiente, tais como; piadas e uso de expressões de cunho racista. Verifica que os resultados dessas ações discriminatórias influenciam negativamente na baixa autoestima desses alunos e no processo de autoafirmação com seu grupo identitário. Conclui-se que há necessidade de estimular a valorização da convivência na diversidade, buscando a partir das possibilidades que a literatura oferece, o reconhecimento positivo das diferenças étnicas que permeiam o nosso cotidiano.

Palavras-chave: Identidade cultural. Literatura-afro. Preconceito racial.

Abstract

This article is the result of an action research intervention project, which aims to discuss the theme of Africanities and cultural identity in children's literature, in order to arouse students' interest in respecting racial diversity, combating prejudice and expanding knowledge about Afro-Brazilian history and culture. It will be sought through a work proposal to address the ethnic-racial relations in the school space, taking as reference the problems experienced by black children in this environment, such as; jokes and use of racist expressions. He finds that the results of these discriminatory actions negatively influence the low self-esteem of these students and the self-affirmation process with their identity group. It is concluded that there is a need to stimulate the appreciation of coexistence in diversity, seeking from the possibilities that the literature offers, the positive recognition of the ethnic differences that permeate our daily lives.

Keywords: Cultural Identity. Afro literature. Racial prejudice.

1 Introdução

Sabedores que vivemos em uma sociedade multicultural, mas ainda instituída por preconceitos e desigualdades raciais que estigmatizam e visibilizam o negro e suas contribuições na

[7] Graduada em Letras Português e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Graduada em Espanhol – Apostilamento - UFMT/PARFOR; Especialização em Gêneros Textuais na Escola, pela UFMT; Docente da Rede Estadual de Mato Grosso.

[8] Graduada em Letras Português e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, pela UFMT; Docente da Rede Estadual de Mato Grosso.

nossa construção histórico-cultural, fez-se necessário trazermos nesse artigo questões que nos possibilite pensar a diversidade étnico-racial no atual contexto das novas políticas educacionais, rompendo assim com uma visão essencialista, pautada nos valores eurocêntricos e racistas.

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, precisamos "construir significações positivas da cultura afrodescendente e desenvolver ações que promovam à diversidade cultural e histórica" (NUNES, 2011, p.51). Assim, a opção pela literatura, foi por acreditar que ela expressa a realidade subjetiva do ser humano e seus sentimentos, além de realizar transformações de ordem social e psicológica para nossas crianças e adolescentes, sendo essencial para a formação de indivíduos com maior capacidade argumentativa, capaz de interagir e modificar o meio em que vivem. Como nos declara Barbosa:

> A importância da literatura como ressignificação dos valores, costumes, hábitos, crenças, estereótipos e os preconceitos compartilhados por um determinado grupo em uma determinada época a respeito dessa mesma realidade, é matéria muito interessante para se tomar como objeto, porque nos permite vislumbrar, entre outros, os costumes e as ideias da época em que foi produzida. (2006, p.89).

As escolas e os professores vêm sendo desafiados a incluir nos currículos uma nova leitura sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, tal conquista se deu pelas ações dos movimentos sociais negros, pelas influências de novas visões e concepções de educação. Assim, a literatura também passou por um processo de reformulação, buscando distanciar-se da visão do negro como objeto, como produto do estereótipo do "feio", "sujo", "criminoso", "ignorante", "favelados", entre outros. E de acordo com (JOVINO, 2006, p. 216) esse tipo de produção literária possibilita "um estímulo positivo e uma autoestima favorável ao leitor negro e uma possibilidade de representação que permite ao leitor não negro tomar contato com outra face da cultura afro-brasileira que ainda é pouco explorada na escola.".

Nessa perspectiva, o presente trabalho aborda o tema sobre africanidade e identidade cultural na literatura infanto-juvenil, na perspectiva de despertar o interesse dos alunos pelo o respeito à diversidade racial, combatendo o preconceito e ampliando o conhecimento sobre a história e cultura afro- brasileira.

Sob essa perspectiva, Romão (2001) acredita que:

> [...] o professor comprometido com o combate ao racismo deverá buscar conhecimentos sobre a história e cultura deste aluno e de seus antecedentes. E ao fazê-lo, buscar compreender os preconceitos embutidos em sua postura, linguagem e prática escolar; reestruturar seu envolvimento e se comprometer com a perspectiva multicultural da educação (p. 20).

Partindo de uma concepção de educação voltada a promoção de práticas sociais que reconheça a diferença e se apresente contrária a qualquer discriminação ou exclusão, este artigo tem por objetivos promover reflexões e discussões sobre as atitudes de preconceito em sala, valorizar a identidade da criança negra e ter uma imagem positiva de autoconfiança, bem como, desenvolver atividades a partir da leitura do livro "Pretinho, meu boneco querido, de Maria Cristina Furtado, oportunizando novas aprendizagens sobre as questões étnico- raciais.

A obra ora escolhida é uma história que ajuda a discutir o preconceito racial e refletir sobre como são infundadas todas as formas de discriminação e rejeição sofridas no decorrer da narrativa por Carlinhos, um boneco preto. Além disso, traz um ponto de partida para a transformação, pois apresenta como protagonista, Nininha, uma menina negra que tem orgulho de sua cor e de suas origens africanas e por isso, procura ajudar o amigo na construção da sua autoestima.

A necessidade de incluir na prática escolar essa temática e intervir nos conflitos raciais legitimados no ambiente escolar no qual trabalho, surgiu a partir das observações diárias em uma das salas da qual leciono, onde foi possível constatar inúmeras situações de agressões verbais e provocações no sentido de inferiorizar o outro, através de apelidos impronunciáveis, xingamentos, referências e brincadeiras pejorativas com relação à cor da pele, cabelos e outros traços (nariz, boca). Nesse sentido, precisei como educadora rever minha prática e pensar criticamente sobre a diversidade de realidades que permeiam nosso cotidiano, posicionando frente a visão de "brancocentrismo brasileiro", como destaca as Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais (BRASIL, 2006).

Nesse artigo, pretendemos discutir como a literatura Infanto-juvenil pode contribuir tanto para a construção afirmativa da identidade racial quanto para estimular atitudes sobre a convivência na diversidade, de modo a ultrapassar as fronteiras da violência, do preconceito, tornando assim a escola, um espaço de prática da pluralidade cultural e de respeito.

2 Referencial teórico

No sentido de compreender categorias importantes, indispensáveis para o aprofundamento teórico metodológico da problemática focalizada nesse artigo, a exemplo de racismo, preconceito racial, educação antirracista, e ainda, analisar os processos históricos e políticos no que tange às relações étnicos-raciais e educação, temos como interlocutores, Gomes (2008), Munanga (1994,2005), Pereira (2015).

Fundamentados nos autores citados nesta pesquisa, destaca-se também Cavaleiro (2001, 2005) que nos alerta para o modo silencioso em que ocorrem situações de preconceito e discriminação no espaço escolar, as quais podem ferir e marcar profundamente, crianças e adolescentes "[...] a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo". Contamos também com

estes aportes teóricos, Gomes (2002), Nunes (2011) e Romão (2001) que foram essenciais para compreendermos a promoção de uma educação plural que respeite e contemple a diversidade étnico-racial e o ensino das africanidades, sob o aspecto de analisar as representações estereotipadas atribuídas ao negro em sua trajetória escolar.

Além disso, procuramos analisar a representação dos afrodescendentes no âmbito da literatura infanto-juvenil, partindo do pressuposto de que ela tem papel importante no desenvolvimento intelectual e social da criança. Embasado nos estudos de autores que discutem a temática, tais como: Barbosa (2006), Jovino (2006) que acredita que "Contemporaneamente, alguns textos dirigidos ao público infantil e juvenil buscam [...] apresentar personagens negros em situações do cotidiano, resistindo e enfrentando o preconceito e a discriminação, resgatando sua identidade racial" (p. 189).

Consideramos também a lei 10.639, (BRASIL,2004) e outros referenciais educacionais como as Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais (BRASIL,2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p.31), e ainda como instrumentos necessários para dar início a socialização desse estudo, os PCN's (BRASIL, 2001,p.21), pois "Falar sobre a diversidade cultural e valorizá-la, é trabalhar sobre a superação dos preconceitos, é vencer alguns dos mecanismos de exclusão social, esse trabalho é necessário, porém árduo e insuficiente para chegar ao caminho de uma sociedade igualitária".

3 Referencial metodológico

Trata-se de uma pesquisa-ação de natureza qualitativa. Segundo Michel Thiollent (2007, p. 16) é uma "metodologia que surge no intuito de envolver pesquisadores e pesquisados, numa perspectiva de transformar, mudar algo".

Dessa forma, foi necessário para a efetivação desse estudo empreender uma revisão bibliográfica que servisse de aporte teórico e metodológico, e consequentemente, contribuísse na construção de novas aprendizagens.

Fez-se necessário então, a escolha da literatura infanto-juvenil de cunho afrodescendente que constituísse no acervo da escola, e para tanto, embasamo-nos na leitura do livro: "Pretinho, meu boneco querido", de Maria Cristina Furtado.

Quanto aos instrumentos de pesquisa utilizamos a observação-participante, aplicação de atividades e um questionário com perguntas abertas, a fim de obtermos uma visão ampla do contexto e do universo pesquisado. Constituíram sujeitos dessa pesquisa os alunos da última fase do

terceiro ciclo, 6° ano F, do período vespertino, da escola estadual "Professora Maria Sebastiana de Souza", localizada no município de Primavera do Leste-MT, composta por 28 alunos, com a idade média entre 11 a 12 anos.

A escola possui três turnos de funcionamento, matutino, vespertino e noturno, oferecendo o Ensino Fundamental do 1º ao 9º anos e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), 1º e 2º segmento. Todas as estratégias de ação foram desenvolvidas a partir de atividades que permitam ao aluno compreender a africanidade e a diversidade cultural, de modo a estimular o bom convívio e respeito pelo o outro.

A coleta se deu no mês de junho e julho de 2015, para tanto utilizamos notas de campo essenciais nas observações tanto da parte descritiva e quanto reflexiva. E para preservar a identidade de todos os sujeitos participantes da pesquisa usarei nomes fictícios no decorrer de toda a análise. Os dados obtidos na pesquisa nos permitiu um novo olhar quanto à realidade educativa, no que concerne ao preconceito racial e aos aspectos da afirmação da identidade racial dos alunos, conforme veremos a seguir.

4 Relato da intervenção

4.1 Construção e afirmação da identidade negra

Para apresentar esta narrativa: Pretinho, meu boneco querido foi realizado momentos de leitura nas aulas de Língua Portuguesa. O texto foi projetado no data show para que os alunos pudessem ter uma melhor visualização e apreciação das imagens. O título e a imagem da capa do livro provocaram de imediato reações de alguns alunos quanto as representações da linguagem verbal e não verbal que exaltavam a beleza negra (boneco+ negro+ querido). E isso ficou evidente na fala da aluna MR quando mostrei o livro: *Nossa que estranho!* Professora: *Estranho por quê?* A aludida aluna responde: *Porque quase não tem boneco preto assim.*

O estereótipo "preto" e "estranho" é a representação negativa dos negros construída no imaginário coletivo e que nos remete a raízes históricas profundas. Sob essa perspectiva Cavaleiro (2001, p.93) adverte que "Ao branco atribui-se a cultura confundida como ilustração. Ao negro atribui-se a cultura difundida como exotismo e/ou primitividade".

No final da história uma aluna falou: MJ *Professora! Eu gostei da Nina.* Professora: *Por que MJ, você gostou dessa personagem?* MJ: *Por que ela parece comigo.* Professora: *Como assim?* MJ: *Porque ela é negra e gosta de ser assim.*

Diante da fala de MJ, podemos perceber que ela se reconheceu na personagem, sentindo de alguma forma representada no livro, ou por algo que lhe é familiar ou que faz parte do seu cotidiano. De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga "A identidade é uma realidade

sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio.” (1994, p. 177-178).

No entanto, um aspecto que prejudica o processo de constituição social do negro na formação de sua identidade é a sua invisibilidade, seja no espelho da mídia, seja nos discursos, nos espaços escolares, nos livros didáticos, entre outros. Daí a necessidade de pedir aos alunos que representassem no papel a imagem positiva do boneco “Pretinho”, escrevendo um acróstico com o nome do personagem. Alguns acrósticos serviram de desabafo, uma forma de evidenciarem suas experiências sofridas com o preconceito, como o do aluno EF: *Preconceito/ Racial/ Eu já vivi e / Tenho raiva de quem/ Imagina que essas coisas/ Não machucam e quem/ Hoje faz isso não sabe/ O mal que isso pode causar.*

Diante desse registro, precisamos lançar um novo olhar sobre a realidade educativa, identificando causas e os efeitos de atitudes preconceituosas, buscando desatualizá-las por meio de reflexões e ações que reconheçam o negro como sujeitos históricos, participativos e ativos

Figura 1- Produção de acróstico
Fonte: PAULA, 2015.

4.2 Entre rodas e conversas

Como uma estratégia para discutir as questões e os conflitos gerados por práticas de preconceito e discriminação no espaço escolar foi realizada uma roda de conversa e estavam presentes 22 alunos, sendo nove meninos e treze meninas. O local escolhido para realizar essa atividade proposta foi o laboratório da escola, pelo fato de ser um lugar tranquilo, onde não seríamos interrompidos.

A primeira pergunta foi: “O que é preconceito?”. Porém de imediato obtive várias respostas; EF*: Preconceito é não aceitar os outros do jeito que eles são.* /BA*: É uma coisa ruim.* /AG*: Preconceito é discriminar as pessoas porque são gordas, pretos, pobres, gays....* /MJ*: É tipo quando a pessoa branca ignora uma negra.../ tem muitas pessoas brancas que ofendem as pessoas*

*negras. /*KL*: É você condenar alguém por alguma coisa.* /JC*: "É quando você julga sem conhecer. /*ES*: "É quando uma pessoa julga a outra pela sua aparência. /MR: É agredir uma pessoa.* /MP*: Preconceito é não gostar de ficar perto de uma pessoa porque ela é preta*. /LR*: É fazer piadinhas com os outros, tratar mal...*

Neste sentido, concordamos com Munanga (2005, p. 17) quando nos diz que:

> Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e que existem nas cabeças das pessoas [...]. No entanto, cremos que a Educação e capaz de dar tanto ao jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados [...]

A segunda pergunta foi se eles já sofreram ou já presenciaram algum tipo de preconceito: MR: *Sim. Já presenciei uma colega minha sendo chamada de gorda*. /MP: *Sim. Já presenciei um preconceito por causa da cor... Foi na rua .... /* LR: *Sim. Na escola que estudava me chamava de branquela. /*EF: *Vivi, por causa da cor. /*SN: *Sim já sofri preconceito por eu ser negro.*

Percebe-se que dentre os preconceitos citados, destaca-se o racial, que conforme explica (CAVALEIRO, 2005, p. 24) "[...]estimula a criação de estereótipos e representações negativas e dão origem ao um estigma que imputados ao indivíduo dificulta sua aceitação no cotidiano da vida social."

A terceira pergunta era: Você acha que é preconceito ou diversão fazer piadas sobre negros? EF: *É preconceito, pois somos todos iguais.* / SN: *É preconceito e acho ruim*. /MR: *É preconceito, mas acho engraçado... no programas de tv, no Zorra passa a personagem Adelaide, eu e minha família damos muitas risadas*. /LR: *Ás vezes é divertidos zoar da cara deles.*

Para muitos, a forma mais fácil de provocar risadas é investir no preconceito, nos estereótipos, fazendo piadas e brincadeiras indesejadas que só ampliam o preconceito. Diante dessa situação a escola, principalmente o professor deve intervir e não se silenciar. Para Pereira (2015) de "[...] tanto inferiorizar as pessoas negras com apelidos, "piadinhas" e gracejos .../ todo mundo passa a achar que isso é engraçado, louvável e quem se indigna é neurótico." (p.146).

A última pergunta foi se eles descriminariam alguém pela cor. Os alunos contribuíram com as seguintes afirmações; PH: *Não. Eu nunca deixaria de andar com uma pessoa por que ela era negra. Tenho amigos negros.* /MJ: *Não. Eu não excluiria ninguém.* /RS: *Não. Eu também sou negra.* /EF: *Eu também.*

Não só no passado, mas ainda hoje podemos observar flagrantes de discriminação e atitudes preconceituosas contra o negro, geralmente tais manifestações "afloram a todo momento, ora de modo velado, ora escancarado[...]". (PEREIRA, 2015, p. 131)

4.3 O que dizem os depoimentos dos alunos

Foram aplicados aos alunos um questionário contendo três perguntas relacionas ao preconceito vivido ou presenciado por eles, a reação e o sentimento que demonstraram diante dessas situação. Ao todo participaram da pesquisa 21 alunos e a escolha dessa metodologia se deu devido ao fato de alguns alunos se mostrarem constrangidos ou tímidos na roda de conversa no momento de relatarem algumas dessas experiências.

As situações de preconceito registradas pelos alunos acontecem nos mais diferentes contextos sociais, no entanto essa realidade se torna mais evidente no espaço escolar por meio de estereótipos que lançam mão de expressões categóricas de caráter depreciativo e discriminatório, como podemos verificar nesses registros: (*na hora do recreio – agressões/ na hora do recreio- xingou de macaco/ na escola- juba de leão, cabelo de fuá/ na escola- neguinho da África e neguinho d'agua/ na sala de aula- pretinho/ etc.).*

Segundo Cavaleiro (2005, p.98-99):

> No espaço escolar há toda uma linguagem não-verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições-formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras-, que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios, comprometendo, assim, o conhecimento a respeito do grupo negro.

Pelos depoimentos dos alunos, percebemos também que a pessoa que sofre algum tipo de discriminação ou rejeição procura ficar isolada, se sente incapaz, e alguns casos, ela pode desenvolver atitudes e comportamentos agressivos. Como verificamos nestes depoimentos: *Me senti triste e fui embora pra casa. / Fiquei com raiva e xinguei e briguei com ele também. / Muito indefesa por me chamar assim e fiquei quieta no meu canto. / Fiquei magoada e saiu um pouco de lágrima. / Eu me senti ofendida e não fiz nada só abaixei a cabeça.*

A autora supra citada ainda completa, dizendo que "O silêncio da criança diante dos outros demonstra a sua fragilidade em situação tão humilhante, imposta pelo amigo. Sinaliza o quanto ela não domina o seu direito de defesa." (CAVALEIRO, 2005, p. 59)

4.4 Lendo e Aprendendo: africanidade

Os alunos em grupos, confeccionaram cartazes e produziram frases bastante criativas contra o preconceito, além disso, demostraram surpresos quanto ao slide e a pesquisa que fizeram em relação à contribuição do negro à nossa história. Nestas falas, podemos comprovar tal fato: EF*: Nossa tinha muita coisa. /* SN*: Verdade... na internet achamos bastante coisa...*

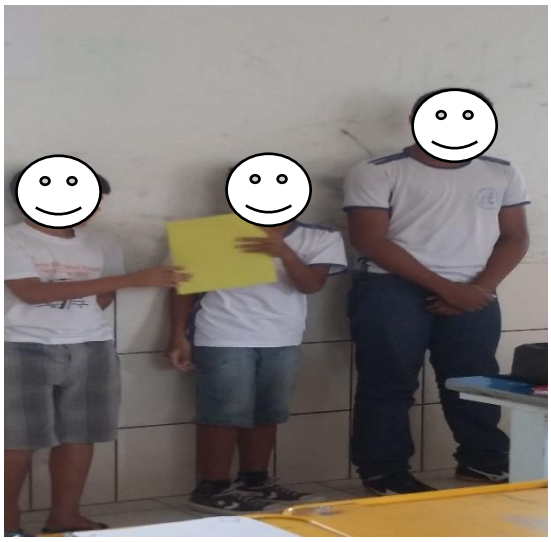


Figura 2- Leitura das pesquisas
Fonte: PAULA, 2015.

O trabalho com a literatura africana e afro-brasileira permite também a valorização desta cultura, de apresentar a África como um continente multicultural, de permitir a construção de imagens positivas dos negros, suas conquistas, sua diversidade, enfim, sua beleza na história, possibilitando a leitura de "[...] obras que não se prendem ao passado histórico de escravidão." (JOVINO, 2006, p.216).

Figura 3- Assistindo aos slides
Fonte: PAULA, 2015.

Figura 4- Confeccionando cartazes
Fonte: PAULA, 2015.

4.5 Criando e recriando histórias: uma iniciativa coletiva

Como forma de expor o conhecimento que tiveram até o momento sobre os assuntos abordados pelo projeto ora por meio das pesquisas que fizeram, ora pelas atividades que desenvolveram ou as experiências compartilhadas e observadas por eles, sugeri aos alunos que

escrevêssemos em conjunto um livro tendo como referência a história que funcionou como disparador do nosso trabalho “Pretinho, meu boneco querido.”.

Antes de começarmos a nossa produção foi necessário que a turma conhecesse os problemas e as situações sobre preconceito racial relatadas no questionário por alguns alunos. E sem expor nomes fixei na lousa vários papeis impressos com esses depoimentos, a fim de desmascarar todas as ações discriminadoras existentes na escola, e após leitura e discussão sobre tais atitudes, pedi que incluíssem no texto que iriamos produzir as informações que de alguma forma chamaram sua atenção sobre essa realidade.

O próximo passo então, foi observamos a sequência de ideias e acontecimentos trazidas pelo história original e organizamos essas informações na lousa, a fim de elencarmos alguns pontos fundamentais que contribuiriam para todo grupo na hora de escrever o texto (Titulo, personagens do texto, descrição do personagem principal, o que ele mais gostava de fazer, seus sonhos, amigos que tinha, situações de preconceito (como sentiu e reagiu), um fato novo na história e o desfecho).

Com base nessa sequência, dividi a sala em sete grupos e cada um ficou responsável por redigir uma parte da história e posteriormente desenhá-la. Foram necessárias aulas no contra turno para atender alguns grupos que não concluíram a história e não tiveram tempo de terminar o desenho.

Figura 5- Escrevendo a história
Fonte: PAULA, 2015.

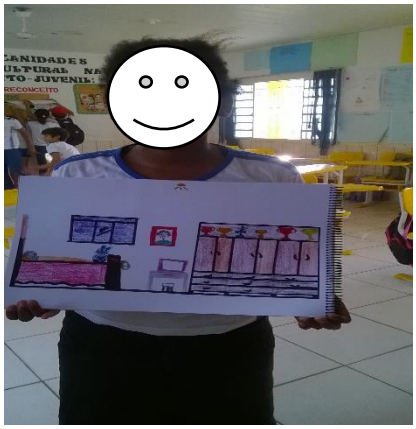


Figura 6- O desenho de MJ
Fonte: PAULA, 2015.

Depois de todos entregarem seus textos, fizemos as correções necessárias e alguns ajustes quanto ao nome dos personagens, revisão ortográfica e recursos de textualidade. Em outro momento escolhemos o título e nessa hora tive que intervir para que chegassem a um acordo. Perguntei se o personagem seria um boneco ou uma pessoa (menino/menina) e uma aluna respondeu*:* LR*: Professora, tem que ser menino porque pretinho era um boneco e não uma boneca. /* MJ: *Tem que ser menino porque o que ele viveu foi de verdade. /* SN: *Poderia ser: Pretinho, um menino bom. /* PH*: Não. Pretinho, um menino guerreiro, porque ele vence os preconceitos. /* MR*: Então poderia ser um garoto guerreiro, porque garoto é uma palavra mais jovem.*

Nessa perspectiva, entende-se que reescrever o conhecimento a partir da experiência vivida e compartilhada por várias histórias, respeitando a particularidade de cada um, proporcionou um trabalho colaborativo e cooperativo entre os alunos, onde se criou um processo interativo em que um pode aprender com o outro. Nesse contexto GOMES (2008, p. 26) defende que:

> [...] as inferências aqui conduzidas parecem ser um dos caminhos que podem ser trilhados na busca de uma prática mais prazerosa, pois o processo de aprendizagem pode ser mais vivo e criativo, quando fazem sentido em nossas vidas, quando nos sentimos presentes de forma construtiva nas discussões e interações em sala de aula, sem discriminações nas avaliações e no material didático utilizado[...]

Portanto, educar no sentido de respeitar a diversidade que nos rodeia, requer mais do que o cumprimento das obrigações curriculares, exige uma postura ética e valorativa diante da cultura e da história dos afrodescendentes "Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo." (PCN, 2001, p.21).

5 Considerações

A escola enquanto espaço de formação de identidade e responsável por suscitar o respeito à diversidade, deve repensar suas práticas educativas, apresentando-se contraria aos mecanismos de exclusão social relacionados a questão étnico raciais no ambiente escolar.

Desse modo, os resultados desse artigo apontam que o preconceito, bem como sua legitimação através de práticas discriminatórias e discursos estão presentes na sala de aula, ora reproduzidos por apelidos e xingamento, ora por estereótipos que trazem em si estigmas raciais de inegável conteúdo racista e que por vezes, aparecem de modo silencioso. De acordo com Gomes (2002, p.45), "Esses apelidos recebidos na escola marcam a história de vida dos negros. São, talvez, as primeiras experiências públicas de rejeição do corpo vividas na infância e na adolescência"

O trabalho realizado na escola integrante dessa pesquisa possibilitou-me um maior contato com as situações de conflito étnico-raciais, evidenciados nas interações e nos diálogos com os alunos, pois constatou-se que o preconceito tende à não afirmação da identidade da criança negra que por absorverem representações negativas de suas características físicas e culturais acabam rejeitando sua ancestralidade e internalizando o ideal de branqueamento. Por tudo isso, a imagem da África também precisa ser revista. A ideia predominante dos alunos de que o continente africano é um país selvagem, pobre e que a história do negro está relacionada a escravidão, elimina a possibilidades das crianças afrodescendentes de identificarem com suas origens.

Não temos pretensão de apontar soluções, apenas queremos com esse trabalho mostrar que a literatura infanto-juvenil como referencial étnico racial pode contribui para o conhecimento e para afirmação positiva da cultura negra em nossa sociedade. Compreendemos também, que as metodologias adotadas de trabalho coletivo na confecção de cartazes, pesquisas, e principalmente, com a produção escrita do livro, proporcionou uma convivência e uma melhor integração entre os alunos que juntos aprenderam com as histórias, com as experiências, o modo de ser, de agir de cada um, pois tiveram que vencer as barreiras da rejeição e do individualismo com os colegas negros, tais ações ,que antes impediam e/ou atrapalhavam as relações sociais e a construção do conhecimento em sala.

Nesse sentido, é muito gratificante como professor perceber algumas mudanças de comportamento dos alunos e saber que as ações afirmativas, no sentido de resgatar valores, estão de alguma forma propiciando aos alunos repensar suas atitudes preconceituosas e o efeito negativo que ela provocam, e consequentemente, melhorar sua relação e o convívio na escola. Mas para isso, o "[..] professor precisa saber que a dor do grito silenciado é mais forte que a dor pronunciada" (PCN, 2001, p. 55).

A questão racial não deve ser tratada como folclore ou apenas em datas comemorativas, na verdade, este trabalho deve ser realizado durante todo o ano letivo, via projeto político pedagógico e currículo, para intervir na realidade que exclui o negro do acesso aos direitos humanos fundamentais.

Portanto enquanto educadores, precisamos ressignificar nossa pratica e nossos discursos para que os valores transmitidos em sala não estejam comtemplados em prol de uma cultura hegemônica ou contribuam ainda mais para com o processo de hierarquização das posições sociais, pois só assim estaremos correspondendo às expectativas de mudanças no contexto atuais na educação, isto é, a de preparar os alunos para se tornarem cidadãos críticos e participativos, capazes de construir relações de respeito a diferença.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lucia Maria de Assunção. O personagem negro na literatura brasileira: uma abordagem crítica. In ABRAMOWICZ, A., BARBOSA, L.M.A. e SILVÉRIO, V.R (orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006, p.89.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em 06 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 2001, p.21-55.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e Anti-racismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo. Selo Negro, 2001. p. 93.

_____. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto. 2005. p. 24-99.

FURTADO, Maria Cristina. **Pretinho:** meu boneco querido. São Paulo: Brasil, 1991.

GOMES, Ana Beatriz Souza e CUNHA JÚNIOR, Henrique**.** O Movimento Negro e a Educação Escolar: Estratégias de Luta Contra o Racismo. In: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). **Educação e Afrodescendência no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2008, p.26.

GOMES, N. L. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo:** reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Revista Brasileira de Educação. n.21, p. 45. set-nov. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000300004 > Acesso em 27 de mar. 2015.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In. SOUZA, Florentina e LIMA, Maria Nazaré (Org). **Literatura Afro-Brasileira**. Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p.189-216.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola.** 2a edição revisada. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p.17.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antiracistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) **A cidadania em construção:** uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, p.177-178.

NUNES, Cícera. Reisado Cearense. **Uma Proposta para o Ensino das Africanidades**. Fortaleza: Conhecimento Editora, 2011, p.51.

PEREIRA, Antutérpio Dias. Educação e igualdade étnico- racial. In: UNIVERSIDADE DE MATO GROSSO. Instituto de ciências humanas e sociais. **Gênero e diversidade na escola**. Rondonópolis, 2014, p.131-145.

ROMÃO, Jeruse. **Por uma educação que promova a auto-estima da criança negra**. Brasília. Ministério da Justiça: CEAP, 2001, p.51.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez,1985, p.16.

DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM NA ESCOLA COMO PERSPECTIVA DE INCLUSÃO.

Rosimeri de Jesus da Silva Campos[9]

RESUMO

São muitas as discussões sobre a educação inclusiva, pois sabemos que no Brasil ainda há muitos desafios a serem enfrentados, pois a nossa cultura principalmente educacional rege no modelo quantitativo de aprendizagem, e, no entanto, o desafio maior é incluir esse aluno especial no processo de aprendizagem igualitária de acesso e permanência. Temos leis que amparam pessoas com necessidades especiais. Mas, essas leis são cumpridas na prática? As escolas trabalham com inclusão, pois "a educação, direito de todos" segundo a Constituição Federal de 1988, art.205. Mas, será que todos têm acessibilidade e as mesmas condições de aprendizado, seja com um profissional especializado ou não? Nas escolas, os alunos convivem de perto com as demais diversidades e diferenças dos colegas e é nesse meio de convívio que a interação ocorre. Na sala de aula deve haver um recurso pedagógico diferenciado, para que o processo de aprendizagem do aluno com deficiência seja alcançado de forma positiva e igualitária.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido para analisar as diversas formas de acessibilidade que a Escola Prefeito Artur Ramos oferece aos alunos com necessidades especiais, partindo do Desenho universal para aprendizagem na escola como perspectiva de inclusão.

A metodologia empregada para o presente relatório abordou três etapas. A primeira etapa: referências teóricas, leituras de artigos, para dar sequência ao relatório de maneira mais abrangente e clara do assunto. A segunda etapa: entrevistas com funcionários e alunos da escola. A terceira etapa: vistoria, identificação da estrutura física escolar, DUA na escola.

DESENVOLVIMENTO:

Uma escola inclusiva requer a participação de todos os profissionais da mesma, incluindo os alunos. Logo após as leituras com embasamento teóricos, foi elaborado as questionário do qual participaram 5 profissionais da Escola Prefeito Artur Ramos e 5 alunos.

Uma das formas de tentar dar condições igualitárias às pessoas com necessidades especiais foi à criação do DUA, que consiste na elaboração de estratégias

[9] É aluna do curso de mestrado em Educação AEBRA

para acessibilidade de todos, tanto em aspectos físicos quanto em educacionais para que possam ter a oportunidade de um aprendizado sem barreiras.

O primeiro momento da entrevista foi bastante impactante, pois somente 2 dos 10 entrevistados sabiam do que se tratava o DUA (Desenho Universal para Aprendizagem). Depois de explicar o que se trata o DUA houve um empoderamento nas respostas.

Apesar de todos terem o conhecimento e saber da importância do DUA, ainda se observa a falta desse Desenho Universal não só nas escolas, mas também em espaços públicos.

O aprendizado do DUA na escola é importante para que o aluno conheça as diversas formas de deficiências para que, ao saírem da escola saibam para que serve cada placa, qual indicação está sendo dada em símbolos, desenhos, pois a aprendizagem é fundamental para que possam ser usados em outros ambientes.

No momento da vistoria do local para identificar as áreas de acesso das pessoas e a sinalização, foi obtido um resultado insatisfatório, pois a escola não se encontra em acordo com adaptações necessárias para que haja uma inclusão de fato.

Entrada da Escola Prefeito Artur Ramos

Na entrada podemos perceber que não há corrimão na pista principal que serve para evitar quedas.

Assim como, em outras rampas do interior da Escola onde são íngremes e não tem corrimão.

Calçada da Escola

A calçada da escola não tem piso tátil, que auxiliaria a caminhada das pessoas.

Os armários da escola poderiam estar organizados em horizontal para melhor acessibilidade e não em vertical.

Aluno PNE fora da sala em horário de aula, por falta de ter uma atividade diferenciada ou até mesmo de estar em uma sala de recurso, da qual a escola não possui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos teóricos, nas entrevistas e nas vistorias aos aspectos físicos da escola, é importante observar que a inclusão vai além das paredes. A preocupação que se tem com a estrutura física adequada, é maior do que o aprendizado em sala de aula. O professor com seu trabalho diferenciado, atividades que englobam a todos sem exceção,

faz uma aula inclusiva, mesmo sem ter as condições adequadas, mesmo sem formação específica. .

No entanto, o ensino aprendizagem da atualidade enfrenta graves problemas, pois a escola é inclusiva, porém não contam com profissionais habilitados para atenderem os alunos especiais, muitas escolas não tem estrutura física adequada.

Dessa forma, é importante trabalhar nas escolas, em sala de aula sobre os direitos que os deficientes possuem, bem como a divulgação para que possam lutar por seus direitos.

É preciso uma mudança no comportamento, nas atitudes das pessoas para que haja realmente o querer da mudança, do acesso, da igualdade, da acessibilidade a quem precisa.

REFERÊNCIAS

Da Educação. Constituição Federal, art.205. Disponível em: http://www.fumec.br/cerai/docs/constituicao_federal_de_1988.pdf acesso em 11 de Novembro de 2018.

FILHO, Teófilo Alves Galvão. Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: Apropriação, Demandas e Perspectivas. Tese de Doutorado em Educação. Bahia, 2009. Disponível em file:///D:/Downloads/5ab6bcd9bd557-Tese%20Teofilo%20Galvao%20(1).pdf acesso em 11 de novembro de 2018.

MACÊDO, Janaína Amanda Sobral. Inclusão: A escola está preparada para ela? Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/inclusao-escola-esta-preparada-para-ela.htm acesso em 11 de Novembro de 2018.

SCHLUNZEN, Elisa Tomoe Moriya. Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente construcionista contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas. Tese de Doutorado em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. Disponível em https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9840/1/Elisa%20Tomoe%20tese%20completa.pdf acesso em 11 de Novembro de 2018.

ZERBATO, Ana Paula. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04 acesso em 07 de Dezembro de 2018.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ralime Abdo[1]

Marinez Bezerra da Silva[2]

Teina Nascimento Lopes[3]

RESUMO

O presente trabalho tem por intuito refletir uma teoria avaliativa na educação infantil, vinculada a realidade brasileira que se apoia em princípios e valores comprometidos com a transformação a partir de conhecimento do compromisso político da escola pública com as classes populares. Objetivando analisar a concepção teórica da avaliação na Educação Infantil. Entender o que os autores propõem o cenário para compreender a Avaliação na Educação Infantil. Compreender como trabalhar a avaliação na educação infantil de forma inovadora. Refletir a complexidade da avaliação na educação, visando o pensamento de mudança. A avaliação deve ser um instrumento de reflexão sobre sua aprendizagem e impulsionada da sua continuidade e como diz Hoffmann "avaliação no seu significado básico de investigação e dinamização do processo de conhecimento". Este estudo ressalta o melhor entendimento da avaliação na infância, com suas seleções ou aprendizagens; diagnóstico, melhorias, julgamentos e classificação. O trabalho foi realizado com base na pesquisa bibliográfica utilizando-se de renomados autores.

Palavras-chave: Avaliação; Educação Infantil; Inovadora.

ABSTRACT

The present work has since intention reflects a theory avaliativa in the childlike education, linked the Brazilian reality that is supported in beginnings and values made a commitment to the transformation from knowledge of the political promise of the public school to the popular classes. Aiming to analyse the theoretical conception of the evaluation in the Childlike Education. To understand what the authors want on the evaluation and his changes. To understand how it will work the evaluation in the childlike education of innovatory form. The complexity of the evaluation thinks about the education, aiming at the thought of change. The evaluation must be an instrument of reflection on his apprenticeship and driven of his continuity and as Hoffmann says "evaluation in his basic investigation meaning and dinamização of the knowledge process". This study emphasizes the best understanding of the evaluation in the childhood, with his selections or apprenticeships; diagnosis, improvements, judgements and classification. The work was carried out on basis of the bibliographical inquiry making use of renowned authors.

Key words: Evaluation; Childlike Education; Innovator.

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Albert Einstein – FALBE.

[2] Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Albert Einstein – FALBE.

[3] Professora da Faculdade Albert Einstein, orientadora deste trabalho. Mestre em Educação, Licenciada em Letras – UFMT e Pedagogia – FALBE.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer de sua história o Brasil sempre enfrentou problemas sociais, econômicos, políticos e culturais, devido à efervescência do mundo capitalista que se divide em classes – ricos e pobres – que não garante a igualdade de condições para todos, e isso se expressa em seu sistema educacional em todos os graus e níveis. Diante desses fatores, as discussões acerca dos problemas educacionais que tentam de alguma forma redimensionar o processo educativo tornando-o mais ajustado à clientela por ele atendida e a sociedade a que este se insere.

São inúmeros os problemas que causam o fracasso da nossa educação. Mas acredita-se que é relevante uma revisão bibliográfica focalizando apenas a avaliação da aprendizagem escolar, com foco na Educação Infantil, quais as concepções que os autores trazem, do que é avaliar e para quê avaliar, observando a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados, assim como no redimensionamento da direção da ação. A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte do seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível.

Buscamos como objetivos analisar a concepção teórica da avaliação na Educação Infantil. Entender o que os autores querem sobre a avaliação e suas mudanças. Compreender como trabalhar a avaliação na educação infantil de forma inovadora. Refletir a complexidade da avaliação na educação, visando o pensamento de mudança. Temos como problema a percorrer - Quais os elementos fundamentais para a avaliação na Educação Infantil?

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se suporte teórico em estudiosos preocupados com a qualidade da educação oferecida aos nossos alunos, dentre eles Luckesi 2001, que enfatiza que a escola deve ser o local de uma relação democrática com o objetivo da formação do educando, não de sua exclusão, com intuito de refazer e reconstruir seu conhecimento; Perrenoud, Hoffmann, Hadji entre outros.

Sendo este trabalho desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica foram utilizados obras e autores renomados na área da Educação, como Hoffmann, Freire, Luckesi, Vasconcelos, Cagliari dentre outros, sem deixar de fora as legislações que embasam esse assunto. Deparamo-nos com uma diversidade de opiniões, uma vez que o significado de avaliação está relacionado com o modelo político pedagógico das

instituições educacionais. Foram realizados vários fichamentos até chegar a um consenso para a redação deste.

É sabido que não se tem a pretensão de esgotar o assunto, sendo que este é muito complexo e abrangente, utilizaram se de várias teorias com a finalidade de identificar e compreender a avaliação, relacionando conceitos teóricos e novas reflexões acerca da avaliação escolar e analisando se as formas de avaliar estão condizentes com as necessidades da sociedade contemporânea.

2 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A avaliação para à nova Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), nº 9.394/96, significa apropriar-se do saber. Surge novo olhar sobre a avaliação, uma mudança do eixo de ensinar para o aprender. A avaliação hoje é tida com o sentido de verificação e acompanhamento de que modo está o aluno naquele momento, lembrando que o diagnóstico do desempenho do aluno contribui para que o professor reconheça níveis cognitivos de conhecimento em que o aluno se encontra e se os objetivos foram ou não atingidos.

A avaliação é o acompanhamento da aprendizagem do aluno. Permite verificar o que o aluno aprendeu ou não, quais são e onde houve falas e envolve a tomada de decisão que culmine com a revisão do processo e a aprendizagem do aluno.

> [...] avaliação é, hoje um fenômeno indefinido de professores e alunos que usam o termo atribuem-lhe diferentes significados, relacionados, principalmente, aos elementos constituintes da prática avaliativa tradicional: prova, nota, conceito, boletim, recuperação, reprovação. Quando questiono diretamente o significado da palavra avaliação recebo, por vezes, tantas definições quanto são os professores presentes nos encontros. (HOFFMANN, 1996).

Avaliação deve ofertar dados para direcionamento do processo e ser realizada continuamente, com fins de acompanhamento. Compreendida como parte do processo de ensino e aprendizagem, não deve ser realizada em momentos estaques, próprios para isso ou somente através de provas e testes. A avaliação possibilita verificar o que o aluno aprendeu de determinado conteúdo, pela forma como foi trabalhado e se alcançou o objetivo proposto para que se possam tomar atitudes.

> Os educadores percebem a ação de educar e a ação de avaliar como dois momentos distintos e não relacionados. Exercem essas ações, de forma diferenciada. Assim é, por exemplo, a atitude de muitos professores de pré-escola e de séries iniciais. Seu cotidiano revela um efetivo acompanhamento do desenvolvimento dos alunos a partir de um relacionamento afetivo e busca de compreensão de suas dificuldades. Ao final de um semestre ou bimestre, entretanto enfrentam a tarefa de transformar suas observações significativas e conscientes em registros anacrônicos, sob a forma de conceito classificatória ou listagens de comportamentos estanques (elaborados em gabinetes de supervisão e orientação). Esse professor não compreende e com toda razão, esse segundo momento como educação. Violenta-se e cumpre a exigência da escola sem perceber que a ação avaliativa se faz presente de forma efetiva na sua ação educativa. E que o equivoco se encontra nas exigências burocráticas da escola e do sistema. (HOFFMANN, 1996, p. 16).

A ideia de avaliar não está solta, sempre está relacionada a um conceito, a um projeto para determinar propostas de ensino.

> A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesmo; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, consequentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (CALDEIRA, 2000, p. 122).

Hoffman (1998) salienta que a avaliação deve ser mediadora e, é importante que o professor observe o aluno para refletir sobre as melhores estratégias pedagógicas possíveis no sentido de promover sua aprendizagem. A avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar, mas, sim, contribuir para promover a aprendizagem do aluno. Transformar a prática avaliativa significa propor mudanças na nossa prática cotidiana.

> [...] conceber e nomear o “fazer testes”, o “dar notas”, por avaliação é uma atitude simplista e ingênua! Significa reduzir o processo avaliativo, de acompanhamento e ação com base na reflexão, a parcos instrumentos auxiliares desse processo, como

> se nomeássemos por bisturi um procedimento cirúrgico (HOFFMANN, 2000, p. 53).

A avaliação deve expressar as formas e os instrumentos utilizados na avaliação do projeto como um todo e de cada etapa. Necessita ser continua e constante, possibilitando a verificação do alcance dos objetivos propostos, o acompanhamento das ações desenvolvidas e a realimentação do projeto. Os instrumentos de avaliação selecionados e utilizados necessitam estar em conformidade com os objetivos e as estratégias propostas para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, sendo indicado o uso de relatórios e registros de observação. Quando o processo envolve a avaliação de aprendizagem de alunos é recomendado, além destes, a utilização de portfólio, auto avaliação, produções individuais e grupais, entre outros.

> A avaliação não é tudo; não deve ser o todo, nem na escola nem fora dela; e se o frenesi avaliativo se apoderar dos espíritos, absorver e destruir as práticas, paralisar a imaginação, desencorajar o desejo, então a patologia espreita-nos e a falta de perspectivas, também. (MEIRIEU, 1994)

Observa-se que a é preciso dosar e rever alguns conceitos avaliativos, para que esses não deturpem a realidade do que realmente se quer avaliar.

> Não é tarefa simplória. A avaliação, na perspectiva de construção de conhecimento, parte de duas premissas básicas; confiança na possibilidade dos educandos construírem suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses. Entretanto, mais uma vez, esbarramos em nossa estória de vida, que traz consigo uma conotação de erro como fracasso e de dúvida como insipiência. Posturas pedagógicas tradicionais de transmissão e informação de conteúdos inquestionáveis. Uma nova perspectiva de avaliação exige do educador uma concepção de criança, de jovem e adulto, como sujeitos do seu próprio desenvolvimento, inseridos no contexto de sua realidade social e política. Nessa dimensão, avaliar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor, que incitará o aluno a novas questões a partir de respostas formuladas. (HOFFMANN, 1996, p. 20)

As teorias pedagógicas novas vêm com novas visões em relação ao ensino aprendizagem, mas é preciso pesquisá-las e estudá-las, do que tentar reproduzi-las sem base teórica. Para isso ocorrer é importante que o educador

mude, e liberte-se de velhos paradigmas, buscando ver o mundo sobre outra óptica, que deseje aprender a aprender.

Essa concepção propõe o avaliar em sua totalidade. Esse tipo de avaliação se constrói aos poucos. Observa-se a valorização do conhecimento, o interesse pelo saber, bem como as competências dos alunos.

> A ação avaliativa, abrange justamente a compreensão do processo de cognição. Porque o que interessa fundamentalmente ao educador é dinamizar oportunidades de o aluno refletir sobre o mundo e de conduzi-lo à construção de um maior número de verdades, numa espiral necessária de formulação e reformulação de hipóteses (abstração reflexiva). Na medida em que a ação avaliativa exerce uma função dialética e interativa, ela promove os seres moral e intelectual, tornando-os críticos e participativos, inseridos no seu contexto social e político. (HOFFMANN, 1996, p. 23).

O professor tem que estar aberto ao não cognitivo, bem como a tudo que vem da criança, pois eles já têm suas experiências e vivencias mesmo que pequenos. Será através dessas vivencias que abre um leque de oportunidades avaliativas inerentes à criança.

2.1 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente a avaliação na Educação Infantil desponta como um “elemento de controle sobre a escola e sobre as professoras que se veem com a tarefa de formalizar e comprovar o trabalho realizado via avaliação das crianças”. (Hoffmann, 1996, p. 9). Essa pratica revela, na sua essência, uma atitude positivista, a qual, na maioria das vezes, gera consequências discriminatórias idênticas no ensino Fundamental.

Segundo Hoffmann (1996), as fichas semestrais classificatórias, utilizadas para avaliar o aluno, compostas por comportamentos preestabelecidos para a criança de zero a seis anos, exemplificam bem esse fato. De posse instrumento, o professor classifica os comportamentos dos alunos em uma escala uniforme, atribuindo-lhes conceitos tais como atingiu, não atingiu, atingiu parcialmente.

Hoffmann (2001) salienta:

> Não é possível observar os alunos em todos os momentos, nem a memória do professor é suficiente para guardar detalhes importantes de cada um. [...] é necessário a elaboração de instrumentos de avaliação confiáveis para um acompanhamento também confiável.

Existem também a pratica avaliativa através das fichas de pareceres descritivos, na maioria das vezes, compostas por uma lista de comportamentos não atingidos pelos alunos, raramente considerando as aprendizagens em processo, ou mesmo as já construídas, quando ainda não se resumem em um único modelo para todos os alunos da turma, apenas alterando os dados pessoais: nome, idade, filiação entre outros.

Com a uniformização das práticas avaliativas, adquire se uma conotação mecânica por causa da imposição administrativa, tornando-se para o professor apenas um exercício de preenchimento de fichas, desconsiderando a singularidade de quem aprende e a identidade de quem ensina: aluno e professor – protagonistas do processo ensino/aprendizagem.

> A avaliação, na perspectiva de construção de conhecimento, parte de duas premissas básicas; confiança na possibilidade dos educandos construírem suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses. Entretanto, mais uma vez, esbarramos em nossa estória de vida, que traz consigo uma conotação de erro como fracasso e de dúvida como insipiência. Posturas pedagógicas tradicionais de transmissão e informação de conteúdos inquestionáveis. Uma nova perspectiva de avaliação exige do educador uma concepção de criança, de jovem e adulto, como sujeitos do seu próprio desenvolvimento, inseridos no contexto de sua realidade social e política. Nessa dimensão, avaliar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor, que incita o aluno a novas questões a partir de respostas formuladas. (HOFFMANN, 1996)

Portanto, acredita-se que a prática avaliativa demonstrar-se-á “ressiginificada” somente quando o professor romper com as imposições administrativas uniformizadas e voltar o seu olhar para a aprendizagem do aluno, valorizando, sobretudo, a singularidade e a identidade presentes na ação educativa, pois:

> As anotações do professor precisam contemplar referencias significativas sobre a singularidade de cada estudante: suas estratégias de raciocínio na resolução de problemas, modo de ser e de agir e sala de aula comentários e perguntas em diferentes momentos de aprendizagem e a sua evolução na compreensão das noções (HOFFMANN, 2001, p. 180-181).

Grandes são os avanços teóricos na tentativa de ressignificar a avaliação da aprendizagem, porém grande é também a distância entre as teorias e as práticas. Isso se evidencia quando, neste momento no século XXI, existem pré-escolas que atribuem menções classificatórias aos seus alunos, utilizando-se da retenção e, consequentemente, negando-lhes o direito de ingressar no Ensino Fundamental.

Essa atitude, em princípio, demonstra o desconhecimento da ilegalidade do ato, uma vez que a pré-escola não é pré-requisito para o Ensino Fundamental. A criança tem direito de frequentar a Educação infantil e não o dever de apresentar comportamentos preestabelecidos por essa modalidade de ensino, contribuindo com os critérios de excelência impostos pela sociedade. Assim, “a prática da avaliação em Educação Infantil encerra muitos princípios que deveriam nortear a avaliação no Ensino Fundamental ao invés de seguir o seu modelo” (HOFFMANN, 1996, P.14).

Compreender a razão de ser do processo avaliativo na Educação Infantil, não é uma tarefa fácil para o educador infantil, principalmente quando essa ação exige rever paradigmas, tanto no âmbito conceitual quadro no prático.

Na tentativa de edificar o real objetivo da avaliação na Educação Infantil, Hoffmann (1996, p. 11) afirma:

> Conceber o avaliar implica conceber a criança que se avalia, pois esta não é uma prática neutra ou descontextualizada como procura se caracterizar a avaliação no ensino regular, em que os professores determinam sentenças sobre os alunos sem perceber o seu inalienável compromisso com os julgamentos proferidos.

As inúmeras indagações sobre essa temática requerem respostas apenas a uma questão: o que é avaliar no contexto da educação infantil? Existe suscita variedades de respostas, as quais respaldarão diferentes concepções de ensino e de aprendizagem e que determinarão as perspectivas sobre o que é avaliar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais aponta como deve ocorrer a avaliação na educação infantil:

> Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:
> I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
> II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.). (Brasil, 2009, p. 18).

A avaliação na educação infantil deve ser de observação constante de maneira crítica ao seu envolvimento e desenvolvimento nas brincadeiras e as interações ocorridas no cotidiano, em seu processo de ensino-aprendizagem.

Para Hoffmann (1991, p. 61), avaliação é movimento, é ação e reflexão. Partindo dessa concepção avaliativa, é difícil compreender a eficiência de uma concepção imobilizadora, centrada no fim do processo de ensino/aprendizagem, principalmente quando o alvo é o desenvolvimento infantil e o sujeito é a criança que amplia seus conhecimentos por meio da participação na construção das suas aprendizagens, num movimento contínuo de interação com o mundo a sua volta.

Hoffmann (2005), acredita que observar o processo de aprendizagem é “conhece para justificar o “não-sido” ou compreender para promover oportunidades”. Portanto, observar requer uma postura de admiração, análise e compreensão do que está sento visualizado, despojar-se de preconceitos ou jargões paradigmáticos que desviam o olhar da descoberta para a busca de efetivação do comportamento preestabelecido.

Avaliar, tendo como estratégia de ponta a observação e a reflexão, permite a construção de um cotidiano escolar significativo, portanto, sinônimo dos interesses, das necessidades e das reações das crianças em questão, além de possibilitar um *feedback* quanto à prática docente.

Utilizar o juízo de qualidade, na situação de elemento avaliativo no processo ensino/aprendizagem, é garantir ao professor a percepção da distancia existente do conhecimento ideal, permitindo-lhe, destarte, que busquem formas significativas de ensinar, a fim de favorecer a sua ação mediadora, além de conquistar a aprendizagem idealizada.

Para Luckesi (2001) juízo de qualidade é apreciação tecida sobre os resultados de um objeto, dado, fato, informação, tendo por referência parâmetros anteriormente fixados. Envolvendo uma comparação, o juízo de qualidade possibilitou determinar a “distância” existente entre o planificado e o realizado, entre o sonhado e o concreto concretizado, entre o ideal é o real.

Contrapor esse conceito de avaliação no contexto da educação infantil pressupõe compreender a avaliação na condição de processo individualizado que declara as reais conquistas em termos de aprendizagem, uma vez que os conhecimentos prévios são construídos a partir da construção histórico-social de cada criança, mediante a qualidade de suas vivências, o que particulariza. Dessa maneira não cabe ao professor valorizar somente os conhecimentos planificados, mas ele deve também valorizar os conhecimentos adquiridos as conquistas durante todo o processo rumo ao conhecimento almejado.

Para que ocorra a reciprocidade entre ensino e avaliação, é necessário que o professor tenha como base para ter ser o juízo de qualidade dados relevantes que demonstrem a aprendizagem do aluno sendo compatíveis com o objetivo a ser avaliado (LUCKESI, 2001). Dessarte o resultado da avaliação não será pautado em dados e irrelevantes (humor do professor, conduta comportamental do aluno, afinidades e / ou antipatia dentre outros) que nada caracterizam da real aprendizagem do aluno.

Em função disso, para se delegar aos dados uma denominação justa de relevante ou irrelevantes, é necessária primeiramente uma mediação docente mediante as experiências educativas significativas, que tenham por objetivo levar o aluno a:

> [...] Aprender (buscar novas informações) aprender a aprender (refletir sobre procedimentos de aprendizagens) aprender a conviver (interagir com os outros), aprender a ser (refletir sobre si próprio como aprendiz) (HOFFMANN, 2001).

Acredita-se que conhecer as fases do Desenvolvimento Infantil seja atributo da competência profissional do educador infantil, visto que essa especificidade é de suma importância para a ação avaliativa, uma vez que contribuir com a redução dos dados e relevantes que é de suma importância para a ação avaliativa uma vez que contribui com a redução dos dados e relevantes que, na maioria das vezes, classificam e rotulou o aluno como teimoso egoísta

agitado desobediente dentre outros. Assim o professor perde, por falta de entendimento, a oportunidade de coletar dados relevantes que conduzam sua prática para uma ação mediadora, adequada à fase em que se encontra o aluno.

Pautar a avaliação da criança na pré-escola em dados relevantes deve ser preocupação dos professores, quando esses identificam a importância de levantar informações fiéis sobre a aprendizagem do aluno, utilizando-se para isso de atividades significativas, as quais demonstram o raciocínio utilizado pelo aluno no decorrer da realização da atividade proposta.

Contudo, a tomada de decisão significa atenção e ação perante uma realidade constatada. Independentemente do grau de satisfação, decorrente do juízo de qualidade tecido sobre os dados relevantes, admitem-se três possibilidades de encaminhamento da ação: [...] Continuar na ação em que se está, introduzir modificações para que este objeto ou situação se modifique para melhor, ou suprimir a situação ou objeto (LUCKESI, 2001, p. 71).

Portanto, avaliar visando a uma tomada de decisões pressupõe a ressignificação do processo avaliativo, uma vez que medir, nesse novo contexto, traz, para o professor, informações do confronto entre o conhecimento real e o ideal; e esta traz os dados que revelam esse confronto. De posse dessas informações cabe o professor sair do imobilismo conceitual e prático, para decidir se privilegia o aluno com sua aprendizagem ou o sistematiza com os conteúdos e com os programas independentemente do seu sucesso

É possível, ainda hoje, encontrar heranças da avaliação tradicional profundamente enraizadas no contexto escolar, pois atendem aos interesses de disciplinamento e de submissão ainda vigentes na sociedade atual. No entanto, teórico como Luckesi (2001); Hoffmann (1991); Hadji (2001); Perrenoud (1999); Álvarez Mendez (2002) e outros alavancaram propostas de transformação desta prática, sugerindo a substituição da avaliação tradicional pela avaliação formativa, defendendo uma prática que permeia todo o processo ensino-aprendizagem, ao invés de uma pedagogia a favor do disciplinamento e da compensação educativa

Reafirmando esse pensamento, Hadji (2001) compreende que "a avaliação torna-se formativa na medida em que se inscreve em um projeto educativo deixando de lado qualquer outra preocupação". Avaliação formativa informa os dois personagens do processo educativo - professor e aluno.

Buscar uma prática avaliativa contrária a simples verificação, classificação e seleção dos alunos, libertando-os da seletividade que gera o medo pelo uso da coação, requer do professor um redirecionamento e uma redefinição de sua ação pedagógica:

Apropriar-se da avaliação e vivenciá-la em suas dimensões diagnósticas e formativas requer, por parte dos Professores, segundo Luckesi (2001), compreender os seguintes princípios que embasam o retorno a essa ação:

> - "O professor deverá ser um companheiro de jornada de cada aluno": substituindo na sua prática diária as reações de subalternidade por reciprocidade e favorecendo a construção da Autonomia discente;
> - "A avaliação deverá ter o máximo de Rigor no seu encaminhamento": ultrapassando o autoritarismo docente e transformando-se em um instrumento auxiliador para tomada de decisão;
> - "A avaliação deverá verificar a aprendizagem não a partir dos mínimos possíveis, mas sim a partir dos mínimos necessários": fazendo a mediação docente entre o conhecimento real e o ideal, respaldada no mínimo necessário para a promoção e ascensão de cada cidadão, favorecendo o seu processo de capacitação educacional. (LUCKESI, 2001, p. 44-45).

Hoffman (1993), ao refletir sobre o desejo educacional de ressignificar ação avaliativa, diz que ainda há muito a realizar até o dia em que o discurso docente se equipare a sua prática, Por que de nada adianta criar novos instrumentos e novas práticas avaliativas se não ocorrer uma transformação quanto aos conceitos e as concepções interpretadas pela classe docente no que se refere à ação avaliativa.

Vencer paradigmas, quanto aos conceitos e as práticas avaliativas, é concordar primeiramente em refletir sobre o seu pensar e o seu agir avaliativo pois, para Hoffmann (2005, p. 15), "o processo avaliativo se desenvolve concomitantemente ao desenvolvimento das aprendizagens dos alunos". Portanto, autora não concorda com a ideia de que a avaliação se faz em determinados momentos do processo ensino-aprendizagem (começo, meio, fim), mas, ao contrário, perpassa todo ele, de forma que:

O processo de avaliação mediadora tem por intenção, justamente, promover melhores oportunidades de desenvolvimento aos alunos e de reflexão

crítica da ação pedagógica a partir de desafios intelectuais permanentes e de relações afetivas equilibradas (HOFFMANN, 2005, p. 15).

> Para que ocorra uma avaliação em suas dimensões diagnósticas e formativas,

é necessário que o professor compreenda quais são os caminhos cognitivos utilizados por seu aluno para a efetivação de determinada aprendizagem, bem como a tomada de consciência das condições pessoais de cada aluno, a fim de orientar o planejamento e a execução de uma prática pedagógica desafiadora, favorecendo o sujeito desse processo na conquista da aprendizagem.

Hoffmann (2005, p. 25) apresenta três princípios essenciais para uma prática avaliativa mediadora:

> - O princípio dialógico interpretativo da avaliação: [...] Avaliar como um processo de diálogo, de mutua confiança para a construção conjunta de conhecimentos;
> - O princípio da reflexão prospectiva: avaliar como um processo que se Embasa em leituras positivas [...] Buscando ver além de expectativas fixas e refutando as inclusive: quem o aluno é, como sente e vive as situações, o que pensa, como aprende, com quem aprende;
> - O princípio da reflexão na ação: avaliar como um processo mediador que se constrói na prática, o professor aprende a aprender sobre os alunos na dinâmica própria da aprendizagem.

Transformar a avaliação tradicional, histórica e culturalmente enraizada no âmbito educacional, exige ressignificar corpos e mentes envolvidos na comunidade escolar e que reconhecem na escola uma das possibilidades de qualificação e desenvolvimento individual e coletivo de cada cidadão. Formalizar avaliação formativa, Nesse contexto, é, antes de mais nada, despojar-se de uma postura autoritária e hierárquica, além de admitir que ao mesmo tempo em que se ensina também se aprende, em um movimento contínuo de trocas significativas. Para Micarello (2010), realizar os processos de avaliação deve se buscar na própria criança, afirma ainda que:

> Avaliar o desenvolvimento de uma criança é uma ação complexa e exige da escola um olhar de extrema atenção, um conhecimento sobre o aprender e o desenvolver do aluno, para que assim, através de metodologias de avaliação ou de instrumentos variados seja possível aferir de maneira mais sistematizada, contemplando o indivíduo e seus avanços (SILVA; URT, 2014, p. 63).

Segundo Carneiro (2010),

> A avaliação na educação infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e o processo de ensino. Por isso, a forma, os métodos de avaliar e os instrumentos assumem um papel de extrema importância, tendo em vista que contribuem para a reflexão necessária por parte dos profissionais acerca do processo de ensino. (CARNEIRO, 2010, p. 6).

Quando as autoras discutem sobre as formas da avaliação, é necessário observar que a avaliação deverá ser realizada a partir de vários olhares também. Refletir sobre seus conceitos, analisar suas funções, conhecer suas modalidades e definir etiologias, está ainda longe de transformar a avaliação em um instrumento de trabalho a favor da educação e parceiro do professor. É necessário, neste misto de competências, acrescentar se a coragem para enfrentar os mitos que justificam o fracasso escolar e fundamentam o imobilismo pedagógico presente em muitas práticas rotineiras, pois"a avaliação é uma operação de leitura orientada da realidade" (HADJI, 2001, p. 129).

Compreender os erros, identificando seus tipos, faz com que o ensino fundamental cumpra adequadamente sua função, pois, a todo o momento nos remete a lembrança de que a criança nessa fase está em constante construção ora errando, ora acertando.

Dessa forma ao avaliar o educador deve compreender que tal prática não pode resumir se a um simples registro dos comportamentos apresentados ou não pelas crianças utilizando o ser para si de instrumento de aferição padronizados. Registros descritivos - significativos e detalhes - devem decorrer do acompanhamento constante e Atento junto ao aluno presente nos espaços de formação.

Nas palavras de Vasconcellos (2006), “enquanto o professor não mudar o seu pensar e a forma de trabalhar em sala de aula, dificilmente conseguirá mudar a avaliação formal, decorativa, autoritária, repetitiva e sem sentido” (p. 67). Isso é serio e precisa ser mudado o quanto antes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao iniciar este trabalho houve dúvidas de qual o tema escolher, contudo a convivência com as crianças da instituição a qual trabalhávamos, fez repensar como avaliar as crianças na sua infância, na verdade na educação infantil, sendo que é sabido que nessa faze não é apenas cuidar e elas brincarem; isso é retrógrado, hoje temos que ter uma prática emancipatória, para com nossas crianças, vivemos em um grande processo de evolução, os pequenos de hoje em dias estão com novos saberes, nossa proposta é refletir acerca da avaliação na educação infantil, entender melhor essa concepção, pois estamos adentrando ao um novo mundo a partir dessa graduação.

Buscamos como objetivos analisar a concepção teórica da avaliação na Educação Infantil. Entender o que os autores propõem o cenário para compreender a Avaliação na Educação Infantil. Compreender como trabalhar a avaliação na educação infantil de forma inovadora. Refletir a complexidade da avaliação na educação, visando o pensamento de mudança. Nesse sentido percorremos o problema que norteou nossos estudos quais os elementos fundamentais da avaliação na Educação Infantil?

> Para a realização deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas.

De acordo com Lima (2004, p. 38) uma pesquisa bibliográfica tem a seguinte definição:

> Pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita orientada pelo objetivo explícito de coletar materiais mais genéricos ou mais específicos a respeito de um tema. A etimologia grega da palavra bibliografia (biblio = livro; grafia = descrição, escrita) sugere que se trata de um estudo de textos impressos. Assim, pesquisar no campo bibliográfico é procurar no âmbito dos livros e documentos escritos as informações necessárias para progredir na investigação de um tema de real interesse do pesquisador.

Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos científicos, monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

Utilizou-se de livros sobre o assunto, bem como artigos, teses e apostilados descrevem e conceituam a avaliação na educação, realizaram-se observações com as devidas anotações e análises.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p.65) “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental”.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica possui muitos pontos positivos na obtenção das informações, trazendo para o autor uma pesquisa bem mais ampla no que se refere às inúmeras linhas de pensamento de vários autores, aliadas os pontos positivos e alguns pontos que interfere na realização deste estudo, no caso de fontes de informações secundarias, que muitas vezes possuem dados e processos errôneos.

Com isto nossa pesquisa foi pautada com os seguintes passos metodológicos: no primeiro momento o estudo será marcado pelo levantamento de referenciais bibliográficos leitura do material, segundo momento fichamento do assunto e organização lógica, no terceiro momento redação do texto, por fim considerações finais, sendo que esse assunto não se encerra com essa discussão.

CONCLUSÃO

Aqui estão algumas concepções a respeito da avaliação da aprendizagem que buscamos discutir nesta pesquisa, reafirmando o objetivo de contribuir nas discussões acerca desse tema. É necessário repensarmos a avaliação, porque é através dela que professores e alunos podem fazer um diagnóstico de seus avanços e dificuldades no decorrer de um período, de uma aula, de um trabalho. A avaliação está presente em nossa vida de todas as formas, e no que realizamos, enfim, internamente em cada indivíduo, pois sem ela como continuaríamos direcionando por caminhos que achamos serem certos?

Faz-se necessário que a avaliação seja orientada pela lógica da continuidade dos processos de formação. Isso implica em preocupar com a aprendizagem do aluno como sujeito ativo no processo de conhecimento, tendo na intervenção do professor, a mediação das interações entre os alunos e destes com os objetivos de conhecimento.

Desse modo, observamos o processo avaliativo à base referencial do fazer pedagógico, contribuindo tanto com o professor, quanto com o aluno na construção de novos saberes, pois ambos ao tomarem consciência de suas mudanças buscarão novas ações, novos conhecimentos. Ações essas que valorizam a experiência de cada criança na vivência cultural, social, elementos imprescindíveis para o seu crescimento.

A avaliação deve ser um instrumento de reflexão sobre sua aprendizagem e impulsionada da sua continuidade e como diz Hoffmann “avaliação no seu significado básico de investigação e dinamização do processo de conhecimento”.

Através desse estudo observou-se que os autores analisam a avaliação, acreditando na necessidade de mudanças, de melhorias, é preciso buscar propostas inovadoras que envolvam a escola, a família e a comunidade, onde todos possam acompanhar e contribuir para o desenvolvimento do aluno em todo o processo de aprendizagem e não enxergá-la somente no momento final do processo. Compreende que, para que haja essa transformação, os educadores precisam rever sua prática pedagógica. Faz-se necessário que vejamos a avaliação como recurso de ensino e não como uma forma de aprovar ou reprovar os alunos.

Acreditamos que enquanto não houver, por parte dos educadores, um real interesse em mudar essa tradicional maneira de avaliar, que vêm causando constantes reprovações, os alunos continuará sendo os únicos prejudicados. Vale ressaltar que a decisão de transformar a prática avaliativa não é tomada de uma hora para outra, nem de uma forma isolada das outras decisões relativas a proposta pedagógica: as alterações na forma de avaliar são integrantes do projeto da escola demandando estudo e reflexão, resultando do trabalho coletivo dos professores.

Esse trabalho veio também ampliar as concepções de transformação na prática avaliativa. Espero que o mesmo possa e venha a contribuir para uma reflexão maior da questão e também talvez esclarecer algumas dúvidas. Com a perspectiva de mudança dessa situação que lentamente já vem sendo refletida, fica aqui o convite a todos os profissionais da educação, alunos e pais, para uma transformação por meio de nossa ação.

Concluímos a nossa pesquisa tendo a certeza de que nosso trabalho não encerra a discussão sobre a avaliação na Educação Infantil, para tanto,

acreditamos que seja uma contribuição do tema tão discutido no meio educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394. Ministério da Educação. Brasília, DF, 1996.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Avaliação e processo de ensino aprendizagem**.
Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. 1997.

CARNEIRO, M. P. A. K. B. **Processo avaliativo na Educação Infantil**. 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A produção de ignorância na escola**. São Paulo: Cortez, 2000.

HADJI, C. **A avaliação desmistificada**. Porto alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara M. L. Avaliação: mito e desafio. Porto Alegre, RS: Educação e Realidade, 1991.

_____. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 8ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

_____. **Avaliação na pré-escola:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1996.

_____. **Avaliar pra promover as setas do caminho.** Porto Alegre: Mediação 2001.

_____. **O jogo do contrário em avaliação.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEIRIEU, P. Prefácio. In: HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo**: das intenções aos instrumentos. Tradução Júlia Lopes Ferreira e José Manuel Cláudio. Portugal: Porto, editora, 1994. (Coleção Ciências da educação).

MICARELLO, H. **Avaliação e transições na educação infantil.** Portal MEC: 2010.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6671&option=com_docman&task=d oc_download> Acesso em 10 de abr 2017.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência á regulação das aprendizagens –
entre duas lógicas. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 1999.

SILVA, J. P; URT, S. C. Educação infantil e avaliação: uma ação mediadora. **Nuances: estudos sobre Educação.** Presidente Prudente: v. 25, n. 3, p. 56-78, set./dez. 2014.

INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA DEFICIÊNCIA DA VISÃO

Rosimeri De Jesus Da Silva Campos[10]

RESUMO

Por muitos anos se discutiu politicas de inclusão em vários lugares e inclusive no Brasil, conforme a sociedade foi se democratizando, grandes e importantes avanços foram desenvolvidos e muito defendidos por movimentos grupos de direitos humanos. O principal segmento está relacionado à educação, pois a inclusão escolar é o primeiro passo para se trabalhar a inclusão de modo geral, onde as crianças já crescem sabendo respeitar as diferenças. Analisando essa grande importância para a educação especial pode-se dizer que simplesmente a sociedade chegou a esse nível de compreensão, solidariedade, respeito e valorização dos sujeitos sem distinção porque o ser humano procurou-se colocar no lugar do outro. Os autores que norteiam esse trabalho são: Mendes (2006) e Lacerda (2006). A pesquisa foi realizada na escola municipal professora Maria Villany Delmondes, tendo como base de pesquisa um aluno com deficiência visual.

Palavras-chave: Inclusão. Acesso escolar. Braille.

Introdução

São muitas as discussões sobre políticas de inclusão, conforme a sociedade foi se democratizando, grandes e importantes avanços foram desenvolvidos e muito defendidos por movimentos de direitos humanos, em prol da inclusão de pessoas com deficiências intelectuais e físicas nos diversos segmentos da sociedade.

O principal segmento está relacionado à educação, pois a inclusão escolar é o primeiro passo para se trabalhar a inclusão de modo geral, onde as crianças já crescem sabendo respeitar as diferenças e o aluno com deficiência também já

[10] É aluna do curso de Mestrado em Educação, da Universidade AEBRA. Orientador: Prof. Dr. Gabriel Joerke

desde cedo conforme o tipo de deficiência que este sofre, lidar com o mundo fora de casa, local onde parece ser o único para muitas crianças especiais.

O foco principal desse trabalho está relacionado à deficiência visual, ou seja, sobre a criança que não tem a visão e é mais popularmente conhecido como cego. A intenção foi realizar um trabalho metodológico cientifico com base nessa deficiência analisando o aluno Danilo do sexo ano da escola Municipal Professora Maria Villan Delmondes.

Revisão de Literatura

A necessidade de acontecer uma mudança no ambiente escolar se deu através de lutas e como os próprios pais observaram que os filhos com deficiências poderiam sim fazer parte da escola como discente da mesma. Crianças surdas são umas das que sofreram grandemente com essa situação.

Para Lacerda (2006, p. 165):

> Devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, observa-se que as crianças surdas encontram-se defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade. Disso advém a necessidade de elaboração de propostas educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos surdos, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades.

A necessidade de elaboração de propostas educacionais visão não só crianças surdas, mas também as que possuem outras deficiências, pois nas salas de aula há um grande numero de alunos na maioria das escolas publicas do país, causando uma certa fragilidade no sistema de ensino. Para Lacerda (2006, p. 168):

> A fragilidade das propostas de inclusão, neste sentido, residem no fato de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar.

Analisando essa grande importância para a educação especial pode-se dizer que simplesmente a sociedade chegou a esse nível de compreensão, solidariedade, respeito e valorização dos sujeitos sem distinção porque o ser humano aprendeu

com as diversas situações que foram enfrentando ao longo da história, daí, surge a visão de que a inclusão é um novo modelo educacional a ser inserido no sistema. Para Lacerda (2006, p. 166):

> A defesa deste modelo educacional se contrapõe ao modelo anterior de educação especial, que favorecia a estigmatização e a discriminação. O modelo inclusivo sustenta-se em uma filosofia que advoga a solidariedade e o respeito mútuo às diferenças individuais, cujo ponto central está na relevância da sociedade aprender a conviver com as diferenças.

A historia da educação inclusiva é de muitos anos uma luta, onde profissionais relacionados as áreas de saúde e educação tiveram que enfrentar muitos pré-conceitos para a inclusão de pessoas com deficiências no ambiente escolar. Para Mendes (2006, p. 387):

> A história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Assim, o acesso à educação para portadores de deficiências vai sendo muito lentamente conquistado, na medida em que se ampliaram as oportunidades educacionais para a população em geral.

A proposta da inclusão é nada mais do que adequada para a comunidade escolar, e a escola também se mostra disposta a atender e ao contato com as diferenças, porém não é totalmente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de atendimento um pouco especializado e com uma estrutura adequada, que na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (LACERDA, 2006, p. 166).

Devido à politicas publicas governamentais, passou-se há investir um pouco mais nas escolas pensando nesse paradigma que é o atendimento a educação especial, ou seja, ao atendimento as crianças com deficiência. Para Mendes (2006, p. 388):

> Assim, a educação especial foi constituindo-se como um sistema paralelo ao sistema educacional geral, até que, por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surgiram as bases para uma proposta de unificação.

Para Mendes (2006, p. 389) “O princípio tinha como pressuposto básico a ideia de que toda pessoa com deficiência teria o direito inalienável de experienciar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal em sua cultura [...]” Este estilo de vida e essas experiências, para o autor, se dão através da inclusão escolar, onde a criança cresce se habituando e sabendo conviver com as demais e por outro lado, aquelas sem deficiência já crescem sabendo respeitar as diferenças.

Metodologia

Local de coleta de dados e o participante:

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Maria Villany Delmondes situa-se na rua Jurucê, bairro Centro, na cidade de Jaciara MT, e funciona nos turnos: matutino e vespertino. Atende a Educação Infantil e Ensino Fundamental e é uma das escolas cicladas no estado de Mato Grosso, que tem como forma de avaliação o uso de registros sob a forma de relatórios, os quais registram os fatos ocorridos em sala de aula que são o produto de uma reflexão sobre a aprendizagem e o ensino.

A referida escola tem em seu quadro de alunos, um razoável número de alunos com deficiência, entre elas a visual e a mental, porem a pesquisa se deu analisando o trabalho da escola e o comportamento do aluno Danilo do sexto ano, pois o mesmo tem deficiência visual de nascença, ou seja, é uma pessoa dita como no popular um cego.

O aluno é acompanhado por uma auxiliar de sala onde a mesma possui curso livre de Braille. Já entre os professores do aluno, somente duas sabe um pouco sobre esse sistema de escrita, os demais se interessaram em aprender, como foi passado na pesquisa. Há também dois professores da sala de recursos que têm muito conhecimento para atender os alunos de deficiência da escola.

A secretária de educação do município junto à escola tem feito um excelente trabalho na elaboração de materiais didáticos em Braille para que os professores tenham suporte, além disso, uma vez por mês é realizado um curso para docentes e auxiliares de sala sobre o trabalho e didática para educação especial.

O aluno demonstrou muitas habilidades e principalmente ao sair para o recreio, uma de suas habilidades inclui o fazer amigos, parece ser bem humorado e é tratado na escola por alunos, professores e funcionários como um aluno normal, mas, com uma metodologia diferente.

Apresentação dos resultados

Foi feito um questionário pra os sete professores do aluno sobre o conhecimento em Braille, onde as respostas são apresentadas nas tabelas e gráficos abaixo:

Você já estudou Braile?	
Sim	2
Não	5

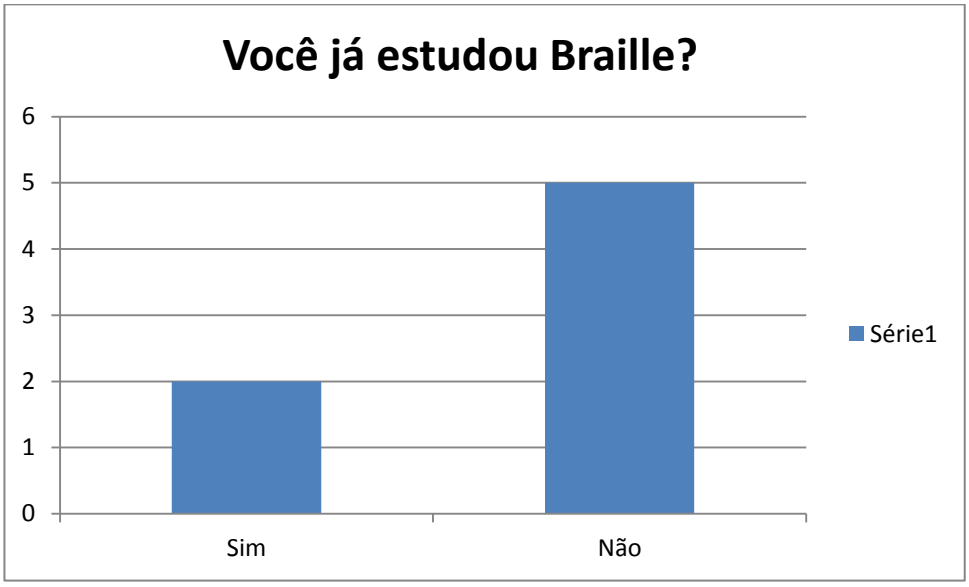


Figura 1 Gráfico de respostas sobre Braille - Fonte: do autor

Você já estuda Braille agora que tem um aluno com deficiência visual?	
Sim	4
Não	3

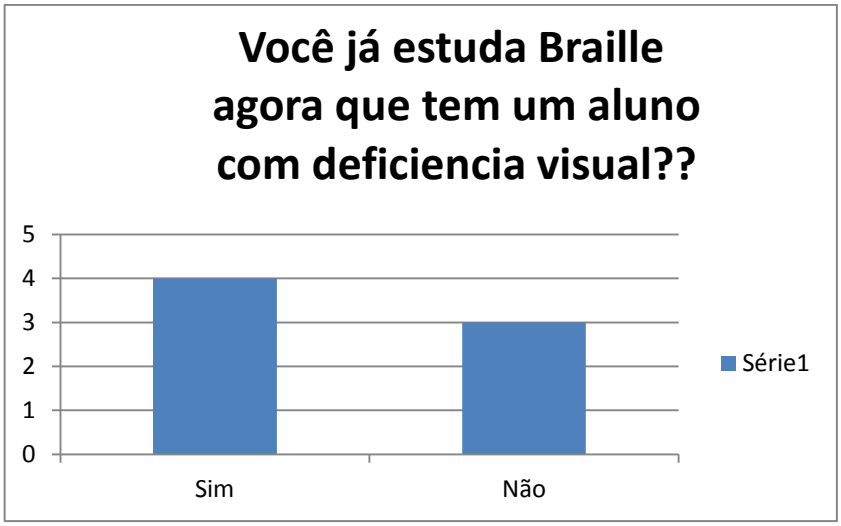


Figura 2 Gráfico sobre estudo de Braille para docentes – Fonte: do autor

Considerações Finais

Com base nos teóricos e na observação dos dados, pode-se concluir com esse trabalho que a escola professora Maria Villany Delomondes trabalha de acordo com as politicas de inclusão e que os docentes estão correndo atrás do conhecimento, ainda mais e principalmente no que diz respeito ao Braille para poder atender ao aluno Danilo em sua totalidade de pessoa com deficiência visual.

Referências

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa De. **A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS:** O QUE DIZEM ALUNOS, PROFESSORES E INTÉRPRETES SOBRE ESTA EXPERIÊNCIA. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf. Acesso em 02 de maio de 2018.

PAULON, Simone Mainieri. FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. PINHO, Gerson Smiech. Documento Subsidiário a politica de inclusão. – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Edução Especial, 2005.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA CONCEPÇÃO DA INCLUSÃO

Benedita Neire Almeida De Magalhães[11]

RESUMO

O objetivo deste estudo sobre “Atendimento Educacional Especializado: Práticas Pedagógica na Concepção da Inclusão” é refletir sobre a importância em entender o processo da construção do Atendimento Educacional Especializado-AEE durante a História da Educação, seu Público Alvo e as Práticas Pedagógicas nesse espaço, que conforme os orientativos e as politicas de inclusão, se denomina comumente de Sala de Recursos Multifuncional. E se compreende a dimensão da articulação entre os pares, tanto da sala do AEE e da sala comum. Levando em consideração as particularidades de cada aluno e a realidade de cada escola e entender que são essas práticas que precisam ser efetivadas na sala do AEE: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular; Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares. Se faz necessário o professor entender os gestores, propiciarem a formação que venha ao encontro desses desafios. O método de pesquisa é o qualitativo, sendo a técnica de pesquisa bibliográfica. É importante insistir que o Atendimento Educacional Especializado não é ensino particular, nem reforço escolar, nem laboratório de aprendizagem e sim uma política de direito garantido aos alunos com Necessidades Educacionais Especial.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Práticas Pedagógicas; Público do Atendimento Especializado Educacional.

11 jacneiremagal@gmail.com – Graduada em Pedagogia pela Universidade Afirmativo e em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pós- graduando em Gestão Escolar pela UFMT, Educação.Metodologia e Didática do Ensino de fundamental e médio do Ensino de História pela UFMT.Pós-graduada em Atendimento Educacional Eepecializado pela Faculdade Faveni. Professora efetiva da rede Estadual de ensino e da rede Municipal e já atuou como Coordenadora da rede particular. Coordenadora de formação da SMEC/Jaciara. Orientadora do Programa Alfabetização na Idade Certa. E atuou como Secretária Municipal de Educação do Municipio de Jaciara-Mt

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema “O Atendimento Educacional Especializado: as práticas pedagógicas na concepção da inclusão”. Tem por objetivo analisar as possibilidades e os desafios que têm caracterizado a educação contemporânea, tendo em vista a efetivação da escolarização de alunos-público-alvo da educação especial. Toma como foco de análise o atendimento educacional especializado e busca compreender esse conjunto de proposições pedagógicas em suas múltiplas interpretações.

O contexto sociocultural da sociedade que preza pela inclusão dos seus alunos principalmente daqueles que encontram na mazela da vulnerabilidade social ainda é um desafio a ser superado na educação, de forma a reconhecer o público alvo alvo do AEE como sujeitos capazes de aprender e ser inclusos na sociedade.

Outros desafios em relação a política da educação especial, está na efetivação dos investimentos da estrutura das salas de recursos, formação de professores tanto para os especializados quando para a sala comum. As iniciativas governamentais vem acontecendo de forma lenta com investimento em formação e infraestrutura para salas de AEE, porém não é o suficiente para atender todas as metas e estratégias definidas nos Planos Educacionais a nível Federal, Estaduais e Municipais.

Além das dificuldades estruturais tem a concepção de educação inclusiva dentro do espaço escolar por parte alguns profissionais da educação que tem a concepção de sala homogenia, onde todos devem aprender com ao mesmo tempo baseado num mesmo planejamento e com a mesma didática. Outros reforçam a mentalidade que esse alunos “não aprendem”, “não avançam”.

Se faz necessário uma reflexão ampla do corpo docente juntamente com a equipe pedagógica das escolas em compreender de fato a inclusão e a transformação de práticas pedagógicas que propiciem a interação dos saberes tanto na sala de recurso como na sala comum. Um repensar no fazer pedagógico que considera o direito de aprender de todos.

Foi realizado uma pesquisa bibliográfica dos autores pertinentes a partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, destacando os fundamentos que norteiam esse artigo que perpassa uma proposta da constituição do “atendimento especializado” no Brasil; Descobrir de que forma se define educação especial nos documentos do Ministério da Educação, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996; Identificar o conceito de “atendimento especializado”

ou “atendimento educacional especializado” e vários teóricos e pesquisadores da temática da Educação Especial com o foco no Atendimento Educacional Especializado e as praticas pedagógicas na Sala de Recursos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL X ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO : MARCOS LEGAIS.

O desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século XIX, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e européias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Essas iniciativas não estavam integradas às políticas públicas de educação e foi preciso o passar de um século, aproximadamente, para que a educação especial passasse a ser uma das componentes de nosso sistema educacional. De fato, no início dos anos 60 é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de "educação dos excepcionais"

A educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das "Campanhas", que eram destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que até agora existe, no Rio de Janeiro/RJ. Outras Campanhas similares foram criadas posteriormente, para atender à outras deficiências.

Em 1972 o Conselho Federal de Educação em Parecer de 10/08/72 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura–MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse Grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial - CENESP. Esse Centro, hoje, é a Secretaria de Educação Especial - SEESP, que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC.

A mudança da nomenclatura – "alunos excepcionais", para "alunos com necessidades educacionais especiais", aparece em 1986 na Portaria CENESP/MEC nº 69. Essa troca de nomes, contudo, nada significou na interpretação dos quadros de deficiência e mesmo no enquadramento dos alunos nas escolas.

A Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Artigo 205 prescreve : "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família". Em seu Artigo 208, prevê : ..." o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

> É importante destacar que, com relação à inclusão, dois eventos foram mundialmente significativos e podem ser considerados marcos dessa proposta, pois trataram de questões referentes à viabilização de educação para todos. Esses eventos foram “A Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jontiem, na Tailândia em 1990, que busca garantir a igualdade de acesso à educação a pessoas com qualquer tipo de limitação. E “A Conferência Mundial sobre Educação Especial”, ocorrida em Salamanca, na Espanha, em 1994. Nessa conferência foi elaborado o documento “Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, que, “inspirada na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais” (CARVALHO, 1998,p. 146).

Em 1994 a Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP), através do documento Política Nacional de Educação Especial que rege oficialmente os serviços públicos nesta área, conceitua educação especial como:

> [...] um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou de altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob o enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos. (BRASIL, 1994, p. 17)

Diante da citação acima podemos perceber a iniciativa de atendimento às pessoas com deficiência, condutas típicas ou de altas habilidades, iniciando um processo de inclusão mais amplo que deve partir da educação integral dessas pessoas de forma a prepara-los para o mundo do trabalho e ao exercício da cidadania. No entanto foi a partir de 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que se define a Educação Especial como Modalidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB mais recente, Lei nº 9.394 de 20/12/96 destina o Capítulo V inteiramente à educação especial, definindo-a no Artigo 58 como uma ... "modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam

necessidades especiais" Isso não quer dizer que o ensino regular pode ser substituído pelo espacial.

No Artigo 59 a nova LDB dispõe sobre as garantias didáticas diferenciadas, como currículos, métodos, técnicas e recursos educativos; terminalidade específica para os alunos que não possam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude da deficiência; especialização de professores em nível médio e superior e educação para o trabalho, além de acesso igualitário aos benefícios sociais.

A Lei 8069/90 que define o Estatuto da Criança e do Adolescente rege sobre a educação inclusiva no seu artigo 54, onde é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

O LEI N° 10172 , de 9 de janeiro de 2001 do Plano Nacional de Educação, foi criticado, pelo fato de não prevê e garantir o financiamento das metas formuladas para a educação especial. Assim, o projeto de lei 8035/10, estabelece o Plano Nacional de Educação (2011-2020), define que, no seu artigo 8º, §2º, que os municípios: Deverão estabelecer em seus planos de educação, metas para garantir o pleno acesso à educação regular e a oferta do atendimento educacional especializado.

Na busca da organização e a estruturação dos aspectos relevantes para a oferta em salas de recursos multifuncionais o Conselho Nacional da Educação elabora várias Resoluções que fundamenta e oferece caminhos para a elaboração das Politicas Públicas Nacionais da Educação Especial e implantação das salas de recursos e define seu público. A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no art. 1º, em seu Parágrafo único, determina que o atendimento escolar desses alunos tenha início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade.

No final de 2003, é lançado o Programa do Governo Federal “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” e várias ações passam a ser implantadas com a intenção de transformar os sistemas de ensino brasileiros em sistemas de ensino inclusivos (BRASIL, 2004). Entre os inúmeros documentos, ressaltamos um denominado “Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado”, publicado pela primeira vez em 2006, que define os critérios para a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais. Se faz necessário

essa compreensão em relação às mudanças que se faz necessários nas escolas e nos espaços, que busca garantir a efetivação da inclusão de todos alunos com respeitos a cada singularidades dos mesmos e a definição do público para o Atendimento Educacional Especializado.

A Resolução CNE/CEB nº 4/09, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial,define em seu art. 1º, que:

> para a implementação do Decreto nº 6.571/2008. Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASI,2009)

Ainda no art. 2º, dessa mesma Resolução define outras politicas o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

O Ministério de Educação com intuito de fortalecer a proposta da Educação Especial elabora e fornece as instituições educacionais vários fascículos para subsidiar na formação dos professores que englobam os seguintes temas: Escola comum inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual; Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira; Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez; Surdocegueira e deficiência múltipla; Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa; Orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial; Livro acessível einformática acessível; Transtornos globais do desenvolvimento; Altas habilidades / superdotação; em 2006 lançou o material “Saberes e Práticas da Inclusão” com recomendações para a construção de escolas inclusivas. Estão disponíveis para download no site do MEC.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC,2008) foi elaborada segundo os preceitos de uma escola em que cada aluno tem a possibilidade de aprender, a partir de suas aptidões e capacidades, e em que o conhecimento se constrói sem resistência ou submissão ao que é selecionado para compor o currículo, resultando na promoção de alguns alunos e na marginalização de outros do processo escolar.

A compreensão da educação especial nesta perspectiva está relacionada a uma concepção e a práticas da escola comum que mudam a lógica do processo de escolarização, a sua organização e o estatuto dos saberes que são objeto do ensino formal.

Segundo MONTOAN (2006, p. 35), “é inegável que as ferramentas estão aí para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, desconstruindo a máquina obsoleta que a dirige, assim como os conceitos sobre os quais ela se fundamenta”. Diante dos subsídios e pesquisas em relação a inclusão, precisa ser revisitados as teorias e as metodologias que fundamentas as escolas em relação a diversidade de publico, pois no contexto atual há uma diversidades de alunos e com suas singularidades de desafios frente a construção do ensino aprendizagem.

2.2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As atividades desenvolvidas na sala de recursos precisam ter o ponto de partida os interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno conforme a deficiência, que facilite os manuseios e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e a contribuição para a aprendizagem na classe comum.

Para que aconteça a inclusão faz-se necessário que os olhares desmistificam a compreensão em relação a inclusão escolar que tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação. (MANTOAN, 2006, p. 23).

Para CARVALHO (2000), a organização do atendimento educacional, precisa ser fundamentada no paradigma da inclusão, deve procurar a superação das dificuldades para a aprendizagem. Entre as diversas barreiras existentes, a autora destaca a de cunho atitudinal, o currículo e as relações curriculares, a avaliação contínua do trabalho, a intervenção psicopedagógica, a falta da qualificação da equipe de educadores, os recursos materiais, pois há uma nova

concepção de educação especial em educação distante da formação dos professores e dos profissionais da educação.

E tem aspectos relevantes que precisam ser observados: as áreas de desenvolvimento cognitivo, motor, social, afetivo e emocional, com vistas a subsidiar os conceitos e conteúdos defasados no processo de aprendizagem para atingir o currículo da classe comum. Os conteúdos escolares deverão ser trabalhados com metodologias e estratégias e não deve ser confundido com reforço escolar.

Na prática da educação inclusiva, a sala de recursos está se tornando uma das formas mais frequentes de atendimento à pessoa com necessidades educacionais especiais. Todavia, a sala de recursos só pode ser considerada instrumento de inclusão se a ação pedagógica acontecer, conforme foi apresentada no contexto legal, ou seja, desde que consiga atender à diversidade, assegurando ao aluno a inclusão em situações de aprendizagem no ensino regular.

Para realmente se constituir em instrumento de inclusão, a prática pedagógica na sala de recursos deve promover avanços acadêmicos significativos nos alunos com necessidades educacionais especiais em relação aos conteúdos escolares e conforme a sua singularidade.

Em relação a prática pedagógica e o papel do professor na sala de recursos é fundamental uma interação com o professor regente, com planejamento articulados e coletivo, para o avanço da aprendizagem dos alunos. O papel do professor da sala de recursos poderá ser operacionalizado de diversas formas, de acordo com as necessidades: Trabalho direto com o professor na sala de aula – o papel mais importante do professor de apoio educativo na Escola Inclusiva se tornar professor articulador com o professor da sala regular (JESUS; MARTINS, 2000, p. 20). Outro fator relevante é a necessidade de formação especifica para cada deficiência para que aconteça a inclusão e não a exclusão dos alunos.

Diante dos desafios do século XXI, ser professor e ir além da transmissão dos conteúdos é ser alguém que, sobretudo, sabe relacionar-se pessoalmente com cada aluno e com cada pessoa, respeitando a diferença que identifica cada um e implica um processo crítico, reflexivo e construtivo de promover a educação dos sentimentos, do amor e dos valores, como forma de ajudar os outros a serem felizes, a encontrarem-se a si próprios, a aprenderem a ser e a saberem respeitar o outro” (GOMES, 1997, in SANTOS, 2007:201).

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p 9-10) o atendimento educacional especializado, que tem como função:

> [...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. [...] Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008a, p. 10)

Conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial. O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.

As atribuições do professor do AEE são desafiantes diante da complexidade, pois requer formações especificas que venha atender ás atividades que precisam ser estimuladas no público alvo. As atribuições contemplam: Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno; Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno; Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis; Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: LIBRAS, BRAILLE, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular; Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares; Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino; Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno; Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

No entanto, para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, não basta que os docentes adotem o conceito de inclusão. É necessário que utilizem uma abordagem inclusiva do currículo; isto significa a existência de um currículo comum a todos os alunos possibilitando-lhes a oportunidade de se envolverem de forma positiva nas atividades propostas.

Portanto a Prática Pedagógica tanto da sala do AEE e a Sala Comum precisam possibilitar estratégias, na qual “aluno seja incentivado a se expressar,

pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente” (BAPTISTA, 2009, p. 125).

3 CONCLUSÃO

A trajetória da Educação Especial com o foco no Atendimento Especializado Educacional percebe-se durante os avanços que apesar de ser uma modalidade de ensino apresenta esses avanços de forma lenta. O AEE vem como um ambiente a mais no espaço escolar com objetivo de subsidiar estratégias e metodologia especifica para cada deficiência dos alunos, não substitui o ensino comum com caráter suplementar e com professores especializados, apesar da falha na formação tanto inicial como contínua, quando apresentam a carga horaria e pequena em relação a problemática.

As escolas inclusivas têm o seu foco amplo em relação ao fazer pedagógico no espaço escolar, sempre buscam inserir em seus planos de ações mecanismo para superar a falta de estruturas e materiais pedagógicos.

As lacunas no processo de implantação e a falta de continuidade dos suportes têm afetado a prática pedagógica principalmente dos professores iniciantes que deparam com a realidade da sala do AEE e tanto da sala comum. Percebe-se nas leituras de trabalhos de pesquisas que é lento a progressão em relação ao ensino aprendizagem desse público, portanto muito há se ser efetivado na política de inclusão tanto por parte dos governantes, como na prática dos profissionais que atuam diretamente com os alunos, no Projeto Politico pedagógico e principalmente na articulação dos diversos setores (educação, saúde e assitencia social), bem como com a participação da família no processo educacional e na busca dos direitos garantidos para o público alvo do AEE.

Se faz necessário que as políticas públicas não sejam, somente, como “idealizadas”, mas sim efetiva, visando além do bem-estar do aluno com deficiência o bem-estar de toda a comunidade escolar, levando em consideração a importância do papel que a Instituição Escolar empenha na sociedade e seu papel constitucional o que formar o cidadão (crítico/reflexivo/participativo) para o exercício da cidadania e prepará-lo também para o trabalho e convivência digna na sociedade. (BRASIL, 1988).

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9394, de 20 de dezembro 1996.

_____ **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA .

_____. MEC. SEESP. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Brasília, 2006.

_____. MEC. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008a.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF: MEC: SEESP, 1994.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org). **Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras de aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 95-125.

_____. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998. GOMES, M. (2001). A escola e a diferenciação pedagógica: Dois estudos de caso no 1ºciclo. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal.

JESUS, Denise Meyrelles de, BAPTISTA, Claudio Roberto**. Prática pedagógica na educação especial : multiplicidade do atendimento educacional especializado** / organização Denise Meyrelles de Jesus , Claudio Roberto Baptista , Katia Regina Moreno Caiado. - 1. ed. - Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2013.

JESUS, S. N.; MARTINS, M. H. **Escola inclusiva e apoios educativos.** Porto: Edições ASA, 2000.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELLO, Andressa Santos. **O "Especial" na Educação, Atendimento Especializado e a Educação Especial**. In: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno (Org.). Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: Junqueira&Marin, 2013. cap. 2, p. 21-42.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O DIREITO À INFORMAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO VALE SÃO LOURENÇO

Manoel Martins de Jesus.[12]
Gustavo L. M. dos Santos. [13]

RESUMO

Este artigo busca evidenciar de maneira sucinta na esteira do Direito Constitucional, a trajetória percorrida para que os cidadãos pudessem ter o acesso à informação das execuções das politicas públicas dentro dos entes federativos brasileiros; e de forma específica, como nos municípios do Vale do São Lourenço foi viabilizada esta importante conquista popular. O referencial metodológico adotado para a elaboração foi o dedutivo, cujos princípios reconhecidos como verdadeiros possibilitam chegar a conclusões em virtude de sua lógica. A pesquisa realizada foi bibliográfica, constituída principalmente a partir de leituras de documentos, livros, sites análogos e diversos artigos ligados ao tema em questão: a Lei de Acesso a Transparência (LAI). Existe um crescente reconhecimento de que o direito à informação deve ser tratado como um direito fundamental visto o mesmo ser compreendido como ligado à liberdade de expressão, cujo exercício se torna maneta sem que haja informação livre e devidamente compartilhada entre os representantes do Estado e sua população. Foram necessários 65 anos de embates jurídicos e ideológicos para que a cultura do silêncio que imperou até a década passada pudesse ser substituída pela cultura da livre informação e da transparência nos atos da administração publica pela Lei 12.527/2011 que regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal de 1988. Em Mato Grosso criou-se um gabinete especifico, com estatus de Secretaria de Estado regulamentando o exercício da transparência oficial dos atos do governo facilitando assim o acesso ao fluxo de informações, até então desconhecidas para a maioria das partes interessadas. Com as orientações emanadas do TCE/MT, os entes municipais devidamente norteados, finalmente encontraram a direção para a elaboração da Lei de Transparência na jurisdição de suas fronteiras. No Vale do São Lourenço, os municípios acostumados à cultura do sigilo, também precisaram se adequar à Lei 12.527/2011 diante da pressão da Lei Complementar (LC) 131/09, motivo que teria contribuído para que alguns municípios como Jaciara (com menos de 50.000 habitantes) tenha buscado e se adequado aos preceitos constitucionais vigentes. Hoje a eficácia da LAI é nitidamente percebida na prática da publicidade prevista em Lei e no aumento do número de cidadãos presentes nas reuniões de prestação de contas, nas sessões ordinárias das edilidades; nas consultas realizadas às ouvidorias através dos sites, ouvidorias e outras ferramentas colocadas por estas administrações à disposição do cidadão e do contribuinte.

Palavras chaves: Cultura do Sigilo - Controle Social - Publicidade.

RESUMEN

[12] - Discente do curso de Direito (2º Semestre) – Especialista em Gestão Educacional e Empresarial - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Vale do São Lourenço – EDUVALE/Jaciara-MT; e especialista em Gestão Pública – IFMT/MT.
[13] - Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP, servidor público federal- TRE/MT e professor de direito na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Vale do São Lourenço – EDUVALE – Jaciara/MT

Este artículo busca resaltar brevemente, a raíz de la Ley Constitucional, el camino tomado para que los ciudadanos puedan tener acceso a la información sobre las ejecuciones de políticas públicas dentro de las entidades federativas brasileñas; y específicamente, como en los municipios del Valle de São Lourenço, este importante logro popular fue posible. El marco metodológico adoptado para la elaboración fue el deductivo, cuyos principios reconocidos como verdaderos permiten llegar a conclusiones en virtud de su lógica. La investigación fue bibliográfica y consistió principalmente en lecturas de documentos, libros, sitios web análogos y varios artículos relacionados con el tema en cuestión: la Ley de Acceso a la Transparencia (LAI). Hay un reconocimiento creciente de que el derecho a la información debe tratarse como un derecho fundamental, ya que se entiende que está vinculado a la libertad de expresión, cuyo ejercicio se convierte en una sola mano sin información gratuita y adecuadamente compartida entre los representantes del estado y su población. . Se necesitaron 65 años de enfrentamientos legales e ideológicos para que la cultura del silencio que prevaleció hasta la última década pudiera ser reemplazada por la cultura de la información libre y la transparencia en los actos de la administración pública por la Ley 12.527 / 2011, que regula el acceso a la información, prevista en en el artículo XXXIII del art. 5, en el punto II del § 3 del art. 37 y § 2 del art. 216 de la Constitución Federal de 1988. En Mato Grosso se creó un gabinete específico, con el estado de la Secretaría de Estado que regula el ejercicio de la transparencia oficial de los actos del gobierno, lo que facilita el acceso al flujo de información, hasta ahora desconocido para la mayoría de las partes. interesado Con la orientación emitida por el TCE / MT, las entidades municipales debidamente guiadas finalmente encontraron la dirección para la elaboración de la Ley de Transparencia en la jurisdicción de sus fronteras. En el valle de São Lourenço, los municipios acostumbrados a la cultura del secreto también tuvieron que cumplir con la Ley 12.527 / 2011 bajo la presión de la Ley Complementaria (LC) 131/09, que habría contribuido a algunos municipios como Jaciara (menos de 50,000 habitantes) ha buscado y adaptado a los preceptos constitucionales actuales. Hoy, la efectividad de la LAI se percibe claramente en la práctica de publicidad prevista por la Ley y en el aumento del número de ciudadanos presentes en las reuniones de responsabilidad, en las sesiones ordinarias de los edificios; consulta con los defensores del pueblo a través de los sitios web, los defensores del pueblo y otras herramientas que estas administraciones ponen a disposición del público y del contribuyente.

Palabras clave: Cultura secreta - Control social - Publicidad.

1 - INTRODUÇÃO[14].

Embora considerada como um dos pilares da cidadania, o exercício do direito à informação no que tange ao serviço público, foi e continua sendo alvo de acalorados debates, face a parcimônia com a qual - na maioria das vezes, os representantes dos órgãos inquiridos respondem ao cidadão acerca do assunto em pauta.

Mesmo com esta dificuldade pontual, existe um crescente reconhecimento de que o direito à informação deve ser tratado como um direito fundamental, idéia esta que tem o

[14] - Artigo produzido a partir da disciplina Direito Civil, oferecida pelo prof. Me. Gustavo L. M. dos Santos.

respaldo de importantes órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Conselho Europeu (CoE) e a União Africana (UA), entre outras; visto ser este direito compreendido como ligado à liberdade de expressão, cujo exercício se torna maneta sem que haja informação livre e devidamente compartilhada entre os representantes do Estado e sua população.

Nesta esteira, o Brasil foi o 19º na América Latina e o 89º país no mundo a sancionar a Lei de Acesso à Informação – LAI[15], consolidando a participação democrática dos cidadãos na gestão pública, oferecendo-lhes mecanismos de combate à corrupção, em cumprimento ao Art. XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras". Este entendimento tornou o cidadão o epicentro da LAI estabelecendo inovações na forma de gerir a coisa pública, agora em parceria com a população.

A LAI mais comumente conhecida como Lei da Transparência torna-se um importante aliado do cidadão, pois, bem informado ele tem melhores condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais, como saúde, educação e benefícios sociais. Por este e por outros motivos, o acesso à informação pública tem sido, cada vez mais, reconhecido como um direito em várias partes do mundo.

No Brasil, em função da proeminência alçada pelo texto constitucional, a LAI passou a atuar também como elemento norteador na discipulação do ético e não ético na pratica da administração, pois bazilada na Lei da Transparência a sociedade organizada acompanha as ações e cobra resultados com base nas informações cujos conhecimentos eram tolhidos antes da vigência da Constituição Cidadã. Neste diapasão, pode-se salientar que sob a influência da Lei de Acesso a Informação, o cidadão comum acompanhe o agente público e até oriente sua conduta nos padrões éticos, cujo fim último busca lograr a consecução do bem comum.

2 – DESENVOLVIMENTO.

2.1- LEI DE INFORMAÇÃO NO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO.

[15] - Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/dilma-sanciona-lei-de-acesso-a-informacoes/ Acessado em 17/10/2019.

Em 1946, sob a presidência do Gal. Eurico Gaspar Dutra, foi promulgada a primeira Constituição Brasileira na qual encontramos menção do primeiro edito constitucional sobre o acesso à informação pública, artigo 141, parágrafo 36, inciso II.

> § 36 - A lei assegurará: I - o rápido andamento dos processos nas repartições públicas; II - a ciência aos interessados dos despachos e das informações a que eles se refiram; III - a expedição das certidões requeridas para defesa de direito; (BRASIL, 1946)[16].

Ainda sob a batuta do presidente Dutra, em 1949 foi editado o decreto 27.583[17] que sancionou o regulamento que tipificou as informações nas categorias de; A) Informações que interessam à Segurança Nacional, B) Informações de acesso público. A normativa em questão vem na contramão dos interesses públicos civis e para evitar a inconstitucionalidade, engenhosamente o decreto não fala em acesso à informação pública, mas em sigilo.

> Informações que interessam à segurança nacional são as iniciadas sob o contrôle e jurisdição quer do Conselho de Segurança Nacional, através de sua Secretária Geral, quer do Estado-Maior das Fôrças Armadas, ou as que apresentem o mais alto interêsse para estes órgãos. Refere-se esta definição mais à idéia de contrôle, jurisdição, origem, ou grau de interesse, do que à substância da informação. (BRASIL, 1949)

Nos limiares da ditadura, o Gal. Humberto Castello Branco, então presidente do Brasil, em 1967, sancionou o decreto 60.417, aprovando o "Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos". Na sucessão de medidas drásticas impostas pela ditadura militar brasileira, o Gal. Emílio Garrastazu Médice, alterou o decreto 60.417 pelo decreto 69.534 de 1971. Em seguida promove a revogação do decreto 27.583 de 1949, enterrando de vez o acesso do cidadão comum as informações públicas, criando assim a cultura do segredo oficial.

> "Art. 2º São assuntos sigilosos aquêles que, por sua natureza, devam ser de conhecimento restrito e, portanto, requeiram medidas especiais

[16] - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acessado em 18/10/2019

[17] - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D27583.htm Acessado em: 18/10/2019

> de salvaguarda para sua custódia e divulgação. Art. 3º Os assuntos considerados sigilosos serão classificados de acôrdo com a natureza do assunto e não necessariamente, de acôrdo com as suas relações com outro assunto. Art. 4º Segundo a necessidade do sigilo e quanto à extensão do meio em que pode circular, são quatro os graus de sigilo e as suas correspondentes categorias de classificação: ULTRA-SECRETO – SECRETO –CONFIDENCIAL – RESERVADO (BRASIL, 1971)"

No caudal de revogações, o decreto nº 60.417 de 1967 sucumbe ante o de número 79.099[18] de 1977 cujo texto preserva o sigilo em desfavor do acesso à informação pública. Por sua vez, o decreto nº 2.134[19] de 1997 revoga o decreto 79.099/1977 e regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159[20], de 8 de janeiro de 1991, que dispõe categoricamente sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso aos mesmos. No meio das providencias promulgadas na Lei 8.159/91 chama a atenção a criação das comissões para julgar os pedidos de acessos, permitindo ou não, conforme o entendimento delas, o acesso às Leis (informações) requeridas.

> Art. 5º Os órgãos públicos e as instituições de caráter público, custodiadores de documentos sigilosos, deverão constituir Comissões Permanentes de Acesso, para o cumprimento deste Decreto, podendo ser criadas subcomissões.

No âmbito da Administração Pública Federal, em 2002 foi promulgado o decreto 4.553[21], que revogou o decreto 2.134 de 1997 e estabeleceu a prerrogativa da salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

> Art. 37. O acesso a dados ou informações sigilosos em órgãos e entidades públicos e instituições de caráter público é admitido: I – ao agente público, no exercício de cargo, função, emprego ou atividade pública, que tenham necessidade de conhecê-los; e II - ao cidadão,

[18] - Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79099-6-janeiro-1977-428278-norma-pe.html Acessado em: 19/10/2019.
[19] - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2134.htm Acessado em: 19/10/2019
[20] - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm Acessado em: 19/10/2019
[21] - Disponivel em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4553-27-dezembro-2002-493188-norma-pe.html Acessado em: 20/10/2019

> naquilo que diga respeito à sua pessoa, ao seu interesse particular ou do interesse coletivo ou geral, mediante requerimento ao órgão ou entidade competente. § 1º Todo aquele que tiver conhecimento, nos termos deste Decreto, de assuntos sigilosos fica sujeito às sanções administrativas, civis e penais decorrentes da eventual divulgação dos mesmos. § 2º Os dados ou informações sigilosos exigem que os procedimentos ou processos que vierem a instruir também passem a ter grau de sigilo idêntico. § 3º Serão liberados à consulta pública os documentos que contenham informações pessoais, desde que previamente autorizada pelo titular ou por seus herdeiros.

Já em 2005 é promulgada a lei 11.111[22] que regulamenta a exceção ao livre acesso às informações governamentais, compreendido no inciso XXXIII do Artigo 5º da Constituição Federal/88, criando em favor das autoridades governamentais, uma ampla discricionariedade no que tange à manutenção do sigilo por período indeterminado de documentos de interesse público.

> Art. 4° O Poder Executivo instituirá, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, com a finalidade de decidir sobre a aplicação da ressalva ao acesso de documentos, em conformidade com o disposto nos parágrafos do art. 6o desta Lei. Art. 5° Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e o Tribunal de Contas da União disciplinarão internamente sobre a necessidade de manutenção da proteção das informações por eles produzidas, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como a possibilidade de seu acesso quando cessar essa necessidade, observada a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e o disposto nesta Lei.

[22] - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11111.htm Acesso em: 20/10/2019

2.2 - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 COMO PILAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.

Caput dos Artigos Constitucionais regulamentados pela Lei de Acesso à Informação:

> Artigo 5º – XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
>
> Artigo 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...). § 3º – A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:
>
> II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo
>
> Artigo 216 – §2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

2.3 - BREVE INTRODUÇÃO À LEI 12.527/11 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO OU LEI DA TRANSPARÊNCIA.

A norma número 12.527, promulgada em 18 de Novembro de 2011, mais conhecida como Lei de Acesso a Informação ou Lei da Transparência, entrou em vigor no dia 16 de Maio de 2012. Sua finalidade está explicificada no seu introito, a saber:

> "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências".

Com abrangência sobre os três Poderes da União, sob sua tutela encontramos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nada escapou da sua abrangência, igualmente, os Tribunais de Contas e Ministério Público, inclusive as Entidades privadas sem

fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade e prestar informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

Atenta à cultura do sigilo desenvolvida e conservada na esfera dos entes públicos brasileiros, ela regulamenta os procedimentos para o direito à informação garantido pela Constituição Federal de 1988, obrigando os órgãos públicos a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção. Nesta esfera a LAI criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, ter acesso e o recebimento das informações solicitadas.

Com o advento da Norma nº 12.527/11, o poder público se torna obrigado, por força de Lei, a divulgar as informações sob sua responsabilidade de forma abrangente, através de sites, bem como disponibilizar plataformas online para que o cidadão possa realizar pedidos de informação. Para que esta obrigação se torne realidade, cada estado e município brasileiro deve produzir uma legislação atenta à sua realidade, a saber, os decretos que regulamentam a LAI em âmbito local.

2.4 - A LEI DE TRANSPARÊNCIA EM MATO GROSSO

Em Mato Grosso, inicialmente o Decreto 1.973[23] de 25 de Outubro de 2013, veio regulamentar a nível Estadual, a lei federal nº 12.527/11. Posteriormente, criou-se um gabinete específico, com estatus de Secretaria de Estado regulamentando o exercício da transparência oficial por meio do DECRETO Nº 84[24], DE 05 DE MAIO DE 2015, que alterou os dispositivos do Decreto nº 1.973/2013, transferindo para o Gabinete de Transparência e Combate a Corrupção a competência para implementar ações relacionadas a Transparência Ativa.

> Art. 1º A Transparência Ativa das informações de caráter geral de interesse coletivo, de que trata o Capitulo II do Decreto n.º 1.973, de 25 de outubro de 2013, será coordenada pelo Gabinete de Transparência e Combate a Corrupção - GABTCC.
> § 1º Para fins do caput, os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta encaminharão para a Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, independente de requerimento, as informações gerais de interesse coletivo produzidas ou custodiadas, incluindo a relação contida no Anexo II do Decreto n.º 1.973, de 25 de outubro de 2013.

[23] - Disponível em: http://www.transparencia.mt.gov.br/documents/363605/5252205/DECRETO_N%C2%BA_1.973__2013_-_Regulamenta_LAI.pdf/db76990e-12a8-44fb-9615-d880fcf67534 Acesso em 20/10/2019

[24] - Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=284309 Acessado em: 25/10/2019

A nível Estadual, a Secretaria da Transparência, conforme ficou popularmente conhecido, facilitou o acesso ao fluxo de informações, até então, praticamente desconhecidas para a maioria das partes interessadas.

2.5 - O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO COMO FACILITADOR DO DESENVOLVIMENTO DA TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS.

O conteúdo das leis de acesso à informação varia muito pouco de um Estado para outro. Igualmente, nos entes municipais, as variações – ou modificações, são quase que imperceptíveis. Mas alguns aspectos são recorrentes nas legislações de entes estaduais mais desenvolvido ou com melhor aparelhamento de corpo técnico. Voltando aos entes municipais, alguns desses tópicos são considerados, pelos especialistas do Direito à Informação, como padrões ou princípios que indicam o caminho a ser seguido por aqueles municípios que pretendam elaborar suas leis específicas de garantia do acesso à informação pública, ou para os que precisam aperfeiçoar leis já existentes.

Em território mato-grossense não foi diferente. Primeiro o governo estadual se organizou gerando assim um desconforto institucional aos vários municípios integrantes de seu território jurisdicional, cuja maioria sem corpo técnico competente para tal mister, buscou recorrer ao Tribunal de Contas do Estado, - TCE/MT, que atento as dificuldades existentes nestes forôs, promulgou a Resolução Normativa Nº 25/2012 – TP[25] cujos Artigos 1° e 2° mostram claramente a finalidade de socorro em resposta às indagações sobre tal assunto:

> Art. 1° Aprovar o "Guia para Implementação da Lei de Acesso à Informação e Criação das Ouvidorias dos Municípios" a nexo a esta resolução, da qual passa a fazer parte integrante.
> Art. 2° Recomendar aos Poderes, órgãos e entidades do Estado e dos Municípios de Mato Grosso, que ainda não tenham implantado a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, que o façam mediante ato normativo formal, observando as recomendações apresentadas no Guia mencionado no artigo 1º.

Concomitantemente, após a Resolução Normativa do Tribunal Pleno, o TCE/MT editou a Resolução Normativa Nº 14/2013[26] que "**Considerando** o material produzido pela

[25] - Disponível em: https://www.tce.mt.gov.br/arquivos/downloads/00033048/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%20025_2012.pdf Acessado em 25/10/2019.
[26] - Disponível em: https://www.tce.mt.gov.br/protocolo/decisao/num/96202/ano/2013/num_decisao/14/ano_decisao/2013 Acessado em: 25/10/2019

Rede de Controle no Estado de Mato Grosso, do qual fazem parte o TCE/MT e o MPC/MT;

RESOLVE:

> **Art. 1º.** O ato dos Poderes, entidades e órgãos fiscalizados que instituir as regras para aplicação e controle da Lei de Acesso à Informação, nos termos da Resolução Normativa nº 25/2012 deste Tribunal de Contas, deverão observar as regras contidas no Anexo Único desta Resolução.
> **Art. 2º.** As regras contidas neste documento integrarão o *check list* realizado pelas auditorias deste Tribunal de Contas nos órgãos sob sua jurisdição, com intuito de fiscalizar o cumprimento do Guia de implementação da Lei de Acesso à Informação e Criação das Ouvidorias.

Com a instituição de um *check list* de suas obrigações ante a Constituição Federal do Brasil, de 1988, as resoluções do Governo Estadual de Mato Grosso e as orientações emanadas do TCE/MT, os entes municipais devidamente norteados, finalmente encontraram o norte para a elaboração da Lei de Transparência na jurisdição de suas fronteiras.

2.5 - A LEI DE TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO SÃO LOURENÇO.

Apesar do exemplo do governo estadual e dos esforços do TCE/MT, a exemplo da maioria dos municípios brasileiros, também no Vale do São Lourenço, os entes municipais seguiram os ditames da Lei Complementar nº 131/2009 para se organizarem adequadamente ante a Lei 12.527/11, ou seja, acostumados à cultura do sigilo, só se dispuseram a editar os seus respectivos decretos, sob pressão da necessidade dos repasses federais.

Segundo o Manual da lei de acesso à informação para Estados e Municípios (2013), na LC 131/09 os prazos previstos para a implantação da LAI nos municípios obedeceram a seguinte escala:

> Prazos para o cumprimento da Lei:
> • Até maio de 2010: União, estados, Distrito Federal e municípios, com mais de 100 mil habitantes;
> • Até maio de 2011: municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes;
> • Até maio de 2013: municípios com menos de 50 mil habitantes.
> As penalidades para Estados e Municípios que não cumprirem a Lei Complementar nº 131/2009:
> Conforme disposto na LC 131, o ente que não disponibilizar as informações no prazo estabelecido fica impedido de receber transferências voluntárias*.
> *Transferências Voluntárias - Consistem na entrega de recursos correntes ou de capital da União a outro ente da Federação, a título de

> cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (LC nº 101/2000, art. 25).

De forma geral, a Lei instituiu para toda a Administração Pública o mesmo princípio: O da publicidade máxima como preceito geral e o sigilo como exceção. Com base nesta premissa, os municípios que compõe o Vale do São Lourenço também cumpriram os preceitos da LC 131/09.

O primeiro Município a regular, em âmbito municipal, a Lei de Acesso a Informações – Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, foi Jaciara. Em 18 de Maio de 2012, promulgou o Decreto Nº 3.039[27]**.** A seguir, em ordem cronológica temos: Em Juscimeira, a Lei Municipal Nº 934[28] de 03 de Setembro de 2013. No Município de São Pedro da Cipa, a Lei nº 463[29] de 26 de Junho de 2014 e, em Dom Aquino, a Lei número 1.428[30] de 23 de Junho de 2015.

Em comum, independente da nomenclatura local – em Jaciara optou-se por "Decreto", nos demais municípios o termo "Lei", ambos com as mesmas texturas: máxima divulgação, obrigação de publicar, promoção de um governo aberto, limitação das exceções, procedimentos que facilitem o acesso, moderação dos custos e o uso da aplicação da linguagem cidadã na comunicação entre administração pública e o cidadão, tendo como escopo que a linguagem textual ou oral, devem ser claras e objetivas, pois a meta é garantir o fácil entendimento das informações e dos dados disponibilizados à toda sociedade..

Conforme supra citado, a performance das Leis seguem o ritual imposto pelas diretrizes básicas prevista na Constituição Federal e demais ritos dela derivados. De igual forma, ambos os Municípios também criaram suas Ouvidorias Municipais, cada um em seu tempo, cumprindo assim toda a Norma Constitucional no que diz respeito a implantação da Lei da Transparência.

3 – METODOLOGIA

O referencial teórico adotado na pesquisa foi o dedutivo, onde inicialmente se fez um estudo sobre o tema "LEI de acesso à informação como consequência da Constituição Federal do Brasil, de 1988" e a promoção do acesso à informação e a participação social na

[27] - Disponível em: https://www.jaciara.mt.gov.br/transparencia/arquivos/Decreto3039_2012.pdf Acessado em: 26/10/2019.
[28] - Disponível em: https://www.juscimeira.mt.gov.br/transparencia/arquivos/lei-0934-2013-regula-acesso-a-informacao.pdf Acessado em 26/10/2019.
[29] - Disponível em: https://www.saopedrodacipa.mt.gov.br/leis/463.pdf Acessado em 26/1012019.
[30] - Disponível em: https://www.domaquino.mt.gov.br/leis/20150923115020.pdf Acessado em 26/10/2019.

administração pública municipal, e através deste; a analise para se chegar aos resultados esperados. (ANDRADE, 2010, p. 124),

O método dedutivo, de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. (GIL, 2008, p.09)

A pesquisa realizada foi bibliográfica, constituída principalmente a partir de leituras de livros, sites análogos e de diversos artigos ligados ao tema em questão: a Lei de Acesso a Transparência (LAI). .

A técnica desenvolvida na pesquisa foi a quantitativa, na qual de acordo com BARDIN (1977), procedeu-se uma análise dos principais pontos pertinentes a temática tratada, buscando elucidar as questões descritas. Para o referido autor "todas as hipóteses, questões, afirmações provisórias servirão como diretrizes a serem verificadas e posteriormente confirmadas ou infirmadas para então servir de prova para o desenvolvimento da pesquisa".

4 - ANÁLISE E DISCUSSÕES

Diante dos esforços dos entes maiores, Federação e Estados, fica a impressão de que a maioria dos municípios brasileiros fez do sigilo o preceito geral e consideravam a publicidade como exceção, postura esta não condizente com a Constituição Cidadã de 1988. Foi preciso uma Lei Complementar, a LC nº 131/2009 e sua ameaça velada de suspensão de recursos federais para os entes menores, para que a Lei 12.527/2011 (LAI) recebesse o tratamento adequado que lhe fora previsto.

Fica a pergunta; qual motivo teria contribuído para que alguns municípios como Jaciara - ainda em Maio de 2012 (com menos de 50.000 habitantes) buscou e se adequou aos preceitos constitucionais vigentes; uma vez que a LC 131/2009 dera um prazo até Maio de 2013? A mesma linha de raciocínio leva a crer que alguns municípios só se enquadraram em função da ameaça da suspensão de recursos... Seria esta situação condicente com os Municípios de Juscimeira (2013), São Pedro da Cipa (2014) e Dom Aquino (2015)?

Cada um dos municípios do Vale do São Lourenço, mensuradas as dificuldades próprias, per-si, parece ter se adequado à Lei de Acesso à Informação. Hoje a pratica da publicidade prevista em Lei, é nitidamente percebida através dos sites, ouvidorias e outras ferramentas colocadas por estas administrações à disposição do cidadão e do contribuinte. Porém mesmo assim persiste a indagação: Será que as ações destes municípios, na prática,

realmente tem facilitado o acesso às informações sob suas guardas? O cidadão comum no Vale do São Lourenço, sabe ou consegue identificar os atores responsáveis por promover à acessibilidade à informação em cada um destes Municípios?

Apesar desta indagação, percebe-se, que constrangidos ou não, a obrigatoriedade de aplicação da Lei de Acesso à Informação, nos Municípios do Vale do São Lourenço, vêm implementado rotinas e práticas que estão favorecendo gradativamente a cultura de acesso às informações produzidas ou recebidas por estes Municípios e pelas instituições mantidas direta ou indiretamente pelos entes públicos presentes em cada jurisdição municipal.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma de desarticulação da cultura de segredo que muitas vezes prevalece nos entes públicos, está gradualmente sendo abolido do seio dos municípios no Vale do São Lourenço graças a Constituição Federal de 1988, em cujo espírito cidadão, em seus Artigos; 5º – XXXIII; 37 – caput e § 3º – II e 216 caput – § 2º, assim como "o pedreiro se serve do prumo para edificar o muro"[31], tais artigos constitucionais serviram de suporte criando mecanismos que possibilitaram à LAI – Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011); que mesmo em pequenos municípios qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, tenha acesso e o recebimento das informações solicitadas aos entes públicos do seu domicílio eleitoral.

O edifício da cidadania cresce gradualmente e aumenta o número de cidadãos presentes nas reuniões de prestação de contas, nas sessões ordinárias das edilidades; nas consultas realizadas às ouvidorias - inicialmente tímidas, e esta presença democrática está contribuindo para uma mudança de conceito do certo e do errado, do ético e não ético nas posturas dos agentes públicos, quer tenha mandato eletivo, funcionário concursado ou comissionado, da administração pública no Vale do São Lourenço.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo. Ed. Atlas. 10ª edição. 2010.

ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de Acesso á Informação Pública e seus possíveis desdobramentos à Accountability Democrática no Brasil.**2012. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9905>. Acesso em: 20 Out. 2019.

[31] - Metáfora alusiva à um adagio popular.

BARDIN, Laurence. Analise de Conteúdo. Ed. Edições 70. 6ª Edição. 2011.

BRASIL. **Cartilha de Acesso à Informação Pública: Controladoria-Geral da União. Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Brasília, 2011.

_____. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 18 Out. 2019.

_____. MANUAL DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf> Acesso em 25/10/2019.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MORAES, Alexandre de. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 46ª e. , Ed., Gen/Atlas, São Paulo, 2019.

PODIVM, Jus. **Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.** 5ª e.,Ed. Juspovm, Salvador/Ba, 2019.

_____**. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.** 5ª e.,Ed. Juspovm, Salvador/Ba, 2019.

CONTROLADORIA – EFICÁCIA DA CONTROLADORIA NAS OPERAÇÕES DE REGISTROS FISCAIS.

Geovani Freitas Freire[32]
Jailson Conceição Teixeira [33]
JamileViana Calazans Salim [3]
Amauri Gonçalves de Oliveira [4]
Evaldo Rezende Duarte[5]
Zique de Souza Dib[6]

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar a eficácia da controladoria sobre as atividades operacionais da área fiscal no centro de distribuição da Gazin em Jaciara/MT, especificamente em relação aos registros de notas fiscais no primeiro semestre de 2018, é papel fundamental da controladoria, desenvolver um trabalho de otimização, controle e planejamento das atividades exercidas pelos departamentos da empresa, assegurando um resultado fidedigno realizado ao longo de um determinado período, evitando fraudes, desvios e dando agilidade aos processos desenvolvidos sempre visando aumentar a competitividade da instituição no mercado, para a elaboração deste artigo foi aplicado o método de pesquisa documental, qualitativa, utilizando-se de relatórios contábeis e livros fiscais de registros, através dos números e análise das tarefas pode-se concluir ao final do trabalho a eficácia da controladoria sobre as atividades de registros fiscais da empresa, para isso foi realizado um levantamento sobre toda rotina de trabalho do departamento de controladoria, como é formada sua estrutura, e suas atividades, confrontando a demanda de trabalho e os prazos estabelecidos para um melhor

[32]Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Aplicadas EDUVALE e-mail: Geovani.sfc06@gmail.com.
[33]Graduado em Ciências Contábeis na faculdade EDUVALE, pós-graduado em tecnologia de informação e lei de responsabilidade fiscal na ESAB, pós-graduado em gestão fiscal e planejamento tributário na UNIC, mestre em contabilidade gerencial e finanças na FUCAPE. Professor do curso de ciências contábeis da EDUVALE, Contador da excelência contabilidade e assessor financeiro e fiscal da solução assessoria.
[3]Especialista em Controladoria e Finanças e Docência e didática (2018) pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE, Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE (2015), Professora de Ensino Superior da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - EDUVALE.
[4]Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2014), Pós Graduado em Matemática pela UFMT (2004) Graduado em Matemática pela UFMT (2002), Graduado em Ciências Contábeis pela UFMT (2009).
[5] Formado em Ciências Contábeis e professor da Faculdade EDUVALE/Jaciara MT
[6] Formado em Ciências Contábeis e Professor da Faculdade Eduvale/Jaciara MT

desempenho operacional assim como os benefícios econômicos alcançados pela controladoria.

Palavras-Chave: controladoria, registros fiscais, controle das atividades.

1. INTRODUÇÃO

Além de controlar as atividades internas da empresa a controladoria tem um papel fundamental no desenvolvimento das atividades, cabe a ela zelar pela fidedignidade dos números, aperfeiçoar os resultados, e garantir aos usuários segurança para as tomadas de decisões, aumentando assim a competitividade de determinada instituição no mercado atual.

Os registros fiscais têm grande importância nesse procedimento, garantir que os registros estão sendo realizados de forma correta atendendo as legislações vigentes, e seguindo as normas requeridas no processo de contabilização, pode trazer enormes benefícios à vida financeira da empresa, para isso é necessário identificar pontos importantes nas atividades da controladoria, o controle, planejamento e as ferramentas utilizadas por este departamento determinam a eficácia e a influência exercida pela controladoria sobre os demais departamentos, portanto este trabalho tem como objetivo principal medir a eficácia da controladoria sobre os registros de notas fiscais no centro de distribuição da Gazin em Jaciara-MT, para isso foi realizado um levantamento sobre todas atividades exercita pelo departamento, sua estrutura de trabalho, assim como as ferramentas utilizadas no processo, a partir disso foi possível identificar a importância da controladoria dentro do sistema organizacional, a sua importância para a saúde financeira da empresa, assim como seus principais desafios diante da demanda de serviço e os prazos estabelecidos, a partir dessa análise chega-se a conclusão sobre a eficácia da controladoria.

Para desenvolver este artigo científico a metodologia utilizada foi a de pesquisa qualitativa, documental, utilizando-se de relatórios contábeis oficiais, e livros fiscais de registros emitidos e mensurados pelo departamento de controladoria do centro de distribuição da Gazin de Jaciara/MT, no período do

primeiro semestre do ano de 2018, assim também como relatórios da conta corrente emitidos pelo site da secretaria de fazenda do Estado do Mato Grosso (SEFAZ-MT).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO DE CONTROLADORIA

Pode-se atribuir a controladoria como um ramo oriundo da contabilidade, que teve seu início através da discussão sobre a ineficiência da contabilidade tradicional no processo de gestão empresarial de instituições públicas ou privadas, a partir dos anos 80 este debate ganhou ainda mais intensidade na obra de (Johnson & Kamp; Kaplan, 1987:24), onde os autores são enfáticos em dizer que os atuais sistemas contábeis para a administração são inadequados para o ambiente.

A controladoria pode ser divida em duas vertentes a primeira como órgão administrativo e a outra como área do conhecimento humano, de tal forma que alguns autores defendem a controladoria como uma ciência autônoma da contabilidade, embora utilize se muito de seus conceitos.

> "A Controladoria pode ser conceituada como o conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundos das ciências da Administração, Economia, Psicologia, Estatística e, principalmente, da Contabilidade, que se ocupa da gestão econômica das empresas, com o fim de orientá-las para a eficiência." MOSIMANN (1993, pag.85).

Há autores, porém que não fazem tal distinção entre a contabilidade e controladoria e afirma que a controladoria pode ser entendida como a ciência contábil na sua forma mais evoluída, ela atua em todo o ramo empresarial por meio da mensuração, comunicação e decisão sobre os eventos econômicos, a controladoria exerce a função contábil em toda a sua gama atuando em todos os setores buscando maior eficiência dos resultados.

A Controladoria pode ser entendida como a Ciência Contábil evoluída." PADOVESE (l997:25).

A competitividade das empresas nos dias atuais exigem cada vez mais a eficácia e a otimização de seus resultados, cabe à controladoria assegurar essa otimização fornecendo e mensurando dados cada vez mais seguros e exatos, dando condições à gestão para tomadas de decisões precisas, a controladoria pode ser considerada uma espécie de piloto de bordo que exerce a função de ajudar a

gestão a chegar aos seus resultados desejados, cabe a ela fazer parte dessa coordenação oferecendo informações exatas dando segurança a alta cúpula nas suas tomadas de decisões.

> "Através da controladoria a direção de uma empresa tem a possibilidade de conduzir a que seus esforços sejam produtivos. É junto a essa área que a alta direção e os gestores da organização buscarão informações consistentes a fim de definir os rumos a serem seguidos pela organização." (Roehl.1996, p. 85).

A controladoria como departamento tem como objetivo a participação e integração direta nas tomadas de decisões na elaboração dos projetos e no planejamento estratégico empresarial, atua na implementação e manutenção dos sistemas integrados de informações operacionais, financeiras e contábeis, sua missão está em assegurar e aperfeiçoar os resultados econômicos da organização seu objetivo está na promoção da eficácia organizacional, na viabilização da gestão econômica e na promoção da integração das áreas de responsabilidade.

Segundo Catelli (1999:33) a controladoria busca desenvolver seu trabalho através de uma filosofia de atuação que envolve coordenação de esforços, participação ativa no processo de planejamento, interação e apoio nas áreas operacionais, indução as melhorias, credibilidade, persuasão e motivação.

Planejar, controlar, coordenar e analisar é objetivo da controladoria para que a gestão possa obter agilidade em suas tarefas, é papel da controladoria atuar em todas as áreas desde as atividades operacionais, comerciais, financeiras, administrativas e tributaria, integrando todos os departamentos através de um sistema de informação, cabe a ela conhecer a fundo toda a funcionalidade sistêmica da instituição, prestando suporte e trocando informações.

Para que a controladoria obtenha êxito em suas atividades é necessário que ela tenha total abertura de relacionamento com os outros departamentos, sendo assim ela não age de forma independente e sim de forma conjunta, capitando informações, coordenando e extraindo dados que possam contribuir para uma melhor eficácia das atividades operacionais da empresa.

> "O papel da Controladoria é acompanhar e assessorar todo o processo de gestão da empresa, fornecendo informações econômicas, por meio de uma visão sistêmica, integrar informações e reportá-las para facilitar o processo decisório. Dessa forma, o papel da controladoria no processo de gestão é influenciado pelos planos da empresa, por seu modelo de gestão e pelo ramo de sua atividade". (Oliveira, Hernandez e Silva, 2002, pag. 18).

2.2 PLANEJAMENTO E CONTROLE

Planejar é antes de tudo, decidir de forma antecipada uma determinada ação, pode se dizer que toda decisão é tomada de forma antecipada, pois ela sempre vem antes de uma determinada ação, o planejamento dentro de uma organização engloba todo o seu sistema de produção esta incluído em todas as atividades, o planejamento existe para que tarefas sejam cumpridas, atividades sejam desempenhadas e serviços sejam prestados.

Diante da globalização, da competitividade do mercado atual e das novas tecnologias, torna-se cada vez mais necessário um planejamento eficaz que busca de forma eficiente os resultados, sendo assim um bom planejamento é essencial para o futuro e continuidade de uma determinada organização.

> "O planejamento é a mais básica de todas as funções administrativas, e a habilidade pela qual essa função é desempenhada determina o sucesso de todas as operações. Planejar pode ser definido como o processo de pensamento que precede a ação e está direcionado para que se tomem decisões no momento presente com o futuro em vista." (Glautier & Underdown, upud CATELLI 1991, pag.439).

Sendo assim o planejamento ocupa o primeiro lugar dentro de um processo decisório, envolvem avaliações, estudos, do ambiente externo e interno, e um conjunto de decisões antecipadas que resultam em um objetivo desejado, esses objetivos podem ser alcançados a longo e curto prazo.

Desta forma todo o conjunto de objetivos e a politica que determina o comportamento global de uma instituição em longo prazo constituem estratégia da empresa, a estratégia empresarial se dá através do planejamento estratégico.

> "Planejamento estratégico é o processo de decidir os objetivos da organização, as mudanças nestes objetivos, os recursos usados para atingir estes objetivos, e as politicas que devem governar a aquisição, uso e disposição destes recursos" ANTONHY (1972, pag.06)

Portanto é através do planejamento estratégico, que uma empresa determinará suas diretrizes compreendendo suas politicas e objetivos em longo prazo, é através do planejamento estratégico que será possível identificar as ameaças e oportunidades impostas pelo ambiente externo, sejam eles fatores econômicos como taxas de juros, crescimento do crédito, índice de inflação entre outros, como também questões sociais como o quadro politico, leis, e até mesmo situações relacionadas ao meio ambiente, porém não cabe ao planejamento estratégico apenas traçar metas e objetivos, relacionados aos fatores externos da instituição, mais também cabe ao mesmo uma visão interna da própria empresa.

É necessário para uma gestão empresarial que se obtenha um planejamento estratégico, com ênfase nas crenças, valores e na missão da organização, em

sintonia com o planejamento estratégico, é necessário à definição dos objetivos e as politicas de curto prazo, essas definidas então pelo planejamento operacional.

> " O planejamento operacional se caracteriza pelo detalhamento com que estabelece as tarefas e as operações, pelo caráter imediatista focalizando apenas o curto prazo e pela abrangência local abordando apenas uma tarefa ou uma operação." CHIAVENATO 95, pag.3l0).

Segundo CHIAVENATO (1995), através do planejamento operacional são definidos os planos operacionais que determinam os procedimentos pretendidos pela empresa.

Estes planos estão relacionados a regras e regulamentos impostos aos colaboradores, a programas e programações e também ao orçamento quando relacionados ao dinheiro em um determinado período.

> Deste modo, o planejamento operacional "(...) identifica, integra, avalia e escolhe o plano a ser implementado, dentro dos planos operacionais alternativos dos vários segmentos da empresa em consonância com as metas, objetivos, estratégias e políticas da empresa." FERNANDEZ apud FIGUEIREDO (l997, pag.32)

O planejamento operacional este diretamente ligado às pessoas na execução das tarefas por parte delas, é necessário que exista um empenho por parte de toda organização desde os departamentos administrativos a alta cúpula é necessário que os recursos tarefas e processos sejam envolvidos.

Esses planos operacionais em curto prazo devem conter um detalhamento dos objetivos, das tarefas e das politicas para que haja a execução dos planos.

2.3 CONTROLE

O controle é a etapa de decisão onde se pode fazer uma comparação entre aquilo que foi planejado e o que realmente foi executado, todo esse comparativo pode ser feito através da análise dos dados que estão expostos no sistema de informação, é possível verificar tudo aquilo que não ocorreu como planejado, é necessário identificar as falhas nas operações que foram executadas, cabe ao gestor à identificação dos erros e desvios, após essa análise é necessário que se busque recursos para a solução ou correção dos processos executados.

> "A função do processo administrativo que, mediante a comparação com padrões previamente estabelecidos, procura medir e avaliar o desempenho e o resultado das ações, com finalidade de realimentar os tomadores de decisão, de forma que possam corrigir ou reforçar esse desempenho ou interferir em funções do processo administrativo, para assegurar que os resultados satisfaçam aos desafios e aos objetivos estabelecidos." ANTHONY (1988, pag.08).

É importante que se estabeleça padrões de acordo com a realidade de cada organização, pois sem padrões devidamente definidos corre-se o risco de acarretar insatisfação, uma vez bem definido os padrões a uma maior satisfação em alcançar os objetivos propostos, os padrões envolve uma série de fatores como a realidade financeira da instituição, a estrutura física, e a capacidade técnica de seus colaboradores.

2.4. SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

Um dos principais objetivos da controladoria está na geração de informações para que se obtenha uma melhor tomada de decisão de forma segura e em tempo hábil, é necessário que haja um sistema de informação global que integre os dados e informações dos demais sistemas da empresa, diminuindo assim os riscos nas tomadas de decisões. A eficácia na coleta e mensuração dos dados traz para a organização uma imensa vantagem mediante a competitividade do mercado atual, essa agilidade acompanhada de informações confiáveis e precisas previne a empresa de futuras tomadas de decisões equivocadas, que podem trazer prejuízos em um momento futuro.

> “o sistema de informação é um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações para com seu produto, permitir às organizações o cumprimento de seus objetivos principais.” PADOVESE (l998, pag.45)

É fundamental entender que o sistema de informação não está restrito apenas as tomadas de decisões da alta cúpula administrativa, mas que este sistema integra todos os segmentos da empresa, cada qual com suas características específicas agregando todos os níveis de atuações, os mesmos devem funcionar em uma total sintonia, segundo Guerreiro (1989:282) o sistema de informação se caracteriza em dois aspectos:

1) onde e como a informação é gerada (processo de geração da informação).

2) qual informação e por que deve ser gerada (processo de definição de informação).

Portanto podemos considerar que um sistema é eficaz a partir do momento em que o mesmo possa oferecer informações relevantes e confiáveis que atende a satisfação do usuário e melhorando o desempenho da organização, prestando um

suporte adequado ao modelo de gestão estabelecido e atendendo as necessidades de seus operadores.

Os sistemas de informações podem ser definidos em dois grupos, sistemas de informações operacionais e sistema de informação de apoio a gestão. Sistema de informação operacional são aqueles, “(…) sistemas que nascem da necessidade de planejamento e controle das diversas áreas operacionais da empresa” PADOVESE (l998:50)”.

Este tem por objetivo auxiliar as áreas operacionais da instituição na execução das atividades entre elas, o controle do patrimônio, controle de estoque, contas a pagar, títulos a receber, escrituração fiscal entre outros.

Por sua vez o sistema de informação de apoio à gestão são aqueles que “(…) são utilizados pelas áreas administrativa e financeira da empresa, e pela alta administração da companhia, com o intuito de planejamento e controle financeiro e avaliação de desempenho dos negócios.” PADOVESE (1998:51).

Estes estão voltados para a gestão econômica e financeira da empresa e tem um papel direto nas tomadas de decisões, alguns dos seus exemplos são os sistemas de gerenciamento de custos, contábeis, e orçamentários, para que o sistema de informação de apoio à gestão possa alcançar uma eficiência, gerando dados confiáveis sem que haja distorções, é necessário que este receba informações dos sistemas operacionais, ambos devem estar integrados possibilitando uma troca de informações.

Sendo assim os dois se torna um sistema único de informação da empresa, neles estão inseridos todos os dados das atividades exercidas pela empresa, cabe à controladoria a administração e processamento desses dados, gerando informações uteis para que se obtenha uma continuidade positiva dos objetivos estabelecidos pelo modelo de gestão.

3. METODOLOGIA

A metodologia pode ser entendida como um processo da pesquisa de um determinado tema, este processo deve ser adotado para que se possa chegar ao conhecimento e resolução de um determinado problema posto em questão, essa metodologia é composta por um conjunto de atividades de caráter operacional técnico, que segue de forma cuidadosa um plano de utilização.

Andrade (1999) descreve a pesquisa como conjunto de procedimentos sistemáticos que tem por objetivo encontrar a solução para determinado problema, através da utilização de métodos científicos.

É possível o desenvolvimento de uma pesquisa a partir do conhecimento disponível e da utilização de métodos e procedimentos científicos, onde se possa ser desenvolvido a formulação de um problema e a apresentação de soluções ao mesmo.

O conjunto de metodologia aplicado a este trabalho forma uma abordagem de pesquisa qualitativa, são várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas SEVERINO (2007:119).

Este trabalho se inicia por meio de uma pesquisa exploratória, que segundo SEVERINO (2007:123) busca levantar informações sobre um determinado objeto, ela pode ser entendida como primeiro passo de um trabalho, sua finalidade é proporcionar informações, delimitar o tema trabalhado, definir os objetivos e formular hipóteses, essa pesquisa é uma preparação para a pesquisa explicativa que por sua vez tem o papel de registrar e analisar os fenômenos estudados buscando identificar suas causas seja através da aplicação de métodos experimental ou através dos métodos qualitativos.

Para o levantamento das informações foi aplicado método de pesquisa bibliográfica, que segundo (SEVERINO 2007:122) é a pesquisa que se utiliza a partir de registros disponíveis de livros, revistas, artigos, teses entre outros, onde o pesquisador se utilizara de temas já trabalhado por outros autores e devidamente registrado, para a obtenção de conhecimento sobre o assunto.

Este trabalho tem por objetivo analisar o desempenho da controladoria da Empresa Gazin Ind. e Comércio LTDA, na sua filial centro de distribuição de Jaciara. Será feito uma análise sobre a eficácia do departamento sobre as atividades operacionais da área fiscal exercita no primeiro semestre de 2018, para a coleta de dados e informações foi aplicado uma pesquisa documental a partir de relatórios disponibilizados pela empresa e documentos fiscais.

4. ANALISE DE DADOS

Para análise do desempenho e eficácia das tarefas exercidas pelo departamento de controladoria no centro de distribuição, foi levado em consideração, relatórios e dados oficiais disponibilizados pelo centro de distribuição Gazin.

O centro de distribuição da Gazin situado em Jaciara-MT, tem como atividade o recebimento, armazenamento e distribuição de mercadorias as suas 102

filiais no Estado de Mato Grosso, nesta pesquisa foi realizado uma análise das tarefas de controle e agilidade das atividades de registro de notas na entrada da mercadoria feito pelo departamento de controladoria.

A controladoria da Gazin responsável pelas filiais da empresa no Estado do Mato Grosso, possui cerca de 7 funcionários e está dívida em três funções, suporte, análise e setor tributário, o primeiro setor denominado suporte tem por objetivo agilizar o processo de registros das notas fiscais.

O suporte tem o objetivo de auxiliar o departamento de faturamento, que é responsável pelos registros das notas dando agilidade ao processo, uma parte importante desse setor é de corrigir logo no primeiro ato, possíveis erros de lançamento, é de responsabilidade também o processo de alteração dos valores da nota fiscal conforme o que se pede no documento, corrigindo principalmente os valores de impostos, o setor atua para auxiliar qualquer tipo de dúvidas referente ao registro do documento, isto agiliza o processo fazendo com que o departamento de faturamento possa aproveitar melhor o tempo de serviço e fazendo com que não hajam possíveis divergências no estoque, uma vez que a mercadoria é descarregada e logo depois é feito o registrado do documento.

A partir do momento que o documento é registrado, entrará em função o setor de análise, este é responsável por uma série de rotinas feitas diariamente em busca de detectar possíveis erros de lançamento, a primeira delas se dará pela validação do arquivo XML da nota fiscal, ao emitir o documento o fornecedor tem por obrigação o envio do arquivo eletrônico que de forma automática é armazenado junto ao banco de dados do programa de software utilizado para o controle da empresa, isso torna o processo de conferência do documento mais rápido e menos burocrático, o analista poderá constatar possíveis divergência entre as informações do documento fiscal e o registro no sistema, como por exemplo, número do documento, código da operação fiscal, data de emissão do documento, inscrição e situação cadastral do fornecedor, valores de impostos, validação da chave de acesso do documento no portal nacional de documento fiscal eletrônico, evitando registros de notas canceladas ou inutilizada pelo fornecedor após envio das mercadorias e eventuais duplicidade de registro de notas.

Uma vez verificado que o documento foi devidamente registrado, se segue uma segunda etapa sobre o controle de registro do documento, essa etapa será a análise contábil, um segundo analista desempenha a tarefa de assegurar que o documento foi devidamente contabilizado, verificando de acordo com a legislação vigente, possíveis reduções na base de cálculo dos produtos de acordo com o

regime imposto pelo Estado, para isso o analista trabalha em total sintonia com o controller responsável pelo planejamento tributário da empresa, nesta etapa também será verificado os valores dos títulos decorrentes da operação e também dos pedidos de compra, essa etapa pode envolver diversas áreas da instituição, como departamento financeiro e compras, a controladoria exerce um papel de fiscalização independente sobre as demais áreas auxiliando e corrigindo eventuais erros nos valores das compras registradas conforme os documentos.

No caso da empresa em questão é de extrema importância o controle e registro dos documentos de arrecadação referente ao recolhimento do ICMS em operações interestaduais, por isso o departamento de controladoria da empresa designa um responsável somente para análise e controle das notas em questão, ao receber a mercadoria de outras unidades federativas em códigos de operação fiscal incidentes de ICMS, em grande parte dos casos o recolhimento do tributo deverá ocorrer na entrada da mercadoria em uma operação denominada substituição tributária, o recolhimento do imposto ocorrerá através do DAR (documento de arrecadação), ou por uma ocasião de inscrição estadual substitutiva caso a empresa fornecedora obtenha uma inscrição na unidade federativa do Mato Grosso, no caso do centro de distribuição que opera sobre o regime de estimativa, o recolhimento total do ICMS a recolher pela empresa será lançado na conta corrente no final de cada Mês, com prazo de recolhimento para o dia 20 do mês subsequente, dentro desse prazo determinado o analista responsável poderá analisar junto à secretaria de fazenda (SEFAZ-MT), todas as notas fiscais incluídas na cobrança mensal, é comum por parte do Estado o não reconhecimento do pagamento das notas fiscais já recolhidas por outros Estados sendo assim a empresa poderá recorrer através de requerimento sobre todas as notas cobradas de forma indevida, ou seja, já recolhida o ICMS através do DAR ou Inscrição substituta na entrada da mercadoria.

Uma vez que grande parte das notas já recolhidas em sua entrada não tem o pagamento reconhecido por parte do Estado, foi elaborada uma tabela com os valores de recolhimento no primeiro semestre de 2018, podendo mostrar o valor lançado pelo estado e o valor real a ser recolhido, subtraindo os valores de notas já recolhidas.

Tabela 1. Resumo sobre recolhimento de ICMS

PERÍODO	Valor de ICMS a recolher Boletado pelo Estado	Valor de ICMS já recolhido via operação de substituição	Valor Real a Recolher	% redução
01/2018	**R$ 3.817.049,59**	**R$ 1.398.022,45**	**R$ 2.419.027,14**	**36,62%**
02/2018	**R$ 3.069.304,36**	**R$ 1.033.870,70**	**R$ 2.035.433,66**	**33,68%**

03/2018	**R$ 2.609.160,72**	**R$ 1.211.745,31**	**R$ 1.397.415,41**	**46,44%**
04/2018	**R$ 4.376.996,03**	**R$ 2.757.507,49**	**R$ 1.619.488,54**	**63,00%**
05/2018	**R$ 5.476.226,15**	**R$ 3.559.546,99**	**R$ 1.916.679,16**	**65,00%**
06/2018	**R$ 2.747.354,27**	**R$ 1.648.412,56**	**R$ 1.098.941,71**	**59,99%**
SEMESTRE	R$ 22.096.091,12	R$ 11.609.105,50	R$ 10.486.985,62	**52,53%**

Fonte: Departamento de contabilidade tributaria Gazin 2018 (Adaptado pelo autor do artigo)

É possível analisar através da tabela uma redução no valor de recolhimento de ICMS no final de cada mês acumulando uma redução de 52,53% no valor total entre o que foi lançado pelo Estado e o valor realmente devido, desconsiderando notas fiscais que já foram recolhidas, ao ingressar com o requerimento a empresa deverá comprovar citando para cada nota a forma a qual o documento já foi recolhido, se for pelo DAR a empresa deverá citar o número do documento, em caso de inscrição substitutiva, deve se informar o número da mesma, para isso à empresa deve ter um controle para armazenamento dessas informações.

No que se refere aos números referentes à quantidade de notas que foram registradas e analisadas e também que foram incluídas no requerimento, para isso será tomado como base o mês 05/2018, a qual o valor da redução do recolhimento chegou a 65% conforme a tabela a cima.

No mês em questão ocorreu o registro de duas mil seiscentas e trinta notas fiscais incidentes de ICMS conforme relatório do sistema Sabium de Software utilizado para o gerenciamento das informações da empresa, entre essa quantidade, grande parte das notas são referentes a um processo de reposições de peças, este processo acontece quando o fornecedor envia peças de mercadoria para fins de assistência técnica, ou seja, para manutenção de produtos com avarias.

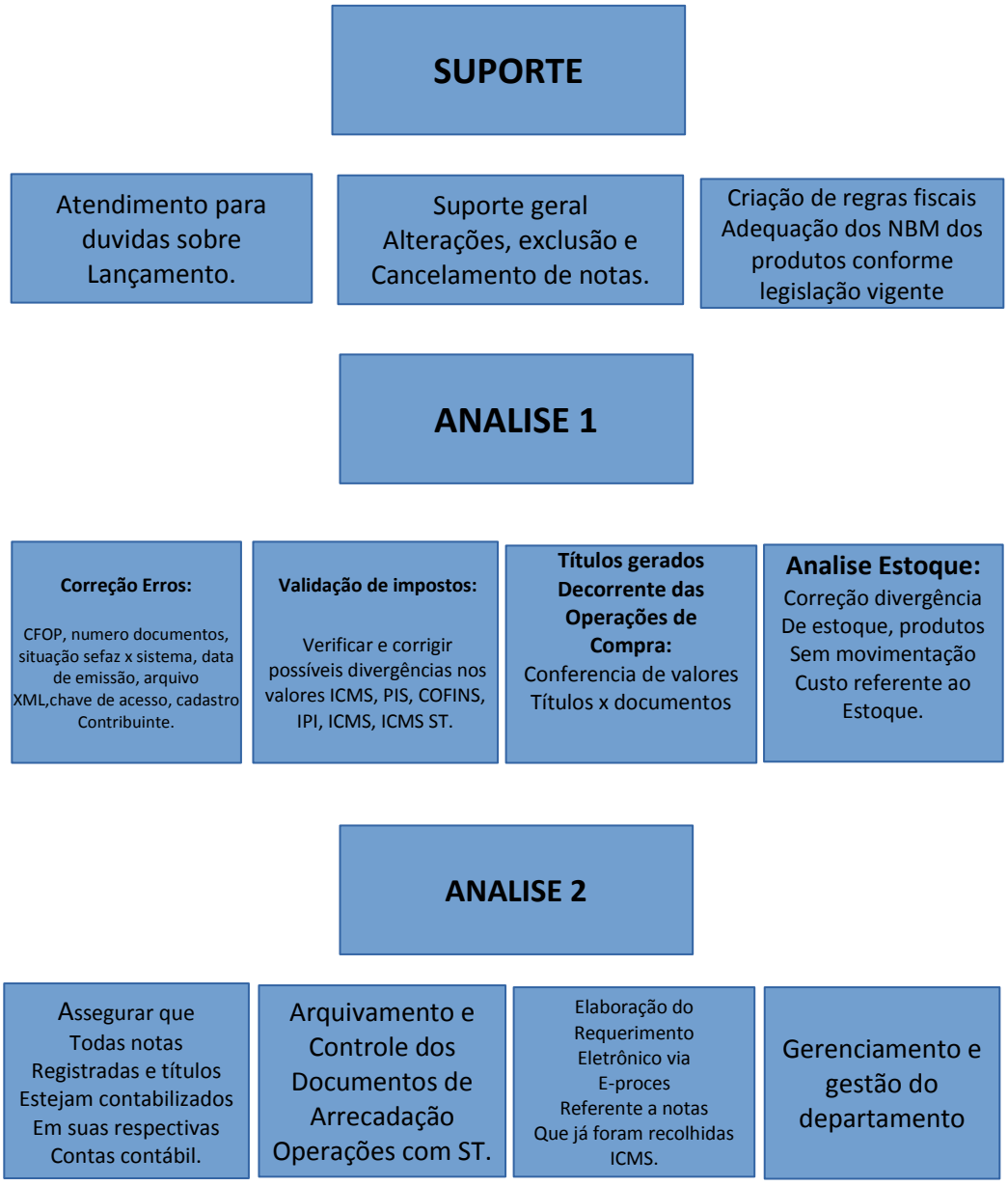
Importante especificar que este tipo de nota em questão possui valores menores que pouco impacta no resultado final do recolhimento, por sua vez o grande impacto está relacionado às notas de compra de mercadoria, que representa valores significativos, referente ao mês 05/2018, o número de notas referente a compras registradas foi de 928, a qual 398, o Estado não reconheceu o recolhimento já efetuado na entrada da mercadoria pelo fornecedor, por isso foram incluídas em requerimento pela controladoria, e anexadas em processo de revisão de lançamentos via E-proces (Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos).

Referente ao suporte dado pela controladoria para agilizar o processo de registro de notas fiscais que impacta diretamente no processo de armazenamento e distribuição dos produtos pelo centro de distribuição, é usado um sistema de atendimento virtual, o processo acontece da seguinte forma, o departamento

responsável faz a abertura de uma ordem de serviço online, o setor de suporte tem por objetivo finalizar o atendimento em um prazo máximo de 10 á 15 minutos após o recebimento conforme a complexidade do caso, ao fazer um levantamento da eficácia do atendimento foi verificado que em média 85% dos atendimentos são feito em tempo hábil, e os outros 15% não são finalizados, pois não se trata de erros contábeis ou de lançamentos, mas de problemas relacionados a falhas no sistema da qual é competência do departamento de informática.

Ao final de cada mês a controladoria tem um prazo máximo de 24 horas após o último dia do mês para entrega de todas as suas rotinas concluídas, é necessário que todas as notas estejam devidamente conferidas e corrigidas, facilitando a entrega das obrigações assessorias e fechamento do DRE.

Análise das atividades através do organograma:



Fonte: Departamento de Controladoria Gazin 2018.

5. CONCLUSÃO

Considerando a pergunta problema “A controladoria está exercendo um papel eficaz nas operações de registros fiscais da empresa?”, considerando o papel principal da controladoria, sim, é possível analisar que há eficácia da controladoria sobre as atividades exercidas sobre as operações fiscais de registro de notas do centro de distribuição da Gazin em Jaciara-MT.

Existe por parte da controladoria da empresa em questão, um processo de planejamento que visa antecipar e corrigir possíveis erros humanos ou do próprio sistema, a estrutura de serviço atual se demonstra bem construída em um formato que visa antecipar e corrigir futuros problemas em relação às notas fiscais.

Sobre a etapa de controle o departamento se demostra bastante eficaz, na ocasião em questão, é perceptível que há um controle minucioso sobre as atividades de análise dos documentos fiscais, de auditoria sobre o departamento responsável pelos registros, e de integração entre os departamentos a qual a controladoria fornece os devidos suportes para os procedimentos, a tabela 1, demostra que o departamento obtém números consideráveis nas reduções dos valores de imposto a recolher, levando em consideração o imposto de maior impacto no exercício das atividades do centro de distribuição, foi possível identificar que houve uma redução no valor de recolhimento do ICMS no valor de R$ 11.609.105,50, no primeiro semestre de 2018, essa redução ocorreu devido a impugnação do valor de ICMS referente a notas que já foram recolhidos o imposto na saída da mercadoria pelo fornecedor via operação de substituição tributária, o valor pode ser considerado bastante significativo para os resultados finais da empresa, diante do volume de notas e o prazo exigido para a montagem do requerimento de revisão dos lançamentos é possível demostrar que só seria possível alcançar os números através de agilidade e bom controle das informações, no período em questão não houve nenhuma notificação por perda de prazo.

Para esse controle e armazenamento das informações o sistema de informação gerencial utilizado pela empresa também se mostrou eficaz, o sistema de informação gerencial demonstrou alto grau de satisfação quando analisado os resultados é possível identificar um número elevado na demanda de serviço do setor, que opera com sete funcionários ao todo, é necessário pontuar que na ocasião da análise das atividades foram desconsideradas as demais tarefas exercidas pelo departamento, o que demostra que o setor se utiliza de ferramentas bem aprimoradas e avançadas que proporciona boas condições para que se possa

ser atingidas as metas e prazos, o sistema proporciona ferramentas adequadas principalmente para a mensuração dos números finais, foi levado em consideração o curto prazo para a conclusão das atividades dos exercícios mensais e também das rotinas diárias de serviço.

Neste sentido acredita-se ter alcançado o objetivo deste estudo de medir a eficácia da controladoria sobre as atividades de registro de nota, assim como sua importância na gestão empresarial, o estudo presente teve grande agregação de valores, pois trouxe conhecimento ao pesquisador presente, assim como utilidade para a empresa em questão, principalmente no que diz respeito ao levantamento das informações sobre volume de trabalho, valorizando assim a importância deste departamento.

Se tratando de elaborações futuras de estudos, a partir deste realizado, sugere-se, que sejam desenvolvidos estudos de caso que possam apresentar a influência da controladoria sobre as tomadas de decisões gerenciais, uma vez que esse trabalho teve como principal foco apenas medir a eficácia das atividades de registros.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, R.N.& DEARDEN, **J.Management control systems.**Tradução de Consuelo Ribeiro Alho,1988.

ANTHONY, R.N. **Management control: cases and readings.**Tradução de Consuelo Ribeiro Alho,1972.

CATELLI, Armando.Controladoria: **uma abordagem da gestão econômica -GECON.** São Paulo:Atlas,l999.

CHIAVENATO, Idalberto.**Administração de Empresas: uma abordagem contingencial.**3.Ed,São Paulo: Makron Books, 1994.

FIGUEIREDO, Sandra, CAGGIANO, Paulo C. **Controladoria : Teoria e prática.**2.ed.,São\Paulo:Atlas,1997.

GLAUTIER, M. W. E., **UNDERDOWN, B.Accounting the oryandpractice.**4. ed. Londres: Pitman,1991.

GUERREIRO, Reinaldo.Modelo c**onceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma teoria da comunicação da contabilidade.** Tese de doutoramento apresentada à FEA-USP,São Paulo:1989.

JOHNSON, H. Thomas, KAPLAN, Roberto S.**Relevance lost. Boston: Harvard Business** School Press, 1987.

MOSSIMANN, Clara,Pellegrinello, ALVES, José Osmar de Carvalho, FISCH,Silvio **Controladoria seu papel na administração das empresas,** Florianópolis, Ed.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos; **Controladoria Estratégica,** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

PADOVESE, Clóvis Luiz, BENEDICTO, Gideon Carvalho de.**A controladoria como ciência e unidade administrativa.**Revista de contabilidade do CRC-SP. n. l23.1998.

ROEHL-ANDERSON, Janice M., BRAGG, Steven M.**The Controller`s Function: The Work of the Managerial Accounting.**New York: John Wiley & Sons, 1996.

SEVERINO, A. J.**Metodologia do Trabalho Científico,**2007 23° edição atualizada.

CONTROLE DE ESTOQUE X FLUXO DE CAIXA: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA JOANITA BIJUTERIAS FINAS NA CIDADE DE JACIARA - MT

Taiane AlvesTizzo[1]

Jailson Conceição Teixeira [2]

Jamile Viana Calazans Salim [3]
Amauri Gonçalves de Oliviera[4]
Evaldo Rezende Duarte[5]
Zique de Souza Dib[6]

Resumo

O tema estudado visa planejar, controlar e replanejar o material armazenado na empresa; não esquecendo de sempre acompanhar possíveis desvios, desperdícios e outros acontecimentos que envolvem o estoque. Na empresa Joanita o controle de estoque é feito por códigos e acompanhamento em sistema, portanto a presente pesquisa busca entender e identificar possíveis erros nesse processo. Os objetivos dessa pesquisa é verificar se o estoque tem influência no fluxo de caixa da empresa. Para alcançar o objetivo foi utilizado a pesquisa bibliográfica, utilizando livros e outros artigos que expliquem e conceituem controle de estoque e as melhorias que se pode alcançar quando a empresa tem um bom controle de estoque. Portanto a pesquisa buscara alcançar seus objetivos e oferecer a empresa os dados e informações para que a mesma possa utilizar no momento de realizar o planejamento de Controle de Estoque, visando eliminar as falhas existentes proporcionando maior rentabilidade para empresa. Por fim a presente pesquisa conclui-se com os objetivos alcançados, identificando que o estoque não tem influenciado tanto no fluxo de caixa por que as aquisições seguem um ciclo, e as vendas à vista tem contribuído para empresa se manter em equilíbrio.

Palavras – Chave: Controle de Estoque; Fluxo de Caixa e Rentabilidade.

[1] Graduada pela Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas no Vale do São Lourenço – EDUVALE – Graduada pela Instituição Super Mais Sistema de Ensino Técnico em Enfermagem E-mail: taiane_845@hotmail.com
[2] Contador da Excelência contabilidade, Professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade EDUVALE, Graduado em Ciências Contábeis, Pós graduado em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário, Pós graduado em Tecnologia de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, Mestrando em Contabilidade Gerencial.
[3]Especialista em Controladoria e Finanças e Docência e didática (2018) pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE, Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE (2015), Professora de Ensino Superior da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - EDUVALE.
[4]Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2014), Pós Graduado em Matemática pela UFMT (2004) Graduado em Matemática pela UFMT (2002), Graduado em Ciências Contábeis pela UFMT (2009).
[5] É formado em Ciencias Contábeis e professor da Faculdade Eduvale Jaciara-MT
[6] Formado em Ciências Contábeis e Professor da Faculdade Eduvale/Jaciara MT

INTRODUÇÃO

A preocupação com o controle de estoque vem sendo algo muito questionado, pois a rentabilidade da empresa depende diretamente disso. Sabe-se que quando as entradas no estoque são maiores que as saídas algo de errado está ocorrendo e são situações como esta que a presente pesquisa

pretende estudar, e posteriormente mostrar a importância e as teorias de um bom controle de estoque.

O controle de estoque tem que ser uma preocupação diária dos gestores com isso o projeto apresentará meios, teorias e exemplos de como realizar um bom controle de estoque.

A empresa Joanita tem 2 sócios e 2 funcionárias que são responsáveis pelo controle de estoque e fluxo de caixa.

A pesquisa será importante, pois trará em seus conteúdos possíveis soluções para os problemas de controle de estoque. Ressaltará a importância do Controle de estoque e mostrará que é fundamental aprimorar essa ferramenta sempre. O objetivo desta pesquisa é verificar se o estoque tem influência no fluxo de caixa da empresa. Portanto observa-se que o controle de estoque não tem influenciado tanto no fluxo de caixa e que as vendas as vista são 35% dos movimentos durante o período estudado, apresentando uma estabilidade financeira para a empresa.

CONTROLE DE ESTOQUE

Quando fala-se em controle de estoque ou controle interno, logo imagina diversas ações existentes nas empresas para controlar as entradas e saídas.

> Podemos definir controle interno como o sistema, de uma empresa, que compreende o plano de organização, os deveres e responsabilidades e todos os métodos e medidas adotadas com a finalidade de:
> - salvaguardar os ativos;
> - verificar a exatidão e fidelidade dos dados e relatórios contábeis e de outros dados operacionais;
> - desenvolver a eficiência nas operações;
> - comunicar e estimular o cumprimento das políticas, normas e procedimentos administrativos adotados. (Crepaldi, pg. 41 – 1998)

Custos dos estoques:

- Juros;
- Depreciação;
- Aluguel;
- Equipamentos de movimentação;
- Deterioração;
- Obsolescência;
- Seguros;
- Salários;
- Conservação (DIAS, 1993 pg. 30)

Todos os custos mencionados podem ser chamados de custo de armazenagem. São calculados e baseados no estoque médio, geralmente indicados em % do valor em estoque. Os custos de armazenagem são proporcionais a quantidade e ao tempo que uma peça permanece no estoque.

Para compreender melhor é preciso deixar claro os objetivos e funções do controle de estoque.

> A meta principal de uma empresa é, sem dúvida, maximizar o lucro sobre o capital investindo em fabrica e equipamentos, em financiamentos de vendas, em reserva de caixa e em estoques. Para atingir o lucro Máximo, ela deve usar o capital, para que ele não permaneça inativo. Caso haja necessidade de mais capital para expansão, ela tomará emprestado ou tirará dinheiro de um dos quatro itens acima mencionados. Espera- se então, que o dinheiro que está investido em estoques seja o lubrificante necessário para a produção e o bom atendimento das vendas.
> A função da administração de estoques é justamente maximizar este efeito lubrificante no feedback de vendas não realizadas e o ajuste do planejamento da produção.
> O objetivo, portanto, é otimizar o investimento em estoques, aumentando o uso eficiente dos meios internos da empresa, minimizando as necessidades de capital investido. (DIAS, 1993 pg.30)

Entende – se também que para o controle de estoque fluir bem dentro da empresa é preciso que se estabeleça objetivos a serem atingidos e padrões a serem adotados.

As diretrizes de maneira geral, são as seguintes:

> Metas de empresas quanto tempo de entrega dos produtos ao cliente:
> Definição do numero de depósitos e/ ou de almoxarifados e lista de materiais a serem estocados neles;
> Até que nível deverão flutuar os estoques para atender uma alta ou baixa das vendas ou uma alteração de consumo;
> Até que ponto será permitida a especulação com estoques, fazendo compra antecipada com preços mais baixos ou comprando uma quantidade maior para obter desconto; e
> Definição de rotatividade dos estoques; (DIAS, 1993 pg.31)

O controle de estoque também consiste em ter as informações necessárias para que isso aconteça, com isso na loja Joanita são feitas planilhas que indicam o total de peças vendidas em cada mês para que se

possa ter uma noção de quanto de estoque precisa ter; para que logo assim no início do processo de compra já comece o controle de estoque.

PRINCÍPIOS DO CONTROLE DE ESTOQUE

> Determinar “o que” deve permanecer em estoque, número de itens;
> Determinar “quando” se devem reabastecer os estoques.
> Periodicidade;
> Determinar “quanto” de estoque será necessário para um período predeterminado;
> Acionar o departamento de comprar para executar aquisição de estoque;
> Receber, armazenar e atender os materiais estocados de acordo com as necessidades;
> Controlar os estoques em termos de quantidade e valor e fornecer informações sobre a posição do estoque;
> Manter inventários periódicos para avaliação das quantidades e estados dos materiais estocados; e
> Identificar e retirar dos estoques os itens a=obsoletos e danificados. (DIAS, 1993 pg.31)

Como é preciso ter bem descrito e ter um acompanhamento dos produtos e matérias - primas, ressalta - que na loja Joanita já os produtos chegam acabados prontos não existe nenhum tipo de produção por isso é ainda maior a preocupação com o controle de estoque.

> O estoque de produtos acabados consiste em itens que já foram produzidos, mas ainda não foram vendidos. As empresas que produzem por encomenda matem estoque muito baixo de produtos acabados ou, podemos dizer, de quase zero, pois virtualmente todos os itens já foram vendidos antes mesmo de serem produzidos. Para as empresas que produzem para estoque, ocorre exatamente o contrário: os produtos são fabricados antes da venda.
> Um fator importante quanto aos produtos é o seu grau de liquidez. (DIAS, pg. 31 – 1993)

> São todos os itens que já estão prontos para ser entregues aos consumidores são os produtos finais da empresa. Os produtos acabados são bem conhecidos por nós em nosso dia-a-dia, e itens como os de revenda enquadram-se nessa categoria. (MARTINS, pg. 136 – 2004)

Pode - se perceber que é necessário que na loja Joanita sempre tenha um estoque para atender o cliente, pois como o segmento da loja é semi – jóias e bijuterias não é possível que o cliente procure algo e não tenha no estoque para atende- lo, com isso pode-se observar a importância que este estoque tem para empresa.

> Atender aos clientes na hora certa, com a quantidade certa e requerida, tem sido o objetivo da maioria das empresas. Assim, a rapidez e presteza na distribuição das mercadorias assumem cada vez mais um papel preponderante na obtenção de uma vantagem competitiva duradoura. Além disso, os estoques também podem ser usados nas negociações com os fornecedores. (MARTINS, pg. 137 – 2004)

Depois de entender a importância do controle de estoque é preciso avaliar como está sendo feito esse controle para identificar possíveis falhas.

> A gestão de estoques constitui uma série de ações que permitem as administrador verificar se os estoques estão sendo bem utilizados, bem localizados em relação aos setores que deles se utilizam, bem manuseados e bem controlados. (MARTINS, pg. 155 – 2004) Como na empresa Joanita o controle de estoque parte primeiramente da previsão de consumo, é preciso desenvolver métodos que ajudem nessa previsão.

Segundo DIAS, 1993 as técnicas de previsão do consumo podem ser classificados em três grupos:

- **Projeção:** são aquelas que admitem que o futuro será repetição do passado ou as vendas evoluirão no tempo; segundo a mesma.
- **Explicação:** procura- se explicar as vendas do passado mediante leis que relacionam as mesmas com outras variáveis cuja evolução é conhecida ou previsível. São basicamente aplicações de técnicas de regressão e correlação.
- **Predileção:** funcionários experientes e conhecedores de fatores influentes nas vendas no mercado estabelecem a evolução das vendas futuras.

O planejamento está voltado para a continuidade da empresa onde focaliza o futuro, determina as propriedades como o que fazer, quando fazer, quem deve fazer e de que maneira, sempre é definido antecipadamente para atingir seus objetivos da melhor forma possível, sem o planejamento a empresa fica perdida no caos. Já o controle é verificar se está tudo sendo feito de conformidade com o que foi planejado e organizado de acordo com as ordens dadas, para identificar os erros ou desvios a fim de corrigi-los e posteriormente evitar sua repetição.

As informações básicas que permitem decidir quais serão as dimensões e a distribuição no tempo da demanda dos produtos acabados podem ser classificados em duas categorias, segundo DIAS, 1993:

- Quantitativas:
- Evolução das vendas no passado;
- Variáveis cuja evolução e explicação estão ligadas diretamente ás vendas. Por exemplo: criação e vendas de produtos infantis, área licenciada de construções e vendas futuras de matérias de construção;
- Variáveis de fácil previsão, relativamente ligadas ás vendas; e
- Influência da propaganda.
- Qualitativas:
- Opinião dos gerentes;
- Opinião dos vendedores;
- Opinião dos compradores; e
- Pesquisa no mercado

Os estoques devem funcionar como elemento regulador do fluxo de materiais nas empresas, isto é, como a velocidade com que chegam a empresa é diferente da velocidade com que saem, há a necessidade de certa quantidade de materiais, que ora aumenta, ora diminui, amortecendo as variações.

A manutenção de estoques traz vantagens de desvantagens ás empresas. Vantagens no que se refere ao pronto atendimento aos clientes, e desvantagens no que se refere aos custos decorrentes de sua manutenção. Compete ao administrador de materiais encontrar o ponto de equilíbrio adequado a empresa em certo momento, embora os benefícios decorrentes do pronto atendimento sejam mais difíceis de ser avaliados do que os custos decorrentes.

COMO OBTER UM CONTROLE DE ESTOQUE EFICIENTE E EFICAZ

Segundo CREPALDI, 1998, existem algumas funções para se ter um bom controle:

- Organizar um adequado sistema de informações gerenciais que permita á administração conhecer os fatos ocorridos e os resultados obtidos com as atividades;
- Comparar o desempenho real com o desempenho esperado;
- Classificar as variações em: de desempenho e de estimativa; •

  Identificar as causas e os responsáveis pelas variações;

- Propor medidas corretivas.

Também sabe-se que existem algumas deficiências em relação ao controle de estoque que segundo DIAS, 1993 podem ser:

- Periódicas e grandes dilatações dos prazos de entregas para os produtos acabados e dos tempos de reposição para matéria prima;
- Quantidades maiores de estoque, enquanto a produção permanece constante;
- Elevação do número de cancelamento de pedidos ou mesmo devoluções de produtos acabados;
- Variação excessiva da quantidade a ser produzida;
- Produção parada frequentemente por falta de material;
- Falta de espaço para armazenamento;
- Baixa rotação dos estoques, obsoletismo em demasia.

Um fator importante quanto aos produtos acabados é seu grau de liquidez. Uma empresa que vende um produto de consumo popular pode estar mais segura se mantiver níveis elevados de estoque do que outra que produz produtos relativamente especializados. Quanto mais líquidos e menos sujeitos á obsolescência forem os produtos acabados de uma empresa, maiores os níveis de estoque que ela poderá suportar.

Sabe-se que os produtos existentes na loja Joanita são semijóias e acessórios e por isso o controle de estoque é mais delicado, pois como a presente pesquisa menciona é preciso ter uma quantidade que atenda às necessidades dos clientes, porem este mesmo estoque não pode interferir nos lucros, ou seja, sempre focar na rotatividade do mesmo, para que não fique com mercadoria parada, ocasionando futuros riscos no fluxo da empresa.

Os estoques são feitos com previsão e visam sempre a satisfação do cliente, a empresa não costuma trabalhar com peças repetidas e isso faz com

que o estoque seja bem variado e com muitas opções no segmento de acessórios e semijóias.

Para LOVELOCK (2001 pg.113), “a satisfação é um estado emocional, suas reações pós-compra podem envolver raiva, insatisfação, irritação, indiferença ou alegria”. Neste caso pode-se observar, que a satisfação é muito importante, pois se a empresa não conseguir alcançar este objetivo, o estado emocional de seus clientes pode acarretar em futuros prejuízos.

FLUXO DE CAIXA:

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) é um dos requisitos trazidos pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Em nosso país a DFC, substitui a Demonstração das origens e Aplicações de Recursos, sendo a DFC uma ferramenta de fácil entendimento, com linguagem e conceitos simples e sendo mais acessível á maioria dos usuários das demonstrações contábeis.

Quando fala-se em Fluxo de Caixa não é preciso se esforçar muito para se ter uma pequena idéia do que isso possa significar; logo pode-se imaginar os movimentos existentes em qualquer caixa: entradas, saídas, pagamentos, perdas e etc.

> A demonstração dos Fluxos de Caixa é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta caixa. Trata- se de uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvem os fluxos de dinheiro ocorridos durante um determinado período, devidamente registrados e débito e a entrada da conta caixa. Fluxo de Caixa, portanto, compreendem o movimento de entradas e saídas de dinheiro na empresa. (Ribeiro, pg. 396 – 2009)

Nos Fluxos de Caixa pode-se identificar as atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, e reconcilia-os com as variações em seu caixa e títulos negociáveis, durante o período em questão. Sabe-se que o tema da presente pesquisa é controle de estoque e diante dessa explicação sobre as informações contidas na demonstração dos Fluxos de Caixa, pode-se perceber que os movimentos identificados no caixa da empresa pode nos ajudar no controle de estoque. Pois conseguir entender que o que sai e entra nos estoques passa em algum momento por um dos movimentos realizados no caixa.

> O modelo de Demonstração de Fluxo de Caixa é baseado no método direto, com as atividades empresariais da mesma natureza agrupadas em três grupos: Operações, Investimentos e Financeira. A estrutura

> da DFC apresentada possibilita a apuração imediata do resultado de cada atividade (Hoji, pg. 160 – 2004).

Segundo a sétima edição dos Princípios da Administração Financeira de 2002, os principais componentes do fluxo de caixa são: **Investimento inicial, entradas de caixa operacionais e fluxo de caixa residual.**

Sendo o investimento inicial a saída de caixa relevante no instante zero, associada a um projeto proposto; entradas de caixa incrementais, após os impostos, originárias do projeto ao longo prazo e o fluxo de caixa ocorre no final do projeto em geral decorrente da liquidação do projeto.

> Em uma operação financeira, ocorrem entradas e saídas de dinheiro. Um empréstimo implica receber o dinheiro em uma data e devolvê-lo posteriormente acrescido de juro; uma aplicação financeira implica desembolsar um valor para recebê-lo após algum tempo, acrescido de juro. Essas operações podem ser representadas pelo fluxo de caixa (Hoji, pg. 88 – 2004)

Fluxo de caixa x Controle de Estoque

Quando falar em controle de estoque então podem imaginar que a aplicação financeira seria uma saída de caixa feita para compra de mercadoria e receber após a venda das mesmas o valor da saída acrescido de juros. Também identificar que o fluxo de caixa pode ser uma ferramenta usada para auxiliar no controle de estoque.

A elaboração da DFC, seja pelo método direto ou indireto, os dados são coletados dos balanços do exercício atual, anterior e da DRE do exercício atual, além de consulta em fichas de Razão de algumas contas. Tanto na DFC Direta quanto na Indireta, as informações apresentadas no grupo das atividades de investimentos e de financiamentos são as mesmas.

Portanto pode-se dizer que o fluxo de caixa é um esquema que representa as entradas e saídas de caixa por um determinado tempo, nos fluxos de caixa devem conter pelo menos uma entrada e uma saída.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são muito importantes para a conclusão da presente pesquisa. A metodologia adotada para desenvolver um trabalho acadêmico é crucial para que se alcance os objetivos.

De acordo com Salomon (1996, p.107)**,** "uma atividade é considerada científica quando: a) produz ciência; b) ou dela deriva; c) acompanha seu modelo de tratamento". De outra forma, o autor defende que metodologia científica é a "concreção da atividade científica, ou seja, a pesquisa e o tratamento por escrito de questões abordadas metodologicamente."

DFC: Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

Esse estudo apresenta uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na reflexão de leituras de textos, de autores diversos (Livros, enciclopédias, artigos e outros); e levantamento de dados.

> A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Nesse sentido, o instrumento de investigação será através de questionário aberto para obter melhor conhecimento e avaliação do que se tem e o que poderá ser melhorado.

> A construção de um questionário, segundo Aaker et al. (2001), é considerada uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. Ainda segundo o autor, fatores como bom senso e experiência do pesquisador podem evitar vários tipos de erros em questionários, como por exemplo, as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, dada sua influência na amplitude de erros. No entanto, existe uma seqüência de etapas lógicas que o pesquisador deve seguir para desenvolver um questionário.

Os questionários abertos, que têm como vantagem a característica de explorar todas as possíveis respostas a respeito de um item, servindo de base para a futura elaboração de um questionário fechado;

O questionário aplicado na empresa onde se faz o presente artigo irá visar identificar como está funcionando o controle de estoque em conciliação com o fluxo de caixa. As perguntas serão voltadas para identificar como essas ações estão sendo feitas atualmente e quais melhorias podem ser sugeridas.

A pesquisa é de cunho quantitativa, pois apresenta resultados apontados partir de um bom controle de estoque.

> Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA 2002, P.20)

COLETA DE DADOS

O presente questionário tem como objetivo identificar qual é o grau de conhecimento da empresa sobre o controle de estoque e qual o nível de conciliação entre o controle de estoque e o fluxo de caixa, ou seja, verificar se o estoque tem influência no fluxo de caixa da empresa. Questionário este realizado entre **Janeiro a Junho de 2016**.

1- Qual o valor de estoque nos referidos meses?
2- Qual o valor de venda mensal?
3- Qual a frequência para aquisição de novas mercadorias?
4- Qual prazo para realizar vendas?
5- Qual o prazo para pagar os fornecedores?
6- Qual é o prazo fornecido aos clientes para pagamentos de suas compras?

7- A empresa atrasou o pagamento de fornecedores nesse período?
8- A empresa captou recursos de terceiros dentro deste período?

Podemos analisar que nos três primeiros meses temos os valores de compras mais altos em relação aos demais meses. Com isso é preciso ter um bom controle de estoque e fluxo de caixa por que o estoque apresenta uma oscilação e isso se não acompanhado de perto pode gerar informações divergentes da realidade.

Vendas detalhadas entre os meses de Janeiro á Junho 2016, ressaltando os valores em vendas no dinheiro e no cartão de débito que apresentam porcentagem significativa.

Nessa questão observamos que as vendas nesse período giram em torno de 13 a 19 mil e que isso interfere diretamente no fluxo de caixa. É preciso ter controle de quanto dessas vendas são feitas à vista e quanto é feito a prazo, para que as informações do controle do estoque sejam claras e eficientes em dizer qual a situação real do estoque.

Com a aquisição de mercadorias mensalmente podemos analisar que o controle de estoque existente tem sido eficiente em relação a isso, pois aponta a necessidade de aquisição todos os meses.

Essa média de dois meses para vendas é ideal para a frequência com que as aquisições são feitas, sabemos que as aquisições e as vendas tem que andar juntas para que não tenhamos produtos sem giro no estoque e com isso ter que pagar os fornecedores sem ter realizado as vendas.

Pagamos os fornecedores em 4 vezes sendo em 30,60,90 e 120 dias a última parcela.

- A vista com 15 % de desconto.
- Crediário da loja: 30/60/90/120/150 dias
- Cartão: 30/60/90/120/150 dias

A loja oferece prazos para compras de seus clientes com valores a cima de 100,00 reais, definindo também que as compras acima de 500,00 podem ser parceladas em até 150 dias. A empresa consegue trabalhar dessa forma por que tem um planejamento de aquisição de mercadorias e controle de estoque que possibilitam que esses prazos sejam oferecidos aos clientes.

As duas últimas questões mostram que a empresa tem uma estabilidade financeira e no período avaliado não teve problemas com controle do estoque e o fluxo de caixa existentes. Para uma empresa de pequeno porte como essa podemos concluir dizendo que o controle de estoque existente é eficaz e eficiente e que a melhoria a ser feita seria um melhor envolvimento entre o controle de estoque e o fluxo de caixa para que as informações sejam mais claras e acompanhem o ritmo de vendas da loja.

Valor de Compra Mensal	
Janeiro	R$7.009,64
Fevereiro	R$7.847,60
Março	R$7.338,14
Abril	R$5.116,36
Maio	R$3.496,00

Junho	R$5.150,00
Média de 70.000,00 á 80.000,00 mil reais.	

Valor de Venda Mensal	
Janeiro	R$13.495,53
Fevereiro	R$17.767,58
Março	R$15.652,48
Abril	R$14.840,48
Maio	R$17.854,50
Junho	R$19.939,68
Vendas Detalhadas	**Porcentagem %**
Dinheiro	**35,31%**
Cartão de Crédito	**14,73%**
Cartão de Débito	**13,38%**
Crediário Loja	**35,20%**
Cheque	**1,15%**
Deposito Bancário	**0,23%**

Eficaz e Eficiente: A eficiência seria o ato de “fazer certo as coisas”, enquanto que a eficácia consiste em “fazer as coisas certas”.

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se conclui com os objetivos iniciais alcançados, pois observou-se que as vendas à vista tem um percentual considerável no fluxo de caixa, e que a média das compras equivalem ao valor de R$ 5.992,95 e a média das vendas em R$ 16.591,70. Mostrando assim que o controle de estoque tem o seu papel de relevância dentro do fluxo de caixa, porem na pesquisa realizada na loja joanita não é considerada uma interferência tão significativa, pois a empresa realiza aquisições de mercadorias com menos parcelas do que oferece em suas vendas, mesmo assim consegue manter a sua estabilidade financeira através da sua margem de lucro e por conseguir um bom percentual em vendas à vista e no cartão de débito, que são classificadas em um montante de 48,69%.

E através disto tem possibilitado um ciclo de aquisição de mercadorias e também possibilita as vendas parceladas, ou seja, a margem de vendas à vista e o lucro da empresa é o ponto de equilíbrio da mesma, proporcionando assim maior estabilidade financeira para a empresa.

REFERENCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática** / Silvio Aparecido Crepaldi. – São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS, Marco Aurélio P**. Administração de materiais: uma abordagem logística** / Marcos Aurelio p. Dias – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 1993.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática.** – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

LOVELOK, Christofer. **SERVIÇOS: MARKETING E GESTÃO.** 1ª edição. São Paulo/SP. Saraiva, 2001.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

MARTINS, **Petrônio Garcia Administração de matérias e recursos patrimoniais** / Petrônio Garcia Martins, Paulo Renato Campos Alt. - São Paulo: Saraiva, 2004.

Ribeiro, Osni Moura **Contabilidade básica** / Osni Moura Ribeiro. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

SALOMON, Delcio V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes. 1999

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

INTRODUÇAO AO IMAGÉTICO FEMININO NO LIVRO DIDÁTICO

Antonio Francisco Gomes da Silva[34]
Dayane Aparecida do Nascimento [35]
Terezinha Félix Silva Cruz de Deus[36]
Regina Suzi Soares[37]

RESUMO

A presente pesquisa objetiva compreender como as mulheres estão representadas nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental para distribuição em escolas públicas brasileiras pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), A problemática parte da experiência dos pesquisadores como docentes do Ensino Fundamental conjugada à atuação interdisciplinar que nos instigam à refletirmos sobre a forma que os livros didáticos, entendidos como objetos complexos da cultura, apesar da sua familiaridade ao universo escolar, estariam representando as mulheres, enquanto sujeitos históricos e sociais. Para tal, adotou-se o conceito de representação segundo conceituação de Roger Chartier para a análise textual e imagética das mulheres. Os escritos de Allain Chopin foram utilizados para a compreensão do livro didático como fonte documental e objeto de estudo nesta pesquisa. Verificou-se que há uma preocupação em incorporar a temática da mulher sob uma perspectiva das relações do gênero, pensando as assimetrias de poder entre os sexos como produto social. Constata-se que os livros didáticos analisados notabilizam imagens que reproduzem desigualdades historicamente construídas.

Palavras- chave: Livro Didático. Imagens da mulher. Preconceito.

[34] Educador Fisico, professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicada no Vale do São Lourenço-EDUVALE/ Jaciara-MT
[35] É Psicóloga e Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.
[36] É Formada em Pedagogia e Professora/Coordenadora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.
[37] Formada em Pedagogia e Professora/Coordenadora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho ao abordarmos as imagens das mulheres nos livros didáticos de história estamos trabalhando com uma sociedade que é fruto de um processo histórico que se deu ao longo da jornada da humanidade e a escola enquanto instituição social tem por objetivo principal a socialização, reconstrução e manutenção dos saberes produzidos historicamente pelo homem por meio de uma complexa prática educativa que está inserida no processo pedagógico de ensino e aprendizagem que utiliza como instrumento o livro didático é um dos mais antigos recursos para o ensino e a aprendizagem e mantem-se ainda hoje como uns dos principais, se não principal veiculador de conhecimento sistematizado.

Trabalhamos com o livro didático como um instrumento a serviço de um processo de formação e transmissão de conhecimento porque seu conteúdo é organizado de forma sistemática segundo a própria visão de escola de uma determinada sociedade.

A História, enquanto ciência do passado permite ao aluno compreender como a humanidade se configurou ao longo do tempo bem como os elementos sociais, econômicos e políticos que constituem essa configuração. Sendo assim, por meio da disciplina de história diversas representações e identidades são construídas pelos conhecimentos escolares trabalhados em sala de aula.

Escolhemos o livro didático Porta Aberta, volume de História porque percebemos imagens preconceituosas em relação à mulher. Que é relegada a segundo plano nas discussões promovidas pela História ao abordarem os sujeitos oprimidos cujas história não foram contemplados na historiografia brasileira, na literatura, nos meios de comunicação de massa e nos livros

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

didáticos onde geralmente, predominaram as representações negativas produzidas pelas classes dominantes quando os mesmos aparecem.

Nesse sentido ao se tratar da participação da mulher no livro didático, as questões de gênero se constituíram no foco central de uma discussão de como a participação feminina é representada em uma historiografia dominada por uma intelectualidade masculina.

Nesse sentido a presente pesquisa objetivou identificar o que se ensina sobre a história das mulheres, identificando qual representação é construída a cerca do gênero feminino entendido aqui não apenas como diferença de sexo, mas como a identidade construída em torno das diferenças sexuais entre mulheres e homens (LAURETIS, 1994).

Para tanto contemplou como objetivos específicos a identificação dos conteúdos que contribuem para a construção de uma representação da mulher nos livros didáticos, a análise critica os conteúdos identificados e a descrição das análises realizadas Partimos da compreensão de que a disciplina de história permite compreender que as práticas sociais são construídas historicamente e que os nossos pensamentos acerca das coisas do mundo são subjetivados a partir das nossas relações sociais.

O livro didático figura enquanto instrumento metodológico amplamente utilizado na prática educativa escolar e também no ensino de história, a respeito podemos dizer às luzes de Bittencourt (2008), que ele é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura extremamente machista e sexista.

BREVE HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático tem sido no século XXI, o principal instrumento de trabalho do professores e alunos, sendo utilizado nas variadas salas de aulas em

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

condições pedagógicas, segundo Circe Bitttencourt (2004:72) serviam como mediador entre a proposta oficial do poder que se expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. A autora ainda mostra que data de 1658 os primeiros livros organizados especialmente para encenar crianças e tinha como objetivo ensinar latim através de gravuras.

No Brasil, a leitura didática começou com a leitura de cartas manuscrita fornecidas por pais e professores. Oliveira (1984) nos fala que ate o século XIX e inicio do século XX os livros feitos em Portugal eram usados nas escolas brasileiras para ensinar a ler e a escrever noções de catecismo.

As primeiras publicações brasileiras para crianças, naquele momento foram regadas pelas aspirações modernizantes e nacionalistas ostentadas por alguns setores da sociedade e a identidade nacional é incorporada ao livro didático a partir das aberturas e proliferações das escolas advinhas do regime republicano. Os livros para crianças convertem-se instrumento de difusão das imagens de grandeza do país pelas formulações da classe dominante.

Assim o livro didático tem como marca em suas historias sua falta de neutralidade. Segundo Nagle (1990: 271) ele servia ao proposito politico, suas utilizações como instrumento difusor das pregações nacionalistas se faz forte na sociedade brasileira, por volta de 1915, contra a desnacionalização da infância. A autora continua, com vista a compensar o conteúdo patriótico, sentimental e idealista do nacionalismo, procurou-se estabelecer um conteúdo fundado no conhecimento da terra e da gente brasileira através do fenômenos de ruralização e regionalizações.

Em um estudo sobre a Educação brasileira na Primeira Republica Nagle (1990: 271-273) nos mostra o uso do livro didático como instrumento formados do sentido nacionalista nas crianças. Foi no livro didático um dos grandes veículos de transmissão do ideário estado nos Governos de Getúlio Vargas[38] que com o

[38] Getúlio Dornelles Vargas governou o Brasil de 1930 a 1945 e 1950 a 1954.

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Decreto-Lei n.1.006, de 30 de dezembro de 1938, institui-se a primeira medida governamental de linguística e controle do livro didático.

Este Decreto foi considerado por estudiosos do tema como legislações com fortes tendências controle do livro didático. O decreto lei, em seu artigo 1° declara que: "*É o livro, no pais, a produção ou a importação de livros didáticos"*, o que nos revela a ideia da liberdade de produção. Mas, no entanto se contradiz em seu artigo 3° ao afirmar que os livros didáticos que não tivessem autorização prévia do Ministério da Educação não poderiam ser adotadas nos ensinos das escolas Pré-primárias, primarias normais, profissionais e secundários, em toda Republica. Define-se pela primeira vez, o que deve ser entendido como livro didático,

> Art 2°,§ 1° compêndios são os livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2°- Livros de leituras de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aulas; tais livros também são de textos, compendio escolar, livro escolar, livro de classe manual, livro didático. (BRASIL,1980).

Nesse mesmo Decreto Lei criou-se a Comissão Nacional do Currículo do Livro Didático (CNLD). Essa comissão teve seus membros designados pela Presidência da República e escolhidos, por serem pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral; seria de sua competência: estimular a produção e orientar a sua importância; indicar o seu valor e aqueles que seriam traduzidos, editados por poderes públicos e ainda sugerir a abertura de concurso para produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país.

A CNLD poderia indicar modificações a serem feitas no texto original da obra examinada para que se tornasse possível a autorização de seu uso. A relação dos livros autorizados seria publicada em janeiro de cada ano no Diário

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Oficial, segundo o artigo 18 do Decreto-Lei 1.006, de 30 dezembro de 1938 (BRASIL, 1938).

Outro momento em que o livro didático foi usado para atender os propósitos políticos refere-se ao Regime Militar iniciados em 1964. Neste regime foram assinados os chamados acordos MEC/USAID (1964-1969, algumas com vigências ate 1971). Estes acordos entre o governo brasileiro e ao AID (Agency for International Developmente- Agencia Norte- americana para o desenvolvimento internacional). Esses programas incluíam assistência financeira e assessoria técnica junto aos órgãos e instituições educacionais.

De acordo Romanelli (1986, p.210) o livro didático é apresentado aos alunos e aos professores como instrumento pedagógico de ensinar e aprender cuja concepção é de que:

> O livro didático não uma mercadoria e o conhecimento produzido pela humanidade não pode ser apropriado particularmente, mediante exibição de títulos provados, lei de papel mal escritas, feitas para proteger os vendilhões de um mercado editorial absurdamente concentrada e elitista (SEED, 2006)

O que é contestado por Circe Bittencourt (2008: 301) que o define como "um produto cultural fabricado por técnicos que dominam os seus aspectos materiais", por esse motivo ele é antes de qualquer coisa uma mercadoria comercializável e altamente lucrável, tendo em vista os milhões que são investidos por ano especialmente no Brasil em livros didáticos, assim o mesmo faz parte da indústria cultural da lógica capitalista.

Sendo o livro um instrumento que dá suporte aos conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais, o Estado faz-se sempre presente no que se ensina no interior da escola, com essa consideração, é necessário que consideremos a manipulação de interesses sociais, políticos e econômicos à qual a produção livro didático está vinculada.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2] Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

A IMAGEM DA MULHER NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTORIA

Devemos recuperar a sua história porque é extremamente importante analisar os aspectos linguísticos e as imagens sócio culturais que caracterizam o gênero feminino e as formas pelo qual ele é representado. Por isso o conceito de gênero é importante para a construção da identidade da mulher.

> O conceito de gênero tem o objetivo de chamar a atenção sobre a construção social dos sexos, sobre a produção do feminino e do masculino, não como algo dado e pronto no momento do nascimento, mas como um processo que se dá ao longo de toda a vida e vai fazendo com que as pessoas, os sujeitos, se tornem homens e mulheres de formas muito diversificadas, sempre de acordo com o que aquela sociedade, aquele momento histórico, a sua cultura, as suas relações étnicas, religiosas, de classe consideram, permitem e possibilitam. (CONFORTIN, 2003, p.109).

Por isso que a imagem da mulher está interligada à sua história de vida e a fatores sociais que a envolvem. Ao estudar o passado observaremos que a mulher sempre (construção histórica humana) viveu uma subordinação à dominância masculina e quase não é representada na história, devido principalmente pelo estado de subordinação que inferioriza a mulher e eleva o homem a categoria de ser superior.

Os valores e ideologias apresentados nos livros didáticos de forma velada ou não muitas vezes representam um determinado formato historicamente construído. Compreendemos nesse sentido que o livro didático muito contribui para a construção de compreensões a cerca dos elementos sociais entre os quais podemos citar o papel que a mulher desenvolveu na humanidade e a representação social da identidade feminina ao longo da história.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

METODOLOGIA

Como uma das poucas ferramentas metodológicas de ensino nas escolas temos os livros didáticos que figuram como um dos maiores atores, sendo, em alguns casos, o único recurso metodológico dos quais os professores possuem, segundo Circe Bittencourt,

> Os livros didáticos, os mais usados instrumentos de trabalho integrante da "tradição escolar" de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos. Trata-se de objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros. (BITTENCOURT, 2008, p. 299)

Mesmo sendo tão utilizado o livro didático não é algo fácil de definir e de analisar, mesmo que sua definição seja fácil diante de suas características únicas e específicas Trata-se de objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares.

> É um objeto de "múltiplas facetas", e para a sua elaboração e uso existem muitas interferências [...] constitui também um suporte de conhecimentos escolares propostos para currículos educacionais. Essa característica faz com que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático. (BITTERNCOURT, 2008, p. 301).

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2] Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

A pesquisa metodológica foi utilizada com o livro "*Porta aberta, volume de Historia*"[39], cujas imagens descreveremos e analisaremos buscando identificar os preconceitos referentes a imagem da mulher que estão presentes nesse livro didático de história que é utilizado por alunos do Segundo Ano do Primeiro Ciclo.

Entre as várias características gostaríamos de apontar alguns fatores essenciais e que nortearam as nossas análises: em primeiro lugar o livro didático é um dos instrumentos pertencentes à cultura escolar, isso significa que ele é algo próprio da escola, é produzido para ser utilizado no interior da escola, cabe destacar também que a produção da literatura didática tem sido alvo de preocupações governamentais, em especial os de história por isso que os dados foram analisados com base na teoria da análise de conteúdo que conforme Severino (2000, p.121), "é aquela em pretende-se tratar e analisar as informações textuais constantes no objeto de pesquisa", buscando uma compreensão crítica dos conteúdos postos a luz dos objetivos propostos para a pesquisa.

A análise de conteúdo configurou dois momentos essenciais: em um primeiro momento os conteúdos dos livros didáticos foram identificados e em segundo momento analisados tendo como procedimento a "decodificação dos significados postos na mensagem com base em elementos da semiótica (análise dos significados e significantes) e técnicas de mediação". (SEVERINO, 2000 p.40) Destacamos que para essa pesquisa apenas selecionaremos e analisaremos os conteúdos específicos que contribuem coma a representação da identidade feminina.

ANÁLISE DOS DADOS

Ao realizar a análise dos livros didáticos a partir dos seus aspectos básicos (forma, conteúdo histórico e conteúdo pedagógico) consideramos

[39] LIMA, M. Porta Aberta : História. Editora FTD, São Paulo, 2014.

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

diversos elementos que auxiliaram na análise de conteúdo que propomos, primeiramente sobre a forma dos livros observamos que:

As primeiras páginas possibilitam uma visão do processo de sua fabricação, com a apresentação dos agentes que participaram da sua confecção [...] Essa materialidade é importante para que se possa compreender o conjunto de sujeitos que interferem na obra e como essa interferência influencia na leitura do texto, incluindo a forma pela qual a página apresenta as informações. (BITTENCOURT, 2008, p. 312)

Analisando o livro didático de historia do 2° ano da coleção Porta Aberta (2014) na pagina 29 há uma figura com três mulheres brancas, reunidas em uma biblioteca. Mas, porque a autora não colocou a figura de uma mulher negra e de índia mostrando a diversidades que há no ambiente escolar?

Inserir a imagem aqui que vc se refere abaixo lembrando que a imagem tem que ter um tamanho ideal – nem muito grande nem muito pequeno

A imagem da pagina 29 demonstra o preconceito que existe nessa primeira figura. Na tarja ao lado da figura a diretora, orientadora e sua professora reúnem-se para melhorar a qualidade de ensino na escola. Na mesma pagina 29 analisando a figura segunda que esta abaixo aparece uma foto de uma mulher de cor parda servindo a refeição ao aluno; mas porque não colocasse uma branca pra estar servindo a refeição ao aluno? Porque não incluiu a mulher da cor parda na primeira figura como uma diretora ou mesmo professora? Percebo que existe um suposto racismo de cor onde a mulher de cor parda esta servindo ao aluno.

A questão de gênero está fortemente representada na sociedade, por meio de vários canais de comunicação a todo tempo representações são construídas principalmente em bases de padrões e estereótipos que conferem uma determinada identidade à mulher. Historicamente a mulher foi considerada em várias sociedades como um ser inferior ao homem, o que pode ser a explicação para o gênero feminino ter se configurado como um “grupo social”

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

minoritário o que a excluí da escrita da história da humanidade, como já indicamos a história da humanidade é representada e apresentada de uma forma geral como a história dos homens.

Na pagina 30 do livro didático temos uma figura masculina (representado como um professor) junto com uma aluna mas questiono por que não colocou uma imagem feminina?

Inserir a imagem da pagina 30 aqui

A imagem masculina sempre é representado transmitindo a ideia de liderança. Dificultando que os alunos percebam que as figuras femininas também tem competência e sabedoria para liderar qualquer situação. Sobre isso Bittencourt (2008, p.305), irá nos dizer que “os discursos nos textos didáticos também tem sido analisados, sobretudo para identificar a manutenção dos grupos étnicos” e nos entendemos que também os de gênero.

Na pagina 35 das atividades do livro, na primeira figura mostra uma família tradicional feliz, o pai com seu olhar de responsabilidade pela sua família enquanto que a mãe e a filha demonstra o agradecimento por esta singela proteção e transmitem um sentimento de felicidade.

Inserir a imagem da pagina 35 aqui

Na terceira figura da página há uma mãe preocupada com seu filho doente transmitindo um sentimento de impotência. Na quarta figura temos um menino sentado sozinho na mesa com vários tipos de doces e sorvetes a sua frente mas porque ele está sozinho? onde estão os seus pais ou responsáveis? Quando uma criança olhar para essas figuras qual será a mensagem que ela vai receber sobre a representação, ou representações da mulher enquanto gênero feminino que está sendo construída por meio desses conteúdos, textos e imagens que discorrem de forma pejorativa sobre a mulher.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Enquanto o meninos são incentivados brincar de carrinho, jogar de bola; enfim são brincadeiras que tomam todas decisões. Desta forma, pode se concluir que ao representar homens e mulheres de forma distintas, os livros didáticos estão contribuindo para a construção de imagens estereotipadas de homens e mulher, visto que a escola é o lugar onde as pessoas aprendem a se conhecer e reconhecer (LOURO, 2001) e o livro didático uma ferramenta muita utilizada para o ensino e aprendizagem.

Analisando o preconceito que existe na imagem da mulher no livro didático de história percebemos que a funções do homens e mulheres quem determina é a sociedade que os trabalhos das meninas com a mesma brincadeiras é aquelas mais simples possível sempre deixando em menos movimento, ao menor esforços enquanto isso ao menor as brincadeiras são com muitos esforços físico ou seja com muitos movimentação, a função sempre é do homem a decidir e por isso fica pensativa a mulher que de forma a visão é cuidar da família, sempre é educada e incentivada a brincar de bonecas e também de casinha ser uma dona de casa ,a fazer comidinha ou seja sempre privada.

Na pagina 38 do livro o assunto abordado era sobre os direitos da criança: observando essa pagina na primeira figura h á uma criança do sexo masculino ao lado da bandeira; porque não colocou uma imagem feminina? Na segunda figura um menino sendo atendido pelo médico. Por que não colocou a imagem feminina representando o médico que estava atendendo a menina. Isso demonstra que as profissões mais valorizadas socialmente e financeiramente são representadas por homens demonstrando um preconceito contra figura da mulher.

Na página 41 há outra figura de um menino sendo atendido por um médico branco, que poderia ser cor parda ou mesmo o menino. Na segunda figura há um menino sendo educado por uma figura feminina. Esses personagens são da cor branca mas, poderiam ser da cor parda ou negros. O ato de educar sendo realizado pela professora nos remete ao cuidar que é sempre representado pelo gênero feminino e branco no referido livro.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Na pagina 59 do livro didático porta aberta na primeira figura a mulher sempre esta fazendo os trabalhos de casa (lavar, passar, cozinhar, limpar a casa) e as crianças estudando e realizando os tarefas da escola, enquanto a mãe trabalha em casa.

Inserir a imagem da pagina 59 aqui

O que nos remete a figura invisível e onipresente do pai que deve estar trabalhando para promover o sustento da família. Essas imagens transmitem noções ideológicas de papéis sociais definidos pela sociedade patriarcal na qual o homem era o provedor e o senhor absoluto do lar.

Na pagina 74 do livro didático de historia porta aberta conforme a primeira figura temos um casal dos dias de hoje abraçado a mulher mostrando a alça do sutiã e sua blusas de alças enquanto isso na segunda figura tem um casal da década de 60 a mulher com suas veste comportada. Na pagina 99 do livro didático de historia porta aberta fala da família padrão, já na pagina 103 a 104 do livro didático de historia porta aberta na paginas das atividades uma figura de mulher toda espojada e na pagina 104 uma figura de homem todo moderno.

Na pagina 109 do livro de historia porta aberta são vários imagens feminina e masculina analisando as caretas as feminina estão sempre com rosto de medo, triste . enquanto isso as caretas masculinos esta com o rosto de braços, valentes, com isso supostamente existe um preconceitos com a imagem feminina. Na pagina 116 e a 117 do livro didático porta aberta as mulheres ensinado com suas todas as atenções possíveis para que as crianças aprendam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático de historia é muito importante para o currículo escolar, que contribui para a aprendizagem e compreensão que tem com virtude; falar da

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

mulher no livro de historia que contribuíram para sua identidade; tentamos de formar que o livro didático de historia porta aberta apresenta a mulher de uma forma a sua identidade vindos das paginas concluímos que o livro didático com suas paginas de 29 a 117 onde fiz alguns relatos que fiz comtemplar a imagem da mulher que assim há que os autores localiza na história.

Analisando a abordagem nesse sentido o livro ora apresentado, não revelam a nova história sobre a mulher nos livros didáticos de historia porta aberta.

Assim, falar da mulher na história pressupõe compreender as questões que permearam a sua história e os fatores que contribuíram para construção da sua identidade como tal. Tais questões chegam aos espaços escolares por meio dos conteúdos curriculares, sendo os livros didáticos um instrumento metodológico largamente utilizado pelos professores para o ensino dos conteúdos, compreendemos que este deve contribuir com o processo de discussão sobre a história da mulher ajudando a re- significar a sua identidade enquanto gênero oprimido.

Desse modo finalizando buscamos compreender de que forma tal livro apresenta a mulher nos conteúdos históricos e de que forma a sua identidade é representada por meio de tais conteúdos e assim concluímos que referido livro apresenta ao longo dos seus vinte capítulos diversos conteúdos históricos que contemplam a presença feminina, demonstrando assim que há um esforço do conjunto de autores de localizá-la na história da humanidade.

REFERENCIA

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

BITTENCOURT. Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CONFORTIN, Helena. Discurso e Gênero: a mulher em foco. In GHILARDILUCENA, Maria Inês (Org.). Representações do Feminino. Campinas: Átomo, 2003, p. 107-123.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Tendências e Impasses. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 207-242.

LIMA, M. Porta Aberta : História. Editora FTD, São Paulo, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Vol. 22. São Paulo: Cortez, 2000.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM JUSCIMEIRA MT.

Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos[1]
Antonio Francisco Gomes da Silva[40]
Dayane Aparecida do Nascimento [41]
Terezinha Félix Silva Cruz de Deus[42]

RESUMO

Este artigo cujo tema é "Uma breve análise sobre a discriminação em Juscimeira MT". O nosso interesse por esta discussão é mostrar a importância do tema na escola buscando com isso diminuir o preconceito racial na comunidade escolar porque as pesquisas apontaram que o trabalho com imagens positivas do negro é muito importante para a valorização da sua cultura e auxilia na inserção do aluno negro no ambiente escolar. O objetivo é identificar como é vista a imagem do negro nos anos iniciais, na Escola Estadual de I Grau "Campos Sales". Para melhor fundamentar este estudo utilizamos alguns dos principais autores deste artigo: BERNARDINO (2004), JÚNIOR (2002), RANGEL (2001), SILVA (2001). Estes autores apontam em suas falas a importância da diversidade na escola e a importância do debate sobre as relações étnico racial na produção do currículo escolar. O problema da pesquisa partiu da indagação em saber se os membros da escola pesquisada identificam no ambiente escolar a valorização da cultura negra. Os estudos revelam que a cultura negra deve estar inserida no currículo da escola e na sala de aula, com o apoio do professor para ensinar a cultura afro-brasileira. A metodologia deste artigo baseou na pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, com apoio de questionário semi estruturado com perguntas abertas.

Palavras-Chave: Educação. Imagem dos negros. Preconceito racial.

[40] Educador Fisico, professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicada no Vale do São Lourenço-EDUVALE/ Jaciara-MT
[41] É Psicóloga e Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.
[42] É Formada em Pedagogia e Professora/Coordenadora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

ABSTRACT

This article whose theme is "A brief analysis of racial discrimination in the early years of elementary school in Juscimeira MT". Our interest in this discussion is to show the importance of the topic at school seeking it reduce racial prejudice in the school community because research showed that work with positive black images is very important to the appreciation of their culture and assists in the insertion of black student in the school environment. The goal is to identify as seen the image of the black in the early years, at the State School Grade I "Campos Sales". For further information regarding this study, we used some of the main authors of this article: BERNARDINO (2004), JR (2002), RANGEL (2001), Silva (2001). These authors point out in their speeches the importance of diversity in school and the importance of the debate on racial ethnic relations in the production of the school curriculum. The research problem started from the question whether the members of the school searched identify the school environment the appreciation of black culture. Studies reveal that black culture should be inserted in the school curriculum and in the classroom, with the teacher's support to teach african-Brazilian culture. The methodology of this article based on the literature with a qualitative approach, with semi questionnaire support structured with open questions.

Keywords: Education. the black image. Racial prejudice.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo central fazer uma breve identificação da imagem do negro nos anos iniciais do ensino fundamental na escola estadual de I grau Campos Sales. O preconceito racial acontece em todo local inclusive na sociedade brasileira, em muitas situações o preconceito é classificado como um atributo do outro, mas o racismo é diferente de preconceito sendo o racismo uma hierarquia dos grupos sociais, o racismo é sempre negativo a determinados grupos sociais, mas neste caso aos negros.

As crianças negras são silenciadas em relação ao racismo e desigualdade na escola, a discriminação é passada para os alunos negros como algo natural ou sensação de naturalidade em relação ao racismo, as práticas pedagógicas nos livros didáticos em muitos casos passam uma imagem de superioridade da cor branca sobre a negra, acarretando ao aluno negro um sentimento de inferioridade e pouca autoestima na ora de aprender.

Ressalta-se a importância da cultura negra, onde percebemos que ainda existem preconceitos no ambiente escolar, que são caracterizados como preguiçosos e incapazes em alguns veículos de informação, como no caso os livros didáticos, que ainda é construída uma imagem do negro como alguém fadado ao fracasso.

Neste caso é de vital importância que os professores se apropriem da história do negro na construção do Brasil, dispam-se de todo e qualquer paradigma preconceituoso, e

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

tornem-se aptos e criativos na apresentação dos conteúdos, onde o negro[43] seja citado, de maneira que os alunos negros deixem de ser um canto esquecido na história e na sala de aula, e passem a ser citados, ilustrados como seres capazes de tudo quanto se propuseram a fazer, que seus direitos e deveres, fiquem claros.

Para identificar como trabalhada a imagem do negro nos anos iniciais, na Escola Estadual de I Grau "Campos Sales" utilizamos a aplicação de um questionário no qual é possível identificar se a escola está dando a devida importância aos alunos negros e sua cultura. Esse artigo é importante porque analisa a imagem do negro no contexto escolar, assim como a Lei 10639/03 que inclui no currículo escolar a obrigatoriedade do tema História e Cultura afro-brasileira no ambiente escolar, assim foi realizado um questionário com um professor e um coordenador, onde responderam se na escola esta lei está sendo cumprida, assim como o aluno negro e sua cultura, estão sendo inseridos na escola.

A IMAGEM DO NEGRO NO CONTEXTO ESCOLAR

Segundo Cashmore (2000), o preconceito é identificado através de alguns grupos sociais que tem opiniões negativas a determinado grupo, mesmo antes de conhecer estes grupos ou de ter qualquer aproximação com os mesmos. Soma-se a isto o preconceito disfarçado, é preciso entender a diferença do preconceito e discriminação dentro do ambiente escolar, para que se possa interferir e sanar esses estereótipos do processo pedagógico.

> [...] preconceito é um conceito, ou opinião, formada antecipadamente, sem maior conhecimento dos fatos. Idea preconcebida. Julgamento ou opinião formada sem levar em conta o fato que as conteste. Pode também significar superstição, crendice, prejuízo. Ou, ainda, suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc. (FERREIRA, 1975, p. 1380)

Preconceito é uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos, é uma intolerância a outras raças, religiões.

[43] Definição do Negro segundo o IBGE existem basicamente três métodos de identificação racial, que podem ser aplicados com variações. O primeiro é a autoatribuição, no qual o próprio sujeito de classificação escolhe seu grupo. O segundo é a heteroatribuição, no qual outra pessoa define o grupo do sujeito. O terceiro método é a identificação de grandes grupos populacionais dos quais provieram os ancestrais por intermédio de análise genética. (IBGE, s.d., p.89, 92). Estes grupos são pessoas negras afro-brasileiras.

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

O Programa Nacional de Direitos Humanos define o racismo como uma ideologia que se baseia em uma hierarquia entre os grupos sociais, tendo características sempre negativas de determinado grupo social, neste caso os negros. Nesse sentido:

> [...] o preconceito pode ser definido como um conjunto de crenças e valores adquiridos, que levam um indivíduo ou grupo a aceitar opiniões a favor ou contra os membros de determinados grupos, antes de uma efetiva experiência com estes. (CASHMORE 2000).

Assim o preconceito vem ocorrendo nas histórias infantis durante muito tempo, o negro era visto nas imagens como escravas, ingênuas e abandonados, isso faz com que as crianças nos dias atuais veja estes livros didáticos e se sinta discriminada impedindo que se reconheça na história, por isso é preciso rever muitos livros didáticos e como ocorre as praticas pedagógicas nas escolas.

> No final de década de 1980, Ana Célia da Silva realiza uma pesquisa intitulada "Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível 1", identificando estereótipos nos textos e ilustrações de 82 livros de Língua Portuguesa. Dentre os estereótipos presentes se destacam: negros rejeitados explicitamente como "criança barrada", "castigada", "faminta", "isolada", "em último lugar"; b) exercendo atividades subalternas: domésticas, trabalhador braçal, escravo; c) considerado minoria; d) incapaz, burro, ingênuo, desatento, desastrado, inibido; e) sem identidade: sem nome, sem origem; e) pobre: maltrapilho, favelado, esmoler; f) estigmatizado em papéis sociais específicos: cantor, jogador de futebol; g) desumanização do negro: associado a objeto, a formiga, a burro, a macaco. (JÚNIOR, 2002. p. 37)

Segundo Junior (2002), os livros didáticos foram construídos sempre passando a imagem do negro como escravo, burro, pobre, essa imagem que os livros trouxeram nos anos 80 sobre as escolas, ficou marcada na sociedade, onde a imagem do negro foi reconstruída na própria escola, onde foi repensado o ensino e aprendizagens realizados por professores.

Para Bernardino (2004), as marcas eurocêntricas presentes nos brinquedos e, principalmente, nas histórias infantis que permeiam o cotidiano da escola não oferecem à criança negra referenciais de identificação, levando-as muitas vezes à rejeição de suas características, reforçando a negação de sua condição racial.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

> [...] a partir da visão biológica não existem raças e sim espécie humana, ao mesmo tempo entende-se que há uma construção no imaginário das esferas sociais, de mecanismos com pesos diferentes e que levam em consideração uma hierarquia que classifica racialmente as pessoas, na distribuição de vantagens e desvantagens nas suas relações na sociedade. (BERNARDINO, 2004, p. 19)

Segundo Bernardino (2004), a sala de aula e a escola infelizmente tem sido um local de muitos conflitos, por causa da discriminação racial as crianças nas escolas têm dificuldade de socializar e sua autoestima sempre ficam prejudicados, por causa das grandes agressões verbais sofridas como apelidos ofensivos e situações constrangedoras.

É necessário agir diante de situações conflituosas e que prejudicam muito o desempenho escolar da criança negra, o professor deve agir com firmeza, não levando a atitude de um outro aluno ou grupo como brincadeiras e sim discriminação racial, devendo respeitar os grupos sociais e a etnia de cada aluno na escola.

A escola sendo um local de construção do ser crítico, onde o aluno tem sua opinião própria e em construção acabam tendo conflitos e debates no interior da escola, sempre no processo de construção passando do velho para o novo, mas a discriminação racial muitas vezes não tem sido considerada como um conflito na escola, principalmente a desvalorização dos alunos negros que prejudicam muito seu desempenho na escola.

> Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços — institucionais ou não —, nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como as outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma.(GOMES, 2002, p.39-40)

Para Gomes (2002), a identidade negra é muito importante na escola para a formação da cidadania, cabendo a escola trabalhar com essa identidade no interior da sala de aula. As relações étnico-raciais na escola refletem na identidade da criança como futuros cidadãos, nesta fase é preciso tratar a diversidade com muito respeito, onde contribui para o fortalecimento da autoestima e da constituição identitária, passando a ter orgulho de sua cor, sua descendência, e diminui o preconceito criado pela sociedade.

Quando o preconceito acontece seja em qualquer local, o agredido cria uma barreira ou uma espécie de rejeição a cada palavra ouvida, ou no momento presenciado, ou nas

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

situações vividas sejam intencionais ou não, essa rejeição é criada através de um muro ou barreira que prejudica o diálogo entre ambos os lados. Pode-se citar ainda:

> Nessa acepção, a ideia preconcebida (inferioridade intelectual, moral etc.) vinculada à condição racial (pessoa de pele escura) materializa o preconceito racial, projetando, o que projeta, de diversos modos, uma predisposição negativa em relação aos negros. Manifestação de desprezo e de ódio racial de indivíduos ou grupos de pessoas contra indivíduos ou grupos em razão de sua cor de pele ou características físicas de pessoa negra por meio de agressões verbais, físicas ou simbólicas (violência). Como tal, desconsidera a individualidade, estigmatiza as pessoas negras e lhes atribui geralmente características grosseiras. O preconceito racial opera no pressuposto de um critério racial originário para a distribuição dos lugares sociais, tendo os agentes que reproduzem as desigualdades raciais do sistema uma suposta legitimidade natural. Exemplo: "isso é serviço de preto!". (NEVES, 2008. p. 27)

Assim o preconceito é visto em toda parte segundo Neves (2008) , esse preconceito racial é muito freqüente por grupos de pessoas que agem com violência verbal contra pessoas negras, mas na escola é preciso intervir para mudar essa realidade social de preconceitos por causa de raça, cultura, os professores precisam em sala de aula inserir o negro no ambiente escolar e assim mudar atitudes de pessoas preconceituosas.

A Lei 10.639/03, que altera a Lei 9.394 de 1996, das diretrizes e bases, incluindo no currículo a obrigatoriedade do tema "História e cultura afro-brasileira". Agora a nova Lei 10.639/03, torna-se o ensino afro-brasileiro obrigatório nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, nas escolas públicas e privadas. Esta lei passa a ter no currículo da escola os conteúdos que se referem à história e cultura afro-brasileira.

Essa lei faz referencia aos conteúdos das disciplinas que deverão conter a temática a história e cultura afro-brasileira, abordando estudos sobre a luta do negro, a cultura negra e a sua formação social, estes conteúdos deverão ser abordados principalmente nas disciplinas de educação artística, história brasileira e literatura.

Esta mesma lei 10639/03 sozinha não pode garantir que será cumprida essa inserção da cultura negra no currículo e no ambiente escolar. Com isso o professor é fundamental para garantir que o ensino sobre as culturas africanas aconteça no ambiente escolar e acarretando assim as mudanças que este lei faz nas escolas.

Neste contexto, faz-se necessário que se reveja as imagens que estão sendo utilizadas nos livros didáticos nos anos iniciais, pois não contribui para estimular a autoestima do aluno negro, bem como não perpassa a ideia de que a raça negra esteja inserida no contexto pedagógico cotidiano. Na verdade as ilustrações sempre mostravam o negro em situação se

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

submissão, constrangimento, inferioridade, mão de obra barata, favelados, marginalizados, etc.

De acordo com Parreiras (2007), muito importante a presença do negro nos livros infantis ou adultos, as imagens são bem chamativas para atrair a atenção do pré-leitor nas ilustrações dos livros que quebrem as barreiras de preconceito e o livro é um grande suporte para alcançar esses objetivos.

Segundo Parreiras (2007), as imagens de livros que mostram o negro como ser histórico faz parte da história e cultura da sociedade, os livros tem esse objetivo de quebrar com as barreiras de superioridade do branco sobre o negro, mostrando a importância do negro e não a submissão que sofreu com a escravidão e sofrimentos passados que mostram em livros de literatura antigos.

Para Parreiras (2007), um dos contos mais encantadores a serem trabalhados na educação infantil é "Menina bonita do laço de fita", na obra de Ana Maria Machado, com o intuito de construir a imagem do negro neste mundo, mas voltado para a criança, com o objetivo de mostrar as diferenças e a questão identitária do personagem principal no caso uma menina negra. A proposta pedagógica é de comparação que se baseia na estética da cor negra e a branca.

Segundo Parreiras (2007), essa história ao ser trabalhada pelo professor em sala de aula pode utilizar dos personagens para explicar a importância da diversidade cultural e o respeito à cultura africana, assim poderá ajudar na formação de cada individuo em sala de aula quebrando com o preconceito e qualquer tipo de discriminação na escola.

As Diretrizes Curriculares incluem os conteúdos da história afro-brasileira, onde os professores e todos os membros da escola têm como suporte esta temática para melhorar o processo da prática pedagógica, onde um dos fatores importantes das diretrizes curriculares é o material para os professores usarem em sala de aula contribuindo contra o racismo, ou qualquer tipo de preconceito no ambiente escolar.

> [...] a diferença pode ser bela e enriquecedora, que o diferente, o distinto étnico e outros não são desiguais, é fundamental na luta pela cidadania plena. É um grande passo para a conquista da autoestima e cidadania dos descendentes de africanos que por possuírem a pele mais escura e os cabelos mais crespos, são denominados negros e são estigmatizados e excluídos (SILVA, 2001, p.58)

Respeitar as diferenças étnicas resgata a história e cultura africana desde a educação infantil, além de fortalecer a autoestima e identidade de nossas crianças, pode auxiliar e diminuir as barreiras do preconceito, contribuindo para a formação de futuros cidadãos brasileira que não procuram a hierarquização dos grupos étnicos.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

A PESQUISA

O artigo teve apoio de grandes teóricos que complementaram com suas falas, sendo uma pesquisa bibliográfica com suporte qualitativo, partindo de leituras e fichamento de livros para aprimorar os conhecimentos sobre "Uma breve análise sobre a discriminação racial nos anos iniciais do ensino fundamental em Juscimeira MT".

> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, [...] (MARCONI, 2010, p.57)

Utilizamos como método da pesquisa o dedutivo, pois partimos de pressupostos gerais para os particulares, onde através de pesquisas realizadas chegamos a uma conclusão final.

> [...] parte das teorias e leis consideradas gerais e universais buscando explicar a ocorrência de fenômenos particulares. O exercício metódico da dedução parte de enunciados gerais (leis universais) que supostos constituem as premissas do pensamento racional e deduzidas chegam a conclusões. O exercício do pensamento pela razão cria uma operação na qual são formuladas premissas e as regras de conclusão que se denominam demonstração. (DINIZ, 2008, p.06)

Para comprovar essa hipótese do método dedutivo a técnica de coleta de dados foi um questionário semi estruturado, com questões abertas e fechadas, sendo aplicado comum a coordenadora e uma professora que atua com alunos do 1º ciclo da Escola Estadual "Campos Sales". A análise dos dados com perguntas abertas e fechadas contribui para melhor esclarecimento e compreensão do trabalho, pois auxilia na concretização deste artigo através de dados obtidos com o questionário.

ANÁLISE DE DADOS: Síntese das discussões

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2] Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Contribuíram para os dados que seguem uma professora, Pedagoga, que atua há (quatorze) anos nos iniciais do Ensino Fundamental e uma coordenadora pedagógica, Pedagoga, especialista em alfabetização com 26 (vinte e seis anos) de atuação na educação.

Em relação a primeira pergunta fechada do questionário foi: se você já ouviu falar sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que versam sobre a cultura e história dos negros e indígenas brasileiros e na escolha do livro didático você leva em consideração as diretrizes fixadas nestas leis, onde a coordenadora e professora responderam que "sim".

Essas leis estão embasadas no reconhecimento e valorização da cultura africana, conforme os pressupostos da Lei 10.639/03 que mostram claramente a importância da cultura e como pode ampliar as experiências culturais das crianças, além de oferecer referências positivas para que as mesmas sintam orgulho de seus registros históricos. Assim segundo Andrade (2005) é natural que a pessoa ao acumular em sua memória referências positivas do seu povo, desenvolva um sentimento de pertencimento racial da sua identidade.

Dando continuidade ao questionário a seguinte pergunta realizada foi: ao trabalhar com os livros didáticos você observa as imagens contidas neles, você acha que algumas imagens de cunho pejorativo que podem existir em algum livro didático podem afetar o desenvolvimento dos alunos negros/descendentes? E as respostas da coordenadora e professora nas duas perguntas foram *"sim".* A professora ainda complementou dizendo: *"Se o professor não orientar e tiver um diálogo com os alunos, acredito que pode afetar sim".*

Com isso o livro didático adequado sem imagens pejorativas é um recurso que o professor pode usar em situações de aprendizagem, sendo este um dos suportes que mostram as diferenças culturais entre os alunos, o livro didático desperta em suas imagens sentimentos e aprendizagem.

> Cada vez mais, vemos pesquisadores apontando para uma necessidade da presença do negro na literatura infantil. Com isso, produções mais recentes têm surgido com imagens e narrativas que vão para além das denúncias e preconceitos, mas que retratam o negro como ser histórico e social. São livros que buscam romper com a idéia de superioridade de uma raça sobre a outra e possibilitar um outro olhar sobre o negro, surgindo como protagonista e possibilitando uma valorização do ser negro, sem o estigma da escravidão e do sofrimento, ao qual até na literatura, todo negro parecia estar fadado. (PARREIRAS, 2007, p.44)

A obra de Ana Maria Machado "Menina bonita do laço de fita", representa uma literatura que caminha na contra mão e procura valorizar a figura do negro ao coloca-lo como personagem principal, cuja história mostra uma menina negra e sua mãe trançando seus cabelos com laço de fita vermelho e essa menina tem um amigo coelho branco que sempre a

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

admira pela sua cor tão bonita e pergunta qual o segredo por essa cor, e a menina inventa várias situações que o coelho vai fazendo com o objetivo de ficar com a mesma cor da menina que não consegue, até um momento que a mãe da menina explica para os dois sobre a cor e porque a menina ficou com essa cor, por causa de sua descendência e herdou as características e por isso o fim da história termina com o coelho branco casando com uma coelha negra e seus filhotes nascem com cores misturadas e bem bonitas.

Assim o professor precisa ter cuidado com os livros didáticos que são de cunho pejorativo, onde em muitos casos são distorções do currículo escolar através de livros didáticos que não melhoram a autoestima do aluno ocasionando uma sensação de inferioridade do aluno negro sobre o aluno de branco. Com isso segundo Cavalleiro (2000):

> Os estudos apresentados evidenciam o fato de o sistema formal de educação ser desprovido de elementos propícios à identificação positiva de alunos negros com o sistema escolar. Esses estudos demonstram a necessidade de uma ação pedagógica de combate ao racismo e aos seus desdobramentos, tais como preconceito e discriminação étnicos. Eles podem estar ocorrendo no cotidiano escolar, provocando distorções de conteúdo curricular e veiculando estereótipos étnicos e de gênero, entre outros, por intermédio dos meios de comunicação e dos livros didáticos e paradidáticos. (CAVALLEIRO, 2000, p.35)

Por isso o professor precisa ter esse olhar mais atento sobre como e quais materiais usarem em suas aulas. Dando sequência ao questionário a seguinte pergunta foi: você já reparou quantos alunos e alunas negras e afrodescendentes você tem na sala de aula, ou no colégio. A resposta da professora foi que "sim, duas alunas na sala de aula", em relação a coordenadora a resposta foi "sim , 90%".

Se observamos a resposta da coordenadora percebemos que a maioria dos alunos escola Campos Sales de Juscimeira são negros, sendo um número bem grande e por isso é necessário um olhar mais atento em relação a imagem do negro nesta escola e como eles estão se sentindo inserido na mesma.

Dando continuidade do questionário perguntamos se você comemora o dia 20 de novembro – dia da consciência negra. E a professora e coordenadora responderam que "sim". Com isso a professora e coordenadora entende a importância desta data, sendo muito importante essa comemoração para os negros e descendentes. De acordo com a lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 alterando a lei sancionando a lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003, que segundo o "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra". O objetivo desta lei é promover diversidade cultural na escola e não valorizar somente uma cultura e sim todas dentro do ambiente escolar. Assim com um currículo que segue a lei o professor poderá em sala de aula ensinar a

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2] Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

multiculturalidade, usando como base a cultura diverso do Brasil para ensinar com um currículo novo e que valorize a diversidade na escola.

Em relação a ultima pergunta do questionário fechado perguntamos se vocês utilizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana na hora de montarem o currículo e os planos de aula. E a resposta da coordenadora e professoram foram "sim".

Assim as duas responderam que sim que utilizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação na hora de montarem o currículo escolar. O currículo está ligado a formação da identidade social, o currículo esta intimamente ligado aquilo que somos e que sermos, estando ligado no que produzimos.

O currículo é um componente de saberes com significados sobre o mundo, por isso a importância do currículo dentro da escola para saber como esta sendo produzido assim como as questões raciais que estão dentro do ambiente escolar. Assim o currículo tem que observar as relações étnico-racial para evitar o racismo.

Com isso é preciso ter um relação entre a educação e a cultura não somente no currículo da escola, é preciso observar o processo educacional, é preciso ter relação entre os diferentes sujeitos que aprendem dentro do ambiente escolar, assim no currículo é preciso priorizar as questões étnico-raciais, onde os alunos podem observar sua cultura, identidade e diversidade nas relações um com o outro. Assim segundo Souza & Fleuri:

> A relação entre educação e cultura(s) não pode mais se limitar ao âmbito dos conteúdos culturais, ou do currículo escolar. Tal relação se configura na complexa teia de interpretação tecida entre pontos de vista dos sujeitos do processo educacional. Assim, as relações entre os diferentes sujeitos, que agenciam relações entre suas perspectivas ópticas e éticas, constituem-se como o próprio lugar do aprender (e requerem o desenvolvimento de uma pedagogia do acolher e do escutar o outro). E as ritualidades dos encontros trazem à tona a complexidade do jogo de interações e intercâmbios que se estabelecem nos espaços educacionais (SOUZA & FLEURI, 2003, p.65)

Dando continuidade a pesquisa, realizamos uma pergunta aberta no questionário: como você faz para trabalhar a questão racial nas suas aulas e no seu colégio, você gostaria de comentar alguma coisa. Com isso a professora comentou "De acordo com a realidade do 1º ano, eu procuro passar informações através de roda de conversa, atividades ilustradas, pesquisas, atividades lúdicas e palestras. É muito importante trabalhar com as crianças sobre qualquer tipo de preconceito e orientá-los para a vida".

A professora tem a oportunidade em sala de aula de mostrar e ensinar sobre o que é preconceito, racismo e qualquer tipo de discriminação de grupos de alunos sobre outros

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

grupos, mostrando que o importante não é a cor da pessoa, mas sim que devemos respeitar qualquer diferença que haja entre o ser humano.

Assim, podemos enfatizar a importância das escolas em mostrarem a importância da cultura afro-brasileira contra qualquer tipo de preconceito nas escolas, e como é fundamental o professor conscientizar os alunos sobre a diversidade que tem na escola.

Pode-se concluir este artigo o conhecimento por parte de alguns integrantes da escola, a respeito da discriminação racial, mas percebemos que é preciso ocorrer de fato a diversidade cultural nas escolas, isso não pode ficar apenas no papel ou no currículo escolar é preciso que ocorra dentro da sala de aula a conscientização do professor sobre este assunto tão importante que é a discriminação racial no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. **Construindo a auto-estima da criança negra.** In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília: MEC/SECAD, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em 07 mar. 2015.

BERNARDINO, Joaze. **Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento.** In: BERNARDINO, Joaze e GALDINO, Daniela (orgs.) Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRASIL, Lei nº. 9.394. LDB - **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. De 20 de Dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de Dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana**. Parecer CNE /CP 3 / 2004, de 10 de março de 2004.

_____. **Lei nº10639** de 9 de janeiro de 2003.Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

CASHMORE, Ellis: et. al. **Dicionário das relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000. Tradução de Dinah Kleve.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil . São Paulo: Contexto, 2000.

Diniz, Célia Regina**. Metodologia Ciêntifica**, Célia Regina Diniz, Lolana Barbosa da Silva. - Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN – EDUEP, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio . São Paulo: Ed. Nova Fronteira,1975.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.
_____. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? In: **Revista Brasileira de Educação** .n. 21, Set/Out/Nov/ Dez, 2002. p. 40-51.

JÚNIOR, H. S. Discriminação racial nas Escolas: entre as leis e práticas sociais. Brasília: UNESCO. 2002. 94p.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados** \ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Gilberto. **Educar para a Igualdade: combatendo o racismo na educação**. Projeto Difusão Afro-cultural na educação/Centro Nacional de Estudos e de Politicas de Igualdade na Educação. Cenafro. Uberlândia: SincopelGrafica, 2008. Org

PARREIRAS, Ângela Maria Ramos. **Construção da identidade étnico-racial: o papel da literatura infantil com protagonistas negros e histórias das culturas africanas .** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2007. In: FILHO, Gimes

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

R.; BERNARDES, Vânia A. M.; NASCIMEMTO, João Gabriel do. **Educação para as relações étnicos raciais: outras perspectivas para o Brasil.** – 1.ed. – Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

PETRUCCELLI; SABOIA, José Luis; Ana Lucia. CARACTERÍSTICAS ÉTNICO-RACIAL DA POPULAÇÃO: Classificação e Identidades. Rio de Janeiro, 2013: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

RANGEL, Egon. Livro didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado. In: DIONISIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **O livro didático de Português : múltiplos Olhares.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p.7-14.

SILVA, Ana Célia da.**A representação social do negro no livro didático: o que mudou?** / Ana Célia da Silva. – Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Ana Célia Da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador: EDUFBA, 2001, p.14; 16; 19; 51; 58.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascenção**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
SOUZA, Maria Izabel Porto de; FLEURI, Reinaldo Matias. Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural. In: FLEURI , Reinaldo Matias (org.) **Educação Intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

A CUIABÁ DO SÉCULO XIX E ENSINO DE HISTÓRIA II

Bruno do Padro Alexandre[44]
Antuterpio Dias Pereira[45]
Terezinha Félix Silva Cruz de Deus[46]
Marcelino Felício Marques[47]
Dayane Aparecida do Nascimento Cardoso[48]
Elaine Simões Guerra Lopes[49]

Resumo

O espaço negro na Cidade de Cuiabá/MT já existia desde o período colonial. Quando mencionamos espaço negro em Cuiabá/MT estamos nos referindo a lugares centenários, ou melhor, espaços de ocupação negra centenários (enquanto territorialidade e ocupação humana pode-se afirmar que é milenar). Os descendentes de africanos se espalhavam pela Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, no século XVIII, mas que era no "eixo Mandioca/Igreja do Rosário (mapa 01 em verde), que dominavam as famílias negras forras, com os escravos" e cita como exemplo a rua denominada "das Pretas" que fazia entroncamento com a Rua do Meio e a Travessa do Palácio, na região central da Cidade. (ROSA & JESUS, 2003: 23). Cristiane dos Santos Silva (2001: 24) assinalou a existência de dois territórios negros no período colonial; o primeiro foi uma capelinha levantada pelos escravos para homenagear São Benedito em 1723, que durou poucos anos. O segundo marco territorial seria a apropriação dos espaços, no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Palavra Chaves:; Bairros, negritude e urbanismo

Introdução

[44] É Mestre em Historia e Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.
[45] E Doutor em Historia e Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.
[46] É Formada em Pedagogia e Professora/Coordenadora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.
[47] É psicólogo e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço (EDUVALE-Jaciara-MT)
[48] É psicóloga e professora da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço (EDUVALE-Jaciara-MT)
[49] É socióloga e professora da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço (EDUVALE-Jaciara-MT)

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Na igreja foi instituída a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no século XVIII, (SILVA, 2001) a Irmandade contribuiu na construção do espaço urbano negro, pois os irmãos de fé doavam e construíam espaços sagrados, segundo sua devoção, em sinal de agradecimento e reconhecimento pela graça divina alcançada. Para Cristiane dos Santos Silva (2001) foram criados laços de parentescos artificiais[50] com o objetivo de ajudar o próximo e ao irmão que necessitasse. As irmandades estavam presentes nas horas mais difíceis criando laços de solidariedade e devoção. Esses marcos religiosos, considerando as argumentações de (ROSA & JESUS, 2003: 23/24) e (SILVA, 2001) mostram a existência da fusão entre um espaço sagrado e um espaço negro.

Constatamos que as moradias de negros forros continuaram localizadas no "eixo Mandioca/Igreja do Rosário" bem como a permanência do traçado urbano do período colonial. Assim ocorreu a ampliação da "Cidade Negra" na Sé, principalmente na margem do córrego da Prainha e se expandiu para as ruas São Benedito, do Bahú, do Mundéu, Travessa da Alegria, Rua de Cima (começo); Rua do Ernesto, Rua da Prainha (Mapa 1 área laranja).

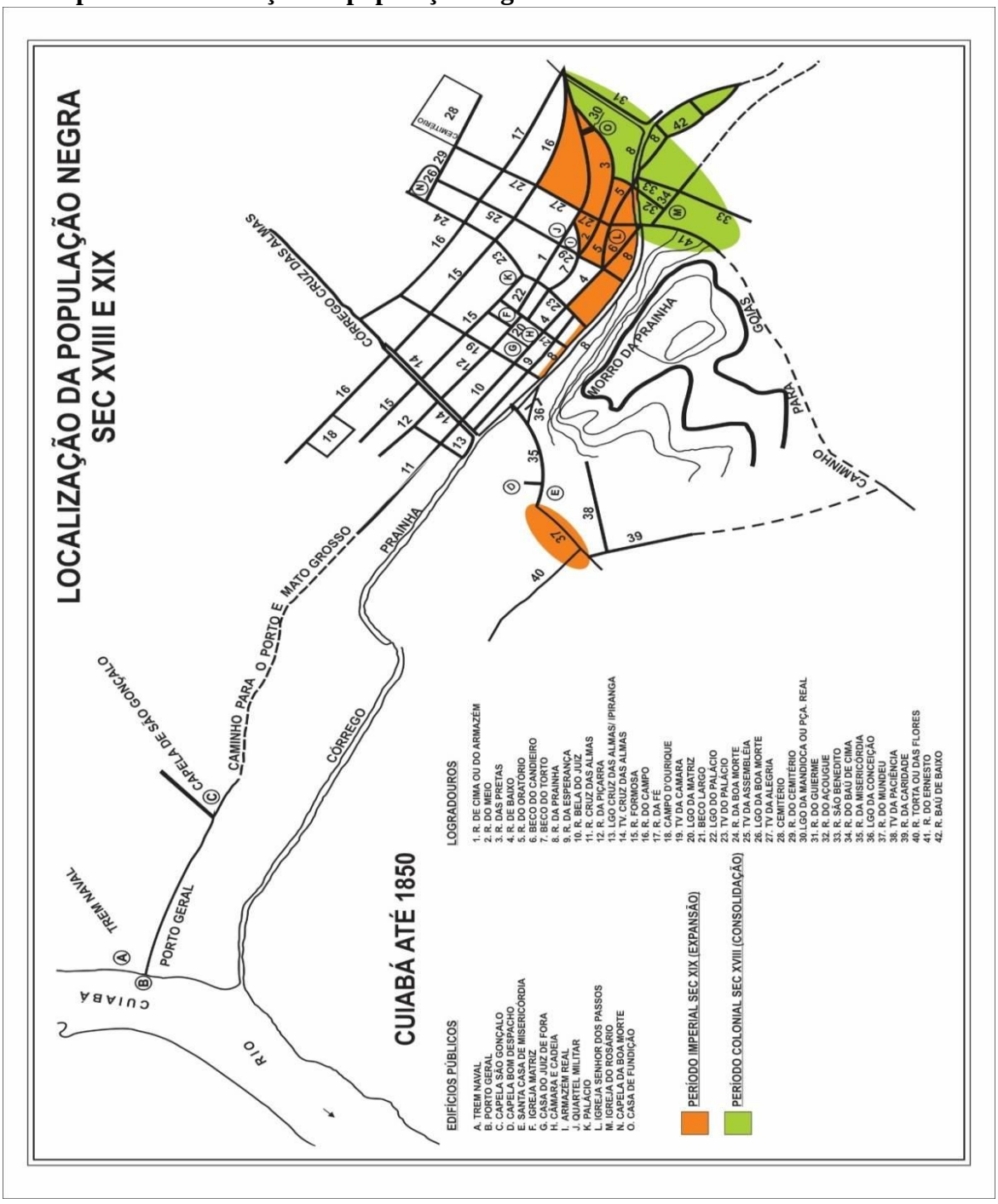
As ruas que atravessavam e recortavam a "Cidade Negra" eram como artérias urbanas, onde o fluxo de pessoas negras era constante. Nelas levavam mercadorias, sonhos, pesadelos, amores e ódios de um lugar para outro. Um dos lugares para onde seguiam eram os pontos de abastecimento de água, que desde o período colonial supriam a Capital da Província de Mato Grosso com água, geralmente de "boa qualidade". (ROSA & JESUS, 2003: 29).

Podemos traçar um limite geográfico desse espaço negro, que foi criado no período colonial. Ele se inicia na Rua do Sebo (Rua de Baixo) na primeira capela levantada pelos negros em direção ao Morro da Prainha, onde está a Igreja do Rosário e Capela de São Benedito, principalmente no seu entorno que abrangia o Chafariz do Rosário (mapa 1 marcado em verde). Professor use o mapa e faça um traçado para delimitar atualmente onde está esse espaço negro.

[50] O termo parentescos artificiais está sendo trabalhado como as relações que existiam entre pessoas que não tem um vínculo sanguíneo. Exemplo: as irmandades religiosas.

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Mapa 01 – Localização da população negra século XVIII e XIX.



Fonte: Adaptação e criação realizada pelo pesquisador a partir da obra de Fonte: GUIMARÃES, Lauristela (org.). Cuiabá: Cidade em Evolução, p. 48[51]

[51] Para a confecção deste mapa utilizamos como base cartográfica um mapa de 1850 in GUIMARÃES, Lauristela (org.). *Cuiabá: cidade em Evolução*, p. 48, o qual mostra a localização dos logradouros e edifícios públicos que procurávamos e que aparecem na documentação no período trabalhado, 1850-1888, para a delimitação das áreas assinaladas nos baseamos nos

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

A construção social e cultural dessa cidade, no século XIX, mostra a existência de complexos mecanismos sociais, que desde o século XVIII organizavam o cotidiano escravo de Cuiabá/MT. Segundo Carlos Rosa,

> As ruas, travessas e becos eram eixos norte-sul e leste/oeste, marcados pelo o córrego e pela Igreja Matriz. O córrego, em seu arco, delineava o desenho das ruas, os 3 pontos-de-fuga "formoseadores". Igreja Matriz e Casa-da-Câmara-e-Cadeia firmavam o Centro espiritual, político e judicial da Vila. As ruas de Baixo e de Cima evocavam a topografia social do urbanismo português, a parte mais alta ou de cima, sendo lugar dos chefes pioneiros, depois das autoridades delegadas da Coroa; e a baixa ou de baixo, o lugar de comércio, de serviços, de "oficiais mecânicos". E a partir de 1736, eram também saídas e entradas para o "Mato Grosso dos Parecises", depois reduzido a apenas para "o Mato Grosso" (numa espécie de genocídio toponímico); e para os Goiases (ROSA & JESUS, 2003: 29).

A formação secular desse espaço negro ocorreu através de um processo de enfrentamento, acomodação e negociação entre negros e brancos, senhores e escravos. A presença dos escravos na rua, nas fontes e nas tavernas mostra que havia outra cidade dentro daquela considerada oficial, uma "Cidade Negra", com espaços e lugares centenários.

Um dos espaços mais antigo habitado pelos negros desde o século XVIII era o Bairro do Mundéu, que segundo Carlos Rosa, "nos primeiros anos de 1730 o Mundéu era bairro consolidado, entre os atuais Morros "Seminário" e " Luz". (ROSA & JESUS, 2003: 29). Assim, a ocupação negra podia ser notada pelos bairros e pelas ruas centenárias como a Rua de Cima, Rua do Meio, Rua das Pretas, Rua de Baixo e Rua do Oratório, Beco do Candeeiro e o entorno da Igreja do Rosário e de São Benedito, que se constituem em alguns dos lugares de Cuiabá/MT, que foram habitados pela população negra (livre e escrava).

Nos bairros negros na Cuiabá/MT do século XIX e nos seus espaços públicos aconteciam encontros, festas e procissões, momentos propícios para as práticas de ajuntamento, que tanto incomodavam às autoridades, que temiam organização de fugas, roubos e levantes nessas reuniões. Foi em uma procissão, por exemplo, que o Escravo Salvador foi convidado pelo Soldado Pedro Celestino para roubar a Igreja da Matriz.

---

processos crimes e documentações avulsas (comunicações dos chefes de polícias) do Arquivo Público de Mato Grosso. ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808).* 1998. VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850 a 1888.* 1993. LENINE C. Póvoas. *História da cultura Mato-grossense*, p. 50

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Enquanto que os Escravos Marcolino, André, Rufino e o Liberto Norberto se encontraram sobre a ponte do Rosário para combinar um furto.[52]

A falta de iluminação nestes bairros, assim como em toda a cidade, comprometia um policiamento preventivo e permitia a proliferação da desordem, da violência urbana e consequentemente da prostituição, segundo as autoridades. (MACHADO FILHO, 2006: 45), ao analisar a iluminação pública da Capital, identificou três destes bairros: o Baú, o Mundéu e o Porto Geral ou simplesmente Porto. Para os negros o bairro representava a liberdade, autonomia e a possibilidade do enfrentamento, dos negócios, dos amores, da conversa, das disputas, das alianças e dos prazeres.

Era na rua que os espaços negros apareciam, nas horas mais quentes ficavam embaixo de uma árvore ou tomando banho nos tanques, eram nesses momentos que os negros se inter-relacionavam de uma forma mais intensa, seja para combinar batuques, iniciar ou terminar uma conversa, trocar informações, montar grupos de jogos, resolver rixas pessoais e ocasionalmente combinava-se a realização de algumas atividades noturnas, que eram beneficiadas pela precária iluminação pública das ruas.

Sobre as ruas, segundo Alberto Heráclito Ferreira Filho:

> A rua, constantemente desprestigiada por encarnar a metáfora de todos os vícios, transforma-se no lugar dos excluídos. Nessa desordenada paisagem urbana, hierarquias sociais foram se sedimentando: pobres e pretos, homens e mulheres, livres, libertos e cativos, mendigos e vadios, conheciam e construíam os seus lugares na geografia da cidade, reconhecendo-se e diferenciando-se mutuamente, através de uma complexa teia de distinções e diferenciações que regulava a gramática urbana. (FERREIRA FILHO, 1998/1999: 239-256).

Para Lenine C. Póvoas, os chamados ricos da província, para (PÓVOAS, 1982: 89) usavam pouco o espaço das ruas na cidade, preferindo o sossego dos seus lares. Quem circulava pelas ruas diuturnamente eram os negros (escravos, livres e libertos), mestiços e indígenas que dominavam o espaço driblando os inspetores de quarteirão. Quando a Escrava Eleotéria[53] se sentiu ameaçada pelo Soldado Gil Luís, buscou a proteção de Lourenço Justiniano Braga, o Inspetor de Quarteirão, na Rua da Prainha, que naquele momento era a

[52] Processo crime. Réus: os Escravos Marcolino, Rufino, André e o Liberto Norberto-Vítima: Major José Eugênio Moreira. Ano 1874. N 318. Caixa 13. Tribunal da Relação – APMT.
[53] Processo crime. Réu. Gil Luiz Corrêa (Soldado da 2 companhia de Batalhão a Pé) - Vítima: Eleotéria escrava de Dona Camila Maria do Espírito Santo. Ano 1863. Caixa 56 N. 920. Fundo: Tribunal da Relação –APMT.

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

autoridade mais próxima e conhecida que podia socorrê-la. Os inspetores de quarteirão tinham como função zelar pelas propriedades e pelo sossego de todos os moradores do seu quarteirão. Eles podiam efetuar prisões em flagrante, dar conselhos, avisos, repreender, corrigir e obrigar às pessoas que estivessem perturbando o sossego público a assinarem o "termo de bem viver."[54]

Nos depoimentos transcritos nos processos crimes, nas narrativas das testemunhas, réus ou vítimas, as ruas eram mencionadas com frequência, principalmente, a Rua da Boa Morte. Segundo (NOGUEIRA, 2001: 67-69), essa rua tinha uma vida cotidiana marcada por disputas constantes entre homens livres e escravos, mulheres livres e escravas.

As ruas de Cuiabá/MT eram patrulhadas por grupos de policiais e o toque de recolher anunciado pelas cornetas do Arsenal da Marinha e do Arsenal de Guerra decretavam o fim de mais um dia na vida dos moradores. Essa marcação de tempo disciplinar, avisava que era proibido vagar pelas ruas após as dez horas, sob pena de prisão correcional, caso o suspeito não conseguisse justificar sua conduta. As Posturas Municipais para (MACHADO FILHO, 2006: 59), proibiam a perambulação de escravos à noite sob pena de prisão e multa que seria paga pelo seu senhor.[55]

Diversa, discriminada, hostil, violenta, palco de constantes arbitrariedades dos poderes públicos, a rua tornou-se neste momento o espaço dos mais vivos e hábeis. Para o Governo Imperial e Provincial, a "Cidade Negra" era impura, viciada, desconhecida e imprevisível. Segundo Sidney Chalhoub (1999), havia uma batalha contínua entre a cidade codificada e desejada pelos brancos e a cidade instituída pelos negros.

As ruas de Cuiabá/MT não tinham denominação oficial até 1850, quando então o poder constituído procurou nomeá-las em homenagem aos heróis nacionais e locais. Porém, para (MACHADO FILHO, 2006: 21-22), o povo usava a sua própria nomenclatura para designar as ruas e geralmente o nome popular estava vinculado as suas características físicas, geográficas, culturais e históricas: Rua de Baixo, Rua de Cima, Rua do Meio, Rua da Boa Morte, Rua do Cemitério Público, Beco Sujo, Beco Quente, Beco do Candeeiro, Beco Torto, Beco da Botica e a Rua Bela do Juiz.

[54] Código de Processo Criminal 832 art. 12 inciso 2. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2016.
[55] Posturas Municipais de Cuiabá, 1834/66. Caixa 01. APMT

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Em 1871, através de um edital da Câmara Municipal, segundo Osvaldo Machado Filho (2006) os nomes das ruas e de algumas praças foram mudados: o Largo da Mandioca para Dois de Dezembro, a Rua Bela do Juiz para Treze de Junho, a da Direita para 27 de Dezembro, a da Esperança para Antônio João, a do Campo para Barão do Melgaço, a dos Pescadores para Couto Magalhães, a Formosa para Bela Vista, a da Fé para Comandante Costa, a da Sé para Comandante Antônio Maria, a do Senhor dos Passos para 7 de Setembro, o Campo do Ourique para a Praça Alegre, a Travessa Alegria para Travessa Voluntários da Pátria.

Observamos que as Ruas do Meio, das Pretas, o Beco Torto, o Beco do Candeeiro, a Rua de Cima, a de Baixo e a Rua Bela do Juiz (caminho que vai para o Porto), localizadas no Primeiro Distrito, são nomenclaturas da época colonial, são registros de um passado que ficou gravado na memória cultural da população cuiabana. Os moradores antigos continuaram a chamar as ruas e os becos pelos antigos nomes, porque determinados lugares estavam relacionados à noção de cultura e de identidade territorial, uma vez que a produção do espaço é resultado da ação de homens e mulheres agindo sobre o próprio espaço.

Para Marcos Cezar Freitas,

> Para a formação de uma rua primeiro fazem os pés dos viandantes os trilhos[...]. Depois, depois vem o caminho. Aí a enxada trabalhou[...]. Mais tarde a estrada. Com nome, com cerca, com algum pedaço de muro, com duas ou três casas, com a venda na encruzilhada. Finalmente surge a rua[...](FREITAS, 2010: 239)

Em Cuiabá/MT, a rua é a síntese do processo que originou as relações sociais dos negros (escravos e libertos), onde os breves momentos de liberdade se intercruzaram tornou-se o lugar, em que as tramas sociais se construíram e se teceram na vida cotidiana, no tempo e no espaço. Como exemplo dessa afirmação, temos a história do Escravo Salvador.

Em um final de tarde do dia 16 de julho do ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1866[56], em Cuiabá/MT as portas da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que ficava no Porto, foram abertas para a saída do andor com a imagem da Santa que atravessou a multidão, que se aglomerava em frente ao templo católico. A procissão percorreu o seguinte

[56] Processo crime. Réus: Escravo Salvador e o Soldado do 5º Batalhão de Artilharia em Pé, Pedro José Celestino-Vítima: Igreja Matriz de Cuiabá. Ano 1866. N 278. Caixa 12. Tribunal da Relação – APMT.

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

caminho: Rua Cruz das Almas, Rua Bela do Juiz, a Praça do Mercado (atual Praça Ipiranga), Travessa da Câmara, chegando finalmente no largo da Matriz onde atualmente está localizada a Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá/MT, a Matriz.

O cortejo religioso foi, possivelmente, formado pelos membros das irmandades, pelas autoridades civis e religiosas, comerciantes, militares, profissionais liberais, negros (escravos e livres) e mestiços. O aglomerado de pessoas em torno da adoração da Santa poderia ser mais do que um encontro religioso, pois ela possibilitava a participação dos escravos, que iam no final do cortejo da população livre e alforriada, que poderia ter outros motivos para ali estarem.

No movimento da procissão pelas ruas do Segundo Distrito, o Porto e do Primeiro Distrito, a Sé, em meio aos cantos e rezas de adoração à Nossa Senhora do Carmo, havia as conversas mundanas, profanas, os galanteios e as mais variadas propostas, como a que houve entre o Alfaiate Salvador, escravo de ganho do Senhor Manoel Joaquim Teixeira, e o Soldado do 5º Batalhão de Artilharia em Pé, Pedro José Celestino, que convidou o escravo para furtarem os adereços da imagem da Santa homenageada. Salvador relutou, amedrontado e lembrou ao Soldado das dificuldades de entrar na Igreja Matriz e realizar o "serviço." Ainda assim participou do furto.

Enquanto o Cativo Salvador furtava a Igreja, Pedro Celestino, o Soldado, ficava vigiando e recebendo as mercadorias surrupiadas (o resplendor da cabeça do Senhor Menino, a Coroa da Cabeça de Nossa Senhora, as velas de ceras do altar, os candelabros de louça vermelha) pelo seu comparsa. Eram aproximadamente oito ou nove horas da noite quando concluíram a "tarefa" e saíram tranquilamente pelas ruas da Cidade em direção a uma chácara que ficava no final da Rua da Boa Morte, onde ocultaram os objetos e pernoitaram.

No dia 17 de julho de 1866 os dois saíram da Sé, pela Rua Bela do Juiz, que fazia a ligação entre os dois polos urbanos (o Porto e a Sé), após uma longa caminhada chegaram ao Porto, onde trocaram as velas e as ceras por galinhas e galos, produtos estes que foram repartidos entre os dois. Segundo as Posturas Municipais[57] era proibido comprar qualquer tipo de mercadoria dos escravos, sem que estes portassem uma autorização do seu senhor para comercializar o produto. A pena para quem cometia esse ato era o pagamento de multa e

[57] Posturas Municipais de Cuiabá 1873/título 9/artigo 50. Caixa 02. APMT

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

prisão, o que não aconteceu no caso das pessoas que compraram as mercadorias do Escravo Salvador, o que nos leva a considerar que comprar produtos roubados era comum por parte dos comerciantes de Cuiabá/MT, assim, não temiam as penalidades decorrentes da desobediência das Posturas Municipais.

O resplendor e a coroa ficaram aos cuidados de Salvador, que os partiu em vários pedaços para não serem reconhecidos e facilitar a venda. Esta estratégia de dividir o produto roubado aparece em cerca de 45% dos crimes de roubo que pesquisamos.[58] Para realizar a venda do ouro, o Escravo Salvador procurou várias pessoas, dentre elas José Ferreira Velho, 29 anos, morador de Cuiabá/MT, na rua do Cemitério Público (próximo ao Largo da Boa Morte), solteiro, homem que vivi*a* "de suas agências." O escravo foi a sua casa e lhe ofereceu um globo e vários pedaços de ouro, pesando tudo seis oitavas e três quartos pelo valor de 18$000 (dezoito mil réis), dinheiro esse que foi entregue a Salvador.

Um fato importante nessa testemunha é que ela declarou que vivia de suas agências,[59] ou seja, não tinha profissão definida e mesmo assim foi a primeira pessoa que o Escravo Salvador procurou para vender o ouro roubado da Igreja Matriz de Cuiabá/MT. Possivelmente José Ferreira Velho, era um pequeno comerciante de ouro, um receptador de mercadoria roubada ou contrabandeada,

Ao verificar a localização (no mapa 01) do local onde o Escravo e o Soldado esconderam o produto do furto, a Rua da Boa Morte, e a Rua onde morava a testemunha, José Ferreira Velho, na Rua do Cemitério verificamos que o réu e o receptador faziam parte da região do Cemitério e que suas ruas eram muito próximas uma da outra o que facilitava o transporte e a oferta do ouro.

---

[58] Essa porcentagem foi obtida através da análise de 96 documentos, sendo 60 processos crimes que envolvem negros como réus ou vítimas e documentos avulsos (Relatório, bilhetes ou comunicações de chefes de polícia). Exemplos de roubo e divisão do produto são: Processo crime. Ré: Calazancia e sua irmã Josefa, escravas do Padre Benedito de Araújo Filgueira. Vítima: Augusta Maria da Silva. Ano 1880. Caixa 7. Tribunal da Relação – APMT. E o Processo crime. Réus: Antônio Alves de Siqueira e os escravos da nação: Claudino, Manoel, João, Sabino e Annanias- Vítima: Tenente Crysancio Luiz Gularte. Ano 1866. N 279. Caixa 12. Tribunal da Relação – APMT. E Processo crime. Réus: Escravo Salvador e o Soldado do 5º Batalhão de Artilharia em Pé, Pedro José Celestino-Vítima: Igreja Matriz de Cuiabá. Ano 1866. N 278. Caixa 12. Tribunal da Relação – APMT.

[59] O termo "Viver de Agências" designaria uma pessoa sem profissão que poderia agenciar a sua força de trabalho ou a de outros (escravos) ver VELLASCO, I.A. 2005. Os predicados da ordem: os usos sociais da justiça nas Minas Gerais 1780-1840. Revista Brasileira de História, 25(50):167-200.
http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882005000200007 - acesso em 01 de maio de 2016. E SOARES, G.A. 2009. Os limites da ordem: respostas à ação da polícia em Vitória ao final do século XIX. Topoi, 10(19):112-132.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

O Escravo também procurou Gervásio Rodrigues, de 25 anos de idade, solteiro, morador de Cuiabá/MT, Soldado do 3º Corpo da Guarda da Província, em sua casa em São Gonçalo Velho (Segundo Distrito, o Porto), e lhe ofereceu uns pedaços de ouro e uma coroa, os quais foram comprados por ele por 16$000 (dezesseis mil réis).

Em sua trajetória de vendedor de ouro por Cuiabá/MT, no dia 22 de julho, Salvador foi à casa do ourives, José de Arruda e Silva, 35 anos, casado, morador na Rua Bela do Juiz, e encomendou-lhe um par de brincos grandes e para a tarefa lhe deu uma porção de ouro velho proveniente do roubo. Quando o escravo voltou com o ouro para pagar o restante do serviço, não encontrou o ourives, apenas a sua esposa Ana Francisca do Carmo (Ana Pedrosa), de 45 anos, e lhe ofereceu uns pedaços de ouro, que logo foram reconhecidos por ela como parte do resplendor do Senhor Menino Deus e da Coroa de Nossa Senhora do Carmo. A mulher do ourives começou a gritar por socorro e "pega ladrão!" Salvador se pôs a correr, sendo preso logo em seguida por dois soldados do 5º Batalhão de Artilharia a Pé. O seu comparsa, Pedro Celestino conseguiu fugir, mas foi preso três dias depois.

Pedro José Celestino, Soldado do 5º Batalhão de Artilharia a Pé, 30 anos de idade, analfabeto, filho legítimo de Francisco Dias da Fonseca e de Maria Francisca Cardozo. No depoimento negou a sua participação no furto da Matriz, jogando toda a culpa sobre o Escravo Salvador. Porém, não negou que conhecia o escravo, confirmou que o acompanhou à casa de Ana Pedrosa e que o viu oferecer os objetos de ouro à mulher e se recordava que tinha ido com o escravo à rua da Boa Morte, em uma taverna, de um tal Luís, que morava atrás do Cemitério Público. Relatou que nessa ocasião viu Salvador oferecer ao taverneiro um pouco de ouro, mas não sabia precisar se era em pó, ou em pedaços, que foi vendido por 2$000 (dois mil réis). Ao ser questionado sobre a sua fuga em desabalada carreira da casa de Ana Pedrosa, respondeu que apenas se retirou para a Fábrica de Pólvora, local onde estava destacado, e de lá só saiu, quando o Cabo Berlamino foi lhe buscar.

Perguntado como a coroa de Nossa Senhora do Carmo foi parar em suas mãos, respondeu que na fuga de Salvador este a entregara a ele, que a escondeu no mato (atrás da Rua da Boa Morte), sendo que mais tarde a devolveria ao escravo. Após ser preso, voltou ao lugar onde estava escondida a coroa, acompanhado de duas praças e um cabo e que só por ignorância é que escondeu o produto do roubo.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

O Escravo Salvador, provavelmente, ao mandar fabricar um par de brincos tinha como objetivo presentear alguém, possivelmente uma amante. Ele demonstrou com este ato, que estava inserido na sociedade e percebia que a liberdade estava vinculada a ter dinheiro, que podia lhe abrir as portas do coração e do corpo de uma mulher.

Outra possibilidade é que o par de brincos grandes fosse para ele. Ao pesquisar as imagens de negros no século XIX percebemos que era comum, que alguns negros usassem joias (brincos, colares e pulseiras) como uma forma de adorno e distinção social em relação aos outros negros. Nessa perspectiva, para Salvador os brincos serviriam para destacá-lo em uma sociedade hierarquizada, mostrando para os outros indivíduos que ele era uma pessoa próspera, com uma clientela numerosa (o cativo era pedreiro e alfaiate) e que seu serviço era de excelente qualidade. Os brincos para o cativo poderiam ultrapassar a sua função de adorno e assumir o caráter de comunicação de poder pessoal.

O processo de Salvador nos permite constatar que ele conhecia a malha urbana de Cuiabá/MT: ruas, vielas, travessas, becos, caminhos, passagens, passarelas, atalhos e largos que constituíam a "Cidade Negra". Ele andava pelo espaço negro e se sentia seguro para oferecer às mercadorias.

Os autos do inquérito policial aberto pelo delegado trazem o depoimento de 7 testemunhas, sendo duas mulheres e cinco homens. Com exceção de duas mulheres, todos conheciam o escravo do Senhor Manoel Joaquim Teixeira, e pelo que aparece nos depoimentos dos cincos, quatro deles desconheciam que o ouro que compraram tinha como origem o furto da Igreja Matriz. Apenas um declarou que sabia do roubo por "ouvir dizer" que foi o militar Vitorino Joaquim dos Santos, que efetuou a prisão do Soldado Pedro Celestino.

Cuiabá/MT era uma capital pequena e um arrombamento seguido de furto dos adereços de ouro da Imagem do Menino Jesus, teria que se transformar no assunto principal da Cidade. As testemunhas, logicamente, para se defenderem de futuros indiciamentos e processos por receptação de mercadoria roubada e comércio com escravos utilizavam-se da ignorância (não saber) para se defenderem.

Os espaços negros do Escravo Salvador, do Soldado mestiço Pedro Celestino, dos pardos José de Arruda, do Ourives, de sua mulher Ana Pedrosa e dos atravessadores eram onde aconteciam os enfrentamentos diários da escravidão pelos escravos, manifestados sob as

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

mais variadas formas: recusas aos castigos corporais, fugas, ferimentos, assassinatos, acomodações, negociações, delações e as manifestações culturais, fundamentais para o estabelecimento das relações sociais e afetivas, que geraram redes de solidariedade social e econômica, fatores que abordaremos posteriormente.

Em sua trajetória pelas ruas de Cuiabá/MT, para vender os produtos que foram furtados da Igreja Matriz, o Escravo Salvador nos mostra que os limites do conhecimento, do espaço urbano são determinados pelos trajetos da vida cotidiana. Ele transita entre o Primeiro e o Segundo Distrito, amplia seu espaço ao usar a malha urbana da cidade para esconder o produto do roubo e modifica esse lugar, isto é, a rua para servir ao seu propósito.

Michel de Certeau (1982) ainda acrescenta que são os passos que moldam os lugares e os transformam em espaços, que inserem e inscrevem nestas camadas simbólicas, que se sobrepõem e criam uma extensa rede de significados que, compartilhados simbolicamente através da comunicação, modificam os usos que os sujeitos fazem dos mesmos. Portanto, as ruas tortuosas de Cuiabá/MT são transformadas em espaços de transgressão e de autonomia pelos sujeitos livres ou escravos, que a percorriam diariamente.

A questão que deve ser esclarecida é quanto aos negros que tinham escravos, que apesar de não aparecerem na documentação que consultamos, escreveram a sua história em Cuiabá/MT. Esses indivíduos viviam em uma ambiguidade, porque na interrelação com os seus escravos eles eram "senhores", mas na relação com a sociedade estavam sujeitos ao fator "cor da pele" que os remetiam, mesmo livres, a serem alvos de uma suspeição e a uma desconfiança em relação a sua condição jurídica, principalmente nas ruas.

Ao utilizarem as ruas esses caminhantes as transformavam de lugar estático e demarcado, em espaço de movimento, de dispersão e de aglutinação. A dispersão acontecia quando os negros usavam a rua para se dispersarem, num processo contínuo de reapropriação. Quando desapareciam no meio de outros negros e personagens, se diluíam no vai e vem das pessoas, ganhavam uma camuflagem, que lhes possibilitavam ampliarem as suas relações sociais e de sociabilidade na porta de uma taverna, sob a sombra de uma árvore, nas praças, becos, travessas e nos ajuntamentos nas fontes de água.

A rua propiciava a dispersão da escravaria, pois era nela que o escravo conseguia manter atualizada e ampliada as suas relações sociais. Na Sé devido à grande concentração

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

demográfica de negros em torno dos serviços domésticos, o simples ato de buscar água no Chafariz do Mundéu propiciava o encontro com outras pessoas, num movimento que se acentuava, provavelmente, ao meio dia e às seis horas da tarde.

As praças e também as ruas serviam como macro pontos de encontros principalmente a do Ourique, que apesar de ser um local tradicional das grandes festas populares era um espaço, que atraía um grande número de escravos que vendiam seus produtos para os frequentadores da praça.

A escola tem que ser o local de aprendizagem onde as regras dos espaços públicos e históricos devem ser flexíveis para que os alunos possam se identificar com as histórias de escravos como Salvador, viajar pelas fontes históricas de águas, caminhar pelas ruas da cidade e saber que naquele lugar existiram pessoas que antes deles sonharam, viveram, amaram, odiaram, ou seja foram humanos.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Orgs.) Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território negro em espaço branco. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília : MEC/SEF, 1997.

CALVINO. Ítalo. As cidades invisíveis. (trad. Diogo Mainardi) São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

FREITAS. Marcos Cezar. Historiografia brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2010.
MACHADO FILHO, Oswaldo. Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais. Cuiabá – MT: Carlini & Carniato: EdUFMT, 2006.
NOGUEIRA, Clementino. Entre a vida e a morte no jogo das paixões – mulheres e homens no espaço urbano de Cuiabá Séc. XIX. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Mato Grosso. 2001.
PÓVOAS, Lenine C. História da cultura Mato-grossense. Cuiabá, 1982.
REIS, João J. & SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de (orgs). *A terra da conquista – História de Mato Grosso Colonial.* Cuiabá, Ed. Adriane, 2003.

SILVA, Cristiane dos Santos. Irmãos de fé, irmãos no poder: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso. 2001

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

VALORIZAR O "CHÃO DE SALA": uma proposta para o departamento de formação de Jaciara/MT

Anyellen Mendanha Leite[60]
Ideylson da Silva Vieira dos Anjos [61]
Antonio Francisco Gomes da Silva[62]
Bruno do Padro Alexandre[63]

> " A mudança só se efetivará à medida que o professor ampliar sua consciência sobre a própria prática, visto que 'pensar a prática' é o ponto de partida para alterá-la. O alargamento da consciência, por sua vez, se dá pela reflexão que o professor realiza de sua ação" (CARVALHO, 2005)

Resumo

Pensamos que uma proposta de Formação Docente precisa conter na sua essência a necessidade de superação de um modelo de educação, pautado na reprodução mecânica e descontextualizada do conhecimento[64]. Necessitamos de uma proposta que auxilie o professor a atingir uma educação emancipadora[65]. A nossa sociedade está dialeticamente no tempo presente das incertezas, contradições, violências, preconceitos, racismos, seximos, intolerâncias religiosas, politicas, ideológicas e crises existenciais. A educação se apresenta como espaço privilegiado de reflexão, interrogação e auto avaliação social. O seu grande desafio é buscar através do diálogo a formação de um ser humano que possa assumir-se na

[60] É Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.
[61] É Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.
[62] É Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.
[63] É Mestre em Historia e Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.
[64] A nossa formação teórica e prática nos permite dizer que há uma enorme perda da contextualização e do recorte do real com o envio de questionários, formulários, perguntas abertas para serem respondidas pelos professores. Apesar de que em alguns casos esse é o meio mais usado de interação entre ambas as partes mas, não pode ser o único.
[65] Entendemos que uma educação emancipatória, para a autonomia requer uma formação cada vez mais significativa e consciente, numa perspectiva de democracia, conjunto e compromisso. O seu modo de ensino é dialógico e prático, requer professores reflexivos aos valores do intelecto e instigadores da capacidade crítica dos jovens, homens e mulheres livres, com uma dedicação e carinho especial. O professor deve estimular o aluno a explorar conjuntamente as diversas possibilidades na experiência cotidiana; O material didático precisa estar organizado para encorajar a reflexão sobre os problemas existentes em sala de aula. O conhecimento deve ser produzido continuamente por meio de ações reflexivas. O professor precisa ser participante no processo de criar, planejar, executar e avaliar o conhecimento de forma investigativa. (FREIRE, 1997)

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

condição de sujeito histórico ativo e comprometido com a superação das contradições que existem no seu tempo histórico.

Palavra Chaves: Formação; Educação; Valorização docente

Introdução

A docência para Paulo Freire (19996) tem que ser exercida com rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, corporificar as palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural, ter consciência do inacabamento, reconhecer-se como um ser condicionado, respeitar a autonomia do ser educando, bom senso, humildade, tolerância, convicção de que mudar é possível, curiosidade, competência profissional.

Para Ademar de Lima Carvalho (2005), a educação, entendida como formação integral do ser humano, é essencialmente um ato de relação. Relação humana que se arquiteta de forma objetiva, subjetiva e intersubjetiva. Nesse sentido a ênfase da prática pedagógica transcende o domínio dos conteúdos e se projeta nas condições estabelecidas para a concretização da relação educador-educando, que agora não pode ser mais vertical, mas horizontal. De sujeito com sujeito e não mais de sujeito para objeto como na educação bancária.[66] (Quando montamos cursos sem ouvir o outro não estamos reproduzindo esse tipo de educação? Quando aceitamos demandas sem um lastro de pesquisa educacional será que estamos valorizando o conhecimento do outro no chão de sala?)

Uma relação educativa intersubjetiva entre sujeitos que ensinam e aprendem em comunhão, "mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 1987) tem como pressuposto articulador o diálogo. Ao contrário da educação bancária, a educação problematizadora é dialógica, visto que "para manter a contradição, a concepção "bancária" nega a dialogicidade como essência

[66] Em uma perspectiva livre o modelo de Educação Bancária parte do pressuposto que o aluno nada sabe e o professor é detentor do saber. Criando-se então uma relação vertical entre o educador e o educando. O Educador, sendo o que possui todo o saber, é o sujeito da aprendizagem, aquele que deposita o conhecimento. O educando, então, é o objeto que recebe o conhecimento. A educação vista por essa ótica tem como meta, intencional ou não, a formação de indivíduos acomodados, não questionadores e submetidos à estrutura do poder vigente. (FREIRE, 187, passim).

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

da educação e se faz antidialógica. Ela apenas normatiza como o outro deve ser. (Como posso saber o que o outro quer sem ouvi-lo? Como eu posso saber de suas necessidades sem compreender/conversar com ele sobre...). A nossa formação bancária nos leva a não ouvir o outro e o tecnicismo nos leva a pensar para e sobre o outro. Como quebrar essa formação cultural ou melhor como enfrentar essa matriz cultural negativa[67] sobre o outro? Propomos o diálogo como início da ação.

O diálogo[68] tem como característica intrínseca a aproximação, ou união entre pessoas com um claro interesse comum de busca. Não há diálogo se não houver a cumplicidade de interesses, se não houver comunhão de objetivos vinculados, precisamente, na relação dialógica estabelecida entre a Formação e os professores numa perspectiva da educação libertadora que tem como objetivo a emancipação humana que transforma a nossa relação com o professor em uma relação de cumplicidade e companheirismo. Lembramos que apenas a dimensão da amorosidade humana pelo mundo e pelo próprio ser humano é capaz de oportunizar o diálogo educativo que será a base da Formação Profissional da Secretaria Municipal de Educação.

Freire (2000), quando fala dos processos de aprendizagem, em que as pessoas são, alternadamente, objeto, sujeito e agente de aprendizagem, enfatiza que esta alternância que define a reversibilidade de papeis educativos. Por outro lado, cada um de nós aprende trabalhando sobre a sua própria experiência, pela influência dos outros e por interação com o contexto, define-se, assim, uma relação recíproca na dimensão do eu, do outro eu e o mundo.

Muitos dos saberes docentes são construídos durante o exercício da prática docente. A partir da interação recíproca entre o sujeito, o outro e o contexto, existe a necessidade de trabalhos de intervenção que incluam reflexão sobre as práticas pedagógicas cotidianas, sobre as concepções que os professores têm de seu próprio fazer pedagógico, sobre as contradições e dilemas presentes no cotidiano escolar, especificamente em sala de aula, onde a complexidade de mundo acontece. (Mas todas as salas de aulas são iguais? Os problemas são

[67] Sobre Matriz Cultural negativa ver NASCIMENTO, Flávio A. da Silva. O negro, questões culturais e "raciais". UFMT/R-Depto História. 2001.
[68] . "O diálogo é a fonte geradora de reflexão, e o encontro com o outro é a primeira condição da instauração do diálogo em sala de aula [...]" (CARVALHO, 2005).

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

os mesmos? Os alunos não devem ser respeitados na sua individualidade cultural, social, étnica e de gênero? Como posso massificar a formação?).

Nesse sentido é relevante destacar que em âmbito nacional a formação docente tem sido colocada como uma grande vilã do fracasso escolar de nossas crianças. Demonstra assim imensos desafios a serem vencidos, os quais alguns teóricos apontam a prática de formação permanente como possibilidade do docente refletir sobre a própria prática pedagógica no cotidiano, dentro e no espaço escolar, vislumbrando o movimento de relexão-na-ação, reflexão-sobre-a-ação e sobre-a-reflexião-na-ação, fundamentos desenvolvidos por Donald Schon (1995), trabalhadas e divulgadas por Antonio Nóvoa (1995), Angel Pérez Gómez (1998), Ken Zeichner(1995), Carlos Marcelo Garcia (1999).

2. A proposta

Diante da realidade vivida em nossas escolas, em que a teoria e prática se encontram em alguns momentos desarticuladas e dos imensos desafios colocados à educação, se faz necessário refletir sobre a formação centrada na escola e seu poder formativo, enquanto instrumento necessário para compreender a natureza do trabalho docente e processo de construção do conhecimento pedagógico no contexto escolar.

Para compreender a dinamicidade e a complexidade da escola como centro de formação para o professor, seus limites, avanços, desafios e perspectivas que refletem diretamente na prática, na sistematização dos conhecimentos e no desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes propomos que:

a) os Assessores Pedagógicos do Departamento de Formação (EM CONJUNTO COM O ENSINO FUNDAMENTAL) antes de iniciarem os trabalhos de formação visitem todas as escolas municipais, munidos dos dados do SAEM/EXTERNO[69] e discutam com eles os dados obtidos.

b) o dia e horário das visitas serão norteados pelo horário das HTPC das escolas;

c) daremos prioridade nas visitas as escolas que obtiverem as notas mais baixas em Matemática e Língua Portuguesa;

[69] SAEM externo, avaliação aplicada pela Secretaria aos alunos do final de Ciclo de aprendizagem.

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

d) a base da nossa fala será o respeito e a cordialidade lembrando sempre que vamos como visitantes e não inquisidores/julgadores;

e) a essência da nossa intervenção partirá do seguinte questão "COMO A FORMAÇÃO PODERÁ AJUDA-LOS NA SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA? "

f) após as visitas faremos uma compilação (JUNTO COM O ENSINO FUNDAMENTAL) das sugestões sugeridas pelos professores;

g) depois desse momento de reflexão é que MONTAREMOS OS CURSOS DE FORMAÇÃO tendo como base a fala dos professores, a visita dos formadores/mediadores e os dados do SAEM/EXTERNO.

Cronograma de trabalho (sugestão)

Atividades	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**
Preparação do plano de trabalho	15 a 20/02		
Apresentação da proposta e dos dados do SAEM/EXTERNO para o Ensino Fundamental	23/02		
Apresentação para os coordenadores/Diretores	A definir		
Visita nas escolas		1 a 24/03	
Sistematização e Reflexão sobre os dados levantados em conjunto com Ensino Fundamental		27/03 a 07/04 (neste momento podemos montar a grade de cursos a serem ofertados em 2017)	

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Início das inscrições para os cursos de formação de 2017			A partir de 15 de abril[70]

Formar educadores é uma tarefa profundamente complexa e a escolha de uma metodologia para atender a demanda imposta precisa, também, apresentar as características da complexidade que a tarefa exige. Isso significa que um bom modelo para um grupo pode não o ser para outro, dependendo das expectativas e desejos dos participantes.

Kramer (1989), por sua vez, questiona as propostas de formação continuada no Brasil que ainda privilegiam a formação profissional desconhecendo a pessoa em formação. Marin (2002), de maneira mais ousada, afirma que a formação continuada de professores deveria transformar a escola em espaço de troca e de reconstrução de novos conhecimentos.

Neste contexto o professor é considerado como protagonista ativo na concepção e avaliação da sua formação profissional, sendo necessário o desejo e o envolvimento do professor por um tempo mais longo no seu processo de formação por meio de situações de reflexão sobre a sua própria prática profissional. Ele no seu desempenho profissional se depara com situações para as quais não tem resposta preparada antecipadamente sendo necessário mobilizar diferentes conhecimentos para enfrentar este desafio. E o melhor lugar para fazer isso é na escola no momento coletivo de estudo - HTPC[71]

A nossa proposta para a HTPC e que ela seja utilizada para:

a) o estudo dos problemas da escola;

b) a troca de experiências metodológicas que envolvam os problemas da escola;

c) a reflexão sobre as dificuldades que os professores enfrentam na sala de aula;

d) analise reflexiva baseada na leitura de textos que auxiliem/norteiem a solução dos problemas oriundos da sala de aula;

e) os mediadores e a formação devem dar o suporte teórico que a escola necessita para diminuir os problemas oriundos da sala de aula

[70] Lembrando sempre que o curso para os Professores não docentes deve começar antes desta data.
[71] HTPC – Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

Finalizando a nossa proposta consideramos que o Departamento de Formação profissional deve continuar na busca e na luta por um processo permanente e constante de ações cotidianas, que valorize o professor e o seu saber gerado nas situações do dia a dia da sala de aula e da escola.

Nessa direção, a busca pela qualidade do ensino está diretamente relacionada em envolver os professores na reflexão do seu entorno, de suas formas de vida, de seus próprios percursos profissionais, em processos de auto avaliação e reflexão das práticas pedagógicas. Dessa forma, tudo leva a crer, que novas práticas sejam construídas e renovadas como processos inevitáveis de produção de novos conhecimentos.

Algumas Referências Bibliográficas

CARVALHO , Ademar de Lima. Os caminhos Perversos da Educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula. Cuiabá: EdUFMT, 2005.

_____, Ademar de Lima. A formação centrada na escola: a ponte edificadora do projeto político pedagógico. In: Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro- Oeste ANPED. Cuiabá, Edufmt. 2006. p. 179- 191. 3v

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

GARCIA, Marcelo Garcia. Formação de Professores – Para uma Mudança Educativa. Tradutora: Isabel Narciso. Porto Editora: Portugal, 1 999.

KRAMER, S. Melhoria da qualidade do ensino: o desafio da formação de professores. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, n.165, p.189-207, 1989.

MARIN, Alda Junqueira. Formação de professores: novas identidades, consciência e subjetividade. In: TIBALLI, Elianda F. Arantes; CHAVES, Sandramara Matias. (Orgs.). Concepções e práticas de formação de professores – diferentes olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 57-73.

NOVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António Os professores e sua formação. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992.p.139-158.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

A POSTURA COMO FATOR DETERMINANTE PARA O SUCESSO EM ACADEMIAS DA TERCEIRA IDADE

Antonio Francisco Gomes da Silva[72]
Terezinha Félix Silva Cruz de Deus[73]
Aline Spanevello Alvares[74]

RESUMO

O Tema Análise Postural surgiu de uma curiosidade em saber se a atividade física além de oferecer benefícios torna-se como algum tipo de problema físico, visto que o exercício oferece bem estar, qualidade de vida, e por maioria dos casos ajuda como meio de reabilitação para lesão. A importância deste trabalho é apresentar os tipos de exercícios que afetam o problema postural nos alunos de academia, se os alunos apresentam quadros de lesões e se realizam o movimento do exercício com eficiência. A coluna vertebral é a que dá sustentação para o nosso corpo, por isso é essencial manter uma boa postura e ter cuidados com alguns movimentos bruscos, exercícios exagerados e feitos de forma incorreta, pois deste modo pode ocorrer riscos de lesões que atinge diretamente a coluna. Atualmente é comum muitos alunos de academia se preocuparem mais com a estética do que com métodos saudáveis, mas falar em métodos saudáveis não refere-se apenas á doenças como obesidade, diabete e sedentarismo, englobam series de coisas que muitas vezes tornamos- as insignificantes.
Palavras Chave: Analise Postural. Lesões. Academia

INTRODUÇÃO

Devido aos padrões culturais de uma nova era fitness onde se sentir bem é ter um corpo perfeito, acabam impondo atividades especializadas trazendo estresses a estruturas

[72] É formado em Educação Física e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT
[73] É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT
[74] É Formada em Enfermagem e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

básicas do corpo humano. Em caso de alunos de academia, o defeito postural se relaciona em atividades de sobrecarga ou de padrão repetitivo.

A importância de se manter uma boa postura é essencial para cada movimento que o corpo realiza no dia a dia.

> "A boa postura é um bom habito que contribui para o bem-estar do indivíduo. A estrutura e a função do corpo provém o potencial para se atingir e se manter uma boa postura. Por outro lado, a má postura é um mau hábito e infelizmente, é muito comum. Defeitos ou alterações posturais tem sua origem no uso incorreto das capacidades providas pelo corpo, não na estrutura e função do corpo normal." (KENDAL, 2007: 51)

A má postura é causada por vários fatores por exemplo, estresses de rotina que atacam aquelas leves dores nas costas e principalmente região do ombro, nas posições de relaxamento do corpo sentado e até mesmo em pé. Mas o que muito se nota e pouco fazem questão, são alguns exercícios físicos que afetam diretamente a coluna causando algumas alterações posturais como cifose, lordose e escoliose.

> "A boa postura, que significa um bom alinhamento, é importante porque diminui a carga sobre ossos, ligamentos, músculos e tendões. O bom alinhamento também melhora a função e energia muscular necessária para manter a postura ereta do corpo." (LIPPERT, 2013: 293)

O objetivo não é só demonstrar boas forma de atividades físicas, mas sim os meios de evitar e diminuir riscos de lesões e alterações posturais e adotar a importância de uma boa postura em todos os momentos.

A postura tem como função ajudar na realização de atividades física e do dia a dia, tendo menor gasto de energia possível. A postura e o movimento se relacionam intimamente, pois o movimento pode começar de uma maneira e terminar em outra, tendo como exemplo uma pessoa iniciar o movimento sentada e terminar em pé. "Em geral, postura é a posição das partes do corpo em relação umas ás outras em determinado momento." (LIPPERT, 2013: 292)

Algumas relações posturais dos membros ocorrem de maneira voluntária, podendo ser controladas e modificadas, porém exige muita concentração.

Ao falar sobre postura correta, significa respeito a uma posição física de uma determinada situação, por exemplo, existe a postura correta ao caminhar, ao sentar, ao estar a frente do computador, para dormir, para realizar exercícios de atividades físicas, etc. "Postura

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

é um termo geral que é definido como uma posição ou atitude do corpo.” (MIDDLEDITCH & OLIVER, 2008: 461)

Dentre as posições posturais encontra-se a postura estática ou constante, postura em pé ou perpendicular, postura assimétrica, postura simétrica e oscilação postural.

Na postura estática o corpo assume múltiplas posturas, que por um longo tempo são confortáveis e quando ocorre o desconforto sendo tanto pela contração do músculo, compressão articular, ou tensão ligamentar, uma nova postura é adotada. Na postura em pé exige força consciente, dispêndio em aumento de energia, aumento da contração dos músculos, que causa uma postura não natural.

Na postura em pé assimétrica, se por um determinado período de tempo a postura tiver que ser mantida em pé, normalmente terá variedades de opções para a pessoa, citando como exemplo de um indivíduo que ao ficar em pé e sobrecarregar o peso numa perna logo depois ele irá mudar para a outra perna.

Já a posição simétrica, é conhecida como posição em pé confortável, embora não seja confortável durante muito tempo. O desconforto ao mudar de posição sabe-se que é causado por fadiga muscular, porém é muito mais causado por ligamento tensos e insuficiência vascular.

Por fim, afirma-se também que a oscilação postural, é a maneira que o corpo fica em equilíbrio instável, devido a uma base de suporte ao centro da gravidade. “O constante desvio e correção da posição do centro da gravidade dentro da base de apoio é chamado de oscilação postural.” (MIDDLEDITCH & OLIVER, 2008: 466)

Exceto o grau de oscilação postural, a posição postural mais fácil de se descrever é a estática, porque o corpo não se move. A postura para Jean Oliver e Alison Middleditch (2008), independente que seja mantida durante uma inatividade muscular ou que seja por meio da ação do músculo, de fato é a posição assumida pelo corpo.

E baseando-se em alguns dados, o responsável por grandes partes das lesões, são as cargas excessivas, principalmente em jovens que não tem um bom preparo e nem um bom treino. E compreender a ação da força durante o levantamento de cargas que atuam sobre a coluna, é de extrema importância para evitar danos. “Atividades tais como levantar cargas

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

pesadas ou o ato de cavar sujeitam a coluna a sobrecarga compressiva fatigante." (MIDDLEDITCH & OLIVER, 2008: 309)

1.1 Fundamentos da Postura: Posição Anatômica e Posição Zero

A posição ereta é a posição anatômica do corpo, sendo face para frente, os braços posicionados ao lado do corpo e as palmas das mãos viradas para frente. A posição zero diferencia-se apenas das mãos, que ficam entre posição supina e pronada.

1.1.2 Planos e Eixos

. Plano sagital divide o corpo na metade separando-o em lado direito e esquerdo e o eixo sagital realiza o movimento de adução e abdução:

Plano Coronal divide o corpo na metade, separando-o em parte anterior e posterior e o eixo coronal realiza o movimento de flexão e extensão:

Plano Transversal divide o corpo na metade separando-o em parte superior (craniana), parte inferior (caudal) e o eixo chamado longitudinal realiza movimento de rotação lateral e medial, adução e abdução do ombro.

Centro da gravidade é o ponto onde ocorre a interseção dos três planos médios do corpo e sendo atraído pelo corpo que produz força, tendo como resultado o peso do corpo.

> "Centro da gravidade: qualquer massa ou copo é composto por uma quantidade imensa de pequenas partículas que são atraídas em direção a terra de acordo com a lei da gravidade. A atração da gravidade sobre as partículas do corpo possui um sistema de força praticamente paralelas e o resultado de ação vertical e descendente dessas força é o peso do corpo. É possível localizar um ponto no qual uma única força, de magnitude igual ao peso corporal e atuando verticalmente e na direção ascendente, possa ser aplicada de modo que o corpo permaneça em equilíbrio em qualquer posição. Esse ponto é denominado centro da gravidade do corpo e pode ser descrito como o ponto no qual pode considerar que todo o peso corporal está concentrado." (KENDALL, 1995: 55)

2. COLUNA VERTEBRAL: TIPOS DE ALTERAÇÕES POSTURAIS

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

2.1 Cifose

É uma deformidade conhecida como corcunda, que se trata de uma curvatura anormal na região do tórax, que pode ser uma causa traumática, infecciosa, metabólica, inflamatória e algumas doenças.

A cifose postural ocorre devido aos vícios em variedades de circunstâncias, e trata-se também de cifose congênita e adquirida, no qual a congênita ocorre no nascimento que produz má formação durante o desenvolvimento. E a cifose adquirida ao longo do desenvolvimento ocorre alterações na curvatura da coluna.

> "Toda cifose que aparece no período de crescimento, incluídos os vícios posturais permanentes, acaba estruturando-se e resulta mais ou menos irredutível. Isto deve-se fundamentalmente a deformidade em cunha dos corpos vertebral." (PERICEF, 1989: 70)

Na atividade física como tratamento, é recomendável exercícios de costas(dorsal) que permite também a extensão da cabeça com retro pulsão simultânea dos ombros. De certa forma, pode ser indicado todos os tipos de exercícios para correção da deformidade cifótica.

2.2 Escoliose

A escoliose não só envolve a rotação de uma vértebra sobre a outra, mas também a curvatura, as escolioses mais comuns não sabe-se ao certo o porquê elas se manifestam, e não se sabe muito delas. Segundo R. F. Pericef (1989: 99): "A raque sofre uma deformidade complexa de dois componentes:1, uma curva lateral e 2 uma rotação vertebral." A escoliose postural tem curvas leves e desaparecem completamente com a flexão da coluna vertebral. Para Richard Drake (2010: 77) "A escoliose é uma curvatura lateral anormal da coluna vertebral."

2.3 Lordose

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

A lordose produz uma deformidade, devido a uma curvatura anormal da coluna vertebral na região lombar. A incapacidade dos flexores do quadril de estiramento e alongamento é causada pela lordose lombar. Segundo René Caillet (1998: 21) "Quando as pernas se estendem, o músculo iliopsoas alonga-se lentamente, mas de maneira incompleta."

3. AVALIAÇÃO POSTURAL: AVALIAÇÃO POSTURAL VISTA ANTERIOR

Cabeça: posição neutra, sem estar flexionada e sem hiperextensão.
Ombros: devem estar nivelas, sem estarem elevados ou abaixados.
Quadris: devem estar nivelados
Joelhos: neutros, não estando flexionado, nem semiflexionado.
Pernas: ligeiramente afastadas, não estando totalmente aberta e nem fechada.
Pés: para frente, nem pronado e nem supinado,

Avaliação Postural Vista Lateral
Cabeça: posição para frente
Ombros: nivelados
Quadris: Pernas: Pés:

Avaliação Postural Vista Posterior
Cabeça: Ombros: Quadris: Pernas: Pés:

4. PILATES

O Pilates é um sistema de exercícios, que busca fortalecer o corpo como um todo, é um exercício completo, que ajuda a melhorar a capacidade respiratória, a criar consciência corporal, evita que as articulações sofram impacto e sobrecarga e ajuda a restaurar a boa postura. A postura incorreta diminui a auto confiança, obstrui a respiração e pode afetar as articulações da coluna, propensas a artrite, artrose e dor generalizada.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

4.1 MUSCULAÇÃO

A musculação é um esporte muito exigente, que solicita os músculos e as articulações intensamente, e muitos praticantes nem sempre têm conhecimentos a respeito dos exercícios, o que se torna perigoso, pois os exercícios podem ser tanto a solução como o problema e são campeões tanto em resultados assim também em erros aos realiza-los.

Então pode-se dizer que a atividade física ela é um problema para o físico? Não. Realizar o exercício de forma errada é o problema. E qual exercício é o mais certo para se fazer? Não existe exercício certo ou errado, mas sim, exercícios mal aplicados e mal colocados, e na tentativa de em pouco tempo obter resultado, acabam indo além do seu limite.

O exercício de Pilates e a Yoga, são atividades benéficas para a coluna, que através de alguns movimentos e posições pode piorar ou adquirir alguma alteração. Muitas pessoas se machucam e é importante tomar cuidado, mesmo que o objetivo dessa atividade é a melhoria e correção postural, nem sempre pode ser realizada por todos.

Os alunos cometem muitos erros comuns ao utilizarem os aparelhos da academia, por exemplo, números de repetições de séries acima do recomendado pelo profissional, no exercício de levantamento de peso, excesso de cargas, o inevitável aparelho celular que acaba tirando atenção e foco do exercício e principalmente a postura incorreta.

Uma rotina de exercícios físicos intensos típicos de cada desporto, produz um resultado estético independente da nacionalidade e do hábito de vida a que está submetido, ou seja, resulta em alterações posturais que estão associadas à eficiência do gesto que pode limitar o indivíduo para prática de atividades físicas.

Grande parte dos problemas posturais são atribuídas das rotinas de exercícios em que há a tendência em concentração de sobrecarga. E tão importante quanto o desenvolvimento para um bom desempenho é se preocupar com a postura e o equilíbrio muscular, pois uma boa postura influencia no rendimento do aluno e minimiza incidência de lesões.

5. EXERCICIOS DE MEMBROS INFERIORES NA MAQUINA

5.1 LEG PRESS 45°- AJUSTE CORPORAL:

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

- Afastar os pés na largura do quadril mantendo-os apoiados na plataforma;
- Apoiar os pés a uma altura que permita que na fase de flexão dos joelhos, os mesmos não ultrapassem 90° (evitar compressão patelar);
- Mãos no apoio;

Coluna apoiada no encosto.

5.2 HACK MACHINE- AJUSTE CORPORAL

- Afastar os pés na largura do quadril, ou de maior comodidade, mantendo-os apoiados na plataforma;
- Mãos no apoio;
- Coluna apoiada no encosto;

5.3 CADEIRA EXTENSORA- AJUSTE CORPORAL

- Manter o tronco ereto apoiado no encosto;
- Posicionar as mãos no suporte específico;
- Afastar os MMII na largura do quadril;
- Manter a ponta do pé para cima;
- Manter os glúteos totalmente no acento;

5.4 CADEIRA FLEXORA- AJUSTE CORPORAL

- Manter o tronco apoiado no encosto;
- Apoiar as mãos no suporte;

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

- Alinhamento entre quadril, joelho e tornozelo;

5.5 PANTURRILHA SENTADO- AJUSTE CORPORAL

- Apoiar a parte anterior do pé na plataforma;
- Manter a coluna ereta, evitando sua movimentação ântero-posterior durante o exercício.

5.6 CADEIRA ADUTORA- AJUSTE CORPORAL

- A amplitude inicial da máquina deve respeitar a flexibilidade do aluno. –
- Manter o tronco apoiado no aparelho e as mãos no apoio.

5.7 CADEIRA ABDUTORA- AJUSTE CORPORAL

- Manter as mãos no apoio. OBS: (a inclinação do tronco à frente pode ser mais cômoda (especialmente para mulheres), pois o fêmur tem maior liberdade de movimento no acetábulo.

6. EXERCÍCIOS DE MEMBROS SUPERIORES NA MÁQUINA

6.1 REMADA- AJUSTE CORPORAL

- Sentar o mais próximo possível do apoio de peito e apoiar os pés no local específico ou no solo, mantendo estabilidade da coluna.

6.2 PECK DECK- AJUSTE CORPORAL

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

- Indivíduo sentado, pés no solo ou no suporte;
- Articulações de ombros e cotovelos alinhadas no plano horizontal;

6.3 SUPINO- AJUSTE CORPORAL

- Permanecer sentado;
- Tronco encostado;
- Pés apoiados no solo ou no suporte;
- Manter os punhos e cotovelos em alinhamento horizontal;
- Acionar o pedal antes de realizar a pegada;

6.4 DESENVOLVIMENTO- AJUSTE CORPORAL

- Sentado, tronco e cabeça alinhados;
- Tronco apoiado no encosto;
- Pés apoiados no solo ou no apoio;

6.5 PULLEY- AJUSTE FRONTAL

- Segurar no apoio na posição em pé para depois sentar;
- Mãos em posição pronada (puxador costas ou frente),
- Coluna ereta (puxador costas) ou com ligeira inclinação para trás (puxador frente),
- Cabeça no prolongamento da coluna;
- Os cotovelos devem ser direcionados ao chão, nunca para trás, durante o exercício;

6.5 REMADA SENTADA- AJUSTE CORPORAL

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

- Sentado, com os joelhos semiflexionados,
- Pés apoiados no suporte,
- Coluna ereta;

6.6 LOMBAR- AJUSTE CORPORAL

- Coxas apoiadas,
- Pés fixos no suporte,
- Coluna e quadril flexionados;

6.7 PARALELA ABDOMINAL- AJUSTE CORPORAL

- O executante fica em suspensão,
- Antebraços apoiados no suporte,
- Regiões lombar e torácica em contato com o apoio,
- Joelhos e quadril flexionados a 90°;

7. METODOLOGIA

A pesquisa será realizada com 10 alunos de cada academia na cidade de Juscimeira MT, por meios de observação e questionários.

Na pesquisa de observação, relatar se o aluno desenvolve o exercício de maneira correta, e nos questionários ter como base se os alunos tem consciência do movimento e das possíveis consequências.

REFERÊNCIAS

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.
[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT

CAILLIET, René. Lombalgias-Síndromes dolorosas. 3ed. SP. Ed. Manole, 1988.

DRAKE, Richard L.; VOGL, A. Wayne; MITCHELL, Adam. Gray´S Anatomia Para Estudantes. 2.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.

KENDALL HO, Kendall FP, Wadsmorth GE. Músculos: provas e funções. São Paulo: Manole, 1995.

LIPPERT, Lynn .S. Cinesiologia Clínica e Anatomia**.** 5ª ed. Guanabara Koogan, 2013.

MIDDLEDITCH Alison, OLIVER Jean. Anatomia Funcional da Coluna Vertebral, Cinesiologia Clínica de Brunnstron. Rio de Janeiro, Editora Revinter, 2008.

PERICEF, R.V. et al. Coluna vertebral, Órtese e Prótese do Aparelho Locomotor. Ed. Santos, 1989.

---

[1] Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos. Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço - EDUVALE, Jaciara/MT.

[2]Antutérpio Dias Pereira é Doutor em História/UFGD/MS, professor concursado do Estado de Mato Grosso e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade EDUVALE/Jaciara/MT